



# ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

## ANEXO 7 – Tabela de Condicionantes dos PDM

Valorização dos Recursos Hídricos para a  
Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Revisão 0

Lisboa, 31 de outubro de 2024



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014-2020





Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

ANEXO 7 – Tabela de Condicionantes dos PDM

**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

*Folha em branco*

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

ANEXO 7 – Tabela de Condicionantes dos PDM

**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

REVISÃO	DATA	DESCRIÇÃO
0	31/10/2024	Emissão inicial

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

ANEXO 7 – Tabela de Condicionantes dos PDM

**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

*Folha em branco*

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

ANEXO 7 – Tabela de Condicionantes dos PDM

**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**



## **VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

**ANEXO 7 – TABELA DE CONDICIONANTES DOS PDM**

Tabela de Condicionantes dos PDM

Aplicação do critério de classificação das áreas remanescentes no final da segunda etapa de determinação da área a considerar na avaliação do potencial de aptidão das terras para regadio

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>PDM Alcanena</b> (Publicado através do Aviso nº 19624/2021 de 18 de outubro)			
<b>Espaços Florestais de Produção</b>	<b>Artigo 54º</b> 1 — Os espaços florestais de produção são ocupados por coberto florestal destinado preferencialmente à <b>produção de material lenhoso</b> , em áreas não abrangidas pelo Sistema Nacional de Áreas Classificadas.  <b>Artigo 55º</b> 1 — Nos espaços florestais de produção só são permitidas ações de repovoamento florestal cujas técnicas <b>não degradem os recursos naturais</b> , devendo ser privilegiada a produção florestal, de acordo com as orientações estabelecidas nas sub-regiões homogéneas — Bairro e Floresta do Oeste Interior do PROF LVT.  2 — São utilizações compatíveis com os espaços florestais de produção: <b>a) Atividade agrícola;</b> <b>b) Instalações de apoio às atividades florestais, agrícolas, agropecuárias, agroflorestais e silvo pastoris, desde que devidamente justificadas.</b>	Uma vez que o Projeto é enquadrado como atividade agrícola, tem a sua utilização compatível com esta classe de espaço.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Florestais de Conservação tipo II</b>	<b>Artigo 61º</b> 3 — Assim, os espaços florestais de conservação tipo II correspondem a: a) Solos com uso dominante florestal e matos desenvolvidos tendo em consideração as classes associadas a floresta autóctone, galerias ripícolas, outras folhosas, pinheiro manso e matos desenvolvidos; b) As áreas de risco da REN — áreas de instabilidade de vertentes e áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo; c) As áreas florestais inseridas na Sub-Região Homogénea Serra de Aire e Candeeiros do PROF LVT.  <b>Artigo 62º</b> 1 — Os espaços florestais de conservação tipo II estão condicionados às seguintes utilizações de modo a garantir a conservação de populações de espécies: <b>e) A agricultura é admitida como atividade complementar.</b>  2 — Sem prejuízo do número anterior, estas áreas são de edificação interdita com exceção de: <b>b) Edifícios para apoio às atividades agrícolas e florestais;</b>	Nesta classe de espaço, a agricultura é admitida como atividade complementar, onde se enquadro o Projeto.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Agrícolas de Produção</b>	<b>Artigo 47º</b> 1 — Nos Espaços agrícolas de produção, para além da atividade agrícola, são admitidos como usos compatíveis e complementares: a) Explorações pecuárias e similares e instalações de apoio agrícola; b) Habitação para residência própria e permanente do agricultor; c) Estabelecimentos industriais cuja atividade seja conexas às atividades agrícolas, agropecuárias ou agroflorestais; d) Equipamentos coletivos e infraestruturas de interesse municipal;  4 — O espaço agrícola de produção admite ainda a arborização e rearborização com espécies florestais e modelos de silvicultura que constem do PROF LVT.	Uma vez que o Projeto se enquadra com atividade agrícola, é compatível com esta classe de espaço.	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaços Mistos de Usos Silvícolas com Agrícola Tipo II</b>	<p><b>Artigo 69º</b></p> <p>1 — Nos espaços mistos de uso silvícola com agrícola tipo II só são permitidas ações de repovoamento florestal cujas técnicas não degradem os recursos naturais, devendo ser privilegiada a produção <b>agroflorestal, silvo-pastoril ou usos agrícolas e silvícolas alternados e funcionalmente complementares, em que a atividade agrícola deve obedecer a técnicas de conservação da natureza e proteção dos solos.</b></p> <p>3 — Nos espaços mistos de uso silvícola com agrícola tipo II é permitida a construção nova tendo em vista as ocupações e utilizações seguintes:</p> <p>b) Instalações de apoio às atividades agrícolas e florestais;</p>	<p>Uma vez que o Projeto se enquadra com atividade agrícola, é compatível com esta classe de espaço.</p>	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Naturais e Paisagístico</b>	<p><b>Artigo 74º</b></p> <p>1 — Nos espaços naturais e paisagísticos que se encontram, simultaneamente, inseridos no POPNSAC e abrangidos pelo Sítio da Rede Natura 2000, são interditas as seguintes atividades:</p> <p>a) Alterações à topografia do relevo natural;</p> <p>b) A mobilização do solo que implique o seu reviramento com afetação do substrato rochoso;</p> <p><b>c) A conversão de áreas naturais em áreas agrícolas, com exceção das áreas sujeitas a pousio, mesmo que prolongado;</b></p> <p>e) A abertura de acessos e o alargamento superior a 3,5 metros das vias e acessos existentes contabilizando a plataforma e bermas;</p> <p>f) A instalação de infraestruturas no subsolo fora da rede viária existente;</p> <p>g) A instalação de novos traçados de linhas elétricas aéreas de média e alta tensão;</p> <p>i) A instalação de infraestruturas de aproveitamento energético, designadamente parques eólicos;</p> <p>j) A realização de operações de loteamento e de obras de construção.</p> <p>2 — Nos espaços naturais e paisagísticos, que não se encontram abrangidos nem pelo POPNSAC nem pelo Sítio da Rede Natura 2000, <b>são condicionadas a parecer das entidades competentes as seguintes ações:</b></p> <p><b>a) Intensificação agrícola e o uso de agroquímicos para o qual devem ser utilizadas técnicas alternativas;</b></p> <p><b>b) Expansão do uso agrícola;</b></p> <p><b>c) Captações de água;</b></p> <p><b>d) Intervenções nas margens e leito de linhas de água, exceto para operações de limpeza, devidamente licenciadas;</b></p> <p>e) Operações de drenagem e enxugo de terrenos.</p> <p>3 — Nos restantes espaços naturais e paisagísticos, são interditas as seguintes ocupações, utilizações e ações:</p> <p>a) Alterações à morfologia e uso do solo e destruição do coberto vegetal, <b>com exceção das decorrentes das normais atividades agrícolas e florestais;</b></p> <p><b>b) A instalação ou ampliação de explorações agropecuárias ou silvo-pastoris, em regime intensivo ou semi-intensivo.</b></p> <p><b>Artigo 75º</b></p> <p>2 — Nos restantes espaços naturais e paisagísticos, são admitidos como <b>usos complementares as atividades agrícolas</b>, florestais e ambientais, assim como as seguintes ocupações, utilizações e ações:</p> <p><b>a) Atividades que promovam a manutenção e valorização de sistemas biofísicos, incluindo a atividade agrícola, quando se trata de zona terrestre.</b></p>	<p>Nos Espaços Naturais e Paisagísticos que se encontram inseridos no POPNSAC e RN 2000, não é permitida a conversão de áreas naturais em áreas agrícolas, com a exceção das áreas sujeitas a pousio.</p> <p>Nos restantes espaços naturais e paisagísticos, para a intensificação agrícola, expansão do uso agrícola e para captações de água, é necessário o parecer das entidades competentes, sendo a agricultura considerada uma atividade complementar permitida.</p>	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Património Arqueológico com interesse cultural</b>	<p><b>Artigo 17º</b></p> <p>1 — Os projetos de licenciamento e/ou de autorização de operações urbanísticas ou outras que incidam sobre áreas onde foram</p>	<p>Qualquer ação realizada numa zona com valor arqueológico terá de ser sujeita a estudo arqueológico, com avaliação de</p>	<b>Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>identificados vestígios arqueológicos devem ser condicionadas face à execução de um plano de trabalhos arqueológicos contemplando a avaliação de impactos, ações e medidas a adotar para assegurar a preservação e/ou registo dos referidos vestígios, conforme a legislação em vigor.</p> <p>2 — Todas as ações que impliquem revolvimentos de solo e picagem de reboco com exposição do aparelho construtivo em igrejas e capelas construídas até finais do séc. XIX, ficam condicionadas à realização de trabalhos arqueológicos, nos termos da legislação em vigor.</p> <p>3 — Além do estabelecido no presente regulamento, devem ser estabelecidos procedimentos específicos de salvaguarda arqueológica no âmbito dos demais instrumentos municipais de ordenamento do território, nos termos da legislação vigente.</p> <p>4 — Nos termos do regime legal específico vigente, os achados arqueológicos fortuitos, em terreno público ou privado, ou em meio submerso, devem ser comunicados ao município e às entidades responsáveis pelo património cultural ou à autoridade policial.</p>	impactos e medidas a adotar para assegurar a preservação deste mesmo local.	
Património Arquitetónico com interesse cultural	<p><b>Artigo 18º</b></p> <p><b>1 — Aos imóveis patrimoniais inventariados no Plano é estabelecida uma área de proteção contida no raio de 50 metros, medidos na perpendicular a partir dos limites do imóvel.</b></p> <p><b>2 — As intervenções nos imóveis patrimoniais inventariados no Plano, bem como as intervenções dentro da área de proteção estabelecido no número anterior, estão sujeitas a parecer do município.</b></p> <p><b>3 — O município pode condicionar as intervenções na área de proteção do imóvel patrimonial inventariado, mediante decisão em Assembleia Municipal.</b></p> <p>4 — As intervenções a realizar nos imóveis inventariados no Plano, bem como as intervenções dentro da respetiva área de proteção, <b>devem garantir a identidade arquitetónica individual e adequada inserção urbanística e/ou paisagística no conjunto</b>, admitindo -se o seguinte:</p> <p>a) Obras de alteração e ampliação desde que não desvirtuem as características arquitetónicas e estruturais existentes;</p> <p>b) Obras de demolição nas seguintes situações e após aprovação da Câmara Municipal (...);</p>	Os imóveis identificados pelo plano têm uma área de proteção com raio de 50 m, sendo que as intervenções realizadas, após parecer do município, deverão garantir a identidade arquitetónica individual deste.	Interdito
RAN	<p>O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que <i>“as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”</i>.</p> <p>Indica também que podem apenas <i>“ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”</i>.</p>	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	Permitido



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>REN - Áreas com instabilidade de vertentes</b>	<p><b>Artigo 11º</b></p> <p>1 — As áreas de instabilidade de vertentes suscetíveis a movimentos de massas de vertentes decorrem da REN e estão identificadas na Planta de ordenamento — Riscos ao uso do solo e na Planta de condicionantes — Reserva Ecológica Nacional.</p> <p>2 — Nas áreas que, de acordo com o regime da REN, sejam identificadas como de instabilidade de vertentes, e assim identificadas, independentemente da sua exclusão, na carta da REN para o município de Alcanena, previamente à realização de quaisquer operações urbanísticas que envolvam a <b>mobilização de terras de qualquer natureza, deve ser apresentado relatório sobre as condições efetivas de estabilidade geodinâmica e características geotécnicas do solo, que inclua a avaliação da envolvente.</b></p> <p>3 — <b>Qualquer ação prevista para estas áreas deve ser acompanhada por estudo geológico-geotécnico</b> com relatório interpretativo a uma escala não inferior a 1:2000, a cargo dos interessados, que comprove a estabilidade da obra a realizar e da vertente, de modo a aferir a sustentabilidade técnica e financeira da obra e que não afete os edifícios localizados na envolvente próxima, cuja estabilidade deve ser garantida.</p> <p>4 — <b>As alterações do coberto vegetal, da topografia do terreno com recurso a escavação ou aterro ou da drenagem de águas pluviais só serão autorizadas desde que seja devidamente demonstrado não provocarem movimentos de massa em vertentes.</b></p> <p>5 — A construção de novas estruturas deve ser precedida da respetiva estabilização dos taludes.</p>	Qualquer construção nesta classe de espaço implica um estudo aprofundado geodinâmico e geológico-geotécnico, com obrigatória estabilização de taludes.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>REN - Zonas ameaçadas pelas cheias</b>	<p><b>Artigo 9º</b></p> <p>1 — As zonas inundáveis correspondem às áreas contíguas à margem dos cursos de água que se estendem até à linha alcançada pela maior cheia conhecida, com probabilidade de ocorrência num período de retorno de um século.</p> <p>2 — As zonas inundáveis incluem-se na função de proteção da linha de água e da galeria ripícola, destinando-se à criação de zonas verdes, sem prejuízo do regime jurídico das áreas integradas na REN.</p> <p>3 — Nas zonas inundáveis é interdita:</p> <p><b>a) A alteração do relevo natural, salvo nas situações em que tal ação vise favorecer o controlo das cheias e a infiltração das águas;</b></p> <p><b>b) A alteração do sistema natural de escoamento por obstrução à circulação das águas.</b></p> <p>5 — <b>Nas zonas inundáveis é interdita a construção de edifícios considerados sensíveis, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro, ou de outro que lhe venha a suceder, bem como qualquer obra de edificação a eles relativa que agrave a suscetibilidade de ocorrência de inundações.</b></p>	Nesta classe de espaço é interdita qualquer construção considerada sensível que altere o relevo natural, o sistema natural de escoamento das águas ou que agrave a suscetibilidade de ocorrência de inundações. Para o Projeto ser compatível com esta classe de espaço terá respeitar o referido anteriormente.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>REN - Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos</b>	<p><b>Artigo 27.º</b></p> <p>6 — Nas áreas que, de acordo com o regime da REN, sejam identificadas como áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos, e assim identificadas, independentemente da sua exclusão, na carta da REN para o município de Alcanena, <b>qualquer operação urbanística fica condicionada à exigência do encaminhamento das águas residuais produzidas para a rede de saneamento ou, nos casos da inexistência desta, à obrigatoriedade de utilização de fossas estanques, não sendo autorizadas fossas com poço absorvente.</b></p>	Qualquer construção nesta classe de espaço terá de encaminhar as águas residuais produzidas para a rede de saneamento.	<b>Condicionante</b>
<b>Leito e margens do curso de água</b>	<p><b>Artigo 44º</b></p> <p>1 — Nas áreas de leito e margens do curso de água, em que a utilização do solo seja para fins agrícolas ou florestais, é condicionada à proteção das galerias ripícolas, mantendo uma margem mínima de 20 metros medidos na perpendicular a partir do eixo do curso de água.</p>	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 20 m das margens de linhas de água para a utilização do solo para fins agrícolas, onde se enquadra o Projeto.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Linhas elétricas</b>	O Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão (RSLEAT), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro, estabelece as faixas de proteção, quer para a rede de transporte, quer para a rede de distribuição. De acordo com o artigo 28.º, deverá ser respeitada a zona de proteção da linha elétrica existente (largura máxima da faixa):	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 45 m em relação às linhas elétricas de alta tensão.	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>– Linhas BT e MT – 15 m (linhas de tensão 1,5 kV até 40 kV), e 25 m (linhas de tensão de 40 kV até 60 kV);</p> <p>– Linha de AT e MAT (Rede Elétrica Nacional, REN) – 45 m (linhas de tensão superiores a 60 kV).</p> <p>O mesmo regulamento estabelece ainda uma distância geral dos condutores a obstáculos diversos de 3,65 m.</p>		
Rede Rodoviária	<p><b>Artigo 5º do DL nº 13/94</b></p> <p>Servidão de 35 metros para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 15 metros da zona de estrada, para os IC.</p>	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 35 m em relação aos IC.	<b>Fortemente Condicionante</b>
Perigosidade de incêndios alta e muito alta	<p><b>Artigo 10º</b></p> <p>1 — Para efeitos de perigosidade de incêndio florestal só são consideradas as classes de risco alta e muito alta de ocorrência de incêndio florestal, cartografadas na Planta de Condicionantes — Áreas Florestais Percorridas por Incêndios e perigosidade de incêndio florestal alta e muito alta.</p> <p>2 — Sem prejuízo das medidas de defesa da floresta contra incêndios definidas no quadro legal em vigor, são observadas as regras constantes do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI).</p> <p>3 — <b>Em solo rústico, exceto em Aglomerados Rurais e Áreas de Edificação Dispersa, nas classes de risco alta e muito alta identificadas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), é interdita a construção nos termos da legislação em vigor.</b></p> <p>4 — Constitui exceção ao número anterior as infraestruturas destinadas à prevenção e combate a incêndios florestais, desde que seja salvaguardada a implementação de medidas estruturantes de silvicultura preventiva, na área circundante.</p>	A maioria dos elementos desta tipologia de Projeto não são edificações, sendo, portanto, compatíveis com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo	<p><b>Artigo 61.º</b></p> <p>3 — Assim, os espaços florestais de conservação tipo II correspondem a:</p> <p>a) Solos com uso dominante florestal e matos desenvolvidos tendo em consideração as classes associadas a floresta autóctone, galerias ripícolas, outras folhosas, pinheiro manso e matos desenvolvidos;</p> <p>b) As áreas de risco da REN — áreas de instabilidade de vertentes e áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo; c) As áreas florestais inseridas na Sub -Região Homogénea Serra de Aire e Candeeiros do PROF LVT.</p> <p><b>Artigo 62.º</b></p> <p>1 — Os espaços florestais de conservação tipo II estão condicionados às seguintes utilizações de modo a garantir a conservação de populações de espécies:</p> <p>a) Silvicultura, onde se deve condicionar a mobilização do solo;</p> <p>b) Conservar e recuperar povoamentos florestais autóctones de modo a assegurar o habitat adequado de alimentação, abrigo e reprodução das espécies da fauna;</p> <p>c) Promover a regeneração natural;</p> <p>d) Atividades de educação ambiental, onde se promova e divulgue os valores naturais em causa;</p> <p>e) A agricultura é admitida como atividade complementar.</p> <p>2 — Sem prejuízo do número anterior, estas áreas são de edificação interdita com exceção de:</p> <p>...</p> <p>b) Edifícios para apoio às atividades agrícolas e florestais;</p> <p><b>DL nº 166/2008 - Anexo II (usos compatíveis)</b></p> <p><b>II - INFRAESTRUTURAS</b></p> <p>a) Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canias, incluindo levadas</p>	Tendo em conta que o espaço faz parte do regime REN, o uso deste tipo de espaço está sujeito a comunicação prévio.	<b>Condicionante</b>
Coletor	O PDM não especifica qual a zona de servidão associada.	A analisar compatibilidade nas fases seguintes.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaços Habitacionais Tipo I</b>	<p><b>Artigo 116.º</b></p> <p>1 — São objetivos genéricos para estes espaços a preservação das características gerais da malha urbana, a manutenção das características de ocupação, a valorização dos espaços exteriores públicos e o reordenamento da circulação viária.</p> <p>2 — Estes espaços destinam -se a habitação e respetivos anexos, comércio, serviços, equipamentos de utilização coletiva, espaços verdes de utilização coletiva, públicos e privados, turismo, estabelecimentos industriais e outras atividades compatíveis com o uso dominante, designadamente com o uso habitacional.</p> <p>3 — A alteração e ou a ampliação de estabelecimentos industriais existentes só é permitida quando vise a melhoria das condições ambientais ou funcionais e não crie situações de incompatibilidade de usos.</p> <p>4 — São também permitidas instalações de indústria, logística e de armazenagem, desde que cumpram o disposto no Artigo 103.º</p>	O projeto não é compatível com o uso deste espaço	<b>Interdito</b>
<b>Espaços Atividades Económicas Tipo I</b>	<p><b>Artigo 119.º</b></p> <p>1 — Na categoria de Espaços de Atividades Económicas do tipo I é interdita a construção de novas edificações destinadas a habitação, excetuando -se as residências para no máximo dois vigilantes por área industrial.</p> <p><b>Artigo 120.º</b></p> <p>1 — Nos Espaços de Atividades Económicas do tipo I são permitidos os seguintes usos:</p> <p>a) Indústrias, oficinas e armazéns ou logística;</p> <p>b) Comércio, a retalho e a grosso;</p> <p>c) Instalações destinadas a operações de gestão de resíduos e parques de armazenagem de materiais;</p> <p>d) Instalações de apoio ao pessoal de segurança e vigilância.</p> <p>e) Posto e armazenagem de combustível.</p> <p>2 — São usos compatíveis com os Espaços de Atividades Económicas do tipo I:</p> <p>a) Serviços;</p> <p>b) Grandes superfícies comerciais;</p> <p>c) Equipamentos desportivos ou complementares à atividade económica;</p> <p>d) Empreendimentos turísticos nas tipologias de hotel e pousada e, Alojamento local.</p>	Segundo o PDM, não é específica a interdição ou permissão de uso deste espaço por parte do projeto. Tendo em conta que não é compatível com o uso destinado a este espaço, o projeto deve salvarguardar estas zonas	<b>Interdito</b>
<b>Aglomerados Rurais Tipo I</b>	<p><b>Artigo 78.º</b></p> <p>1 — Nestas áreas coexistem usos associados à atividade agrícola e silvícola, habitação, indústria, armazéns, comércio, equipamentos e serviços, admitindo um regime de edificabilidade visando sobretudo a colmatação de vazios, numa lógica de contenção da edificação, e que preconize a salvaguarda dos valores paisagísticos e ambientais e da produção agrícola.</p> <p>2 — São permitidas as seguintes ocupações e utilizações:</p> <p>a) Habitação, comércio e serviços;</p> <p>b) Edificação de apoio à atividade agrícola e silvícola;</p> <p><b>Artigo 81.º</b></p> <p>São permitidas nos aglomerados rurais tipo II as seguintes ocupações e utilizações:</p> <p>a) Habitação, comércio e serviços;</p> <p>b) Edificação de apoio à atividade agrícola e silvícola;</p>	O projeto é compatível com o tipo de espaço	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Perímetros Urbanos</b>	<p><b>Artigo 100.º</b></p> <p>1 — No solo urbano é interdita a instalação de:</p> <p>a) Instalações de produtos explosivos;</p> <p>b) Explorações pecuárias e similares;</p> <p>c) Depósitos de materiais de construção com área superior a 1000 metros quadrados.</p> <p>2 — No solo urbano é interdita a ampliação de explorações pecuárias sempre que se verifique que o seu funcionamento é incompatível com a envolvente, com exceção das que se encontram em fase de legalização no âmbito do regime do exercício da atividade pecuária.</p> <p>3 — Para efeitos do disposto no número anterior, considera -se que o funcionamento é incompatível quando exista:</p> <p>a) Dimensões/características arquitetónicas não conformes com a escala urbana e meio envolvente, cujas consequências diretas são a deformação da paisagem e a intrusão visual;</p> <p>b) A não observação das disposições legais vigentes, ou das que venham a ser estabelecidas em Regulamentos Municipais, Planos de Urbanização ou Planos de Pormenor a aprovar pelo Município nos termos do presente regulamento.</p>	O PDM não menciona interdição nem permissão a atividades de apoio agrícola. No entanto, o projeto não é compatível com o uso definido para o espaço em causa	<b>Interdito</b>
<b>Perímetros Rurais</b>	Assume-se que os perímetros rurais serão sinónimo de aglomerados rurais	O projeto é compatível com o tipo de espaço	<b>Permitido</b>
<b>Paisagens Agrícolas</b>	O PDM não especifica o regime associado ao espaço	A analisar compatibilidade nas fases seguintes.	<b>Condicionante</b>
<b>Zonas Industriais (Ruído)</b>	O PDM não especifica o regime associado ao espaço	O projeto não é compatível com as atividades permitidas em zonas industriais	<b>Interdito</b>
<p align="center"><b>PDM Alcobaça</b></p> <p>(Publicado através da RCM nº 177/97 de 25 de outubro, suspenso pela RCM nº 34/2004 de 20 de março, retificado pela RECT nº 2113/2007 de 19 de dezembro, alterado pelo Aviso nº 21749/2008 de 12 de agosto, alterado pelo Aviso nº 6554/2010 de 30 de março, retificado pela DECL RECT nº 714/2010 de 12 de abril, alterado pelo Aviso nº 24804/2011 de 28 de dezembro, alterado pelo Aviso nº 2112/2012 de 10 de fevereiro, corrigido pela DECL RET nº 335/2012, alterado pelo Aviso nº 7447/2013 de 6 de junho, alterado pelo Aviso nº 2013/2014 de 10 de fevereiro, alterado pela DELIB nº 485/2019 de 29 de abril, alterado pela DECL nº 80/2019 de 9 de outubro, alterado pela DELIB nº 622/2020 de 2 de junho e alterado pela DECL nº 73/2020 de 7 de setembro)</p>			
<b>Espaços Florestais</b>	<p><b>Artigo 44º</b></p> <p>1 — Sem prejuízo da legislação em vigor sobre a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional, os espaços florestais ficam sujeitos aos seguintes condicionamentos:</p> <p>a) Sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes, <b>as práticas de destruição do revestimento vegetal e relevo natural carecem de licença municipal ou, havendo legislação específica, de projeto de arborização aprovado pela Direcção-Geral das Florestas e parecer da Câmara Municipal, de acordo com o Decreto-Lei nº 139/89, de 28 de Abril;</b></p> <p>b) <b>Pode ser autorizada a construção isolada de edificações destinadas a equipamentos, a habitação e a apoio a explorações agrícolas e florestais</b> desde que estas se localizem em prédio rústico legalmente constituído de dimensão nunca inferior a 2 ha;</p> <p>c) A cerca máxima das construções, com exceção de silos, depósitos de água ou instalações especiais devidamente justificadas, é de 6,5 m e dois pisos;</p> <p>5 — As manchas de sobreiros e sobreiros dispersos estão condicionadas ao Decreto-Lei nº 172/88, de 16 de Maio.</p>	A destruição de revestimento vegetal e relevo natural carecem de licença municipal ou de parecer da CM. Estão autorizadas construções de apoio a explorações agrícolas nesta classe de espaço.	<b>Condicionante</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	<p>Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.</p> <p>Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto:</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p><b>a) Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.</p>		
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	<p><b>Artigo 40º</b></p> <p>1 — Nas áreas de agricultura intensiva identificadas com as áreas da Reserva Agrícola Nacional e correspondentes às abrangidas pelo perímetro de rega do paul de Cela e campos de Maiorga e Valado de Frades apenas será permitido o uso agrícola.</p> <p>2 — Nas restantes áreas incluídas na Reserva Agrícola Nacional não abrangidas por perímetros hidroagrícolas e quando, nos termos da lei, forem autorizadas obras com finalidade exclusivamente agrícola, a construção de habitações para fixação de agricultores ou para os proprietários dos prédios incluídos nestas áreas, as edificações ou os abrigos fixos ou móveis (...).</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Áreas verdes</b>	<p><b>Artigo 55.º</b></p> <p>Zona verde de proteção</p> <p>1 — Nestas áreas, <b>sem prejuízo da continuidade da exploração agrícola</b>, enquanto não se verificar a transferência de posse e propriedade dos terrenos que as integram para a Administração, tendo como objetivo o uso público, ficam especialmente proibidos:</p> <p>a) O loteamento urbano;</p> <p>b) A execução de quaisquer construções, exceto as que se destinem ao apoio da sua conservação e manutenção;</p> <p><b>c) A destruição do solo vivo e do coberto vegetal;</b></p> <p><b>d) A alteração da topografia do solo;</b></p> <p><b>e) O derrube de quaisquer árvores;</b></p> <p>f) A descarga de entulhos de qualquer tipo e o depósito de quaisquer materiais.</p> <p><b>Artigo 56.º</b></p> <p>Zona verde de recreio e lazer</p> <p>1 — Consideram-se áreas verdes de recreio e lazer todas as zonas verdes consolidadas com uso de recreio e lazer ao ar livre.</p> <p>2 — Nas zonas verdes de recreio e lazer observar-se-ão as seguintes prescrições:</p> <p>a) Interdito o loteamento urbano;</p> <p>b) Interdita a execução de quaisquer edificações;</p> <p><b>c) Interdita a destruição do solo vivo e do coberto vegetal;</b></p> <p><b>d) Interdito o derrube de árvores;</b></p> <p><b>e) Interdita a alteração da topografia do solo;</b></p> <p>f) Interdita a descarga de entulhos de qualquer tipo e o depósito de quaisquer materiais.</p>	Na classe de espaço de zonas verdes não são permitidas construções que destruam o coberto vegetal, alterem a topografia do solo ou derrubem árvores, portanto, o Projeto que tem finalidade agrícola é compatível, mas tem de respeitar essas regras.	<b>Condicionante</b>
<b>Outras áreas agrícolas</b>	<p><b>Artigo 41º</b></p> <p>1 — Sem prejuízo da legislação em vigor sobre a Reserva Ecológica Nacional nas outras áreas agrícolas a Câmara Municipal poderá autorizar a edificação desde que esta se localize em prédio rústico legalmente constituído com área superior a 5000 m<sup>2</sup> e se se justificar em termos de melhoria de trabalho agrícola.</p>	O projeto tem finalidade agrícola pelo que se encontra em conformidade com os usos permitidos nesta classe de solos.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Urbanizáveis</b>	<p><b>Artigo 58º</b></p> <p>Categorias de espaços urbanizáveis</p>	As áreas urbanizáveis destinam-se a fins habitacionais e urbanos, ficando as novas edificações limitadas pela tipologia dominante na área envolvente.	<b>Interdito</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	Consideram-se cinco categorias de espaços urbanizáveis, consoante a grandeza, densidade populacional, nível de serviços e de infraestruturas dos aglomerados urbanos: a) Espaço urbanizável de aglomerados de nível I — cidade de Alcobaça, onde será permitida uma ocupação máxima correspondente à categoria H1; b) Espaço urbanizável de aglomerados de nível II — Benedita, Pataias e São Martinho do Porto, onde será permitida uma ocupação máxima correspondente à categoria H2; c) Espaço urbanizável de aglomerados de nível III — Alfeizerão e Turquel, onde será permitida uma ocupação máxima correspondente à categoria H3; d) Espaço urbanizável de nível IV — todas as restantes sedes de freguesia, onde será permitida uma ocupação máxima correspondente à categoria H4; e) Espaço urbanizável de nível V — todos os restantes aglomerados identificados na planta de ordenamento.		
<b>Sítios arqueológicos</b>	<b>Artigo 32.º</b>  1 — No concelho de Alcobaça devem ser protegidos e preservados os sítios arqueológicos de qualquer pretensão de intervenção, nomeadamente abertura de vias, construções ou demolições, devendo ser condicionada a parecer e eventual acompanhamento de técnicos de arqueologia.	Nos sítios arqueológicos não é permitida qualquer intervenção, a não ser através de um parecer positivo e com acompanhamento de técnicos de arqueologia.	<b>Condicionante</b>
<b>Imóveis de interesse público</b>	<b>Artigo 30º</b>  4 — As zonas de proteção a monumentos nacionais ou a imóveis de interesse público, bem como as dos imóveis em vias de classificação, são servidões administrativas nas quais não são permitidas alienações ou execução de quaisquer obras de demolição, instalação, construção, reconstrução, criação ou transformação de zonas verdes, bem como qualquer movimento de terras ou dragagens, nem alteração ou diferente utilização contrária à traça originária, <b>sem prévia autorização do Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR), de acordo com a legislação em vigor.</b> a) Os monumentos nacionais e os imóveis de interesse público dispõem sempre de uma zona especial de proteção. Enquanto não for fixada zona especial de proteção, aqueles imóveis classificados e os em vias de classificação beneficiarão de uma zona de proteção de 50 m contados a partir dos limites exteriores dos mesmos. b) Aqueles imóveis classificados e os em vias de classificação não podem ser demolidos, no todo ou em parte, nem ser objeto de restauro ou de alteração, alienados ou expropriados, sem prévio parecer do IPPAR. d) As novas edificações a implantar nas zonas de proteção, bem como nas zonas especiais de proteção, instituídas ou propostas, terão de se harmonizar com as edificações existentes e integrar-se na envolvente comum. A harmonização implicará condicionamentos na localização, implantação, dimensão, volumetria, materiais e desenho arquitetónico, de modo que se assegure a necessária integração como meio de proteção e salvaguarda pretendidas.	Os imóveis de interesse público têm uma área de proteção com raio de 50 m, sendo que podem ser realizadas construções para além dessa servidão com o parecer do IPPAR.	<b>Interdito</b>
<b>Zona Marítima de proteção</b>	<b>Artigo 73º B</b>  1 — Na Faixa de Proteção Costeira (ZMP) são interditas: a) A edificação, exceto a prevista no n.º seguinte, onde se incluem as infraestruturas portuárias e as infraestruturas e instalações diretamente associadas a Núcleos de Pesca Local — Portos de Pesca Local; b) Ações que impermeabilizem ou poluam as areias; c) Atividades que causem destruição direta de ecossistemas relevantes; d) Destruição dos substratos rochosos submarinos e dos afloramentos; e) Outras ações que possam vir a introduzir alterações na dinâmica costeira, exceto quando se revele não existirem alternativas mais vantajosas para a proteção de pessoas e bens e desde que seja realizada uma avaliação do impacto ambiental que seguirá o previsto no Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental; f) Ações relacionadas com a exploração de combustíveis fósseis.	Na faixa de proteção costeira são proibidas todas as intervenções que impermeabilizem ou poluam as areias, destruam ecossistemas e substratos rochosos.	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	2 — Na Faixa de Proteção Costeira (ZMP) são permitidas as seguintes ações e atividades, mediante autorização das entidades legalmente competentes: a) Instalações balneares e marítimas previstas no Regulamento de Gestão das Praias Marítimas e do Domínio Hídrico da Autoridade Nacional da Água e respetivos Planos de Intervenção nas Praias; b) Infraestruturas portuárias (...)		
<b>Faixas de Salvaguarda em Litoral de Arriba</b>	<b>Artigo 73º F</b>  1 — Na Faixa de Salvaguarda em Litoral de Arriba para o Mar e na área compreendida entre esta Faixa e a Faixa de Salvaguarda em Litoral de Arriba para Terra — Nível I, deve atender-se ao seguinte: a) É interdita a implantação de quaisquer estruturas, exceto as instalações previstas nos no Regulamento de Gestão das Praias Marítimas e do Domínio Hídrico da Autoridade Nacional da Água e respetivos Planos de Intervenção nas Praias, infraestruturas portuárias e Núcleos de Pesca Local, e desde que as condições específicas do local o permitam, designadamente as relacionadas com a estabilidade da arriba, devendo para o efeito os interessados cumprir as seguintes condicionantes (...)  2 — Nas Faixas de Salvaguarda em Litoral de Arriba para Terra — Nível I e II são interditas operações de loteamento, obras de urbanização, construção, reconstrução, alteração e ampliação, exceto quando se trate de: a) Obras de reconstrução, nomeadamente com incidência na estrutura resistente das edificações, que, por acidente recente ou precariedade declarada, se devam realizar como intervenção de emergência, a qual deverá ser confirmada pelas entidades públicas diretamente responsáveis pela área afetada; b) Obras de reconstrução ou de ampliação que incidam em áreas que tenham sido ou venham a ser objeto de estudos pormenorizados sobre as características geológicas, geotécnicas e evolutivas da arriba e Faixa de Salvaguarda associada ou de intervenções específicas de estabilização, desde que os mesmos demonstrem claramente que se encontram asseguradas as condições de segurança exigidas para a ocupação humana dessas áreas, que não se traduzam na criação de caves e de novas frações e apenas por questões de habitabilidade e salubridade (...).	Na classe de espaço referida são interditas quaisquer práticas agrícolas.	<b>Interdito</b>
<b>Rede Rodoviária</b>	<b>Artigo 5º do DL nº 13/94</b>  Servidão de 35 metros para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 15 metros da zona de estrada, para os IC.	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 35 m em relação aos IC.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Exploração de Inertes</b>	<b>Artigo 17º</b>  A atividade extrativa é regulamentada pelo disposto nos Decretos-Leis nº 88/90, de 16 de Março, 89/90, de 16 de Março, e 90/90, de 16 de Março.	O projeto não é compatível com esta classe de espaço.	<b>Interdito</b>
<b>PDM Alcochete</b> <b>(Publicado através da RCM nº 141/97 de 22 de agosto, alterado pelo Aviso nº 17956/2018 de 4 de dezembro e alterado pelo Aviso nº 14820/2020 de 28 de setembro)</b>			
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	<b>Artigo 11º</b>  1 — Nos terrenos integrados na REN, devidamente identificados na planta de condicionantes, aplica-se o disposto no Decreto-Lei nº 93/90, de 19 de Março, alterado pelos Decretos-Leis nºs 316/90, de 13 de Outubro, 213/92, de 12 de Outubro, e 79/95, de 20 de Abril.  Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.		
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	<b>Artigo 12.º</b> 1 —Nos terrenos da RAN, devidamente identificados na planta de condicionantes, aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho, nos termos e condições previstos no mesmo diploma.  O Decreto-Lei mencionado no PDM Alcochete encontra-se revogado, pelo que se considera o Decreto-Lei atualmente em vigor que aprova o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional e que revoga o Decreto-Lei n.º 196/89.  O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro.  No seu artigo 21.º são enumeradas ações interditas em terras e solos da RAN. No seu artigo 22.º é referenciado que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se, preferencialmente, nas terras e solos classificados como de menor aptidão.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Furos de captação de água para abastecimento público</b>	<b>Artigo 16.º</b> Na vizinhança das redes públicas de captação, adução e distribuição de água, serão observados os seguintes condicionamentos:  a) Fora dos espaços urbanos são interditos, numa faixa mínima de 200 m à volta dos furos de captação de água, instalações, ocupações ou atividades que possam provocar poluição dos aquíferos, tais como coletores e fossas sépticas, despejos de lixo ou descargas de entulho, instalações pecuárias, depósitos de sucata, armazéns de produtos químicos, etc.; b) É interdita a abertura de furos particulares numa faixa de 300 m de largura à volta dos furos públicos de captação de água;	O projeto terá de respeitar as faixas mínimas à volta dos furos de captação de água, assim como deve evitar ações que são interditas e que provoquem a poluição dos elementos mencionados no artigo 16.º.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Espaços Naturais</b>	<b>Artigo 22º</b> Nos espaços naturais são interditos os seguintes atos e atividades: a) A expansão ou abertura de novas explorações de inertes; b) A instalação de qualquer tipo de indústria transformadora; c) A instalação de parques de sucata, lixeiras, nitreiras e depósitos de materiais de construção ou de combustíveis; d) A prática de campismo ou caravanismo fora dos lugares expressamente destinados a este fim; e) Novas construções, exceto as previstas no presente Regulamento; f) Instalações pecuárias.  <b>Artigo 23º</b> 1 — Os usos permitidos e as regras de edificabilidade nos espaços naturais de categoria I obedecem ao disposto no Decreto-Lei nº 93/90, de 19 de Março, alterado pelos Decretos-Leis nºs 316/90, de 13 de Outubro, 213/92, de 12 de Outubro, e 79/95, de 20 de Abril.	O Projeto é compatível com esta classe de espaço.	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>2 — Para além do disposto na legislação referida no número anterior, é interdita a colocação de painéis publicitários.</p> <p><b>Artigo 24º</b></p> <p>1 — Nos espaços naturais de categoria II é permitida:</p> <p>a) A reconstrução, alteração e ampliação de edifícios para habitação, comércio e <b>apoio à atividade agrícola;</b></p> <p><b>d) A exploração agrícola.</b></p>		
<b>Espaço Agrícola</b>	<p><b>Artigo 27º</b></p> <p>1 — Os usos e a edificabilidade no espaço rural de categoria I — espaço agrícola estão sujeitos às condições constantes dos números seguintes do presente artigo.</p> <p>2 — São interditos os seguintes atos e atividades:</p> <p>a) Instalação de parques de sucata, nitreiras, depósitos de materiais e estaleiros de construção;</p> <p>b) Instalação de lixeiras, exceto nos locais expressamente destinados pela Câmara Municipal para esse fim;</p> <p>c) Expansão ou abertura de novas explorações de inertes;</p> <p>d) Prática de campismo ou de caravanismo;</p> <p>e) Instalações pecuárias em áreas de recarga de aquíferos;</p> <p>f) Instalações de indústrias ou atividades não especificamente ligadas à agricultura, à exploração florestal ou aos recursos naturais, com exceção das previstas neste artigo.</p>	O projeto tem finalidade agrícola pelo que se encontra em conformidade com os usos permitidos nesta classe de solos.	<b>Permitido</b>
<b>Zona de Proteção especial do Estuário do Tejo</b>	<p><b>Decreto-Lei n.º 280/94, de 5 de Novembro:</b></p> <p><b>Artigo 5º - nº4</b></p> <p>4 - O plano de gestão deve prever formas de articulação das medidas propostas com os instrumentos de planeamento e ordenamento em vigor ou previstos para a área.</p> <p><b>Artigo 7º - nº1 a)</b></p> <p>1 - Na área abrangida pela ZPE é interdito:</p> <p>a) O licenciamento de novos loteamentos urbanos e industriais.</p>	Sendo o estuário do Tejo uma zona de proteção especial, a prática agrícola não é permitida.	<b>Interdito</b>
<p align="center"><b>PDM Alenquer</b></p> <p align="center"><b>(Publicado através da RCM nº 13/95 de 14 de fevereiro, alterado pela RCM nº 119/98 de 9 de outubro, alterado pelo Aviso nº 5086-A/2010 de 10 de março, alterado pelo Aviso nº 16767/2018 de 19 de novembro e corrigido pelo Aviso nº 1488/2019 de 25 de janeiro)</b></p>			
<b>Furos de captação de água</b>	<p><b>Artigo 13º</b></p> <p>1 - As áreas de proteção dos furos de captação de água para abastecimento público são constituídas por dois tipos de perímetros de proteção:</p> <p>1.1 - Perímetro de proteção próxima, num raio de 20 m em torno da captação;</p> <p>1.2 - Perímetro de proteção à distância, num raio de 100 m em torno da captação.</p> <p>2 - Nos perímetros de proteção próxima não devem existir:</p> <p>a) Depressões onde se possam acumular águas pluviais;</p> <p>b) Caixas ou caleiras subterrâneas sem esgoto devidamente tratado;</p> <p>c) Canalizações, fossas e sumidouros de águas negras;</p> <p>d) Habitações e instalações industriais;</p>	O Projeto terá de respeitar os perímetros de proteção referidos.	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>e) Culturas adubadas, estrumadas ou regadas.</p> <p>3 - Nos perímetros de proteção à distância não devem existir:</p> <p>a) Sumidouros de águas negras abertas na camada aquífera captada;</p> <p>b) Outras captações;</p> <p>c) Rega com águas negras;</p> <p>d) A menos que providos de esgoto distante ou tratamento completo: Nitreiras, currais, estábulos, matadouros, etc.; Instalações sanitárias; Indústrias com efluentes poluentes.</p>		
<b>Espaços Florestais</b>	<p><b>Artigo 14º</b></p> <p>Os condicionamentos aos espaços florestais são os que constam do Decreto de 24 de Dezembro de 1901, do Decreto de 24 de Dezembro de 1903 e do Decreto de 11 de Julho de 1905, das Leis nºs 1971, de 15 de Junho de 1938, 2069, de 24 de Abril de 1954, do Decreto n.º 39931, de 24 de Novembro de 1954, e dos Decretos-Leis nºs 357/57, de 8 de Julho, 139/88, de 22 de Abril, e 139/89, de 28 de Abril.</p> <p>“Nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:</p> <p><b>(...) Carecem de licença das câmaras municipais:</b></p> <p><b>As ações de destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas;</b></p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Rede Rodoviária</b>	<p><b>Artigo 16º</b></p> <p>1 - Os condicionamentos e servidões da rede rodoviária são os que constam das Leis nº 2037, de 19 de Agosto de 1949, 2110, de 19 de Agosto de 1961, e dos Decretos-Leis nº 13/71, de 23 de Janeiro, 380/85, de 26 de Setembro, 12/92, de 4 de Fevereiro, e <b>13/94, de 15 de Janeiro, designadamente estando qualquer obra de vedação e acesso a propriedades marginais sujeita a licenciamento das entidades competentes.</b></p> <p><b>Artigo 5º do DL nº 13/94</b></p> <p>Servidão de 35 metros para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 15 metros da zona de estrada, para os IC.</p>	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 35 m em relação aos IC.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Espaços urbanizáveis</b>	<p><b>Artigo 28º</b></p> <p>1 - Os espaços urbanizáveis, delimitados na planta de ordenamento, constituem áreas de expansão das áreas urbanas existentes.</p> <p>2 - As áreas urbanizáveis destinam-se à construção de novos conjuntos residenciais, de edifícios destinados a atividades diversificadas e de equipamentos complementares.</p> <p>3 - A ocupação dos espaços urbanizáveis será feita mediante plano de faseamento das infraestruturas a propor pela Câmara Municipal de Alenquer.</p>	Este projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas, não sendo compatível com esta classe de área.	<b>Interdito</b>
<b>Rede Rodoviária</b>	<p><b>Art.5º do DL nº13/94</b></p> <p>Servidão de 50 metros para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 metros da estrada, para os IP.</p>	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 50 m em relação aos IP.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Espaços para indústrias extrativas</b>	<p><b>Artigo 41º</b></p> <p>2 - Os espaços para indústrias extrativas, indicados nas plantas de condicionantes e de ordenamento. são os seguintes:</p> <p>a) Pedreiras de calcário (britas) a norte de Alenquer;</p> <p>b) Pedreiras de calcário (britas) em Atougua;</p>	O Projeto que tem finalidade agrícola, não é compatível com esta classe de espaço, sendo que é necessário cumprir a zona de defesa referida.	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>c) Pedreiras de basalto no cabeço de Meca; d) Saibreira a norte do Camarnal; e) Areeiro a norte de Marés.</p> <p>7 - Os espaços para as indústrias extrativas designados no n.º 2 deste artigo incluem a faixa envolvente de proteção. Será criada para além do limite daqueles espaços uma segunda zona de defesa envolvendo o seu perímetro com a largura de 100 m.</p>		
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	<p><b>Artigo 43º</b></p> <p>1 - Nesta área o regime de uso e de alteração do solo é o definido nos Decretos-Leis nºs 196/89, de 14 de Julho, e 274/92, de 12 de Dezembro, e no Decreto Regulamentar n.º 2/93, de 3 de Fevereiro.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Agrícolas não integrados na RAN</b>	<p><b>Artigo 45º</b></p> <p>1 - Nas áreas agrícolas integradas nesta classe será permitida a edificação que respeite as prescrições que se seguem, sem prejuízo de outras restrições ou condicionamentos legais: 1.1 - Construção de equipamentos coletivos de interesse público; 1.2 - Poderão ocorrer núcleos de desenvolvimento turísticos, de acordo com o artigo 48.º, capítulo XI; (...)</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços agroflorestais</b>	<p><b>Artigo 46.º</b></p> <p>1 – (...) são espaços de utilização agrícola e florestal. 2 – Nestas áreas serão permitidas as edificações que respeitem as prescrições e condições estabelecidas para os espaços designados &lt;&lt;Espaços agrícolas não integrados na RAN&gt;&gt;</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola e respeita as condições estabelecidas para os espaços agrícolas não integrados na RAN, este é compatível com a classe de espaço referida	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	<p>Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.</p> <p>Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Marcos Geodésicos</b>	<p>Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de abril.</p> <p>Os marcos geodésicos têm zonas de proteção determinadas, caso a caso, em função da visibilidade que deve ser assegurada ao sinal construído e entre os diversos sinais. A extensão da zona de proteção terá no mínimo um raio de 15 m. Os projetos de obras nas proximidades dos marcos geodésicos não podem ser licenciados sem autorização prévia do Instituto Geográfico Português (IGP).</p>	O Projeto terá de respeitar a área de proteção associada aos marcos geodésicos.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Linhas elétricas</b>	<p>O Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão (RSLEAT), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro, estabelece as faixas de proteção, quer para a rede de transporte, quer para a rede de distribuição. De acordo com o artigo 28.º, deverá ser respeitada a zona de proteção da linha elétrica existente (largura máxima da faixa): – Linhas BT e MT – 15 m (linhas de tensão 1,5 kV até 40 kV), e 25 m (linhas de tensão de 40 kV até 60 kV); – Linha de AT e MAT (Rede Elétrica Nacional, REN) – 45 m (linhas de tensão superiores a 60 kV). O mesmo regulamento estabelece ainda uma distância geral dos condutores a obstáculos diversos de 3,65 m.</p>	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 45 m em relação às linhas elétricas de alta tensão.	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<p align="center"><b>PDM Almeirim</b></p> <p align="center">(Publicado pela RCM nº 48/93 de 1 de junho, alterado pela DECL nº 406/2000 de 22 de dezembro, pela retificação RECT nº 1953/2003 de 22 de outubro, alterado pelo Anúncio nº 6535/2010 de 12 de julho, pelo Anúncio nº 9970/2010 de 19 de outubro, pelo Anúncio nº 11417/2010 de 26 de novembro, alterado pela DECL RECT nº 2634/2010 de 23 de dezembro, alterado pelo Anúncio nº 6442/2011 de 12 de maio, pelo Anúncio 62/2015 de 10 de abril, pelo Anúncio nº 194/2015 de 14 de agosto, pelo Anúncio nº 163/2017 de 18 de setembro, pelo Anúncio nº 16/2019 de 18 de janeiro, alterado pela DECL nº 26/2019 de 4 de abril, alterado pelo Anúncio nº 260/2020 de 17 de novembro e alterado pelo Anúncio nº 16/2021 de 1 de fevereiro)</p>			
<b>Servidões rodoviárias</b>	<p><b>Artigo 2.º</b></p> <p>2.1.1 – São estabelecidas as seguintes áreas <i>non aedificandi</i>:</p> <p>a) Itinerários complementares (IC3 e IC10): 50 metros a partir dos eixos depois de implantadas e nunca inferior a 20 metros da zona da estrada.</p> <p>b) Estradas nacionais: 20 metros e 50 metros para cada lado a partir da plataforma da estrada, respetivamente para edifícios e instalações de carácter industrial, restaurantes, hotéis, etc;</p> <p>c) Estradas municipais: 10 metros para cada lado da plataforma; nas indicadas para reordenamento, a área anterior será de 20 metros até à sua implantação definitiva;</p> <p>d) Estradas rurais: 5 metros para cada lado a partir da plataforma.</p>	O Projeto terá de cumprir as servidões para os diferentes tipos de vias existentes.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Linhas elétricas</b>	<p><b>Artigo 2º</b></p> <p>2.2.1 – Definem-se servidões administrativas para as linhas de média e alta tensão, de acordo com os seguintes escalões de KW:</p> <p>a) Superiores a 60 KW Faixa de 40 metros de largura com eixo coincidente com as linhas.</p> <p>b) Linhas de 60 KW Faixa de 30 metros de largura com eixo coincidente com as linhas.</p> <p>c) Inferiores a 60 KW Faixa de 20 metros.</p> <p>2.2.2 – Nas faixas referidas no nº anterior, não são permitidas plantações de árvores que impeçam o estabelecimento ou prejudiquem a exploração das linhas.</p> <p>2.2.3 – Todas as construções e utilização do solo são condicionadas pelas disposições do Dec. – Lei 46 847, de 27 de Janeiro de 1966 e regulamentos anexos.</p> <p>O Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão (RSLEAT), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro, estabelece as faixas de proteção, quer para a rede de transporte, quer para a rede de distribuição. De acordo com o artigo 28.º, deverá ser respeitada a zona de proteção da linha elétrica existente (largura máxima da faixa):</p> <p>– Linhas BT e MT – 15 m (linhas de tensão 1,5 kV até 40 kV), e 25 m (linhas de tensão de 40 kV até 60 kV);</p> <p>– Linha de AT e MAT (Rede Elétrica Nacional, REN) – 45 m (linhas de tensão superiores a 60 kV).</p> <p>O mesmo regulamento estabelece ainda uma distância geral dos condutores a obstáculos diversos de 3,65 m.</p>	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 45 m em relação às linhas elétricas de alta tensão, visto o RSLEAT ser mais restritivo do que o PDM.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>ETAR</b>	<p><b>Artigo 2º</b></p> <p>2.3.4 – É definida uma área “Non Aedificandi” de 200 metros a partir dos limites das ETAR e do Aterro Sanitário.</p>	O Projeto terá de salvaguardar a servidão de 200 m a partir dos limites da ETAR.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Áreas diferenciadas dos aglomerados urbanos</b>	<p><b>Artigo 3º</b></p> <p>3.3</p> <p>2b) Serão admitidos loteamentos e destaques de acordo com o Dec. – Lei 448/91, de 29 de Novembro.</p> <p>3) Condições regulamentares:</p> <p>a) Área mínima do lote – 1.000 m² Frente mínima do lote – 20 m</p> <p>b) As moradias unifamiliares terão número máximo de 2 dois pisos, sendo admitidas caves e aproveitamento do sótão.</p> <p>(...)</p>	Este projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas, não sendo compatível com esta classe de área.	<b>Interdito</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Montado de Sobreiro</b>	<p><b>Artigo 6º</b></p> <p>4 – Nas áreas de montado de sobreiro e azinho, deverá atender-se ao seguinte:</p> <p>4.1 – É proibido a reconversão cultural dos povoamentos de acordo com o estabelecido no Art.º 6º do Dec. – Lei 175/88, de 17 de Maio e Portaria 528/89, de 11 de Julho.</p> <p>4.2 – São aplicadas a estas áreas as especificações dos nºs 2, 5, 8, 9, 10, 12 e 13 deste Art.º.</p> <p>Decreto-Lei n.º 14/77, de 6 de janeiro. (Atualmente Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro, pela Lei n.º 12/2012, de 13 de março e pelo Decreto-lei n.º 29/2015, de 10 de fevereiro).</p> <p>Neste diploma é estabelecido que o corte ou arranque de sobreiros ou azinheiras, em povoamento ou isolados, carece de autorização das atuais Direções Regionais de Agricultura e Pescas ou do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, dependendo da natureza ou da dimensão do povoamento.</p> <p>A legislação define povoamento de sobreiro, de azinheira ou misto como uma formação vegetal com área superior a 0,50 ha e, no caso de estruturas, com largura superior a 20 m, onde se verifica presença de sobreiros ou azinheiras, associados ou não entre si ou com outras espécies, cuja densidade satisfaz valores mínimos estabelecidos no Decreto-Lei.</p>	<p>O projeto deve salvaguardar esta classe de espaço. Caso seja necessário o corte ou arranque destes exemplares apenas será permitido em caso de estarem isolados (sem ser em povoamento), sendo que o mesmo carece de autorização do ICNF.</p>	<b>Fortemente Condicionante a Interdito (povoamento)</b>
<b>Áreas de proteção e valores de património natural</b>	<p><b>Artigo 7º</b></p> <p>7.1.1 – Aplicam-se a estas áreas as disposições dos nºs 2, 3, e 5 do Art.º 6º.</p> <p>7.1.2 – Nestas áreas são proibidas todas as atividades suscetíveis de danificar quaisquer valores desse património (florístico, faunístico, paisagístico, geológico, etc.) e designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O abate de árvores sem expressa autorização Municipal, sendo no caso de sobreiros e azinheiras autorização da Direção Geral de Florestas e no caso de árvores de interesse público autorização da Direção Geral do Património Edificado.</li> <li>• Alteração da morfologia do terreno com abertura de caminhos (exceto os previstos no PDM), construção de edifícios, instalações de linhas de transporte de energia e telefónicas.</li> <li>• Depósito de sucata, entulho, combustíveis, etc., materiais e outros de idêntica natureza.</li> </ul>	<p>O Projeto não poderá danificar qualquer valor do património para ser compatível com esta classe de espaço.</p>	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Área de interesse arqueológico</b>	<p><b>Artigo 7º</b></p> <p><b>7.3.2 – É considerada uma zona “Non Aedificandi” em todos os locais, sítios, edifícios e estações de valor arqueológico registados na Planta de Ordenamento, conforme definido na Planta Arqueológica.</b></p> <p>7.3.3 – A reserva arqueológica será obtida a partir da área real da estação, mais perímetro de 50 metros, desde os limites externos da área referida, perímetro que constituirá a zona especial de proteção.</p> <p>7.3.4 – As ações a desencadear pela Câmara Municipal de Almeirim, no âmbito da proteção arqueológica, basear-se-ão numa postura municipal referente ao património arqueológico onde se indicam as reservas municipais.</p> <p>7.3.5 – Os sítios inventariados na Carta Arqueológica Nacional não podem ser objeto de qualquer tipo de obras, sem que previamente, seja consultado o Departamento de Arqueologia do Instituto do Património Cultural. (IPPC).</p> <p>7.3.6 – Os sítios ainda não inventariados serão objeto de processos de classificação como valores concelhios e imóveis de interesse Público, processos que serão instruídos pela CMA e entregues para homologação ao IPPC (Departamento de Arqueologia).</p> <p>7.3.7 – A Câmara Municipal de Almeirim fiscalizará as obras de demolição e/ou construção que se realizem no espaço correspondente à área de reserva do subsolo do antigo Paço Real de Almeirim, de modo a salvaguardar as estruturas e o património móvel do demolido Palácio (vide Carta Arqueológica de Almeirim e Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Almeirim – Versão revista PDM).</p>	<p>O Projeto deverá respeitar a zona de proteção de 50 m para a classe referida, não sendo esta condicionante impeditiva à realização do projeto.</p>	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	7.3.8 – A Câmara Municipal de Almeirim, de acordo com a Convenção Europeia de Proteção ao Património Arqueológico e a legislação portuguesa não permitirá escavações clandestinas e esclarecerá a população da natureza da propriedade dos achados do subsolo pertencentes à comunidade.		
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.  Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”. Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>PDM Alpiarça</b> (Publicado pela RCM nº 14/94 de 15 de março, alterado pela RCM nº 90/2001 de 30 de julho, suspenso pela RCM nº 13/2003 de 29 de janeiro, suspenso pela RCM nº 21/2004 de 3 de março e alterado pelo Aviso nº 16747/2010 de 23 de agosto)			
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”. Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.  Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Rede elétrica +60KV</b>	<p><b>Artigo 8.º</b></p> <p>1 – Definem-se servidões administrativas para as linhas de média e alta tensão, de acordo com os seguintes escalões de quilowatts:</p> <p>a) Superiores a 60 kW – faixa de 40 m de largura com eixo coincidente com as linhas;</p> <p>O Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão (RSLEAT), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro, estabelece as faixas de proteção, quer para a rede de transporte, quer para a rede de distribuição. De acordo com o artigo 28.º, deverá ser respeitada a zona de proteção da linha elétrica existente (largura máxima da faixa):</p> <p>– Linhas BT e MT – 15 m (linhas de tensão 1,5 kV até 40 kV), e 25 m (linhas de tensão de 40 kV até 60 kV);</p> <p>– Linha de AT e MAT (Rede Elétrica Nacional, REN) – 45 m (linhas de tensão superiores a 60 kV).</p>	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 45 m em relação às linhas elétricas de tensão superiores a 60KV, segundo o RSLEAT.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Servidões dos sistemas de saneamento básico (adutoras e condutas elevatórias)</b>	<p><b>Artigo 9.º</b></p> <p>É interdita qualquer construção ao longo de uma faixa de 10 m com eixo no traçado de: condutas de adução de água; condutas de adução-distribuição de águas</p>	O Projeto é compatível com a classe de área referida se respeitar as faixas de proteção referidas.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Montado de Sobreiro</b>	<p><b>Artigo 15º</b></p> <p>As áreas de montado de sobreiro estão sujeitas à legislação em vigor, designadamente os Decretos-Leis nºs 14/77, 172/88, de 16 de Maio, e 175/88, de 11 de Julho.</p> <p>Decreto-Lei n.º 14/77, de 6 de janeiro. (Atualmente Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro, pela Lei n.º 12/2012, de 13 de março e pelo Decreto-lei n.º 29/2015, de 10 de fevereiro).</p> <p>Neste diploma é estabelecido que o corte ou arranque de sobreiros ou azinheiras, em povoamento ou isolados, carece de autorização das atuais Direções Regionais de Agricultura e Pescas ou do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, dependendo da natureza ou da dimensão do povoamento.</p> <p>A legislação define povoamento de sobreiro, de azinheira ou misto como uma formação vegetal com área superior a 0,50 ha e, no caso de estruturas, com largura superior a 20 m, onde se verifica presença de sobreiros ou azinheiras, associados ou não entre si ou com outras espécies, cuja densidade satisfaz valores mínimos estabelecidos no Decreto-Lei.</p>	O projeto deve salvaguarda esta classe de espaço. Caso seja necessário o corte ou arranque destes exemplares apenas será permitido em caso de estarem isolados (sem ser em povoamento), sendo que o mesmo carece de autorização do ICNF.	<b>Fortemente Condicionante a Interdito (povoamento)</b>
<b>Áreas de Proteção a Valores do Património Natural</b>	<p><b>Artigo 20º</b></p> <p>2 - Áreas de proteção a valores do património natural:</p> <p>2.1 - Nestas áreas são proibidas todas as atividades suscetíveis de danificar quaisquer valores desse património (florístico, faunístico, paisagístico, geológico, etc.) e, designadamente:</p> <p>O abate de árvores sem expressa autorização municipal, sendo precisa, no caso de sobreiros e azinheiras, autorização da Direcção-Geral das Florestas e, no caso de árvores de interesse público, autorização da Direcção-Geral do Património do Estado;</p> <p>Alterações da morfologia do terreno com abertura de caminhos (exceto previstos no PDM), construções de edifícios, instalação de linhas de transporte de energia e telefónicas; Depósito de sucata, entulhos, combustíveis ou outros materiais ou outros de idêntica natureza; Prática de campismo fora dos locais para tal designados pela Câmara Municipal.</p>	Nesta classe de espaço, o Projeto não poderá danificar qualquer valor considerado património natural.	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>PDM Arruda dos Vinhos</b> (publicado pela RCM nº 14/97 de 28 de janeiro, alterado pelo Edital nº 558/2008 de 3 de junho, alterado pelo Edital 222/2010 de 17 de março, retificado pela DECL RET nº 648/2012 de 17 de maio, alterado pela DECL nº 28/2017 de 18 de abril, alterado pelo Aviso nº 1585/2018 de 2 de fevereiro, alterado pelo Aviso nº 16427/2018 de 13 de novembro, corrigido pelo Aviso nº 8143/2019 de 10 de maio, alterado pelo Aviso nº 12780/2019 de 9 de agosto, retificado pela DECL RET nº 778/2019 de 8 de outubro, alterado pelo Aviso nº 16173/2021 de 26 de agosto)			
<b>Espaço Florestal - Áreas de floresta de produção</b>	<b>Artigo 4.1 do ANEXO I</b>  d) Deverão ser preservados todos os núcleos de vegetação natural existentes constituídos por espécies florestais folhosas, nomeadamente carvalhos, freixos, amieiros e castanheiros — Decreto Regulamentar nº 55/81, de 18 de Dezembro, e Decreto-Lei nº 180/89, de 30 de Maio. e) No caso de FRC, os projetos de arborização que incidam sobre áreas superiores a 350 ha, ou de que resultem áreas de idêntica ordem de grandeza na continuidade de povoamentos preexistentes das mesmas espécies, terão obrigatoriamente de incluir um estudo de avaliação do impacto ambiental e um parecer da CMAV, nos termos do Decreto-Lei nº 175/88, de 17 de Maio. f) As ações de arborização ou re-arborização com recurso a FRC que envolvem áreas superiores a 50 ha, considerando-se para este limite a inclusão de povoamentos preexistentes das mesmas espécies, necessitam de autorização prévia do IF; o pedido de autorização deve ser acompanhado do projeto de arborização e do respetivo plano previsional de gestão — Decreto-Lei nº 175/88, de 17 de Maio.	O Projeto é compatível com esta classe de espaço se preservar todos os núcleos de vegetação natural de espécies folhosas.	<b>Condicionante</b>
<b>Espaço agrícola (Área agrícola da RAN, Área agrícola não incluída na RAN)</b>	<b>Artigo 28º</b>  No espaço agrícola é admitido como uso compatível com o uso geral dominante, além das decorrentes dos licenciamentos referidos no artigo 27º : a) Licenciamento de área de exploração de massa mineral de superfície na categoria de área agrícola não incluída na RAN, desde que não abrangido por regime, servidão ou restrição que o contrarie, em parcela de terreno que disponha de acesso público com perfil transversal e pavimento adequado à utilização a licenciar; b) Utilização alternativa por meio de arborização e desenvolvimento de atividades florestais nos termos da legislação em vigor.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos nesta classe de espaço.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetadas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”. Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.  Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Linhas elétricas</b>	O Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão (RSLEAT), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro, estabelece as faixas de proteção, quer para a rede de transporte, quer para a rede de distribuição. De acordo com o artigo 28º, deverá ser respeitada a zona de proteção da linha elétrica existente (largura máxima da faixa): – Linhas BT e MT – 15 m (linhas de tensão 1,5 kV até 40 kV), e 25 m (linhas de tensão de 40 kV até 60 kV);	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 45 m em relação às linhas elétricas de alta tensão.	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	– Linha de AT e MAT (Rede Elétrica Nacional, REN) – 45 m (linhas de tensão superiores a 60 kV). O mesmo regulamento estabelece ainda uma distância geral dos condutores a obstáculos diversos de 3,65 m.		
<b>PDM Azambuja</b> <b>(Publicado pela RCM nº 14/95 de 16 de fevereiro, alterado pelo RCM nº 3/97 de 11 de janeiro, alterado pelo Aviso nº 5053/2010 de 10 de março, corrigido pelo Aviso nº 13222/2012 de 3 de março, retificado pela DECL RET nº 12/2015 de 7 de janeiro e alterado pelo Aviso nº 12697/2019 de 8 de agosto)</b>			
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	<p>O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”.</p> <p>Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.</p>	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	<p>Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei nº 124/2019, de 28 de agosto.</p> <p>Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei nº 124/2019, de 28 de agosto:</p> <p><b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Domínio Hídrico</b>	<p><b>Artigo 5º</b></p> <p>3- A ocupação ou utilização dos terrenos situados no DPH é feita em conformidade com o estatuído nos Decretos-Leis nº309/87, de 7 de Agosto, 70/90, de 2 de Março, 201/92, de 29 de setembro, 46/94 e 47/94, de 22 de fevereiro,</p> <p>4- Nas zonas adjacentes às margens ameaçadas pelas cheias são definidos dois tipos de zonas:</p> <p>4.1 - Ocupação edificada proibida:</p> <p>a) Nestas zonas é interdito:</p> <p>Implantar edifícios ou realizar obras suscetíveis de constituir obstrução à livre passagem das águas;</p> <p>Destruir o revestimento vegetal ou alterar o relevo natural;</p> <p>Instalar vazadouros, lixeiras, parques de sucatas ou quaisquer outros depósitos de materiais;</p> <p>b) Poderão ser autorizadas nestas zonas:</p> <p>A implantação de infraestruturas indispensáveis ou a realização de obras de correção hidráulica, mediante parecer favorável da Direção-Geral do Ordenamento do Território (DGOT) e da Direção-Geral dos Recursos Naturais (DGRN).</p> <p>6 – Nos terrenos privados localizados em leitos ou margens públicas:</p> <p><b>a) A realização de quaisquer obras, permanentes ou temporárias, fica sujeita ao parecer vinculativo das autoridades com jurisdição nessa área;</b></p> <p><b>b) Os proprietários devem cumprir as obrigações que a lei estabelece, no que respeita à execução de obras hidráulicas, nomeadamente de correção, regularização, conservação, desobstrução e limpeza.</b></p> <p>7 – De acordo com o Decreto-Lei nº 46/94, de 22 de fevereiro, carecem de título de utilização, qualquer que seja a natureza e personalidade jurídica do utilizador, as seguintes utilizações do domínio hídrico:</p> <p>a) A captação de águas;</p>	O Projeto deverá evitar de forma conservadora a ocupação de domínio hídrico. Caso essa ocupação seja inevitável, terá de ser requerida autorização/licenciamento da Agência Portuguesa do Ambiente/ARH, para ocupar parte do domínio, bem como o Projeto deverá garantir, na sua conceção medidas de minimização que garantam o escoamento natural do curso de água a afetar, por exemplo através de passagens hidráulicas.	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>b) A rejeição de águas residuais;</p> <p>c) As infraestruturas hidráulicas;</p> <p>d) A limpeza e desobstrução de linhas de água;</p> <p>e) A extração de inertes</p> <p>f) As construções</p> <p>g) Os apoios de praia e equipamentos</p> <p>h) Os estacionamento e acessos;</p> <p>i) As culturas biogenéticas;</p> <p>Lei n.º 54/2005, de 11 de novembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2006, de 16 de janeiro, alterada pela Lei nº 78/2013, de 21 de novembro, pela Lei nº 34/2014, de 19 de junho e cuja última alteração é dada Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto).</p> <p>Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 10 m das margens de linhas de água não navegáveis.</p>		
<b>Redes de água - condutas</b>	<p><b>Artigo 9º</b></p> <p>2 – Condicionantes aplicáveis à rede de abastecimento de água:</p> <p>2.1 – Os condicionamentos constam no Decreto-Lei nº 230/91, de 21 de Junho, designadamente:</p> <p>a) É interdita a construção ao longo de uma faixa de 2,5 m, medida para cada lado do traçado das condutas de adução ou adução-distribuição de água;</p> <p>b) É interdita a execução de construção ao longo da faixa de 1 m, medida para cada lado do traçado das condutas distribuidoras de água;</p> <p>c) Fora das zonas urbanas é interdita a plantação de árvores ao longo da faixa de 10 m, medida para cada lado do traçado das condutas de água. Nas áreas urbanas a largura da referida faixa será considerada caso a caso na apreciação dos projetos de arranjo dos espaços exteriores.</p> <p>d) Não é permitido, sem licença, efetuar quaisquer obras nas faixas de terreno denominadas «faixas de respeito», que se estendem até à distância de 10 m dos limites das parcelas de terreno de propriedade da EPAL – Empresa Pública de Águas Livres, S. A., destinadas à implantação de aquedutos condutas, reservatórios, ou estações de captação, tratamento ou elevatórias.</p>	O Projeto é compatível com a classe de área referida se respeitar as faixas de proteção referidas.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Edifícios escolares</b>	<p><b>Artigo 9º</b></p> <p>5 - Os condicionamentos respeitantes às zonas de proteção a edifícios escolares são os que constam dos Decretos-Leis nº 21 875, de 18 de novembro de 1932, 34 993, de 11 de outubro de 1945, 37 575, de 8 de outubro e 1949, 39 847, de 8 de outubro de 1954, 40 388, de 21 de Novembro de 1955, 44 220, de 3 de março de 1962, e do decreto nº 46 847, de 27 de janeiro de 1966, designadamente:</p> <p><b>a) Nas áreas imediatamente envolventes aos recintos escolares existentes e outros que venham a ser concretizados na vigência do PDM da Azambuja não devem existir quaisquer obstáculos volumosos, naturais ou edificados, que produzam ensombramento desses recintos;</b></p> <p><b>b) É proibido erigir qualquer construção cujo afastamento a um recinto escolas, existente ou previsto, seja inferior a uma vez e meia a altura da construção e menor que 12 m, a menos que tenha parecer favorável da DGCE;</b></p> <p>c) Considera-se que aqueles afastamentos deverão ser calculados por uma forma a que uma linha traçada a partir de qualquer ponto das extremas sul, nascente e poente do terreno escolar e formando um ângulo de 35º com o plano horizontal que passa esse ponto, não encontre quaisquer obstáculos. Na estrema norte do terreno aquele ângulo poderá ser de 45º;</p> <p>d) Para além das distâncias mínimas referidas nas alíneas b) e c), que deverão ser respeitadas poderão ainda ser definidas zonas de proteção mais amplas (...);</p> <p><b>e) As zonas de proteção abrangem, em regra, uma faixa com 50 m de largura a contar dos limites do recinto escolar, podendo conter uma zona non aedificandi e uma zona de construção condicionada.</b></p>	O Projeto é compatível com a classe de área referida se respeitar as zonas de proteção (se existentes) ou tiver parecer favorável da DGCE.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Áreas Agrícolas não RAN</b>	<p><b>Artigo 23º</b></p> <p>Os espaços agrícolas não integrados na RAN destinam-se predominantemente à exploração agrícola e instalações de apoio à agricultura, admitindo -se outros usos, como o habitacional, instalações de indústrias pecuárias, turismo rural, agroturismo e turismo de habitação.</p>	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos nas áreas agrícolas.	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaços Florestais</b>	<p><b>Artigo 25º</b></p> <p>1 – Nos espaços florestais, sem prejuízo dos condicionamentos decorrentes das áreas integras nos perímetros florestais, <b>são proibidas, sem prévia autorização, as práticas que conduzem à destruição do revestimento vegetal existente</b>, excetuando-se as decorrentes da normal condução ou exploração dos povoamentos florestais e eventuais reconversões culturais que não contrariem a legislação vigente.</p> <p>2 - A edificação nos espaços florestais sob os quais não impendam servidões e restrições de utilidade pública deverá respeitar os regimes de uso definidos nos nº 1, 5, 6, 7 e 8 do artigo 23.º e do artigo 38.º.</p> <p><b>Artigo 23º</b> <b>Regime de uso e alteração de solos agrícolas não integrados na RAN</b></p> <p>(...) será permitida a edificação que respeite as prescrições que se seguem, sem prejuízo de outras restrições ou condicionamentos legais:</p> <p>1) Construção de instalações e de equipamentos coletivos de reconhecido interesse público;</p> <p>7) É permitida a instalação de unidades de agroturismo, turismo rural ou turismo de habitação no âmbito da legislação em vigor para o sector.</p>	O projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas, portanto é compatível com a classe de áreas referida, com autorização prévia.	<b>Condicionante</b>
<p align="center"><b>PDM Abrantes</b> (Publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/95, de 1 de junho; alterado pelo Aviso n.º 2440/2010, de 3 de fevereiro, pela Declaração de Retificação n.º 866/2010, de 30 de abril e pelos Avisos: n.º 12448/2016, de 11 de outubro, n.º 12692/2019, de 8 de agosto, nº 2786/2021, de 15 de fevereiro)</p>			
<b>Espaço Agrícola</b>	<p><b>Artigo 13.º</b></p> <p>1 — Este espaço engloba os solos mais adequados para a atividade agrícola e destina-se fundamentalmente a esse uso.</p>	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos no espaço agrícola.	<b>Permitido</b>
<b>Espaço Agroflorestal</b>	<p><b>Artigo 10.º</b></p> <p>1 - Estas áreas destinam-se preferencialmente à atividade agroflorestal.</p>	Tratando-se de um projeto agrícola, o mesmo é compatível com a implantação em Espaço agroflorestal	<b>Permitido</b>
<b>Espaço Natural</b>	<p><b>Artigo 28.º</b></p> <p>1 - Nas áreas do espaço natural dever-se-ão fomentar as seguintes ações:</p> <p><b>b) Nas zonas de cabeceira das linhas de água - práticas agrícolas e ou florestais que contribuam para a proteção do solo e da água;</b></p> <p><b>c) Nas áreas de infiltração máxima - ações que contribuam para a recarga dos aquíferos, bem como práticas agrícolas e ou florestais extensivas em detrimento de intensificações culturais consumidoras de fertilizantes e pesticidas/herbicidas químicos e orgânicos;</b></p> <p>d) Nas encostas com declives superiores a 30 % - práticas agrícolas e ou florestais que impliquem mobilizações do solo e com coberto vegetal predominantemente arbóreo-arbustivo, para uma proteção mais eficaz do solo contra os agentes de erosão.</p> <p>2 - O regime de utilização das áreas incluídas no espaço natural é o estipulado na legislação em vigor respeitante à REN, exceto no que se refere às habitações existentes em área da REN à data da entrada em vigor deste PDM, nas quais poderão ser autorizadas, obtido o parecer da DRARN, ampliações das áreas habitacionais para este fim, desde que não ultrapassem 20 % da área total da construção existente. Só será autorizada nova ampliação decorridos cinco anos sobre a data de licenciamento da ampliação anterior.</p>	O Projeto é compatível com os espaços naturais se respeitar o RJREN.	<b>Condicionante</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.		
<b>Espaços-canais</b>	<b>Artigo 15.º</b> Para a rede de infraestrutura rodoviária existente e prevista para o município são estabelecidas condicionantes de acordo com a legislação em vigor: Artigo 5º do DL nº13/94: "Para os IP: 50 metros para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 metros da zona da estrada"	O projeto terá de cumprir a servidão de 50 metros para os IP.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Domínio Hídrico</b>	Lei n.º 54/2005, de 11 de novembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2006, de 16 de janeiro, alterada pela Lei nº 78/2013, de 21 de novembro, pela Lei nº 34/2014, de 19 de junho e cuja última alteração é dada Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto). Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 10 m das margens de linhas de água não navegáveis.	O Projeto deverá evitar de forma conservadora a ocupação de domínio hídrico. Caso essa ocupação seja inevitável, terá de ser requerida autorização/licenciamento da Agência Portuguesa do Ambiente/ARH, para ocupar parte do domínio, bem como o Projeto deverá garantir, na sua conceção medidas de minimização que garantam o escoamento natural do curso de água a afetar, por exemplo através de passagens hidráulicas.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Perímetro Aglomerado Rural</b>	<b>Artigo 31.º</b> 1 — Nas áreas delimitadas como aglomerado rural, aplica -se um COS de 0,3 e um número máximo de 2 pisos.	O projeto deve obedecer ao limite de ocupação de solo no espaço em questão	<b>Condicionante</b>
<b>Espaços Urbanizáveis (Reserva/Expansão)</b>	<b>Artigo 25.º</b> b) Espaços urbanizáveis — todas as atividades, salvo as incompatíveis com o uso residencial, designadamente por razões de insalubridade, poluição sonora e segurança, as quais serão objeto de localização específica, no âmbito dos instrumentos urbanísticos respetivos, bem como as de uso de prevenção e salvaguarda nas áreas de verde e de proteção;	É permitido o uso do solo pelo projeto, pois não será incompatível por razões de insalubridade, poluição sonora e segurança	<b>Permitido</b>
<b>Caminho Ferro</b>	<b>Artigo 16.º</b> a) Interdição da construção de qualquer natureza ou plantação de árvores a distância inferior a 10 m medida para um e outro do lado da aresta superior do talude da escavação, ou da aresta inferior do talude de aterro, ou de uma linha traçada a 4 m da aresta do exterior do carril mais próximo, na ausência dos pontos de referência anteriores;	O projeto deve respeitar a faixa de proteção de 10 m	<b>Condicionante</b>
<b>Minas</b>	<b>Artigo 18.º</b> 1 - Nas áreas do município afetas à exploração de recursos minerais (e suas zonas envolventes) deverão ser observadas todas as disposições legais, bem como as servidões e restrições de utilidade pública que se encontrem em vigor.	O projeto deve respeitar a zona envolvente da mina, nos termos da legislação em vigor	<b>Condicionante</b>
<b>Posto Transformação</b>	<b>Artigo 17.º</b> Na rede e instalações elétricas existentes no município deverão ser respeitadas as servidões e restrições de utilidade pública, nos termos do disposto na legislação em vigor.	Devem ser salvaguardadas as servidões aplicáveis às linhas elétricas associadas ao posto de transformação	<b>Pouco Condicionante</b>
<b>Nascentes</b>	Ausência de referências a nascente no regulamento do PDM	Salvaguardar zona da nascente e eventual perímetro de proteção associado	<b>Condicionante</b>
<b>Escola</b>	Ausência de referências específicas no regulamento do PDM	Ocupação não compatível com o projeto em análise	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Linha Elétrica (60 kV)</b>	<p><b>Artigo 17.º</b> Na rede e instalações elétricas existentes no município deverão ser respeitadas as servidões e restrições de utilidade pública, nos termos do disposto na legislação em vigor.</p> <p><b>DR n.º 1/92</b></p> <p><b>Artigo 28.º (distância às árvores)</b> 3 - Com vista a garantir a segurança de exploração das linhas e para efeitos de aplicação do número seguinte, a zona de proteção terá uma largura máxima de: a) 15 m, para linhas de 2.ª classe (inferior a 40 kV); b) 25 m, para linhas de 3.ª classe de tensão nominal igual ou inferior a 60 kV; c) 45m, para linhas de 3.ª classe de tensão nominal superior a 60 kV.</p> <p><b>Artigo 29.º</b> 1 - Na proximidade de edifícios, com exceção dos exclusivamente adstritos ao serviço de exploração de instalações elétricas, as linhas serão estabelecidas por forma a observar-se, nas condições de flecha máxima, o seguinte: a) Em relação às coberturas, chaminés e todas as partes salientes suscetíveis de serem normalmente escaladas por pessoas, os condutores nus deverão ficar, (...) a uma distância D, em metros, (...) <math>D = 3,0 + 0,0075 U</math> em que U, em kilovolts, é a tensão nominal da linha. O valor de D não deverá ser inferior a 4 m.</p> <p><b>Artigo 30.º</b> 1- Na vizinhança de obstáculos (...) uma distância D, em metros, (...) <math>D = 2,0 + 0,0075 U</math> (...). O valor de D não deverá ser inferior a 3 m.</p>	<p>Segundo a legislação em vigor: Alta Tensão (60 kV): - Árvores: servidão 25m (12,5 para cada lado) - Edifícios: mín 4m - Obstáculos diversos: mín 3m</p>	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Campo Tiro (CIM Santa Margarida)</b>	<p><b>Decreto n.º 41 039/1957</b></p> <p><b>Artigo 4.º</b> O campo de instrução militar de Santa Margarida e a zona com ele confinante estão sujeitos a servidão militar (...)</p> <p><b>Artigo 5.º</b> Na área definida no artigo 2.º é proibida, (...), e sem licença prévia da autoridade militar competente, a execução de trabalhos e atividades seguintes: e) Depósitos permanentes ou temporários de matérias explosivas ou inflamáveis; f) Instalação de cabos de transporte de energia elétrica, aérea ou subterrânea.</p> <p><b>Artigo 6.º</b> Na área delimitada no artigo 3.º deverá observar-se a servidão estabelecida no artigo anterior, com exceção do indicado nas alíneas a), b) e c).</p> <p><b>Artigo 7.º</b> Nas áreas delimitadas nos artigos 2.º e 3.º ficará também dependente de autorização prévia da autoridade militar o movimento ou permanência de pessoas, semoventes e veículos, nas condições e durante os períodos de tempo considerados necessários (...)</p>	<p>Tendo em conta os pontos do artigo 5.º, o projeto é compatível com o espaço em questão. No entanto, para circulação de pessoas e veículos (fase de construção) será necessária autorização da autoridade militar competente</p>	<b>Condicionante</b>
<b>Montados (Sobreiro)</b>	<p><b>DL n.º 69/2001 - Artigo 3.º</b> 1 — O corte ou arranque de sobreiros e azinheiras, em povoamento ou isolados, <u>carece de autorização</u>, nos termos do presente artigo. 2 — Excetuam-se do disposto no n.º 1 os cortes em desbaste de acordo com o previsto no plano de gestão florestal aprovado pela Direcção-Geral das Florestas, caso em que apenas é necessário comunicar previamente, com antecedência mínima de 30 dias, o início da sua execução à Direcção Regional de Agricultura competente, que notificará os serviços do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território no prazo de 5 dias quando ocorram em áreas classificadas. 3 — O corte ou arranque de sobreiros e azinheiras em povoamentos pode ser autorizado nos seguintes casos: a) Em desbaste, sempre com vista à melhoria produtiva dos povoamentos e caso não exista um plano de gestão florestal aprovado pela Direcção-Geral das Florestas; b) Em cortes de conversão nas condições admitidas no n.º 2 do artigo 2.º; c) Por razões fitossanitárias, nos casos em que as características de uma praga ou doença o justifiquem.</p>	<p>O projeto deve salvaguardar esta classe de espaço. Caso seja necessário o corte ou arranque destes exemplares apenas será permitido em caso de estarem isolados (sem ser em povoamento), sendo que o mesmo carece de autorização do ICNF.</p>	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Drenos</b>	<p>No PDM não há qualquer menção à condicionante em análise. A servidão das estruturas de drenagem é definida em despacho ministerial, juntamente com outros condicionamentos</p>	<p>A analisar compatibilidade nas fases seguintes.</p>	<b>Condicionante</b>
<b>Servidão Radioelétrica</b>	<p><b>DL n.º 579/73</b></p> <p><b>Artigo 1.º</b> 1. As zonas confinantes com os centros radioelétricos nacionais que prossigam fins de reconhecida utilidade pública ficam sujeitas a servidões administrativas, denominadas radioelétricas, e bem assim a outras restrições de utilidade pública, nos termos deste diploma</p>	<p>No PDM, não é mencionado qual a distância da servidão em caso. Independentemente, o projeto deve respeitar a mesma</p>	<b>Fortemente Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>PDM Batalha</b> (publicado através do Aviso nº 9808/2015 de 28 de agosto, retificado através da Declaração de Retificação n.º 6/2016, de 19 de janeiro, corrigido através do Aviso nº 15185/2018, de 22 de outubro, alterado através do Aviso n.º 8215/2020, de 27 de Maio, com suspensão parcial da 1.ª Revisão do PDM da Batalha, através do Aviso nº 14131/2020 de 17 de setembro e com suspensão pelo Aviso nº 16323/2022 de 18 de agosto)			
<b>Espaços Agrícolas</b>	<b>Artigo 14.º</b> “Os espaços agrícolas são constituídos pelas áreas incluídas na Reserva Agrícola Nacional (RAN) e outras com características semelhantes, que detêm o maior potencial agrícola do concelho e destinam -se ao desenvolvimento das atividades agrícolas.”	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Florestais de Conservação</b>	<b>Artigo 20.º</b> As áreas florestais de conservação são espaços florestais conservacionistas correspondentes às seguintes situações: a) Florestas de carvalhais ibéricos de Quercus faginea e Quercus canariensis e florestas de Quercus ilex e Quercus rotundifolia com dimensão significativa, do Sítio Serras de Aire e Candeeiros, da Rede Natura 2000; b) Manchas florestais incluídas no Sítio Serras de Aire e Candeeiros da Rede Natura 2000; c) Áreas do Perímetro Florestal da Batalha exteriores ao Sítio Serras de Aire e Candeeiros, da Rede Natura 2000.”  <b>Artigo 21.º</b> 1 — Acautelando a aplicação das normas de silvicultura da função de Proteção, conforme o Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Litoral, constituem objetivos específicos de ordenamento a conservação dos maciços de espaços florestais. 4 — Para além das referidas (..) são admissíveis as ocupações e utilizações enumeradas no artigo seguinte, nas condições aí estabelecidas e desde que cumpram os condicionalismos legais a que se referem os números 7 e 8 do artigo 12.º, e os relativos ao Perímetro Florestal da Batalha, a restante legislação em vigor e, se aplicáveis, os requisitos estabelecidos nos números 2 a 7 do referido Artigo 13.º 5 — É ainda admissível a instalação de componentes não edificadas e não impermeabilizadas de NDT a afetar a áreas livres dos mesmos a manter com coberto vegetal, desde que compatíveis com as disposições e condicionamentos legais eventualmente aplicáveis ao local. 7 — Nas áreas florestais de conservação integradas na Rede Natura 2000 — SIC Serras de Aire e Candeeiros — as utilizações, ocupações e transformações do solo potencialmente admissíveis, de acordo com o disposto nos números anteriores, só podem ser viabilizadas se se verificar a sua compatibilidade com as determinações legais pertinentes e as orientações estabelecidas pelo respetivo plano setorial (PSRN2000), através do cumprimento das disposições materiais e procedimentais decorrentes desses documentos, nomeadamente as transpostas no Anexo I ao presente regulamento, do qual é parte integrante. 8 — Os procedimentos de controlo público, prévio ou sucessivo, do exercício das atividades, das ações e dos usos, ocupações e transformações do solo a que se refere o número anterior, nomeadamente as constantes do Anexo I ao presente regulamento, do qual é parte integrante, são da responsabilidade da entidade a que, em cada caso, a lei atribua tal incumbência.”	O Projeto é compatível com a classe de espaço desde que compatível com as disposições e condicionamentos legais do local.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Espaços Florestais de Produção</b>	<b>Artigo 12.º</b> “Estatuto geral de ocupação do solo rural 3 — Sem prejuízo da legislação em vigor, no solo rural admitem-se como genericamente compatíveis com os seus usos dominantes, as seguintes ocupações e utilizações: a) Implantação de infraestruturas, designadamente, de telecomunicações, de gás, de abastecimento e tratamento de águas, de drenagem e tratamento de águas residuais, de tratamento de resíduos, de energia elétrica e de produção de energias renováveis, bem como de infraestruturas viárias e obras hidráulicas;”  <b>Artigo 24.º</b>	O Projeto é compatível com a classe de espaço referida pois existe permissão para construir infraestruturas de obras hidráulicas, desde que compatível com as disposições e condicionamentos legais do local.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>1 — Acautelando a aplicação das normas de silvicultura por função de produção, que constam do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral, constitui objetivo específico de ordenamento destes espaços a diversificação da ocupação dos espaços florestais arborizados com espécies que apresentem bons potenciais produtivos.</p> <p><b>3 — Para além das referidas nos números 3 e 4 do artigo 12.º, são admissíveis as ocupações e utilizações enumeradas no artigo seguinte, nas condições aí estabelecidas e desde que cumpram os condicionamentos legais aplicáveis, nomeadamente os relativos ao Perímetro Florestal da Batalha e, se aplicáveis, os requisitos estabelecidos nos números 2 a 7 do referido artigo 13.º.</b></p>		
<b>Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal</b>	<p><b>Artigo 17.º</b></p> <p>Estes espaços constituem áreas não integradas na Reserva Agrícola Nacional, mas cujas características pedológicas e de localização atual os potenciam para possíveis usos agrícolas ou florestais e corresponde ao corredor agrícola de transição entre a área florestal de pinheiro-bravo e eucalipto a oeste do concelho e o Maciço Calcário Estremenho.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Áreas Naturais de tipo I</b>	<p><b>Artigo 12.º</b></p> <p>“Estatuto geral de ocupação do solo rural</p> <p>3 — Sem prejuízo da legislação em vigor, no solo rural admitem-se como genericamente compatíveis com os seus usos dominantes, as seguintes ocupações e utilizações:</p> <p><b>a) Implantação de infraestruturas, designadamente, de telecomunicações, de gás, de abastecimento e tratamento de águas, de drenagem e tratamento de águas residuais, de tratamento de resíduos, de energia elétrica e de produção de energias renováveis, bem como de infraestruturas viárias e obras hidráulicas;”</b></p> <p><b>Artigo 27.º</b></p> <p>2 — Nas áreas naturais de tipo I só são permitidas as seguintes ocupações e utilizações:</p> <p>b) Obras de alteração;</p> <p>d) Edifício de apoio a atividades ambientais;</p> <p>e) Construção de aproveitamentos hidroelétricos com uma potência inferior a 10 MW e obras hidráulicas de conservação;</p> <p><b>f) Instalação de infraestruturas da natureza das referidas na alínea a) do n.º 3 do artigo 12.º, nas situações em que não haja alternativa viável de localização e desde que seja possível acautelar a manutenção dos valores naturais envolvidos;</b></p> <p>4 — Nas áreas naturais de tipo I integradas na Rede Natura 2000 — SIC Serras de Aire e Candeeiros — as utilizações, ocupações e transformações do solo potencialmente admissíveis, de acordo com o disposto nos números anteriores, só podem ser viabilizadas se se verificar a sua compatibilidade com as determinações legais pertinentes e as orientações estabelecidas pelo respetivo plano setorial (PSRN2000), através do cumprimento das disposições materiais e procedimentais decorrentes desses documentos, nomeadamente as transpostas no Anexo I ao presente regulamento, do qual é parte integrante.</p>	O Projeto é compatível com a classe de espaço referida pois existe permissão para construir infraestruturas de obras hidráulicas. É necessário verificar, para os espaços agrícolas integrados na Rede Natura 2000, as disposições legais estabelecidas pelo PSRN2000.	<b>Condicionante</b>
<b>Áreas naturais de tipo II</b>	<p><b>Artigo 12.º</b></p> <p>3 — Sem prejuízo da legislação em vigor, no solo rural admitem -se como genericamente compatíveis com os seus usos dominantes, as seguintes ocupações e utilizações:</p> <p><b>a) Implantação de infraestruturas, designadamente, de telecomunicações, de gás, de abastecimento e tratamento de águas, de drenagem e tratamento de águas residuais, de tratamento de resíduos, de energia elétrica e de produção de energias renováveis, bem como de infraestruturas viárias e obras hidráulicas.</b></p> <p><b>Artigo 29.º</b></p>	O Projeto é compatível com a classe de espaço referida pois existe permissão para construir infraestruturas de obras hidráulicas. É necessário verificar, para os espaços agrícolas integrados na Rede Natura 2000, as disposições legais estabelecidas pelo PSRN2000.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>3 — Sem prejuízo da legislação em vigor, só são permitidas as seguintes ocupações e atividades:</p> <p>b) Edifícios de apoio a atividades ambientais e silvícolas;</p> <p>c) <b>Infraestruturas previstas na alínea a) do n.º 3 do artigo 12.º, salvaguardando a necessidade de acautelar a manutenção dos valores envolvidos;</b></p> <p>5 — Nas áreas naturais de tipo II integradas na Rede Natura 2000 — SIC Serras de Aire e Candeeiros — as utilizações, ocupações e transformações do solo potencialmente admissíveis, de acordo com o disposto nos números anteriores, só podem ser viabilizadas se se verificar a sua compatibilidade com as determinações legais pertinentes e as orientações estabelecidas pelo respetivo plano setorial (PSRN2000), através do cumprimento das disposições materiais e procedimentais decorrentes desses documentos, nomeadamente as transpostas no Anexo I ao presente regulamento, do qual é parte integrante.</p>		
<b>Áreas de edificação dispersa</b>	<p><b>Artigo 39.º</b></p> <p>1 — <b>Nestes espaços coexistem usos agrícolas</b> com funções mistas, admitindo-se um regime de edificabilidade intermédio entre o do solo rural e o do solo urbano, visando a sua requalificação urbanística, desde que rigorosamente salvaguardados os valores paisagísticos e ambientais.</p>	O Projeto é compatível com esta classe de espaço, uma vez que tem finalidade agrícola.	<b>Permitido</b>
<b>Património Arqueológico</b>	<p><b>Artigo 81.º</b></p> <p>2 — Nos locais identificados como <b>património arqueológico</b> na Planta de Ordenamento — Salvaguardas e Execução, todas as intervenções que exijam ou consistam em trabalhos de revolvimento ou remoção de solos ficam condicionadas à realização de trabalhos arqueológicos efetuados nos termos da legislação em vigor, imprescindíveis à aprovação e execução das mesmas intervenções.</p> <p>3 — Os locais referidos no número anterior, a que se aplica o que aí se dispõe, são delimitados pelos perímetros radiocêntricos de 100 metros estabelecidos a partir dos pontos de localização dos elementos de património arqueológico assinalados na Planta de Ordenamento.</p>	O Projeto terá de respeitar a área de proteção existente de 100 m para o património arqueológico e terá de respeitar a restante legislação em vigor.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Valores Culturais</b>	<p><b>Artigo 80.º</b></p> <p>1 — No âmbito de aplicação do presente Plano, os valores culturais são constituídos pelos elementos do património edificado e arqueológico que, pelas suas características, se assumem como valores de reconhecido interesse histórico, arquitetónico, arqueológico ou artístico.</p> <p>2 — Os valores culturais referidos no número anterior integram:</p> <p>a) Património classificado;</p> <p>b) Património em vias de classificação;</p> <p>c) Património Arqueológico.</p> <p>3 — Os valores culturais encontram -se localizados e numerados na Planta de Ordenamento — Salvaguardas e Execução e identificados no Anexo II a este Regulamento, do qual é parte integrante.</p> <p><b>Artigo 81.º</b></p> <p>Regime 1 — Para o Património classificado ou em vias de classificação, e respetivas zonas gerais ou zonas especiais de proteção, as intervenções permitidas e as medidas de proteção são as que decorrem da legislação em vigor sobre esta matéria.</p>	Para ser compatível com esta classe de espaço, o Projeto terá de respeitar a legislação em vigor.	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Zonas ameaçadas pelas cheias</b>	<p><b>Artigo 85.º</b></p> <p>1 — As zonas ameaçadas pelas cheias correspondem à área contígua à margem de um curso de água que se estende até à linha alcançada pela maior cheia conhecida no concelho da Batalha.</p> <p>2 — A ocupação destas áreas, identificadas na Planta de Ordenamento — Salvaguardas e Execução, obedece aos condicionalismos legais aplicáveis e à disciplina de ocupação estabelecida para as categorias de espaço em que se localizem, com as seguintes especificações:</p> <p>a) É interdita a construção de novos edifícios, <b>com exceção de edificações de apoio à atividade agrícola</b>, e desde que não interfiram negativamente com o escoamento de águas da rede hidrográfica;</p>	O Projeto é compatível com esta classe de espaço, contudo é necessário verificar que o escoamento de águas não é afetado.	<b>Condicionante</b>
<b>Áreas com suscetibilidade elevada de contaminação de aquíferos</b>	<p><b>Artigo 86.º</b></p> <p>1 — As áreas com suscetibilidade elevada de contaminação de aquíferos, identificadas na Planta de Ordenamento — Salvaguardas e Execução, correspondem às áreas de maior permeabilidade potencial do concelho.</p> <p>2 — Nestas áreas as infraestruturas de drenagem e tratamento de esgotos devem ser obrigatoriamente ligadas à rede pública ou a dispositivo estanque a que seja assegurado serviço de remoção e transporte dos efluentes para local designado pela Câmara Municipal.</p>	O Projeto é compatível com esta classe de espaço, devendo, caso existam, as infraestruturas de drenagem e tratamento de esgotos estar obrigatoriamente ligadas à rede pública ou a dispositivo estanque.	<b>Condicionante</b>
<b>Áreas com suscetibilidade elevada de movimentos de massa em vertentes</b>	<p><b>Artigo 88.º</b></p> <p>1 — As Áreas com suscetibilidade elevada de movimentos de massa em vertentes, identificadas na Planta de Ordenamento — Salvaguardas e Execução, correspondem a áreas com risco de deslizamento do solo elevado, situadas em zonas de vertentes mais abruptas, em especial nas zonas com geologia mais desfavorável.</p> <p>2 — A ocupação destas áreas obedece aos seguintes condicionalismos:</p> <p>a) <b>A nova edificação só é permitida quando seja comprovada a inexistência de risco de derrocada, com base em estudo geotécnico especificamente elaborado para o efeito;</b></p>	O Projeto é compatível com esta classe de espaço, contudo é necessário que seja comprovada a inexistência de risco de derrocada, através da realização de estudos geotécnicos.	<b>Condicionante</b>
<b>Áreas com suscetibilidade ao colapso de galerias e cavidades de minas</b>	<p><b>Artigo 89.º</b></p> <p>1 — As Áreas com suscetibilidade ao colapso de galerias e cavidades de minas encontram-se identificadas na Planta de Ordenamento — Salvaguardas e Execução e correspondem a áreas que estão sujeitas a diversos fatores que podem provocar o seu colapso, desde fatores naturais (como os sismos), como a fatores antrópicos ligados à sua exploração e manutenção.</p> <p>2 — A ocupação destas áreas obedece aos seguintes condicionalismos:</p> <p>a) <b>A nova edificação só é permitida quando seja comprovada a inexistência de galerias subterrâneas, com base em estudo geotécnico, hidrogeológico ou de qualquer outro teor adequado, especificamente elaborado para o efeito;</b></p> <p>b) Quando os estudos indicarem a existência de galerias subterrâneas, a edificação é interdita.</p>	A nova edificação só é permitida quando seja comprovada a inexistência de galerias subterrâneas, com base em estudo geotécnico, hidrogeológico ou de qualquer outro teor adequado, especificamente elaborado para o efeito, ficando dessa forma o Projeto compatível com esta classe de espaço.	<b>Condicionante</b>
<b>Estrutura Ecológica Municipal</b>	<p><b>Artigo 74.º</b></p> <p>A estrutura ecológica municipal desdobra-se em estrutura ecológica principal e estrutura ecológica complementar, sendo esta constituída pelas áreas da REN e da RAN não incluídas na estrutura ecológica principal.</p> <p><b>Artigo 75.º</b></p> <p>1— Sem prejuízo das servidões administrativas e restrições de utilidade pública, nas áreas da estrutura ecológica municipal aplica-se o regime das categorias e subcategorias de espaço definidas no presente Regulamento, cumulativamente com as disposições constantes dos números seguintes.</p>	O Projeto é compatível com a classe de espaço referida. Nas áreas REN e RAN as intervenções nestes locais são limitadas pela legislação em vigor.	<b>Permitido (RAN) Condicionante (REN)</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>2 — Nas áreas abrangidas pela estrutura ecológica principal, cuja delimitação consta da Planta de Ordenamento — Salvaguardas e Execução, 24924 Diário da República, 2.ª série — N.º 168 — 28 de agosto de 2015 para além do disposto para as diferentes subcategorias de espaço, têm de ser cumpridas as seguintes disposições:</p> <p>a) Preservação dos seguintes elementos da paisagem:</p> <p>i) Estruturas tradicionais associadas à atividade agrícola nomeadamente eiras, poços, tanques, noras, moinhos e muros de pedra;</p> <p>ii) Sebes de compartimentação da paisagem;</p> <p>b) Preservação da galeria ripícola dos cursos de água, que em caso de degradação deve ser recuperada com elenco florístico autóctone;</p> <p>c) Cumprimento do Código das Boas Práticas Agrícolas na atividade agrícola para a proteção da água contra a poluição por nitratos de origem agrícola.</p> <p><b>3 — As áreas abrangidas pela estrutura ecológica complementar regem-se pelos regimes da REN e/ou da RAN, sem prejuízo do disposto para as diferentes categorias e subcategorias de espaço em que se localizem.</b></p> <p>Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.</p> <p>Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto:</p> <p>a) Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas. — Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.</p> <p>O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetadas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”.</p>		
Área de Suscetibilidade Sísmica Elevada	<p>Áreas com suscetibilidade sísmica elevada</p> <p>1 — As Áreas com suscetibilidade sísmica elevada estão situadas nas zonas próximas das duas falhas principais presentes no concelho, onde deve ser assegurada a segurança de pessoas e bens relativamente à ocorrência de sismos.</p> <p>2 — Nestas áreas a nova edificação e as obras de reconstrução, alteração e ampliação de edifícios que constituam preexistências, nos termos do artigo 9.º, bem como o disposto no Regulamento de Segurança e Ações nas Estruturas de Edifícios e Pontes e no Eurocódigo 8</p>	Estas áreas contêm restrições para novas edificações ou existentes. O projeto em estudo não se enquadra em edificações, logo será compatível com o tipo de área	<b>Permitido</b>
Rede Natura 2000 - Serras d'Aire e Candeeiros	<p><b>Anexo I</b></p> <p>2 — Ações, atividades ou projetos condicionados a parecer vinculativo da entidade de tutela da RN2000:</p> <p>Nos termos do disposto na lei e no Plano Setorial da Rede Natura 2000, e em cumprimento das orientações estabelecidas pela entidade de tutela da RN2000, continua sujeita a parecer vinculativo daquela entidade a viabilização das seguintes ações, atividades ou projetos que se pretendam levar a efeito nas áreas integradas em RN2000, as quais correspondem, nuns casos, a ações, atividades ou projetos genericamente admissíveis pelo presente plano nas categorias de uso do solo em que ocorrem áreas integradas na Rede Natura 2000, noutros casos, a ações, atividades ou projetos que, nos termos de legislação específica, podem ser viabilizados pelas respetivas entidades de tutela independentemente do que os planos municipais de ordenamento do território disponham sobre o assunto, e noutros casos ainda, a ações, atividades ou projetos que, pela sua natureza, não cabem no âmbito material do plano diretor municipal ou sequer no âmbito de atribuições e competências do município:</p> <p>c) Projetos de desenvolvimento agrícola que incluam infraestruturização de rega e drenagem;</p>	Necessária autorização do ICNF	<b>Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
Captações de águas subterrâneas de abastecimento público - perímetro de proteção intermédia	<p><b>Artigo 6.º</b></p> <p>1 — As áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública regem -se, no que diz respeito ao uso, ocupação e transformação do solo, pelas disposições expressas no presente Regulamento para a categoria de espaço em que se encontram, condicionadas ao respetivo regime legal vigente da servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.</p> <p>2 — As servidões administrativas e restrições de utilidade pública com representação na Planta de Condicionantes não dispensam a consulta da legislação específica, nomeadamente sobre as faixas de Proteção e a consulta a traçados mais rigorosos e possível existência de cartografia mais atual.</p> <p><b>DL n.º 382/99 - Artigo 6.º</b></p> <p>2 — Na zona de proteção intermédia podem ser interditas ou condicionadas as seguintes atividades e instalações quando se demonstrem suscetíveis de provocarem a poluição das águas subterrâneas:</p> <p>b) Usos agrícolas e pecuários;</p>	Utilização condicionada ou interdita, deve ser salvaguardada	<b>Fortemente Condicionante</b>
<p align="center"><b>PDM Benavente</b> (publicado através do Aviso nº 222/2019 de 4 de abril e adaptado através do Aviso n.º 3610/2021, de 26 de fevereiro)</p>			
Estrutura Ecológica Municipal	<p><b>Artigo 13.º</b></p> <p>1 — Nas áreas abrangidas pela Estrutura Ecológica Municipal são interditas as operações de destruição e obstrução das linhas de drenagem natural, o abate de galerias ripícolas, o lançamento de efluentes poluentes e o corte de espécies protegidas.</p> <p>2 — A admissão da instalação de programas de uso que impliquem a instalação de edificações ou de atividades reveste sempre um carácter de excecionalidade regido e orientado pelo:</p> <p>a) Quadro legal em vigor;</p> <p>b) Demonstração e reconhecimento do inequívoco interesse local, regional ou nacional.</p> <p>3 — <b>Nas áreas abrangidas pela EEM podem admitir-se usos, atividades e ações inerentes à Área Beneficiada do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sorraia e suas Infraestruturas e as ações futuras, de projeto, necessárias ao desenvolvimento do regadio.</b></p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida se respeitar o quadro legal em vigor.	<b>Condicionante</b>
Espaço Natural	<p><b>Artigo 19.º</b></p> <p>1 — O Espaço Natural (RN) corresponde ao espaço de elevada sensibilidade ambiental e paisagística que integra valores de natureza cultural, histórica, paisagística e ambiental, objeto de proteção específica, de modo a salvaguardar a manutenção do seu equilíbrio ecológico, e que detêm um papel fundamental na estratégia de conservação da natureza e da biodiversidade.</p> <p>2 — O Espaço Natural é constituído pela Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET).</p> <p><b>Artigo 20.º</b></p> <p>1 — As condições de uso, ocupação e transformação do solo são determinadas pelo Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET).</p> <p>2 — Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, no Espaço Natural é interdita a construção de novas edificações, com exceção de:</p> <p>a) Edificações ligadas à prevenção e combate a incêndios florestais;</p> <p>b) Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (TER) nos termos do disposto na Secção II do presente Capítulo;</p> <p>c) Pequenas infraestruturas e equipamentos de apoio à fruição daqueles espaços por parte da população;</p> <p>d) Infraestruturas públicas, bem como infraestruturas afetas à Defesa Nacional, desde que não exista alternativa de localização fora destas áreas</p>	O PORNET refere a permissão para atividades agrícolas desde que respeitem a legislação existente.	<b>Condicionante</b>
Espaço Agrícola de Produção	<p><b>Artigo 22.º</b></p> <p>1 — O Espaço Agrícola de Produção admite as seguintes ocupações e utilizações:</p> <p>Instalações e edificações para apoio à atividade agrícola que contribuam para reforçar o potencial produtivo da exploração agrícola a comprovar por declaração emitida pela entidade competente.</p>	Como o Projeto tem finalidade agrícola é compatível com esta classe de espaço.	<b>Permitido</b>
Espaço Agrícola Prioritário em Baixa Aluvionar	<p><b>Artigo 22.º</b></p> <p>2 — No Espaço Agrícola em Baixa Aluvionar é interdita a construção de novas edificações, com exceção de:</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, pelo que é compatível com a classe de espaço referida caso seja emitida declaração pela	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	a) Edificações que contribuam para <b>reforçar o potencial produtivo da exploração agrícola</b> , a comprovar por declaração emitida pela entidade competente;	entidade competente que comprove a contribuição das edificações para reforçar o potencial produtivo da exploração agrícola.	
<b>Espaço Florestal</b>	<b>Artigo 25.º</b> Condições de uso e ocupação 1 — O Espaço Florestal de Produção admite as seguintes ocupações e utilizações: a) Instalações e edificações para apoio às atividades florestal e <b>agrícola</b> que contribuam para reforçar o potencial produtivo da exploração a comprovar por declaração emitida pela entidade competente;	Como o Projeto tem finalidade agrícola é compatível com esta classe de espaço.	<b>Permitido</b>
<b>Espaço de Recursos Geológicos (RRG)</b>	<b>Artigo 30.º</b> 1 — O Espaço de Recursos Geológicos admite as instalações, edificações e infraestruturas para transformação de massas minerais extraídas da área objeto de exploração e respetivos anexos	O Projeto tem finalidade agrícola, não se destinando à exploração dos recursos geológicos, pelo que não é compatível com a classe de espaço referida	<b>Interdito</b>
<b>Áreas de Edificação Dispersa (RED)</b>	<b>Artigo 36.º</b> As Áreas de Edificação Dispersa (RED) correspondem a espaços existentes, <b>onde coexistem usos agrícolas</b> e funções urbanas. Pretende-se a sua contenção, ordenamento e infraestruturação com recurso a soluções apropriadas às suas características.	Como o Projeto tem finalidade agrícola é compatível com esta classe de espaço.	<b>Permitido</b>
<b>Áreas de Vocação Turística (AVT)</b>	<b>Artigo 40.º</b> 2 — As AVT constituem perímetros que não afetam a qualificação do Solo Rural e visam garantir boas condições para a instalação da tipologia NDT (Núcleos de desenvolvimento turístico), a ocupar por empreendimentos do tipo Conjunto Turístico ( <i>resort</i> ).	O projeto tem finalidade agrícola, pelo que não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Solo urbanizado - Espaço central (a estruturar)</b>	<b>Artigo 54.º</b> 1 — O Espaço Central (UC) corresponde aos centros e centralidades das áreas urbanas de Benavente, Samora Correia, Santo Estêvão, Barrosa, Coutada Velha, Foros da Charneca e Foros de Almada, que são os principais lugares de encontro e de sociabilidade urbana, caracterizados por um adequado nível de infraestruturação e diversidade de funções. <b>Artigo 55.º</b> O Espaço Central destina -se à localização e implantação de atividades, funções e instalações com fins habitacionais, comerciais e de serviços, equipamentos de utilização coletiva, públicos ou privados, edificados ou não, e ainda, empreendimentos turísticos, indústrias e armazéns, compatíveis com a envolvente urbana. Admite as ocupações inerentes aos usos descritos, e ainda, a título excecional, instalações e edificações para atividades pecuárias em detenção caseira.	O projeto tem finalidade agrícola, pelo que não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Solo urbanizado - Espaço residencial (a estruturar)</b>	<b>Artigo 57.º</b> 1 — O Espaço Residencial (UR) corresponde à envolvente, predominantemente residencial, do Espaço Central que complementa e com o qual se articula funcionalmente. <b>Artigo 58.º</b>	O projeto tem finalidade agrícola, pelo que não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	O Espaço Residencial destina -se à localização e implantação de atividades, funções e instalações com fins habitacionais, comerciais e de serviços, incluindo equipamentos de utilização coletiva, públicos ou privados, edificados ou não, e, empreendimentos turísticos, indústrias e armazéns, compatíveis com a envolvente urbana, e ainda, instalações e edificações para atividades pecuárias em detenção caseira. Admite as ocupações inerentes aos usos descritos.		
<b>Solo urbanizado -Espaço de Uso Especial (UUE) – Empreendimentos Residenciais</b>	<p><b>Artigo 69.º</b></p> <p>3 — A subcategoria Empreendimentos Residenciais integra duas áreas urbanas emergentes, de forte relação e inserção no meio rural e que tiram partido e potenciam o património natural e paisagístico e o desenvolvimento de atividades e equipamentos âncora de cariz turístico, como o golfe.</p> <p><b>Artigo 70.º</b></p> <p>2 — A subcategoria Empreendimentos Residenciais destina -se à localização e implantação de atividades, funções e instalações com fins habitacionais, comerciais e de serviços, incluindo equipamentos e instalações relacionados com atividades sociais, culturais, educativas, de lazer, recreio e desporto, estabelecimentos de restauração e bebidas e atividades e empreendimentos turísticos.</p>	O projeto tem finalidade agrícola, pelo que não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Solo urbanizável – Espaço residencial (expansão)</b>	<p><b>Artigo 78.º</b></p> <p>O Espaço Residencial destina -se, predominantemente, à função residencial, sem prejuízo da presença de outras funções urbanas complementares e qualificadoras como sejam, atividades e instalações comerciais e de serviços, equipamentos de utilização coletiva, públicos ou privados, edificados ou não, e, empreendimentos turísticos, indústrias e armazéns, compatíveis com a envolvente urbana, e ainda, instalações e edificações para atividades pecuárias em detenção caseira. Admite as ocupações inerentes aos usos descritos.</p>	O projeto tem finalidade agrícola, pelo que não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Solo urbanizável – Espaço de atividades económicas (expansão)</b>	<p><b>Artigo 84.º</b></p> <p>O Espaço de Atividades Económicas destina -se, preferencialmente, ao acolhimento e instalação de estruturas empresariais e revela aptidão para a instalação de programas diversificados de âmbito empresarial, armazenagem, equipamentos, tecnológico, gestão de resíduos não perigosos e/ou não poluentes e outros domínios. Admite as ocupações inerentes aos usos descritos, nomeadamente, atividades industriais, de armazenagem e serviços, e ainda, a instalação de programas de uso complementares e compatíveis, como, comércio, restauração e bebidas e, empreendimentos turísticos.</p> <p><b>Artigo 85.º</b></p> <p>1 – A edificabilidade no Espaço de Atividades Económicas em Solo Urbanizável, nas áreas identificadas no n.º 2 do artigo 83.º, deve observar os seguintes parâmetros urbanísticos:</p> <p>a) Índice máximo de ocupação do solo de 0,70;</p> <p>b) Índice máximo de impermeabilização do solo de 0,80;</p> <p>c) Índice volumétrico máximo de 7 m<sup>3</sup>/m<sup>2</sup>, podendo ser excedido em situações devidamente justificadas por necessidade funcional indispensável à atividade a instalar;</p> <p>d) Recuo mínimo de 10 m, podendo essa distância ser reduzida em casos excecionais a verificar pelos serviços técnicos;</p> <p>e) Afastamentos mínimos, laterais e tardoz, respetivamente, de 6 m e 10 m, podendo essa distância ser reduzida em casos excecionais a verificar pelos serviços técnicos, devendo ser ambos de 15 m quando confinante com área residencial.</p>	O projeto é compatível com os espaços de atividades económicas uma vez que se enquadra como uma atividade económica, desde que cumpra os parâmetros urbanísticos descritos no artigo 85.º.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Áreas de Risco ao Uso do Solo</b>	<p><b>Artigo 89.º</b></p> <p>As Áreas de Risco ao uso do solo delimitadas na Planta de Ordenamento — Carta de Riscos, correspondem a:</p> <p>a) Zonas Inundáveis ou Zonas Ameaçadas pelas Cheias;</p> <p>b) Áreas de Risco Sísmico;</p> <p>c) Áreas de Risco Tecnológico:</p> <p>i) Rede Elétrica de Alta Tensão;</p> <p>ii) Gasodutos de Alta e Média Pressão;</p> <p>iii) Oleoduto;</p> <p>iv) Estabelecimento com Substâncias Perigosas.</p> <p><b>Artigo 90.º</b></p> <p>Nas Áreas de Risco referidas no artigo anterior aplica-se o respetivo regime legal em vigor.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida se respeitar o quadro legal em vigor.	<b>Condicionante</b>
<b>Zonas Inundáveis ou Ameaçadas pelas Cheias</b>	<p><b>Artigo 91.º</b></p> <p>1 — As Zonas Inundáveis ou Ameaçadas pelas Cheias correspondem às áreas contíguas à margem dos cursos de água que se estendem até à linha alcançada pela cheia com período de retorno de cem anos ou, pela maior cheia conhecida no caso em que não existam dados que permitam identificar a anterior.</p> <p>2 — A ocupação das Zonas Inundáveis ou Ameaçadas pelas Cheias integradas em Solo Rural está condicionada às seguintes normas:</p> <p>a) É interdita a construção de novas edificações, com exceção das situações em que, fique provado não existir localização alternativa fora destas áreas e se trate de edifícios indispensáveis à atividade agrícola;</p>	Como o Projeto tem finalidade agrícola é compatível com esta classe de espaço, se ficar comprovado não existir alternativa fora desta classe de espaço para a execução deste.	<b>Condicionante</b>
<b>Valores Patrimoniais</b>	<p><b>Artigo 96.º</b></p> <p>1 — Os bens arquitetónicos, arqueológicos e paisagísticos entendidos como património distinguem-se dos restantes por constituírem realizações notáveis que exercem influência e marcam a história de uma determinada comunidade e que, no âmbito do interesse coletivo importa salvaguardar e preservar.</p> <p><b>Artigo 99.º</b></p> <p>1 — Todos os locais identificados como Vestígios Arqueológicos com Interesse dispõem de uma área de proteção de 50 m para além dos seus limites externos.</p>	Existe um impedimento de construção numa área de proteção de 50 metros em torno do Vestígio Arqueológico.	<b>Interdito</b>
<p align="center"><b>PDM Bombarral</b></p> <p align="center">(Publicado através da RCM nº 10/97 de 21 de janeiro, alterado pela declaração de retificação DECL nº 15/99 de 21 de janeiro, alterado pela declaração DECL nº 209/99 de 15 de julho, suspenso pela RCM 64-A/2009 de 6 de agosto e pela DECL RECT 71-A/2009 de 2 de outubro, suspenso pelo Aviso nº 7164/2010 de 9 de abril, alterado pelo Aviso nº 7758/2010 de 19 de abril, alterado pelo Aviso nº 7759/2010, de 19 de abril, retificado pela declaração de retificação DECL RET nº 317/2012 de 29 de fevereiro, alterado pelo Aviso nº 14901/2015 de 21 de dezembro, alterado pelo Aviso nº 7112/2018 de 25 de maio, retificado pela declaração de retificação DECL RET nº 642/2018 de 7 de setembro e alterado pelo Aviso nº 3841/2021 de 2 de março)</p>			
<b>Espaços Agrícolas</b>	<p><b>Artigos 55º</b></p> <p>Os espaços agrícolas, identificados na planta de ordenamento, à escala de 1:25 000, abrangem áreas com características adequadas à atividade agrícola ou que as possam vir a adquirir.</p>	Como o Projeto tem finalidade agrícola é compatível com esta classe de espaço.	<b>Permitido</b>
<b>Áreas de Vocação Florestal</b>	<p><b>Artigos 60º</b></p> <p>2 — Nas áreas de vocação florestal o regime de uso e alteração do solo é o seguinte:</p>	O Projeto é compatível, uma vez que pressupõe a valorização de recursos hidroagrícolas, contudo esta utilização carece de autorização prévia.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>2.1 — É interdita qualquer alteração do uso do solo que diminua as suas potencialidades para a produção de produtos florestais, designadamente:</p> <p><b>Toda e qualquer destruição do revestimento vegetal existente, exceto as decorrentes da normal exploração dos povoamentos florestais, carece de autorização prévia, nos termos da legislação em vigor.</b></p>		
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	<p><b>Artigo 10.º - Condicionantes da Reserva Ecológica Nacional (REN)</b></p> <p>2 — O regime de uso e ocupação do solo dos terrenos situados na REN é regulado pelo disposto nos Decretos -Leis n.os 93/90, de 19 de março, e 213/92, de 12 de outubro.</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 93/1990 – Artigo 4.º</b></p> <p>1 - Nas áreas incluídas na REN são proibidas as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal.</p> <p>2 - Excetuam-se do disposto no número anterior:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) A realização de ações que, pela sua natureza e dimensão, sejam insuscetíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico daquelas áreas;</li> <li>b) A realização de ações de reconhecido interesse público, nacional, regional ou local, desde que seja demonstrado não haver alternativa económica aceitável para a sua realização.</li> </ul> <p>3 – Compete à respetiva comissão de coordenação regional confirmar, através do parecer elaborado para esse efeito, que deve ser emitido no prazo de 60 dias a contar da data da receção do projeto das obras ou dos empreendimentos, as exceções previstas no número anterior, interpretando-se como favorável a falta de emissão de parecer no referido prazo.</p> <p>4 – Em caso de parecer favorável a comissão de coordenação regional pode estabelecer condicionamentos de ordem ambiental e paisagística à realização das obras ou dos empreendimentos.</p>	<p>O projeto tem finalidade agrícola, e portanto, não se insere nas exceções aos condicionamentos referidos. É necessária a aprovação ambiental do Projeto.</p>	<b>Condicionante</b>
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	<p><b>Artigo 11.º</b></p> <p>2 — O regime de uso e ocupação do solo dos terrenos situados na RAN é regulado pelo disposto nos Decretos -Leis n.os 196/89, de 14 de junho, e 274/92, de 12 de dezembro.</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 196/1989 - Artigo 8.º</b></p> <p>1 – Sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes, os solos da RAN devem ser exclusivamente afetos à agricultura, sendo proibidas todas as ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades agrícolas, (...).</p>	<p>O Projeto tem finalidade agrícola, e portanto, é compatível com a classe de espaço referida.</p>	<b>Permitido</b>
<b>Cabos/conduitas da Rede de Telecomunicações</b>	<p><b>Artigo 31.º</b></p> <p>1 — A definição das áreas de proteção da rede de telecomunicações e seu regime de uso, ocupação e transformação do solo são regulados pelo disposto nos Decretos-Leis n.os 597/73, de 7 de Novembro, e 181/70, de 28 de Abril.</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 597/1973</b></p> <p><b>Artigo 6.º</b></p> <p>As áreas sujeitas a servidão radioelétrica compreenderão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Zonas de libertação</li> <li>b) Zonas de desobstrução</li> </ul> <p><b>Artigo 7.º</b></p> <p>1 – As zonas de libertação desdobram-se em:</p>	<p>O Projeto, para obter parecer positivo das entidades competentes, necessita de cumprir as condições referidas para as diferentes zonas de libertação, descritas no Decreto-Lei mencionado.</p>	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>a) Zonas primárias, constituídas pelas áreas que confinam imediatamente com os limites dos centros radioelétricos;</p> <p>b) Zonas secundárias, constituídas pelas áreas que circundam as zonas primárias.</p> <p>2 – As distâncias a considerar para o estabelecimento das zonas de libertação não poderão exceder os seguintes valores, a contar dos limites do respetivo centro radioelétrico:</p> <p>a) Zonas de libertação primárias: 500 metros;</p> <p>b) Zonas de libertação secundária: 4000 metros.</p> <p><b>Artigo 8.º</b> Nas zonas de libertação primárias é proibida, salvo autorização dada pela instância oficial competente, ouvida a entidade exploradora do centro radioelétrico protegido, qualquer ação que envolva:</p> <p>a) A instalação ou manutenção, ainda que temporária, de estruturas ou outros obstáculos que prejudiquem a propagação radioelétrica do centro;</p> <p>b) A construção ou manutenção de edifícios ou de outros obstáculos cujo nível superior ultrapasse a cota máxima do terreno fixada no decreto que estabelece a proteção do centro;</p> <p>c) O estabelecimento ou manutenção de árvores, culturas ou outros obstáculos que prejudiquem a propagação radioelétrica do centro;</p> <p><b>Artigo 9.º</b> A instalação e utilização, nas zonas de libertação primárias, de qualquer aparelhagem elétrica suscetível de prejudicar o funcionamento das instalações do respetivo centro, bem como a introdução de alterações na aparelhagem elétrica já existente, carecem sempre de prévia autorização da instância oficial competente.</p> <p><b>Artigo 10.º</b> As zonas de libertação secundárias estão sujeitas aos seguintes condicionamentos, a determinar pela instância oficial competente:</p> <p>I. Dentro dos 1000 metros que circundem imediatamente as zonas primárias:</p> <p>a) As linhas aéreas de energia elétrica só serão permitidas para tensão composta igual ou inferior a 5kV e desde que não prejudiquem o funcionamento do respetivo centro;</p> <p>b) Toda a aparelhagem elétrica deverá ser provida, se tal for considerado necessário, dos mais eficientes dispositivos eliminadores ou atenuadores de perturbações radioelétricas, por forma a não prejudicar o funcionamento do centro considerado;</p> <p>c) A implantação de qualquer obstáculo, fixo ou móvel, só poderá ser autorizada se o nível superior deste não ultrapassar a respetiva cota máxima do terreno fixada no decreto que estabelecer a proteção do respetivo centro em mais de um décimo da distância entre o mesmo obstáculo e o limite exterior da zona primária.</p> <p>II. Na restante área das zonas secundárias: As linhas aéreas de energia elétrica de tensão composta superior a 5kV só serão permitidas desde que não prejudiquem o funcionamento do respetivo centro.</p> <p><b>Artigo 11.º</b> 1 – A largura da zona de desobstrução medida perpendicularmente à linha reta que une os dois centros, não deverá, em regra, exceder 50 m para cada lado dessa linha, podendo, porém, em casos especiais, ser aumentada em determinados troços até englobar a projeção horizontal do elipsoide da 1.ª zona de Fresnel.</p> <p>2 – Na zona de desobstrução é proibida a implantação de edifícios ou de outros obstáculos que distem menos de 10 m do elipsoide da 1.ª zona de Fresnel.</p>		

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p><b>Artigo 14.º</b> A constituição das servidões radioelétricas previstas no presente diploma será efetivada, caso por caso, mediante decreto referendando pelo Ministro das Comunicações ou do Ultramar, consoante se trate, respetivamente, de centros radioelétricos metropolitanos ou de centros situados nas províncias ultramarinas. Tratando-se de centros metropolitanos de radiodifusão o decreto constitutivo da servidão será também referendado pelo Secretário de Estado da Informação e Turismo.</p>		
<b>Áreas de Proteção Integral</b>	<p><b>Artigo 63.º</b> 1 — Estas áreas encontram-se integradas na Reserva Ecológica Nacional (REN).  2 — Nas áreas de proteção integral o regime de uso, ocupação e transformação do solo é o definido para a REN, através do disposto nos Decretos-Leis n.os 93/90, de 19 de Março, e 213/92, de 12 de Outubro.  3 — Ações compatíveis com a REN. — São consideradas compatíveis com a REN as seguintes ações: c) As remodelações, beneficiações e ampliações de instalações agrícolas e a construção de habitações para proprietários ou titulares de explorações de trabalhadores permanentes e as destinadas a turismo, ou de equipamentos de recreio e lazer de complemento da atividade turística, desde que em zona não ameaçada por cheia; e) As infraestruturas de rega e de condução e tratamento de águas de rega; f) A construção de diques e de condução de águas e para regularização de caudais e proteção contra cheias; g) O arranque ou destruição de vegetação natural nas técnicas normais de produção vegetal; h) As operações de preparação do solo com fins agrícolas ou pastoris</p>	O projeto tem finalidade agrícola, e portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Naturais</b>	<p><b>Artigo 61º</b> Os espaços naturais, identificados na planta de ordenamento, à escala de 1:25 000, correspondem às áreas nas quais se privilegiam a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos.</p>	O Projeto é compatível com os espaços naturais se respeitar o RJREN.	<b>Condicionante</b>
<b>Áreas de Proteção Parcial</b>	<p><b>Artigo 64.º</b> 1 — As áreas de proteção parcial são áreas abrangidas pela REN, nas quais estão previstas ações compatíveis com o regime daquela Reserva.  2 — As áreas de proteção parcial no concelho do Bombarral são, a saber: a) Zona do campo de jogos; b) Zona de feiras e mercado; c) Zona verde de Moncalvo.  3 — Nas áreas de proteção parcial o regime de uso e ocupação do solo é o definido para a REN através do disposto nos Decretos-Leis n.os 93/90, de 19 de Março, e 213/93, de 12 de Outubro, estando previsto para cada uma das zonas referidas no n.o 2 as seguintes ações:  a) Zona de feiras e mercado. — A área destina-se a parque verde/zona de feiras e mercado e corresponde a uma área adjacente ao perímetro urbano do Bombarral. Nessa área não será permitida qualquer estrutura edificada para além das que sirvam de apoio às atividades previstas para o parque da feira e mercado, não sendo permitida qualquer edificabilidade em leito de cheias b) Zona de campo de jogos. — A área destina-se à implantação de um campo de jogos e corresponderá a uma área adjacente ao perímetro urbano do Bombarral. Nesta área não será permitida qualquer estrutura edificada para além das absolutamente necessárias, não sendo permitidas novas edificações com cota de soleira abaixo do nível de maior cheia conhecida nem construção de caves, mesmo que limitada a sua utilização como garagem;</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e portanto, não é compatível com a classe de espaço referida. As ações permitidas nesta classe de espaço são abrangidas pela REN, e deste modo, remete-se para a o regime legal aplicável à REN.	<b>Fortemente Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	Zona verde de Moncalvo. — A área destina-se a espaço verde de proteção, adjacente a espaço urbanizável da área urbanizável especial de Moncalvo. Nesta área não será permitida qualquer ação que contrarie o regime da REN, sendo destinada a espaço verde e com funções de recreio, desporto e lazer complementares		
<b>Áreas Afetas a Rede Ferroviária</b>	<p><b>Artigo 70.º</b></p> <p>1 — Nos espaços-canais referidos nos n.ºs 2 e 4 do artigo anterior o regime de uso e alteração do solo é o disposto na secção IV do capítulo II do presente Regulamento, consoante os casos:</p> <p>b) Rede ferroviária, artigo 29.º</p> <p>2 — Nos espaços-canais referidos no n.º 4 do artigo anterior o regime de uso e alteração do solo estará sujeito à regra de interdição de qualquer ação ou atividade que inviabilize a implantação dos eixos rodoviários propostos. A respetiva zona de servidão non aedificandi é de 50 m para cada lado do eixo da estrada.</p>	Deverão ser respeitadas e não ocupadas as faixas de servidão indicadas para a rede ferroviária.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Domínio Hídrico</b>	<p>Lei n.º 54/2005, de 11 de novembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2006, de 16 de janeiro, alterada pela Lei n.º 78/2013, de 21 de novembro, pela Lei n.º 34/2014, de 19 de junho e cuja última alteração é dada Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto).</p> <p>Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 10 m das margens de linhas de água não navegáveis.</p>	O Projeto deverá evitar de forma conservadora a ocupação de domínio hídrico. Caso essa ocupação seja inevitável, terá de ser requerida autorização/licenciamento da Agência Portuguesa do Ambiente/ARH, para ocupar parte do domínio, bem como o Projeto deverá garantir, na sua conceção medidas de minimização que garantam o escoamento natural do curso de água a afetar, por exemplo através de passagens hidráulicas.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Áreas Afetas aos Eixos Rodoviários</b>	<p><b>Artigo 69.º</b></p> <p>2 — Eixos rodoviários existentes ou projetados:</p> <p>4 — Eixos rodoviários municipais propostos:</p> <p>a) Caminho municipal Azambujeira-Casal do Urmal;</p> <p>b) EM 569: variante no aglomerado urbano de A dos Ruivos</p> <p><b>Artigo 70.º</b></p> <p>1 — Nos espaços-canais referidos nos n.ºs 2 e 4 do artigo anterior o regime de uso e alteração do solo é o disposto na secção IV do capítulo II do presente Regulamento, consoante os casos:</p> <p>a) Rede rodoviária, artigo 28.º</p> <p><b>Artigo 28.º</b></p> <p>1 — A definição das áreas de proteção da rede rodoviária e o seu regime de uso e ocupação do solo são regulados pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 13/71, de 23 de Janeiro, 219/72, de 27 de Junho, 380/85, de 26 de Setembro, 445/91, de 20 de Novembro, 12/92, de 4 de Fevereiro, e 13/94, de 15 de Janeiro, nas Leis n.ºs 2037, de 19 de Agosto de 1949, e 97/88, de 17 de Agosto, na Portaria n.º 114/71, de 1 de Março, e no Despacho SEOP n.º 37/12/92.</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 13/71 – Artigo 6.º</b></p> <p>1. Só mediante aprovação ou licença da Junta Autónoma de Estradas se podem:</p> <p>a) Efetuar obras ou utilizar de qualquer modo o solo, subsolo e espaço aéreo da zona da estrada;</p> <p>b) Estabelecer acessos à mesma zona.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e portanto, não é compatível com a classe de espaço referida	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>2. Relativamente ao subsolo da zona da estrada, a Junta Autónoma de Estradas poderá permitir:</p> <p>a) Em casos muito excecionais, a pesquisa e captação das águas;</p> <p>b) O estabelecimento de canalizações ou aquedutos ou cabos condutores de energia elétrica ou de telecomunicações, sempre que possível fora da plataforma da estrada, a não ser quando se trate de atravessamentos, os quais devem ser reduzidos ao mínimo e localizados perpendicularmente nas condições de segurança e com secção que permita substituir essa canalização ou cabo sem necessidade de levantar o pavimento.</p> <p>3. Quanto ao solo da zona da estrada, a Junta Autónoma de Estradas</p> <p>a) O estabelecimento de construções ou abrigos móveis e andaimes, temporariamente e sempre fora da plataforma da estrada;</p> <p>b) A implantação de candeeiros e postos de apoio de linhas telegráficas e telefónicas, de transporte ou de distribuição de energia elétrica de baixa tensão ou outros fins, nos taludes, banquetas ou acessórios da estrada;</p> <p>d) A passagem de águas de rega ou de lima através das valetas</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 13/71 – Artigo 8.º</b></p> <p>1. É proibida a construção, estabelecimento, implantação ou produção de:</p> <p>b) Construções simples, especialmente de interesse agrícola, tais como tanques, eiras, pérgulas, ramadas ou parreiras, bardos e outras congéneres nas zonas de visibilidade ou a menos das distâncias do limite da plataforma da estrada indicadas na alínea anterior.</p>		
Linhas elétricas	<p>O Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão (RSLEAT), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro, estabelece as faixas de proteção, quer para a rede de transporte, quer para a rede de distribuição. De acordo com o artigo 28.º, deverá ser respeitada a zona de proteção da linha elétrica existente (largura máxima da faixa):</p> <p>– Linhas BT e MT – 15 m (linhas de tensão 1,5 kV até 40 kV), e 25 m (linhas de tensão de 40 kV até 60 kV);</p> <p>– Linha de AT e MAT (Rede Elétrica Nacional, REN) – 45 m (linhas de tensão superiores a 60 kV).</p> <p>O mesmo regulamento estabelece ainda uma distância geral dos condutores a obstáculos diversos de 3,65 m.</p>	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 45 m em relação às linhas elétricas de alta tensão.	Fortemente Condicionante
Rede Rodoviária	<p><b>Artigo 16º</b></p> <p>1 - Os condicionamentos e servidões da rede rodoviária são os que constam das Leis nº 2037, de 19 de Agosto de 1949, 2110, de 19 de Agosto de 1961, e dos Decretos-Leis nº 13/71, de 23 de Janeiro, 380/85, de 26 de Setembro, 12/92, de 4 de Fevereiro, e <b>13/94, de 15 de Janeiro, designadamente estando qualquer obra de vedação e acesso a propriedades marginais sujeita a licenciamento das entidades competentes.</b></p> <p><b>Artigo 5º do DL nº 13/94</b></p> <p>Servidão de 35 metros para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 15 metros da zona de estrada, para os IC.</p>	Deverá ser respeitada e não ocupada as faixas de servidão indicadas para a rede rodoviária.	Fortemente Condicionante
<p align="center"><b>PDM Cadaval</b></p> <p align="center"><b>(Publicado através da RCM nº 170/95 de 13 de dezembro e adaptado através do Aviso n.º 15375/2010 de 3 de agosto)</b></p>			
Espaço Agrícola	<p><b>Artigo 29.º</b></p> <p>1 – O espaço agrícola é destinado no seu uso geral dominante à produção agrícola e pecuária.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	Permitido
Espaço Florestal	<p><b>Artigo 37º</b></p> <p>2- É admitido, a título excecional e sem constituir precedente ou expectativa de futura urbanização, o licenciamento de edificação indispensável à proteção e exploração silvícola desse espaço, que obtenha parecer prévio favorável do Instituto Florestal (...).</p>	O Projeto é compatível com a classe de espaço referida desde que obtenha parecer favorável do Instituto Florestal.	Condicionante

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	4- O licenciamento deve observar ainda as seguintes disposições: d) Abastecimento de água, drenagem de águas residuais e seu tratamento assegurado por sistemas autónomos, salvo se o interessado custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas;		
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	<b>RCM 170/1995</b> <b>Ficha A8</b> Nos solos da Reserva Ecológica Nacional são proibidas todas as ações que diminuam ou destruam as suas funções e potencialidades, nomeadamente vias de comunicação e acessos, construção de edifícios, operações de loteamento, aterros e escavações, destruição do coberto vegetal e vida animal. Poderão ser admitidas algumas utilizações e ocupações na área da REN, a definir em diploma regulamentar. <b>Artigo 70.º</b> 1- É admitida a instalação e laboração de instalações deste tipo cujas atividades representem um efetivo valor económico para o concelho, satisfaçam todos os requisitos legais exigidos e observem as seguintes disposições: a) A sua localização apenas é admitida nas seguintes categorias de espaço: área agrícola não incluída na RAN, área silvo-pastoril e área agroflorestal, em terreno não abrangido pela REN ou por servidão ou restrição de utilidade pública que o contrarie;	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	<b>Artigo 32º</b> 2 - É admitido, nos termos das disposições seguintes, a título excecional, sem constituir precedente ou expectativa de futura urbanização, o licenciamento de edificação utilizada para habitação do proprietário ou dos trabalhadores permanentes da mesma que se considere indispensável para as utilizações referidas, bem como ainda de instalações para apoio à atividade agrícola, (...)	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Área Urbana</b>	<b>Artigo 9º</b> 2 – No espaço urbano, além das categorias de espaço referidas no n.º 1, e visando garantir o equilíbrio biofísico da área urbanizada em que se integram, são consideradas as seguintes, onde não é autorizada a construção de infraestruturas urbanísticas nem de edificações – com a exceção prevista na alínea c) – e consequentemente onde é interdito o licenciamento municipal de loteamento urbano e de construção. c) Área urbanizada verde agrícola (VA) – correspondente ao espaço urbano constituído ou a constituir em domínio privado para utilização agrícola complementar da população residente, onde se admite, como exceção, o licenciamento de edificação conforme o estabelecido no artigo 32.º deste Regulamento.	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Área percorrida por incêndio</b>	<b>FICHA A15.3</b> <b>Regime de servidões e restrições de utilidade pública – Servidão de áreas percorridas por incêndios florestais</b> Nas manchas florestais percorridas por incêndios ficam proibidas, pelo prazo de 10 anos a contar da data do fogo, todas as ações estabelecidas no Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro, nelas se incluindo loteamentos urbanos, obras de urbanização, novas construções, alterações à morfologia do solo ou do coberto vegetal, estabelecimento de quaisquer novas atividades, etc.  Entidade com jurisdição. – Instituto Florestal. Regulamentação de uso no âmbito do PDM. – A estabelecida na legislação aplicável e nos artigos 35.º a 39.º do regulamento do PDM do Cadaval para o espaço florestal. <b>Artigo 39.º</b> No espaço florestal é admitido como uso compatível com o uso geral dominante, além dos decorrentes dos licenciamentos referidos no artigo 37.º: a) Utilização alternativa por meio de produção agrícola e ou pecuária, nos termos da legislação em vigor, na categoria de espaço área silvo-pastoril.	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida, desde que obtenha parecer favorável do Instituto Florestal.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Área de paisagem protegida</b>	<b>Ficha A10 – Servidão de parques e reservas</b> A rede nacional de áreas protegidas compreende as áreas protegidas de interesse nacional, que se classificam em parque nacional, reserva natural, parque natural e monumento natural; as áreas protegidas de âmbito regional e local, que se classifiquem em paisagem protegida; Nas áreas protegidas, as proibições ou os atos cujo licenciamento é condicionado à autorização do ICN são definidos quer no diploma de constituição quer através de planos de ordenamento e regulamentos específicos para cada área. Entidade com jurisdição. – Compete ao ICN gerir as áreas protegidas e autorizar os atos a isso condicionados no diploma de constituição dessas áreas.	O Projeto é compatível com a classe de espaço referida desde que obtenha parecer favorável do ICN	<b>Condicionante</b>
<b>PDM Caldas da Rainha</b> (publicado através da RCM nº 101/2002 de 18 de junho, adaptado através do Regulamento n.º 259/2010 de 17 de março, corrigido através do Edital nº 413/2011 de 4 de maio, corrigido através do Edital nº 413/2011 de 6 de janeiro, alterado através do Aviso nº 135/2015 de 7 de Janeiro, corrigido através do Aviso nº 2662/2015 de 11 de março, alterado através do Aviso nº 2740/2015 de 12 de março, alterado através do Aviso nº 3162/2015 de 25 de março, corrigido através do Aviso nº 9043/2017 de 9 de Agosto, alterado através do Aviso nº 14508/2017 de 12 de Abril, alterado através do Aviso nº 1430/2018 de 30 de Janeiro, alterado através do Aviso nº 16334/2018 de 12 de Novembro, alterado através do Aviso nº 12613/2019 de 7 de Agosto, alterado por adaptação através da Declaração nº 63/2019 de 26 de Agosto, alterado através do Aviso nº 18123/2019 de 14 de novembro, alterado através do Aviso nº 13765/2021 de 20 de julho, alterado através do Aviso nº 10599/2022 de 25 de Maio)			
<b>Espaços agrícolas</b>	<b>Artigo 57º</b> As áreas agrícolas são os espaços com características adequadas ao desenvolvimento das atividades agrícolas ou que as possam vir a adquirir, identificados e delimitados na planta de ordenamento.	O Projeto tem finalidade agrícola e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Áreas agroflorestais</b>	<b>Artigo 60º</b> As áreas agroflorestais são áreas em que os usos agrícola e florestal coexistem sem que qualquer deles seja dominante e encontram-se identificadas na planta de ordenamento.	O Projeto tem finalidade agrícola e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços florestais</b>	<b>Artigo 65º</b> 1 — Nas áreas florestais apenas são permitidas obras de construção nova desde que os edifícios se destinem ao apoio da atividade florestal e nos seguintes casos (...) 2 — As obras de alteração, de reconstrução e de ampliação das edificações preexistentes só são possíveis nos seguintes casos: <b>a) Quando as edificações se destinem a apoio à atividade florestal ou agrícola</b>	O Projeto tem finalidade agrícola e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Canais</b>	<b>Artigo 75º</b> 1 — Os espaços-canais estão sujeitos a todas as disposições relativas a condicionamentos, servidões e restrições de utilidade pública previstos nos respetivos regimes legais e demais legislação aplicável nesta matéria. 2 — O espaço-canal ferroviário é constituído pelas respetivas servidões definidas na legislação em vigor e pelas faixas de proteção definidas pelas normas legais e regulamentares aplicáveis. 3 — O espaço-canal da Rede Elétrica Nacional de Transporte de Muito Alta Tensão é constituído pelas respetivas servidões definidas na legislação em vigor e pelas faixas de proteção definidas pelas normas legais e regulamentares aplicáveis.	O Projeto terá de respeitar as servidões definidas para cada tipo de espaço-canal.	<b>Condicionante</b>
<b>Área do paul da Tornada</b>	<b>Artigo 71º</b> 1 — Na área de proteção do Paul da Tornada é proibido: a) A realização de operações de loteamento urbano e obras de urbanização; b) A realização de qualquer tipo de obras, com exceção das obras de beneficiação das construções preexistentes e as necessárias à conservação dos habitats naturais; c) As atividades suscetíveis de causar poluição; d) O lançamento de águas residuais suscetíveis de causar poluição; e) A aplicação de produtos fitofarmacêuticos não homologados pela entidade competente.	O Projeto só é compatível com esta classe de espaço se beneficiar construções preexistentes e necessárias à conservação dos habitats naturais e não causar qualquer poluição.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Áreas Naturais</b>	<b>Artigo 67º</b> Nas áreas naturais são proibidas operações de loteamento urbano, obras de urbanização, obras de construção e de ampliação de edifícios, <b>obras hidráulicas</b> , abertura de vias de comunicação, <b>aterros, escavações e destruição do coberto vegetal</b> , introdução de espécies não indígenas da flora e da fauna, nos termos da legislação em vigor, e atividades ou ações suscetíveis de causar poluição.	A classe de espaço referida não permite a ocorrência de obras hidráulicas, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal, onde se enquadra o Projeto.	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Linhas Elétricas Muito Alta Tensão</b>	<p><b>Artigo 75.º</b> 3 — O espaço-canal da Rede Elétrica Nacional de Transporte de Muito Alta Tensão é constituído pelas respetivas servidões definidas na legislação em vigor e pelas faixas de proteção definidas pelas normas legais e regulamentares aplicáveis.</p> <p><b>DR n.º 1/92</b> <b>Artigo 28.º (distância às árvores)</b> 3 - Com vista a garantir a segurança de exploração das linhas e para efeitos de aplicação do número seguinte, a zona de proteção terá uma largura máxima de: a) 15 m, para linhas de 2.ª classe (inferior a 40 kV); b) 25 m, para linhas de 3.ª classe de tensão nominal igual ou inferior a 60 kV; c) 45m, para linhas de 3.ª classe de tensão nominal superior a 60 kV.</p> <p><b>Artigo 29.º</b> 1 - Na proximidade de edifícios, com exceção dos exclusivamente adstritos ao serviço de exploração de instalações elétricas, as linhas serão estabelecidas por forma a observar-se, nas condições de flecha máxima, o seguinte: a) Em relação às coberturas, chaminés e todas as partes salientes suscetíveis de serem normalmente escaladas por pessoas, os condutores nus deverão ficar, (...) a uma distância D, em metros, (...) <math>D = 3,0 + 0,0075 U</math> em que U, em kilovolts, é a tensão nominal da linha. O valor de D não deverá ser inferior a 4 m.</p> <p><b>Artigo 30.º</b> 1- Na vizinhança de obstáculos (...) uma distância D, em metros, (...) <math>D = 2,0 + 0,0075 U</math> (...). O valor de D não deverá ser inferior a 3 m.</p>	<p>O projeto deve as faixas de proteção: Muito Alta Tensão (150 kV) da RNT: - Árvores: servidão 45m (22,5 para cada lado) - Edifícios: mín 4m - Obstáculos diversos: mín 3m</p>	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Espaços Florestais</b>	<p><b>Artigo 65.º</b> 1 — Nas áreas florestais apenas são permitidas obras de construção nova desde que os edifícios se destinem ao apoio da atividade florestal e nos seguintes casos: (...) 2 — As obras de alteração, de reconstrução e de ampliação das edificações preexistentes só são possíveis nos seguintes casos: a) Quando as edificações se destinem a apoio à atividade florestal ou agrícola; b) Quando as edificações se destinem a habitação dos proprietários da exploração florestal ou agrícola; c) Quando as edificações se destinem a turismo no espaço rural.</p>	<p>O espaço apenas permite obras de alteração, construção e ampliação de apoio à atividade agrícola. De forma a ser compatível, o projeto deve ser classificado como ampliação de obra hidroagrícola já existente</p>	<b>Condicionante</b>
<b>Áreas agroflorestais</b>	<p><b>Artigo 61.º</b> 1 — Nas áreas agroflorestais é proibida a realização de qualquer tipo de obras, exceto as obras de construção, de alteração ou de ampliação nos seguintes casos: a) Quando as edificações se destinem a apoio à atividade agrícola ou florestal;</p>	<p>O projeto é compatível com o tipo de espaço</p>	<b>Permitido</b>
<b>Rede Rodoviária</b>	<p><b>Artigo 75.º</b> 1 — Os espaços-canais estão sujeitos a todas as disposições relativas a condicionamentos, servidões e restrições de utilidade pública previstos nos respetivos regimes legais e demais legislação aplicável nesta matéria,...</p> <p><b>Lei n.º 34/2015, Artigo 32.º</b> 8 - Após a publicação do ato declarativo de utilidade pública dos prédios e da respetiva planta parcelar, as zonas de servidão non aedificandi das novas estradas, bem como das estradas já existentes, têm os seguintes limites: a) Autoestradas e vias rápidas: 50 m para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 m da zona da estrada; b) IP: 50 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 20 m da zona da estrada; c) IC: 35 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 15 m da zona da estrada; d) EN e restantes estradas a que se aplica o presente Estatuto: 20 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 5 m da zona da estrada; e) Nós de ligação: um círculo de 150 m de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas.</p>	<p>O projeto deve respeitar as faixas <i>non edificandi</i> mencionadas na Lei n.º 34/2015.</p>	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Espaços Urbanos nível 2 e 3</b>	<b>Capítulo I do PDM</b>	<p>Não há menção no PDM sobre atividades interditas neste tipo de espaço - a analisar compatibilidade nas fases seguintes.</p>	<b>Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaços Industriais</b>	<b>Artigo 45.º</b> Nos espaços industriais podem construir-se, para além dos estabelecimentos industriais, edifícios com os seguintes usos: a) Armazéns, depósitos e silos; b) Comércio de apoio ou complementar às atividades industriais; c) Comércio grossista; d) Laboratórios de pesquisa e análise; e) Oficinas de apoio; f) Escritórios de apoio; g) Espaços de recreio e lazer dos trabalhadores; h) Habitação para pessoal de vigilância e de manutenção dos estabelecimentos industriais; i) Serviços de apoio às atividades industriais.	O projeto não é compatível com o uso destinado a este tipo de espaço - a analisar compatibilidade nas fases seguintes.	<b>Condicionante</b>
<b>Espaços Urbanizáveis</b>	Capítulo II do PDM	Não há menção no PDM sobre atividades interditas neste tipo de espaço - a analisar compatibilidade nas fases seguintes.	<b>Condicionante</b>
<b>Faixa de Salvaguarda para a Terra</b>	<b>Artigo 82.º-J</b> Nas Faixas de Salvaguarda em Litoral de Arriba para Terra — Nível I e II são interditas operações de loteamento, obras de urbanização, construção, reconstrução, alteração e ampliação, exceto quando se trate de: ...	O projeto não é compatível com as operações de construção permitidas nesta área	<b>Interdito</b>
<b>Faixa de Proteção Lagunar + Complementar</b>	<b>Artigo 82.º - R a 82.º-T</b>	Para a tipologia do projeto em causa, não é especificamente interdito no PDM a sua atividade neste tipo de espaços, no entanto, no artigo que refere as atividades permitidas, não é referido ocupação por parte de atividades de apoio à agricultura	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Zona Reservada</b>	<b>Artigo 82.º-P</b> <b>Artigo 82.º-Q</b>	Para a tipologia do projeto em causa, não é especificamente interdito no PDM a sua atividade neste tipo de espaços, no entanto, no artigo que refere as atividades permitidas, não é referido ocupação por parte de atividades de apoio à agricultura	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Zona Terrestre de Proteção - Margem</b>	<b>Artigo 82.º-F</b> <b>Artigo 82.º-G</b>	Para a tipologia do projeto em causa, não é especificamente interdito no PDM a sua atividade neste tipo de espaços (82.º-G), no entanto, no artigo que refere as atividades permitidas, não é referido ocupação por parte de atividades de apoio à agricultura	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Faixa de Proteção Costeira</b>	<b>Artigo 82.º-C e 82.º-D</b>	Para a tipologia do projeto em causa, não é especificamente interdito no PDM a sua atividade neste tipo de espaços (82.º-G), no entanto, no artigo que refere as atividades permitidas, não é referido ocupação por parte de atividades de apoio à agricultura	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Faixa de Proteção Complementar</b>	<b>Artigo 82.º -B</b> Nas Faixas de Proteção Costeira e Complementar da ZTP são interditas as seguintes atividades: a) Atividades que alterem o estado das massas de águas ou coloquem esse estado em perigo;	O projeto não é compatível com o tipo de espaço	<b>Interdito</b>
<b>REN</b>	<b>DL nº 166/2008 - Anexo II (usos compatíveis)</b> II - INFRAESTRUTURAS a) Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canias, incluindo levadas	Dependendo se a área abrangida é escarpas, zonas de máxima infiltração, de risco de erosão, etc, poderá ser interdito ou compatível sujeito a autorização e/ou comunicação prévia	<b>Condicionante a Interdito</b>
<b>RAN</b>	<b>Artigo 58.º</b> Regime da RAN e de fomento hidroagrícola Nas áreas da RAN e do aproveitamento hidroagrícola de Alvorninha o regime da ocupação, uso e transformação do solo é o previsto na legislação respetiva, constante do anexo I, aplicando-se cumulativamente o disposto no artigo 59.º <b>Artigo 59.º</b> Usos e obras 1 — Nas áreas agrícolas é interdita qualquer alteração ao uso do solo que diminua as suas potencialidades agrícolas. 2 — Nas áreas agrícolas é proibida a realização de qualquer tipo de obras, exceto as obras de construção nova, de alteração ou de ampliação nos seguintes casos: a) Quando as edificações se destinem a apoio à atividade agrícola ou silvícola; <b>DL n.º 73/2009- Artigo 22.º</b> 1 - As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se, preferencialmente, nas terras e solos classificados como de menor aptidão, e quando estejam em causa: a) Obras com finalidade agrícola, quando integradas na gestão das explorações ligadas à atividade agrícola, nomeadamente, obras de edificação, obras hidráulicas, vias de acesso, aterros e escavações, e edificações para armazenamento ou comercialização;	O projeto é compatível com o uso de áreas RAN	<b>Permitido</b>
<b>Indústria Extrativa</b>	<b>Artigo 56.º</b> O uso e ocupação do solo nos espaços de indústria extrativa é o previsto na legislação respetiva. <b>DL n.º 270/2001 - Artigo 4.º, n.º1 e Anexo II</b> - zonas de defesa de 20 m relativamente a condutas de fluidos e 50m relativamente a nascentes ou captações de água	O projeto deve ser implementado a 20 m - 50 m (dependendo do elemento) de pedreiras	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>ETAR</b>	O PDM não menciona nenhuma restrição específica. A área de servidão é delimitada em despacho ministerial, onde é mencionada a largura e comprimento da faixa de servidão e estabelece os respetivos condicionamentos	O projeto deve salvaguardar a área de servidão associada	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Subestação</b>	<b>Artigo 75.º</b> 3 — O espaço-canal da Rede Elétrica Nacional de Transporte de Muito Alta Tensão é constituído pelas respetivas servidões definidas na legislação em vigor e pelas faixas de proteção definidas pelas normas legais e regulamentares aplicáveis.	Devem ser salvaguardadas as servidões aplicáveis às linhas elétricas associadas à subestação	<b>Pouco Condicionante</b>
<b>Reservatório (abastecimento água)</b>	O PDM não menciona nenhuma restrição específica. A área de servidão é delimitada em despacho ministerial, onde é mencionada a largura e comprimento da faixa de servidão e estabelece os respetivos condicionamentos	O projeto deve salvaguardar a área de servidão associada	<b>Fortemente Condicionante</b>
<p align="center"><b>PDM Cartaxo</b></p> <p>(Publicado pela RCM nº 5/98 a 22 de janeiro, com suspensão da iniciativa do governo RCM nº 64-A/2009 a 6 de agosto e com retificação da suspensão da iniciativa do governo DECL RECT nº 71-A/2009 de 2 de outubro. Tem identificação dos artigos dos PDM alvo de suspensão, nos termos da RCM nº 64-A/2009 pelo Aviso nº 7164/2010 a 4 de abril, com 1ª alteração por adaptação no Aviso nº 14548/2010 a 22 de julho, 2ª alteração no Aviso 18632/2011 a 20 de setembro, 1ª retificação no Aviso nº 2548/2012 a 16 de fevereiro, 1ª correção material pelo Aviso nº 9639/2013 em 26 de julho, 3ª alteração pelo Aviso nº 5398/2015 a 18 de maio, 4ª alteração pelo Aviso nº 4471/2016 a 1 de abril, 5ª alteração pelo</p>			

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
Aviso nº 1020/2018 a 22 de janeiro, 6ª alteração pelo Aviso nº 2015/2018 a 13 de fevereiro, 7ª alteração pelo Aviso nº 7265/2018 a 29 de maio, 2ª retificação pela DECL RET nº 498/2018 a 6 de julho, 8ª alteração pelo Aviso nº 1967/2019 a 4 de fevereiro, 9ª alteração pelo Aviso nº 18300/2019 a 15 de novembro, 10ª alteração por adaptação DECL nº 95/2020 a 3 de novembro, 11ª alteração pelo Aviso nº 2712/2022 a 9 de fevereiro e 2ª correção material pelo DECL nº 93/2022 a 6 de junho)			
<b>Espaço agrícola</b>	<p><b>Artigo 29.º</b></p> <p>No espaço agrícola são consideradas as seguintes categorias de espaço:</p> <p>a) Área agrícola da RAN — área destinada primordialmente à produção agrícola, correspondente aos solos com maior potencial agrícola, integrados na RAN;</p> <p>b) Outra área agrícola — área destinada à produção agrícola, mas não submetida ao regime da RAN;</p> <p>c) Área agro-pastoril — área de agricultura marginal, praticada em solos de menor capacidade de uso agrícola, mais vocacionada para o estabelecimento de pastagens melhoradas, conservação e renovação de prados ou introdução de culturas forrageiras em rotação</p>	O Projeto tem finalidade agrícola e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaço Florestal</b>	<p><b>Artigo 35.º</b></p> <p>1 — Sem prejuízo da legislação aplicável, a Câmara Municipal poderá autorizar o licenciamento de edificação indispensável à proteção e exploração silvícola desse espaço, bem como ainda de empreendimento turístico de turismo rural, agroturismo ou turismo de habitação, de equipamento coletivo no âmbito da vocação deste espaço e de habitação do proprietário.</p> <p>2 — A parcela de terreno em que se localiza deve ter área igual ou superior a 2 ha — ou 0,5 ha, se já constituir um artigo individualizado e como tal estiver inscrito e registado à data da publicação do PDM — e não deve estar condicionada por regime, servidão ou restrição que o contrarie, designadamente REN e regime hídrico.</p>	O Projeto é compatível com áreas florestais desde que autorizado pela CM.	<b>Condicionante</b>
<b>Espaço natural</b>	<p><b>Artigo 37.º</b></p> <p>O espaço natural delimitado na planta de ordenamento é o espaço no qual se privilegia a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos e que pela sua especificidade patrimonial merecem relevância, neles se incluindo a RAN e a REN, cuja legislação deverá ser observada em todo o espaço natural.</p> <p><b>Artigo 39.º</b></p> <p>1 — A área natural é constituída pela área ribeirinha composta pelo leito e frente do rio Tejo, seus afluentes e valas, englobando as suas margens e uma faixa de proteção delimitada para além da linha de máxima preia-mar das águas-vivas equinociais, correspondente ao seu leito de cheia (cheia de Fevereiro de 1979).</p> <p>2 — Sem prejuízo dos regimes jurídicos da RAN e da REN, poderão ser autorizadas edificações com a seguinte finalidade:</p> <p>a) Turismo rural;</p> <p>b) Turismo de habitação;</p> <p>c) Agroturismo;</p> <p>d) Edificações e espaços de recreio e lazer.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, se privilegiar a proteção dos recursos naturais e evitar a destruição de espaços naturais, será compatível com esta classe de espaço.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.		
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.  Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Rede Rodoviária</b>	<b>Artigo 42.º</b>  3 — Nas vias municipais são estabelecidas faixas non aedificandi, medidas ao eixo da via ou ao limite da zona da estrada ou caminho, como a seguir se refere: a) Estradas municipais e estradas florestais: a1) 8 m, para a edificação em geral, medidos ao eixo da via; a2) 50 m, para a edificação de armazéns, estabelecimentos industriais ou outras edificações que promovam congestionamento de tráfego, medidos ao limite da zona da estrada; b) Caminhos municipais: b1) 6 m, para a edificação em geral, medidos ao eixo da via; b2) 30 m, para a edificação de armazéns, estabelecimentos industriais ou outras edificações que promovam congestionamento de tráfego, medidos ao limite da zona do caminho; c) Estradas nacionais, quando integradas na rede municipal: c1) 10 m, para a edificação em geral, medidos ao limite da zona da estrada; c2) 50 m, para a edificação de armazéns, estabelecimentos industriais ou outras edificações que promovam congestionamento de tráfego, medidos ao limite da zona da estrada.  4 — Enquanto não se verificar a integração das estradas nacionais na rede municipal, as faixas non aedificandi são as definidas na legislação específica em vigor.  5 — Nos troços das estradas e caminhos municipais dentro do perímetro urbano serão observados, até à aprovação de normas provisórias ou de planos de urbanização, os seguintes afastamentos mínimos ao eixo da via: Para a edificação em geral, 8 m; Para a edificação, quando afeta a usos comerciais, industriais ou outros que possam provocar congestionamento de trânsito, 20 m.	O Projeto terá de cumprir as servidões para os diferentes tipos de vias existentes.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Domínio Hídrico</b>	Lei n.º 54/2005, de 11 de novembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2006, de 16 de janeiro, alterada pela Lei n.º 78/2013, de 21 de novembro, pela Lei n.º 34/2014, de 19 de junho e cuja última alteração é dada Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto). Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 10 m das margens de linhas de água não navegáveis.	O Projeto deverá evitar de forma conservadora a ocupação de domínio hídrico. Caso essa ocupação seja inevitável, terá de ser requerida autorização/licenciamento da Agência Portuguesa do Ambiente/ARH, para ocupar parte do domínio, bem como o Projeto deverá garantir, na sua conceção	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
		medidas de minimização que garantam o escoamento natural do curso de água a afetar, por exemplo através de passagens hidráulicas.	
<p align="center"><b>PDM Chamusca</b></p> <p align="center">(Publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/95, de 27 de dezembro. alterado pelas Declarações n.º 248/99, de 11 de agosto, n.º 103/2001, de 4 de abril, n.º 163/2001, de 18 de maio, n.º 240/2001, de 8 de agosto, e n.º 255/2002, de 12 de agosto. Retificado pela Deliberação n.º 1302/2008, de 30 de abril. Alterado pelos Avisos n.º 11837/2009, de 3 de julho, e n.º 5058/2010, de 10 de março, e pela Deliberação n.º 1857/2010, de 15 de outubro. Corrigido pelos Avisos n.º 785/2012, de 18 de janeiro, e n.º 7069/2012, de 22 de maio. Alterado pelos Avisos n.º 7600/2012, de 31 de maio, n.º 13639/2012, de 12 de outubro, e n.º 16714/2012, de 13 de dezembro. Retificado pela Declaração de retificação n.º 612/2013, de 22 de maio. Alterado pelos Avisos n.º 6850/2014, de 5 de junho, n.º 4077/2016, de 24 de março, n.º 6262/2016, de 18 de maio, e n.º 13359/2016, de 28 de outubro. Corrigido pelo Aviso n.º 982/2017, de 24 de janeiro. Alterado pelo Aviso n.º 2571/2020, de 14 de fevereiro)</p>			
<b>Gasoduto</b>	<p><b>Artigo 18º</b></p> <p>a) 1 - Nos termos da legislação em vigor é estabelecida uma área non <i>aedificandi</i> de 10 m para cada lado do eixo da conduta, depois de implantada e assinalada no terreno.</p> <p>b)</p> <p>c) 2 - Nesta área não será permitido:</p> <p>a) Lavrar ou cavar o terreno a profundidade superior a 50 cm numa faixa de 2 m para cada lado do eixo do gasoduto;</p> <p>b) Plantar árvores ou arbustos numa faixa de 5 m para cada lado do eixo;</p> <p>c) Instalar permanentemente ou temporariamente matérias explosivas inflamáveis ou corrosivas;</p> <p>d) Colocar medalhas de palha, feno ou qualquer arbusto ou combustível a menos de 5 m do eixo de gasoduto.</p>	O Projeto terá de respeitar as servidões definidas, nomeadamente infraestruturas deverão ser construídas a 10 m de distância para cada lado do eixo da conduta (gasoduto).	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Zona industrial</b>	<p><b>Artigo 20.º</b></p> <p>1.3 – Na ocupação das zonas industriais referidas no número anterior, a edificabilidade fica sujeita às seguintes regras:</p> <p>a) Só poderão instalar-se nesta área indústrias de classes C e D, devendo o processo de licenciamento obedecer a legislação em vigor. Será dada preferência a indústrias complementares de atividades agroflorestais, podendo ainda permitir-se a instalação de indústrias da classe B, desde que consideradas de interesse local ou municipal.</p>	O projeto não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Espaços Agrícolas</b>	<p><b>Artigo 21º</b></p> <p>1 - Os espaços agrícolas compreendem as áreas abrangidas pela RAN com servidão definida no Artigo 14º.</p> <p>2 - Estes solos devem ser exclusivamente afetos à agricultura, sendo proibidas todas as ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades agrícolas.</p>	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Naturais e Culturais</b>	<p><b>Artigo 23º</b></p> <p>1- Introdução – áreas da REN e áreas de proteção e enquadramento – Incluem-se aqui todas as faixas e zonas de interesse biológico, paisagístico, cultural e ecológico, às quais são atributos particulares de condicionamento, de forma a garantir a sua permanência de evolução dos processos a elas ligados. Estas áreas dividem-se em:</p> <p>a) Áreas REN;</p> <p>b) Áreas afetas a recursos hídricos, incluindo áreas inundáveis;</p> <p>c) Áreas de proteção a estações arqueológicas ou arqueossítios;</p> <p>d) Áreas de proteção e valores do património cultural edificado;</p> <p>2 - Áreas da REN:</p> <p>2.1 – A utilização destas áreas está condicionada pela legislação geral aplicável à REN, constando as especificações relativas à Chamusca da memória descritiva justificativa que acompanha a reserva.</p> <p>2.2 – Estas áreas só serão compatíveis com os usos estipulados na memória descritiva e justificativa da REN, designadamente os usos agroflorestal e silvo-pastoril.</p>	O Projeto está sujeito aos condicionamentos da legislação de REN em vigor.	<b>Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>2.3 Só é permitida a introdução de alterações no coberto vegetal e a realização de construções desde que respeitem o estipulado na legislação REN e se enquadrem numa das atividades mencionadas no nº22.</p> <p>Artigo 13.º</p> <p>Reserva Ecológica Nacional</p> <p>(..)</p> <p>2 — As áreas definidas como REN estão sujeitas aos condicionamentos da legislação em vigor.</p>		
<b>Linhas elétricas (Alta tensão)</b>	<p>O Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão (RSLEAT), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro, estabelece as faixas de proteção, quer para a rede de transporte, quer para a rede de distribuição. De acordo com o artigo 28.º, deverá ser respeitada a zona de proteção da linha elétrica existente (largura máxima da faixa):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Linhas BT e MT – 15 m (linhas de tensão 1,5 kV até 40 kV), e 25 m (linhas de tensão de 40 kV até 60 kV);</li> <li>– Linha de AT e MAT (Rede Elétrica Nacional, REN) – 45 m (linhas de tensão superiores a 60 kV).</li> </ul> <p>O mesmo regulamento estabelece ainda uma distância geral dos condutores a obstáculos diversos de 3,65 m.</p>	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 45 m em relação às linhas elétricas de alta tensão.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Montado de Sobreiro</b>	<p>Decreto-Lei n.º 14/77, de 6 de janeiro. (Atualmente Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro, pela Lei n.º 12/2012, de 13 de março e pelo Decreto-lei n.º 29/2015, de 10 de fevereiro).</p> <p>Neste diploma é estabelecido que o corte ou arranque de sobreiros ou azinheiras, em povoamento ou isolados, carece de autorização das atuais Direções Regionais de Agricultura e Pescas ou do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, dependendo da natureza ou da dimensão do povoamento.</p> <p>A legislação define povoamento de sobreiro, de azinheira ou misto como uma formação vegetal com área superior a 0,50 ha e, no caso de estruturas, com largura superior a 20 m, onde se verifica presença de sobreiros ou azinheiras, associados ou não entre si ou com outras espécies, cuja densidade satisfaz valores mínimos estabelecidos no Decreto-Lei.</p>	O Projeto deve salvaguardar estas áreas. Caso seja necessário o corte ou arranque destes exemplares apenas será permitido em caso de estarem isolados (sem ser em povoamento), sendo que o mesmo carece de autorização do ICNF.	<b>Fortemente Condicionante a Interdito (povoamento)</b>
<p align="center"><b>PDM Constância</b></p> <p align="center"><b>(Publicado através do Aviso nº 10012/2015 de 2 de setembro, retificado através da Declaração nº 1112/2015 de 18 de dezembro e alterado através do Aviso nº 1611/2021 de 1 de setembro)</b></p>			
<b>Solo Rural - Espaços Florestais</b>	<p><b>Artigo 11.</b></p> <p>1 — Sem prejuízo da legislação em vigor, no solo rural são permitidas as seguintes ocupações e utilizações:</p> <p>a) Implantação de infraestruturas, designadamente, de telecomunicações, de gás, de água, de esgotos, de energia elétrica e de produção de energias renováveis, bem como de infraestruturas viárias e <b>obras hidráulicas</b>;</p> <p><b>Artigo 19.º</b></p> <p>4 — É permitida a construção nova tendo em vista as ocupações e utilizações seguintes:</p> <p>b) Instalações de apoio às <b>atividades agrícolas</b> e florestais que contribuam para reforçar o potencial produtivo da exploração agrícola a comprovar por declaração emitida pela entidade competente;</p>	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Solo Rural - Espaços Naturais e Paisagísticos</b>	<p><b>Artigo 22.º</b></p> <p>2 — Nos Espaços Naturais são permitidas as seguintes ocupações e utilizações:</p> <p>a) Atividades ambientais que promovam a manutenção e valorização de sistemas biofísicos fundamentais na estrutura ecológica municipal, <b>incluindo a atividade agrícola, quando se trata de zona terrestre</b>;</p>	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Agrícolas de Produção</b>	<p><b>Artigo 16.º</b></p> <p>1 — Constituem objetivos específicos de ordenamento destes espaços a salvaguarda da capacidade produtiva máxima do solo e a manutenção do seu uso agrícola ou reconversão para uso agrícola, assegurando a qualidade ambiental e paisagística. (...)</p>	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	4 - As infraestruturas previstas no n.º 1, do Artigo 11.º só são permitidas desde que não exista alternativa de localização fora destes Espaços.		
<b>Estrutura Ecológica Municipal</b>	<p><b>Artigo 71º</b></p> <p>1 — Sem prejuízo das servidões administrativas e restrições de utilidade pública, nas áreas da Estrutura Ecológica Municipal aplica-se o regime das categorias e subcategorias de espaço definidas no presente Regulamento, cumulativamente com as disposições do presente artigo.</p> <p>2 — Nas áreas abrangidas pela Estrutura Ecológica Municipal, para além do disposto para as diferentes subcategorias de espaço, têm que ser cumpridas as seguintes disposições:</p> <p>a) Preservação dos seguintes elementos da paisagem:</p> <p>i) Estruturas tradicionais associadas à atividade agrícola nomeadamente eiras, poços, tanques, noras, moinhos e muros de pedra;</p> <p>ii) Sebes de compartimentação da paisagem.</p>	O Projeto é compatível com esta classe de espaço se forem preservados os elementos de paisagem.	<b>Condicionante</b>
<p align="center"><b>PDM Coruche</b></p> <p align="center"><b>(Publicado pela RCM nº 111/2000 de 24 de agosto, alterado pela DECL nº 257/2004 de 6 de outubro, pela DECL nº 30/2005 de 10 de fevereiro, pela DECL nº 122/2005 de 17 de maio, pela DECL nº 147/2006 de 29 de setembro, pela DECL nº 255/2007 de 6 de setembro, retificada pela DELIB nº 220/2008 de 28 de janeiro, pela DELIB nº 830/2008 de 19 de março, corrigido pelo Aviso nº 13236/2009 de 27 de julho, suspenso pela RCM nº 64-A/2009 de 6 de agosto, alterado pelo Aviso nº 15216/2009 de 28 de agosto, suspenso pela DECL RECT nº 71-A/2009 de 2 de outubro, alterado pelo EDITAL nº 184/2010 de 9 de março, suspenso pela Aviso nº 7164/2010 de 9 de abril, corrigido pelo Aviso nº 21972/2010 de 29 de outubro, pela DECL 309/2011 de 23 de novembro, retificado pela DECL RET nº 1251/2012 de 28 de setembro, alterado pelo Aviso nº 6286/2013 de 14 de maio, corrigido pelo Aviso nº 9514/2013 de 24 de julho, alterado pelo Aviso nº 4078/2014 de 25 de março, corrigido pelo Aviso nº 8587/2015 de 6 de agosto, alterado pelo Aviso nº 17262/2018 de 27 de novembro e pelo Aviso nº 5341/2020 de 20 de março)</b></p>			
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetadas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”. Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com os usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei nº 124/2019, de 28 de agosto.  Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei nº 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Linhas elétricas</b>	O Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão (RSLEAT), aprovado pelo Decreto Regulamentar nº 1/92, de 18 de fevereiro, estabelece as faixas de proteção, quer para a rede de transporte, quer para a rede de distribuição. De acordo com o artigo 28.º, deverá ser respeitada a zona de proteção da linha elétrica existente (largura máxima da faixa): – Linhas BT e MT – 15 m (linhas de tensão 1,5 kV até 40 kV), e 25 m (linhas de tensão de 40 kV até 60 kV); – Linha de AT e MAT (Rede Elétrica Nacional, REN) – 45 m (linhas de tensão superiores a 60 kV). O mesmo regulamento estabelece ainda uma distância geral dos condutores a obstáculos diversos de 3,65 m.	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 45 m em relação às linhas elétricas de alta tensão.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Rede Rodoviária</b>	<b>Artigo 32º do Lei n.º 34/2015, de 27 de abril DL nº 13/94</b>	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 35 m em relação aos IC.	<b>Fortemente Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>b) Manutenção das árvores existentes na faixa de 20 metros referida na alínea anterior ou arborização com espécies autóctones, com exceção das centrais de micro e miniprodução de energia;</p> <p>c) Para efeitos de DFCL, na faixa com largura definida no PIDFCL e na envolvente às edificações ou infraestruturas que confinam com espaço florestal, deve cumprir -se o disposto na legislação em vigor relativamente à execução de faixas de gestão de combustível e afastamento das edificações às extremas;</p> <p>d) Sempre que os projetos em causa possam apresentar riscos para a qualidade da paisagem e do ambiente, serão exigidos estudos de incidências ambientais, sem prejuízo do disposto em legislação especial;</p> <p>e) Nos locais ou perímetros que, após consulta e parecer das entidades competentes, vierem a ficar afetos a instalações de aproveitamento e utilização de energias alternativas e renováveis só são permitidos os usos e ocupações diretamente relacionados com a sua função ou compatíveis com esta.</p>		
<b>Espaços de ocupação turística</b>	<p><b>Artigo 51.º - A do Aviso nº 4078/2014</b></p> <p>Os espaços de ocupação turística correspondem a áreas cuja utilização dominante é a atividade turística sem prejuízo de serem admitidas outras utilizações que com elas se compatibilizem.</p> <p>Os espaços de ocupação turística do Município de Coruche são exclusivamente os delimitados pelo Plano de Urbanização da Herdade da Agolada de Cima e pelo Plano de Urbanização da Herdade dos Fidalgos e regem -se pelas disposições neles constantes.</p>	Este projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas e por isso não é compatível com esta classe de espaço.	<b>Interdito</b>
<b>Indústria extrativa</b>	<p><b>Artigo 79.º do DL n.º 111/2000</b></p> <p>1 — As instalações destinadas à indústria extrativa carecem de licenciamento nos termos da legislação em vigor.</p> <p>2 — Sempre que se verifiquem situações de sobreposição com áreas da Reserva Agrícola Nacional ou com áreas do aproveitamento hidroagrícola do vale do Sorraia, aquelas regem-se pelo disposto no artigo 44.º e no n.º 3 do artigo 53.o do presente Regulamento.</p> <p>3 — No final da atividade, o uso dos terrenos deverá obrigatoriamente ser adstrito à sua classificação inicial, de acordo com o plano de recuperação paisagística, nos termos da legislação em vigor.</p>	O Projeto que tem finalidade agrícola, não é compatível com esta classe de espaço	<b>Interdito</b>
<p align="center"><b>PDM Entroncamento</b></p> <p align="center"><b>(Publicado pela RCM nº 181/95 de 29 de dezembro, alterado pelo Aviso nº 22552/2007 de 19 de novembro, pelo Aviso nº 23123/2009 de 22 de dezembro, alterado pela DECL nº 11/2017 de 22 de fevereiro, alterado pela DECL nº 29/2017 de 27 de abril, alterado pela DECL nº 51/2017 de 25 de julho e alterado pela DECL nº 51/2017 de 25 de julho)</b></p>			
<b>Linhas elétricas</b>	<p>O Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão (RSLEAT), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro, estabelece as faixas de proteção, quer para a rede de transporte, quer para a rede de distribuição. De acordo com o artigo 28.º, deverá ser respeitada a zona de proteção da linha elétrica existente (largura máxima da faixa):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Linhas BT e MT – 15 m (linhas de tensão 1,5 kV até 40 kV), e 25 m (linhas de tensão de 40 kV até 60 kV);</li> <li>– Linha de AT e MAT (Rede Elétrica Nacional, REN) – 45 m (linhas de tensão superiores a 60 kV).</li> </ul> <p>O mesmo regulamento estabelece ainda uma distância geral dos condutores a obstáculos diversos de 3,65 m.</p>	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 45 m em relação às linhas elétricas de alta tensão.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	<p>O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”.</p> <p>Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.</p>	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.		
<b>Áreas Agroflorestais</b>	<b>Artigo 45º</b>  1. A edificabilidade para apoios a explorações silvícolas, <b>agroflorestais</b> , agropecuárias, indústrias e armazéns e equipamentos deve observar os seguintes parâmetros urbanísticos: a) Índice máximo de ocupação do solo 0,30 b) Índice máximo de utilização do solo 0,40 c) Altura da fachada máxima de 7 metros d) Afastamentos mínimos de 5 metros entre a construção e os limites laterais e tardo ou outros definidos pelo plano municipal de defesa da floresta contra incêndios. e) As instalações agropecuárias ou pecuárias devem garantir uma envolvente arborizada com um raio mínimo de 50 metros e um afastamento mínimo de 200 metros às áreas classificadas como urbanas, áreas de edificação dispersa e a empreendimentos turísticos.	O Projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas e por isso é compatível com esta classe de espaço.	<b>Permitido</b>
<b>PDM Ferreira do Zêzere</b> <b>(Publicado pela RCM nº 175/95 de 20 de dezembro, alterado pela RCM nº 180/2003 de 24 de novembro, alterado pelo Aviso nº 13414/2009 de 29 de julho, alterado pelo Aviso nº 12450/2010 de 22 de junho, alterado pelo Aviso nº 2810/2013 de 26 de fevereiro, alterado pelo Aviso nº 11298/2016 de 14 de setembro, alterado pelo Aviso nº 10258/2017 de 5 de setembro e retificado pela declaração de retificação DECL RET nº 813/2017 de 23 de novembro)</b>			
<b>Outras áreas agrícolas</b>	<b>Artigo 45º</b>  1 — Nestas áreas o destaque de parcelas respeitará as áreas mínimas fixadas no regime da unidade mínima de cultura, de acordo com a legislação em vigor. 2 — O destaque tem de assegurar um corredor de acesso à área sobrance com uma largura mínima de 4 m. 3 — A Câmara Municipal pode autorizar a edificação nestas áreas nas condições seguintes: a) Instalações de apoio às atividades agrícolas do prédio em que se localizam, desde que devidamente justificadas; b) Equipamentos de interesse municipal, nomeadamente os destinados a atividades para fins turísticos; c) Unidades industriais isoladas, em parcela mínima de 5000 m², com construção condicionada, nos termos do artigo 76.º do presente Regulamento.	O Projeto tem finalidade agrícola e, portanto, é compatível com esta classe de espaço.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”. Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços agroflorestais</b>	<b>Artigo 47º</b>  1 — Esta classe de espaços fica sujeita aos seguintes condicionamentos:	O Projeto tem finalidade agrícola e, portanto, é compatível com esta classe de espaço.	<b>Permitido</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>a) A construção isolada de edificações destinadas ao apoio a explorações agrícolas e florestais pode ser autorizada, se concentrada e devidamente justificada, caso a parcela em causa constitua prédio rústico já existente e possua uma área mínima de 3000 m<sup>2</sup> com acesso a partir de caminho público (...)</p> <p>c) O abastecimento de água e a drenagem de esgotos devem ser assegurados por sistema autónomo, cuja construção e manutenção ficarão a cargo dos interessados, a menos que financiem a extensão das redes públicas e se esta for também autorizada;</p>		
<b>Espaços Florestais - silvopastorícia</b>	<p><b>Artigo 50º</b></p> <p>1 — As áreas de floresta de produção incluídas no POACB possuem regulamento próprio.</p> <p>2 — Nas restantes áreas de floresta de produção e áreas de silvopastorícia, a Câmara Municipal pode autorizar a construção isolada, se concentrada e devidamente justificada, de edificações destinadas a:</p> <p>b) Construção de habitação de apoio a <b>explorações agrícolas</b> e florestais, se a parcela em causa constituir prédio ou prédios rústicos já existentes com a área mínima total de 40 000 m<sup>2</sup> e de acordo com os seguintes condicionamentos:</p> <p>iv) O requerente seja agricultor, nos termos regulamentares sectoriais, responsável pela exploração agrícola e proprietário do prédio onde se pretende localizar a habitação;</p> <p>4 — Nos espaços florestais submetidos ao regime florestal, todas as intervenções são da exclusiva competência do Instituto Florestal.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola e, portanto, é compatível com esta classe de espaço, desde que com a autorização do Instituto Florestal.	<b>Condicionante</b>
<b>Marcos Geodésicos</b>	<p>Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de abril.</p> <p>Os marcos geodésicos têm zonas de proteção determinadas, caso a caso, em função da visibilidade que deve ser assegurada ao sinal construído e entre os diversos sinais. A extensão da zona de proteção terá no mínimo um raio de 15 m. Os projetos de obras nas proximidades dos marcos geodésicos não podem ser licenciados sem autorização prévia do Instituto Geográfico Português (IGP).</p>	O Projeto terá de respeitar a área de proteção associada aos marcos geodésicos.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Proteção de captação</b>	<p><b>Artigo 23º</b></p> <p>Os perímetros de proteção a captações subterrâneas são de dois tipos:</p> <p>a) Perímetros de proteção máxima, num raio de 20 m em torno da captação;</p> <p>b) Perímetros de proteção à distância, num raio de 100 m em torno da captação</p> <p><b>Artigo 24º</b></p> <p>Os perímetros de proteção a captações subterrâneas não devem existir:</p> <p>b) Linhas de água revestidas;</p> <p>c) Caixas ou caleiras subterrâneas sem esgoto devidamente tratado;</p> <p>d) Canalizações, fossas ou sumidouros de água negras;</p> <p>f) Instalações industriais</p> <p>g) Culturas adubadas, estrumadas ou regadas.</p>	O Projeto terá de respeitar os perímetros de proteção indicados na legislação para ser compatível com a classe de espaço referida.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Domínio Hídrico</b>	<p><b>Artigo 51º</b></p> <p>3- Constituem servidão à albufeira do Bonito as margens de 150m, além do NPA.</p> <p>4 – Na bacia Hidrográfica da albufeira do Bonito são proibidos quaisquer lançamentos de efluentes domésticos, industriais ou pecuários.</p> <p>5- Nas zonas de domínio hídrico todas as ações que impliquem a alteração do leito natural e margens ficam sujeitos aos condicionalismos exigidos pela legislação geral.</p> <p>Lei n.º 54/2005, de 11 de novembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2006, de 16 de janeiro, alterada pela Lei nº 78/2013, de 21 de novembro, pela Lei nº 34/2014, de 19 de junho e cuja última alteração é dada Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto).</p>	O Projeto deverá evitar de forma conservadora a ocupação de domínio hídrico. Caso essa ocupação seja inevitável, terá de ser requerida autorização/licenciamento da Agência Portuguesa do Ambiente/ARH, para ocupar parte do domínio, bem como o Projeto deverá garantir, na sua conceção medidas de minimização que garantam o	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 10 m das margens de linhas de água não navegáveis.	escoamento natural do curso de água a afetar, por exemplo através de passagens hidráulicas.	
<b>Floresta de Produção</b>	<b>Artigo 50.º</b> 3 — Nos espaços florestais submetidos ao regime florestal, todas as intervenções são da exclusiva competência da Autoridade Florestal Nacional.	Necessário parecer da autoridade competente - ICNF	<b>Pouco Condicionante</b>
<b>Conduta</b>	<b>Artigo 38.º</b> 2 — Fora das áreas urbanas, é interdita a plantação de espécies arbóreas ou arbustivas danosas ao longo de uma faixa de 10 m, medidos para um e outro lado das condutas de água e dos emissários e coletores de drenagem de esgotos. 3 — Nos espaços urbanos, a faixa de respeito a que alude o número anterior é definida caso a caso, mediante a aprovação dos projetos de arranjo de exteriores.	O projeto é compatível com o tipo de espaço	<b>Permitido</b>
<b>Outras áreas agrícolas</b>	<b>Artigo 45.º</b> 8 — Estas edificações só podem ser permitidas caso não afetem negativamente as áreas envolventes, quer do ponto de vista paisagístico quer do da sua utilização.	O projeto é compatível com o tipo de espaço	<b>Permitido</b>
<b>UOPG (PL1)</b>	<b>Aviso (extrato) n.º 3047/2014 -Plano de Urbanização da vila de Ferreira do Zêzere</b> <b>Artigo 7.º</b> 1 — A ocupação, uso e transformação do solo na área abrangida pelas servidões administrativas e restrições de utilidade pública referidas no artigo anterior regem -se pelos regimes jurídicos respetivos e, cumulativamente, pelas disposições do presente regulamento que com eles sejam compatíveis.	As servidões aplicáveis serão dependentes do espaço abrangido dentro da vila. O projeto deve respeitar as restrições em questão	<b>Condicionante</b>
<b>RAN</b>	<b>DL n.º 73/2009- Artigo 22.º</b> 1 - As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se, preferencialmente, nas terras e solos classificados como de menor aptidão, e quando estejam em causa: a) Obras com finalidade agrícola, quando integradas na gestão das explorações ligadas à atividade agrícola, nomeadamente, obras de edificação, obras hidráulicas, vias de acesso, aterros e escavações, e edificações para armazenamento ou comercialização;	O projeto é compatível com o uso de áreas RAN	<b>Permitido</b>
<b>Linha de 15, 60 e 150 kV</b>	<b>Artigo 36.º</b> O afastamento das edificações aos condutores da rede de distribuição de energia elétrica é, no mínimo, de 25 m, sem prejuízo do estabelecido na legislação em vigor. <b>DR n.º 1/92</b> <b>Artigo 28.º (distância às árvores)</b> 3 - Com vista a garantir a segurança de exploração das linhas e para efeitos de aplicação do número seguinte, a zona de proteção terá uma largura máxima de: a) 15 m, para linhas de 2.ª classe (inferior a 40 kV); b) 25 m, para linhas de 3.ª classe de tensão nominal igual ou inferior a 60 kV; c) 45m, para linhas de 3.ª classe de tensão nominal superior a 60 kV. <b>Artigo 29.º</b> 1 - Na proximidade de edifícios, com exceção dos exclusivamente adstritos ao serviço de exploração de instalações elétricas, as linhas serão estabelecidas por forma a observar-se, nas condições de flecha máxima, o seguinte: a) Em relação às coberturas, chaminés e todas as partes salientes suscetíveis de serem normalmente escaladas por pessoas, os condutores nus deverão ficar, (...) a uma distância D, em metros, (...) $D = 3,0 + 0,0075 U$ em que U, em kilovolts, é a tensão nominal da linha. O valor de D não deverá ser inferior a 4 m. <b>Artigo 30.º</b> 1- Na vizinhança de obstáculos (...) uma distância D, em metros, (...) $D = 2,0 + 0,0075 U$ (...). O valor de D não deverá ser inferior a 3 m.	Média Tensão (30 kV) da RND: - Árvores: servidão de 15m (7,5 para cada lado) - Edifícios: mín 4m - Obstáculos diversos: mín 3m Alta Tensão (50 kV) da RND: - Árvores: servidão 25m (12,5 para cada lado) - Edifícios: mín 4m - Obstáculos diversos: mín 3m Muito Alta Tensão (150 kV) da RNT: - Árvores: servidão 45m (22,5 para cada lado) - Edifícios: mín 4m - Obstáculos diversos: mín 3m	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Equipamentos Coletivos</b>	<b>Artigo 60.º</b> 3 - A vila de Ferreira do Zêzere possui planta de ordenamento. <b>Aviso (extrato) n.º 3047/2014 -Plano de Urbanização da vila de Ferreira do Zêzere</b> <b>Artigo 21.º</b> 1 — Nos espaços de equipamentos, é admitida a execução de obras de conservação, de alteração e de ampliação, dos edifícios e espaços existentes, de acordo com os requisitos necessários para o exercício das respetivas funções.	O projeto não é compatível com o tipo de uso do tipo de espaço.	<b>Interdito</b>
<b>Estradas Municipais</b>	<b>Artigo 34.º</b> 4 — Nas estradas municipais, nos caminhos municipais e nas outras vias públicas não classificadas e caminhos vicinais fora das áreas urbanas e urbanizáveis, a faixa non aedificandi tem respetivamente a largura de 10 m, 8 m e 6 m, medidos para um e para outro lado do eixo da via, quando se trate de construções habitacionais; quando se trate de construções para outros fins, a faixa non aedificandi terá a <u>largura prevista na legislação em vigor.</u> <b>Lei n.º 34/2015, Artigo 32.º</b> 8 - Após a publicação do ato declarativo de utilidade pública dos prédios e da respetiva planta parcelar, as zonas de servidão non aedificandi das novas estradas, bem como das estradas já existentes, têm os seguintes limites: a) Autoestradas e vias rápidas: 50 m para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 m da zona da estrada; b) IP: 50 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 20 m da zona da estrada; c) IC: 35 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 15 m da zona da estrada; d) EN e restantes estradas a que se aplica o presente Estatuto*: 20 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 5 m da zona da estrada; e) Nós de ligação: um círculo de 150 m de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas.	O projeto deve respeitar as faixas de proteção associadas à via intersetada	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Espaços agro-florestais</b>	-	O PDM não refere restrições para ações características do projeto	<b>Permitido</b>
<b>Outras estradas rede complementar</b>	<b>Artigo 31.º</b> 5 — As proibições relativas às ações de construção e atividades de estabelecimento, implantação ou produção em terrenos limítrofes da plataforma das outras estradas da rede complementar são as constantes da legislação em vigor. <b>Lei n.º 34/2015, Artigo 32.º</b> 8 - Após a publicação do ato declarativo de utilidade pública dos prédios e da respetiva planta parcelar, as zonas de servidão non aedificandi das novas estradas, bem como das estradas já existentes, têm os seguintes limites: d) EN e restantes estradas a que se aplica o presente Estatuto*: 20 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 5 m da zona da estrada;	O projeto deve respeitar as faixas de proteção associadas à via intersetada	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>IC3</b>	<b>Artigo 32.º</b> 1 — No corredor com a largura de 200 m, contados para um e outro lado do eixo do IC3 previsto no seu estudo prévio e identificado na planta de condicionantes, destinado à sua implantação e de outras infraestruturas em projeto ou programadas, é interdita a execução de quaisquer construções. 2 — Num círculo de 1300 m de diâmetro, centrado em cada nó de ligação previsto no estudo prévio, no troço do IC3 é interdita a execução de quaisquer construções.	O projeto deve respeitar as faixas de proteção associadas à via intersetada	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>REN</b>	<b>Artigo 9.º</b> 1 — <u>Nas áreas da REN são proibidas</u> todas as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização e construção, <u>obras hidráulicas</u> , vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal. <b>Artigo 10.º</b> 1 — Nos termos da legislação em vigor, <u>excetuam -se do disposto anteriormente:</u> c) A realização de <u>ações de interesse público, como tal reconhecido por despacho</u> conjunto do Ministro do Planeamento e da Administração do Território, do Ministro do ambiente e Recursos Naturais e do ministro competente em razão da matéria.	O uso de áreas REN apenas será possível com a existência de despacho de ministros que comunique que o projeto é de interesse público	<b>Condicionante</b>
<b>Reservatório</b>	<b>Artigo 38.º</b> 1 — É estabelecida uma <u>faixa de proteção com a largura de 15 m</u> em redor dos reservatórios de água potável, na qual é interdita a construção.	O projeto deve respeita a faixa de proteção de 15 m.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Perímetros Florestais</b>	<b>Artigo 50.º</b> 3 — Nos espaços florestais submetidos ao regime florestal, todas as intervenções são da exclusiva competência da Autoridade Florestal Nacional.	Necessário parecer da autoridade competente - ICNF	<b>Pouco Condicionante</b>
<b>Coletor (rede de esgotos)</b>	<b>Artigo 38.º</b> 2 — Fora das áreas urbanas, é interdita a plantação de espécies arbóreas ou arbustivas danosas ao longo de uma faixa de 10 m, medidos para um e outro lado das condutas de água e dos emissários e coletores de drenagem de esgotos. 3 — Nos espaços urbanos, a faixa de respeito a que alude o número anterior é definida caso a caso, mediante a aprovação dos projetos de arranjo de exteriores.	O projeto é compatível com o tipo de espaço	<b>Permitido</b>
<b>PDM Golegã</b> <b>(Publicado pela RCM nº 106/2000 a 18 de agosto, alterado pela DELIB nº 1164/2011 a 15 de maio, pelo Aviso nº 23501/2011 de 5 dezembro e pela DECL nº 87/2021 de 30 julho)</b>			
<b>Domínio Hídrico</b>	<b>Artigo 9.º</b>  1 — O domínio hídrico é definido pelo Decreto-Lei nº 46/94, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 234/98, de 22 de Julho, bem como as disposições que se encontram em vigor constantes no Decreto-Lei nº 468/71, de 5 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 89/87, de 26 de Fevereiro, integrando designadamente: a) Os leitos e margens dos cursos de água navegáveis ou fluviáveis; b) Os leitos e margens de linhas de água não navegáveis nem fluviáveis.  2 — As margens das águas referidas na alínea a) do nº 1 têm faixa de proteção com largura de 30 m.  3 — As margens das águas referidas na alínea b) do nº1 têm faixa de proteção com largura de 10 m.	O Projeto deverá evitar de forma conservadora a ocupação de domínio hídrico. Caso essa ocupação seja inevitável, terá de ser requerida autorização/licenciamento da Agência Portuguesa do Ambiente/ARH, para ocupar parte do domínio, bem como o Projeto deverá garantir, na sua conceção medidas de minimização que garantam o escoamento natural do curso de água a afetar, por exemplo através de passagens hidráulicas.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetadas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”. Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei nº 124/2019, de 28 de agosto.  Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei nº 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Zonas ameaçadas por cheias</b>	<b>Artigo 11.º</b>  <b>De acordo com o Decreto-Lei nº 364/98, de 21 de Novembro, o uso, a ocupação e a transformação do solo nas áreas ameaçadas por cheias devem ser sujeitos a parecer da entidade competente.</b> Nas áreas ameaçadas por cheias identificadas nos aglomerados urbanos deverão respeitar-se os seguintes condicionamentos:	Só poderão ser construídas infraestruturas em zonas ameaçadas pelas cheias após um parecer positivo pela entidade competente.	<b>Fortemente condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>a) As cotas de soleira das novas edificações de uso habitacional, bem como garagens e anexos em espaço urbano, deverão respeitar valores superiores à cota local de máxima cheia conhecida;</p> <p>b) As cotas de soleira das novas edificações de uso comercial ou de serviços em espaço urbano, bem como das edificações existentes a sujeitar a mudança de uso para comércio e serviços, deverão respeitar valores superiores à cota local de máxima cheia conhecida;</p> <p>c) Nos espaços urbanizáveis deverá ser proibido ou condicionado qualquer tipo de edificação.</p>		
<b>Espaços Naturais</b>	<p><b>Artigo 33.º</b></p> <p>Nos espaços naturais constituídos pela orla marginal do curso do Tejo, pelo mouchão a nascente da Quinta da Labruja e pelas áreas envolventes da alverca do Campo e da alverca das Moitas, sem prejuízo das condicionantes legais existentes, ficam dependentes <b>de licenciamento e parecer favorável da Câmara Municipal e da entidade competente as seguintes ações:</b></p> <p>a) Reconstrução, ampliação, alteração, reparação ou demolição de qualquer edificação;</p> <p>b) Derrube de árvores, isoladamente ou em maciço;</p> <p>c) Passagem de linhas elétricas ou telefónicas e condutas de água ou de esgoto;</p> <p>d) Modificação do sistema de exploração do solo atualmente existente;</p> <p>e) Introdução de espécies piscícolas.</p>	O Projeto é apenas compatível com os espaços naturais se receber parecer favorável da CM e da entidade competente.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Espaços Agrícolas</b>	<p><b>Artigo 34.º</b></p> <p>Os espaços agrícolas são aqueles onde o uso e a atividade agrícola são o suporte do desenvolvimento económico, pois permitem elevados valores de produção agrícola. Estes espaços estão sujeitos ao regime jurídico específico de proteção aos solos de elevada capacidade produtiva.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços silvo-pastoris/montados de sobro</b>	<p><b>Artigo 37.º</b></p> <p>Sem prejuízo da legislação em vigor, nas áreas abrangidas pela RAN e pela REN, nos montados de sobro e nas áreas sujeitas a risco de inundação (Decreto-Lei nº 364/98, de 21 de Novembro) que integram os espaços silvo-pastoris, a edificação de habitação de apoio a explorações agrícolas e florestais e instalações de vigilância e combate a incêndios florestais pode ser autorizada quando devidamente justificada e de acordo com os seguintes condicionamentos:</p> <p>a) Só serão permitidas obras de ampliação, recuperação e renovação das edificações existentes;</p> <p>b) A ampliação não poderá exceder 20 % da área de implantação da edificação existente;</p> <p>c) A altura máxima das construções, com exceção de silos, depósitos de água ou instalações especiais tecnicamente justificáveis, será sempre a da edificação confinante, não podendo exceder a cerca equivalente a dois pisos;</p> <p>d) O abastecimento de água e a drenagem de esgotos deverão ser assegurados ou por sistema autónomo, licenciado pela entidade competente, cuja construção e manutenção seja a cargo dos interessados, ou por extensão das redes públicas, se esta for autorizada.</p> <p>Decreto-Lei n.º 14/77, de 6 de janeiro. (Atualmente Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei nº 155/2004, de 30 de junho, pelo Decreto-Lei nº 254/2009, de 24 de setembro, pela Lei nº 12/2012, de 13 de março e pelo Decreto-lei nº 29/2015, de 10 de fevereiro).</p> <p>Neste diploma é estabelecido que o corte ou arranque de sobreiros ou azinheiras, em povoamento ou isolados, carece de autorização das atuais Direções Regionais de Agricultura e Pescas ou do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, dependendo da natureza ou da dimensão do povoamento.</p> <p>A legislação define povoamento de sobreiro, de azinheira ou misto como uma formação vegetal com área superior a 0,50 ha e, no caso de estruturas, com largura superior a 20 m, onde se verifica presença de sobreiros ou azinheiras, associados ou não entre si ou com outras espécies, cuja densidade satisfaz valores mínimos estabelecidos no Decreto-Lei.</p>	O projeto deve salvaguardar esta classe de espaço. Caso seja necessário o corte ou arranque destes exemplares apenas será permitido em caso de estarem isolados (sem ser em povoamento), sendo que o mesmo carece de autorização do ICNF.	<b>Fortemente Condicionante a Interdito (povoamento)</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Marcos Geodésicos</b>	<p><b>Artigo 25º</b></p> <p>1 — De acordo com a legislação em vigor, os marcos geodésicos, destinados a assinalar pontos fundamentais para apoio à cartografia e levantamentos topográficos, devem ser protegidos por forma a garantir a sua visibilidade.</p> <p>2 — Na proximidade dos marcos geodésicos, de triangulação cadastral ou outras referências considera-se como mínima uma área de proteção envolvente com 15 m de raio, onde qualquer Ação de plantação ou construção de edificação só poderá ser autorizada desde que não seja prejudicada a sua visibilidade.</p> <p>3 — Quaisquer obras, construções ou plantações na área envolvente dos vértices geodésicos deverão ser sujeitas a parecer do Instituto Português de Cartografia e Cadastro.</p>	O Projeto terá de respeitar a área de proteção associada aos marcos geodésicos.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Imóveis de interesse público</b>	<p><b>Artigo 26º</b></p> <p>O património classificado no concelho da Golegã é constituído por monumentos nacionais e imóveis de interesse público e a sua proteção é regulamentada pela legislação em vigor.</p> <p><b>Artigo 28º</b></p> <p>1 — <b>As zonas de proteção a monumentos nacionais ou a imóveis de interesse público são servidões administrativas nas quais não são permitidas alienações ou a execução de quaisquer obras de demolição, instalação, construção, reconstrução, criação ou transformação de zonas verdes, bem como qualquer movimento de terras ou dragagens, nem alteração ou diferente utilização contrária à traça original sem prévia autorização da entidade competente e de acordo com a legislação em vigor.</b></p> <p>2 — Os monumentos nacionais e os imóveis de interesse público dispõem sempre de uma zona especial de proteção. Enquanto não for fixada zona especial de proteção, aqueles imóveis classificados beneficiarão de uma zona de proteção de 50 m, contados a partir dos limites exteriores dos mesmos.</p> <p>3 — Aqueles imóveis classificados não podem ser demolidos, no todo ou em parte, nem objeto de restauro ou de alteração, alienados ou expropriados, sem prévio parecer da entidade competente.</p>	O Projeto só será compatível com esta classe de espaço com autorização prévia da entidade competente e de acordo com a legislação em vigor, respeitando a zona de proteção.	<b>Fortemente condicionante</b>
<p align="center"><b>PDM Loures</b></p> <p align="center"><b>(Publicado no Aviso nº 6808/2015 de 18 de junho, alterado pelo Aviso nº 1676/2018 de 6 de fevereiro, corrigido pelo Aviso nº 17753/2019 de 8 de novembro e alterado pelo Regulamento nº 230/2022 de 7 de março)</b></p>			
<b>Espaços Agrícolas e Florestais - Uso Múltiplo</b>	<p><b>Artigo 22.º</b></p> <p>1 — As áreas de uso múltiplo têm como uso dominante <b>a atividade agrícola</b>, florestal, agroindustrial ou pecuária compatível com a permanência dos valores referidos no artigo anterior.</p> <p>2 — Nestas áreas admite -se a realização de obras, destinadas a:</p> <p>a) Socalcos e infraestruturas de apoio à atividade agrícola e florestal;</p> <p>b) Edificações de apoio à atividade agrícola e florestal;</p> <p>c) Instalações destinadas à atividade pecuária;</p> <p>d) Instalações destinadas à atividade agroindustrial;</p> <p>e) Turismo em solo rural;</p> <p>f) Instalações de recreio e lazer complementares à atividade agrícola e florestal e de mediação entre o solo rural e o solo urbano;</p> <p>g) Unidades de prestação de serviços a animais;</p> <p>h) Instalações desportivas especializadas destinadas à prática de golfe.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, portanto é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Áreas Agrícolas Prioritárias de Baixas Aluvionares</b>	<p><b>Artigo 26.º</b></p> <p>Nas áreas agrícolas prioritárias de baixas aluvionares admite -se a realização de obras destinadas a:</p> <p>a) Edificações e obras que contribuam para reforçar <b>o potencial produtivo da exploração agrícola</b>, a comprovar por declaração emitida pela entidade competente (Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo — DRAPLVT);</p> <p>b) Infraestruturas e equipamentos de aproveitamento do potencial ecológico ou de defesa contra as cheias e inundações;</p> <p>c) Infraestruturas de aproveitamento hidroagrícola de Loures;</p> <p>d) Edificações de apoio à atividade agrícola;</p> <p>e) Instalações destinadas à atividade pecuária, quando complementares à atividade agrícola;</p> <p>f) Instalações destinadas à atividade agroindustrial quando complementares à atividade agrícola;</p> <p>g) Instalações de recreio e lazer complementares à atividade agrícola e florestal e de mediação entre o solo rural e o solo urbano.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, portanto é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Outras Áreas Agrícolas Prioritárias</b>	<p><b>Artigo 29.º</b></p> <p>1 — Admite -se a realização das obras previstas no artigo 26.º, com o regime de edificabilidade constante no artigo 27.º, sendo que nas situações previstas nas alíneas e) e f) do artigo 26.º não se obriga à complementaridade da atividade agrícola.</p> <p>2 — Admitem-se, ainda, os usos previstos na alínea e) do n.º 2 e no n.º 3 do artigo 22.º, com o regime de edificabilidade constante nos nº 2 e 4 do artigo 23.º, respetivamente.</p> <p><b>Artigo 27.º</b></p> <p>1 – Sem prejuízo do regime da RAN e da REN, quando as obras se destinem aos usos previstos nas alíneas d), e) e f) do artigo anterior, é permitido o índice de ocupação máximo de 2%, até um máximo de 1.000 m2, salvo nos casos em que a especificidade técnica e económica exija uma área superior, a comprovar mediante parecer favorável das autoridades com competência na matéria.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, portanto é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Agrícolas e Florestais - Conservação</b>	<p><b>Artigo 30.º</b></p> <p>1 - As áreas de conservação compreendem as áreas fundamentais ao bom funcionamento da fase terrestre do ciclo hidrológico e à conservação do solo.</p> <p>4 - As práticas agrícolas devem contribuir para a minimização das perdas de espessura de solo arável e adotar os princípios constantes no código de boas práticas agrícolas para a proteção da água contra a poluição com nitratos de origem agrícola.</p> <p><b>Artigo 31.º</b></p> <p>Admite-se a realização das obras previstas nos n. os 2 e 3 do artigo 22.º, com o regime de edificabilidade constante no artigo 23.º, exceto para as edificações de apoio à atividade agrícola e florestal, previstas no n.º 1 do artigo 23.º, cujo índice de ocupação é de 2 %, até um máximo de 350 m2.</p> <p><b>Artigo 22.º</b></p> <p>2 — Nestas áreas admite -se a realização de obras, destinadas a:</p> <p>a) <b>Socalcos e infraestruturas de apoio à atividade agrícola e florestal;</b></p>	O Projeto só é compatível com a classe de espaço referida caso contribua para a minimização das perdas de espessura de solo arável e adote os princípios constantes no código de boas práticas agrícolas para a proteção da água contra a poluição com nitratos de origem agrícola.	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>b) Edificações de apoio à atividade agrícola e florestal;</p> <p>c) Instalações destinadas à atividade pecuária;</p> <p>d) Instalações destinadas à atividade agroindustrial;</p> <p>e) Turismo em solo rural;</p> <p>f) Instalações de recreio e lazer complementares à atividade agrícola e florestal e de mediação entre o solo rural e o solo urbano;</p> <p>g) Unidades de prestação de serviços a animais;</p> <p>h) Instalações desportivas especializadas destinadas à prática de golfe.</p>		
<b>Espaços Naturais</b>	<p><b>Artigo 33.º</b></p> <p>São interditas construções e quaisquer ações que ponham em causa a integridade dos valores compreendidos nos espaços naturais.</p>	O Projeto só é compatível com a classe de espaço referida se não prejudicar a integridade dos valores compreendidos nos espaços naturais.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Espaços afetos à exploração de recursos geológicos</b>	<p><b>Artigo 34.º</b></p> <p>Estes espaços destinam -se à exploração de recursos geológicos, em conformidade legal com o regime de concessão ou licença de exploração validada juridicamente nos termos da legislação aplicável, cujo aproveitamento é da responsabilidade da entidade exploradora.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, não se destinando à exploração dos recursos geológicos, pelo que não é compatível com a classe de espaço referida	<b>Interdito</b>
<b>Espaços afetos a atividades industriais</b>	<p><b>Artigo 37.º</b></p> <p>Os espaços afetos a atividades industriais correspondem a espaços para instalação de atividades industriais diretamente ligadas ao aproveitamento de produtos agrícolas, pecuários, florestais e geológicos.</p> <p><b>Artigo 38.º</b></p> <p>Nos espaços afetos a atividades industriais admite -se a realização de obras destinadas a:</p> <p>a) Instalações destinadas à atividade pecuária;</p> <p>b) Instalações destinadas à atividade agroindustrial;</p> <p>c) Edificações de apoio à atividade agrícola.</p>	O Projeto não é compatível com a classe de espaço referida uma vez que não corresponde a uma atividade industrial ligada ao aproveitamento de produtos agrícolas.	<b>Interdito</b>
<b>Espaços de atividades económicas (consolidadas de indústria e terciário)</b>	<p><b>Artigo 76.º</b></p> <p>As áreas consolidadas de indústria e terciário correspondem aos espaços predominantemente ocupados com atividades económicas, de tipologias diferenciadas que se pretendem consolidar e qualificar.</p> <p><b>Artigo 77.º</b></p> <p>1 — Nas áreas consolidadas de indústria e terciário consideram -se dominantes os seguintes usos:</p> <p>a) Indústria;</p> <p>b) Terciário;</p> <p>c) Logística e micrologística;</p> <p>d) Operações de gestão de resíduos.</p>	O projeto não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Espaços de atividades económicas (consolidadas terciárias)</b>	<p><b>Artigo 80.º</b></p> <p>1- Nas áreas consolidadas terciárias consideram-se dominantes os seguintes usos:</p> <p>a) Terciário;</p>	O projeto não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	b) Turismo.		
<b>Espaços de uso especial (Consolidadas de equipamentos e outros usos de Interesse Público)</b>	<p><b>Artigo 92.º</b></p> <p>1 — As áreas consolidadas de equipamentos e outros usos de interesse público compreendem espaços, total ou parcialmente ocupados, com equipamentos públicos ou privados.</p> <p><b>Artigo 93.º</b></p> <p>1 — Nas áreas de equipamentos e outros usos de interesse público considera-se dominante o uso de equipamentos de utilização coletiva.</p> <p>2 — Consideram-se compatíveis os seguintes usos:</p> <p>a) Terciário;</p> <p>b) Habitação;</p> <p>c) Indústria do tipo 3</p>	O projeto não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Interface de Mercadorias da Bobadela</b>	<p><b>Artigo 99.º</b></p> <p>A interface de transporte de mercadorias compreende o Terminal Ferroviário de Mercadorias da Bobadela existente, que assegura a conexão entre o modo ferroviário e rodoviário.</p>	O projeto não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Infraestruturas Aeroportuárias — Aeroporto de Lisboa</b>	<p><b>Artigo 100.º</b></p> <p>1 — A infraestrutura aeroportuária compreende o limite das instalações do Aeroporto de Lisboa, identificado na Carta de Classificação e Qualificação do Solo.</p> <p>2 — Nestas áreas admite -se a coexistência de usos logísticos, comerciais, de serviços e turísticos, que se articulem com a exploração aeroportuária.</p>	O Projeto é compatível com as infraestruturas aeroportuárias desde que articulado com estas.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços verdes (verde de proteção e enquadramento)</b>	<p><b>Artigo 103.º</b></p> <p>1 — Nestas áreas, sem prejuízo do regime legal da REN ou de outras servidões e restrições de utilidade pública aplicáveis, é permitida a construção de pequenos equipamentos de recreio e lazer não cobertos, mobiliário urbano e pequenas unidades de restauração e de bebidas e outros serviços de apoio complementares.</p>	O projeto não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Espaços verdes (verde de recreio e lazer)</b>	<p><b>Artigo 106.º</b></p> <p>1 — Nestas áreas, sem prejuízo dos regimes legais de servidões ou restrições de utilidade pública aplicáveis, são admitidos os usos previstos no artigo 103.º e equipamentos complementares ao recreio e lazer, podendo integrar nomeadamente as valências culturais, desportivas e ambientais.</p> <p>2 — Considera -se compatíveis os seguintes usos:</p> <p>a) Equipamentos de utilização coletiva;</p> <p>b) Turismo</p> <p>c) Habitação;</p> <p>d) Terciário;</p> <p>e) Indústria do tipo 3.</p>	O projeto não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Conjuntos de Valor Patrimonial</b>	<p><b>Artigo 153.º</b></p> <p>1 — Nestas áreas, as intervenções deverão visar a conservação do edificado existente e contribuir para a reabilitação dos núcleos antigos e conjuntos urbanos, promovendo a preservação da sua identidade, designadamente através do respeito pela morfologia e tipologia da malha urbana, escala do conjunto, características arquitetónicas fundamentais do edificado, características ambientais e relações com a envolvente.</p> <p>4 — As transformações de uso nos valores patrimoniais identificados não podem desvirtuar as suas características arquitetónicas fundamentais.</p>	O Projeto só é compatível com os usos para conjuntos de valor patrimonial se visar a conservação do edificado existente, não comprometer a leitura das relações entre o conjunto e paisagem e respeitar a legislação existente.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Elementos de Valor Patrimonial</b>	<p><b>Artigo 154.º</b></p> <p>As intervenções ou obras de conservação, restauro ou reabilitação e escavações arqueológicas nas edificações ou valores arqueológicos classificados ou em vias de classificação como MN, IIP, MIP, MIIM ou SIP, ou nas respetivas áreas de proteção, carecem de autorização das entidades competentes nos termos da lei.</p>	O Projeto só é compatível com os usos para elementos de valor patrimonial se forem autorizados pelas entidades competentes nos termos da lei.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Valores Arqueológicos</b>	<p><b>Artigo 158.º</b></p> <p>1 — Integram as áreas arqueológicas de grau 1, os conjuntos, monumentos e sítios arqueológicos:</p> <p>a) Classificados ou em vias de classificação;</p> <p>b) Inventariados com trabalhos arqueológicos a decorrer; (no âmbito de projetos de investigação, conservação/valorização ou trabalhos de emergência);</p> <p>c) Inventariados e significativos no contexto municipal, pela singularidade, raridade ou potencial significativo.</p> <p><b>2 — Nestas áreas é obrigatória a realização de escavações arqueológicas prévias a qualquer tipo de intervenção no solo.</b></p> <p><b>Artigo 159.º</b></p> <p>1 — Integram as áreas arqueológicas de grau 2, os conjuntos, monumentos e sítios arqueológicos inventariados não incluídos no grau 1.</p> <p><b>2 — Nestas áreas, as ações de intervenção no solo são obrigatoriamente acompanhadas por um Arqueólogo.</b></p> <p>3 — O resultado deste acompanhamento poderá vir a implicar uma atualização do grau atribuído ao vestígio em causa.</p>	O Projeto só é compatível com os usos para valores arqueológicos se forem realizadas escavações arqueológicas prévias a qualquer tipo de intervenção do solo ou se as ações de intervenção no solo forem obrigatoriamente acompanhadas por um Arqueólogo.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Valores com interesse paisagístico</b>	<p><b>Artigo 161.º</b></p> <p>1 — As operações urbanísticas, os planos de pormenor e os planos de urbanização que incidam sobre valores patrimoniais ainda não inventariados designados nas alíneas a), b) e c) do artigo anterior (a) Quintas e casais com interesse cultural e de recreio; b) Área de Paisagem de Valor Cultural;</p> <p><b>c) Infraestruturas tradicionais de apoio à atividade agrícola têm que contemplar estudos de levantamento e caracterização histórica, arquitetónica e construtiva dos valores culturais e o levantamento dos valores naturais, dentro dos limites das respetivas áreas de intervenção.</b></p>	O Projeto só é compatível com os usos para valores com interesse paisagístico se forem realizados estudos de levantamento e caracterização histórica, arquitetónica e construtiva de valores culturais e o levantamento dos valores naturais, dentro dos limites das respetivas áreas de intervenção.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Estrutura Ecológica Municipal - Nível Regional</b>	<p><b>Artigo 168.º</b></p> <p>2 — O nível regional compreende os solos afetos:</p> <p>a) À Rede Primária:</p> <p>i) Área Estruturante Primária;</p> <p>ii) Ligação/Corredor Estruturante Primário.</p>	O Projeto só é compatível com esta classe de espaço se não afetar a função ecológica dominante e a conectividade entre as áreas e os corredores da Estrutura Ecológica e a autorização de qualquer atividade nestes solos necessita da aprovação do projeto de enquadramento	<b>Fortemente Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>b) À Rede Secundária:</p> <p>i) Áreas Estruturantes Secundárias;</p> <p>ii) Corredores Estruturantes Secundários.</p> <p>3 — Não são permitidos usos que afetem a função ecológica dominante e a conectividade entre as áreas e os corredores da Estrutura Ecológica.</p> <p>4 — A autorização de qualquer atividade nos solos referidos no n.º 2 depende da aprovação de projeto de enquadramento paisagístico que concretize a adoção de critérios de qualidade ambiental e integração paisagística.</p>	paisagístico que concretize a adoção de critérios de qualidade ambiental e integração paisagística.	
<b>Valores naturais</b>	<p><b>Artigo 170.º</b></p> <p>1 - Os valores naturais integram o património geomorfológico, a vegetação natural, seminatural e os solos de elevado valor ecológico.</p> <p>2 – Nestas áreas não são permitidos usos que afetem a integridade dos valores referidos.</p>	O Projeto apenas é compatível com a classe de espaço referida se não afetar a integridade dos valores naturais.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Áreas Vitais</b>	<p><b>Artigo 172.º</b></p> <p>2 — Qualquer intervenção nas áreas vitais deve observar a proteção dos recursos, valores e sistemas naturais identificados na Carta da Estrutura Ecológica Municipal.</p>	O Projeto é compatível com esta classe de espaço se permitir a proteção dos recursos e sistemas naturais representados na Carta da Estrutura Ecológica Municipal.	<b>Condicionante</b>
<b>Corredores vitais</b>	<p><b>Artigo 173.º</b></p> <p>1 — Os Corredores Vitais representam ligações e espaços lineares, total ou parcialmente livres de ocupação edificada, apoiados em linhas de água ou drenagem natural, de menor nível hierárquico na rede hidrográfica.</p> <p>3 — Qualquer intervenção nos corredores vitais deve identificar os eventuais pontos de estrangulamento e causas de degradação e propor medidas de manutenção e melhoria do funcionamento do sistema hidrológico e promover o desenvolvimento das galerias ripícolas dos cursos de água.</p>	O Projeto é compatível com esta classe de espaço se identificar os eventuais pontos de estrangulamento e causas de degradação, propuser medidas de manutenção e melhorias do funcionamento do sistema hidrológico, e promover o desenvolvimento das galerias ripícolas dos cursos de água.	<b>Condicionante</b>
<b>Instabilidade de Vertentes</b>	<p><b>Artigo 184.º</b></p> <p>2 — Estas áreas serão objeto de estudos geotécnicos, que devem consubstanciar uma adequada avaliação da vertente, aferindo a respetiva capacidade de carga, base e topo incluídos, e condições de estabilidade, não se restringindo a estudos pontuais para garantir a segurança de uma edificação sem uma análise dos correspondentes efeitos cumulativos nomeadamente na vertente e na segurança de pessoas e bens na envolvente, a escalas adequadas, que condicionarão o uso e transformação urbana.</p> <p>3 — Até à elaboração destes estudos, as áreas de instabilidade de vertentes estão sujeitas aos seguintes condicionamentos:</p> <p>a) Não serão aprovados novos loteamentos, exceto os compromissos municipais validamente constituídos até à data de entrada em vigor do RPDMLoures;</p> <p>b) O licenciamento de novas construções, reconstruções ou ampliações e a legalização de construções de origem ilegal obriga à apresentação, por parte dos promotores, <b>de um estudo efetuado por geólogo de engenharia ou engenheiro civil geotécnico justificativo da sua segurança</b>, nos termos do n.º 2;</p> <p>c) Nas áreas livres deverá assegurar -se, sempre que possível, a instalação de uma cobertura vegetal adequada e o controlo da não deposição de detritos sólidos e de uma eficiente drenagem natural.</p>	O Projeto só é compatível com esta classe de espaço se forem realizados estudos geotécnicos para justificar a segurança do local.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Risco Sísmico</b>	<p><b>Artigo 185.º</b></p> <p><b>1 — Nas obras de construção de edifícios, obras de arte e de infraestruturas de subsolo estão sujeitas à aplicação de medidas de resistência estrutural antissísmica.</b></p>	O Projeto só é compatível com os usos para as áreas com risco sísmico se forem integradas soluções de reforço estrutural,	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>2 — Relativamente à prevenção e redução da vulnerabilidade sísmica, devem ser observadas as relações entre as novas construções e a envolvente, nomeadamente no uso de materiais com comportamentos sísmicos distintos, bem como considerar as diferenças de volumetria, por serem fatores suscetíveis de aumentar a vulnerabilidade sísmica do conjunto edificado.</p> <p>3 — As obras de reabilitação de edifícios, de obras de arte e de <b>infraestruturas do subsolo têm de integrar soluções de reforço estrutural que aumentem a sua resistência global a forças horizontais e manter as condições estruturais iniciais dos edifícios confinantes com o espaço intervencionado, de modo a garantir a continuidade dessa capacidade de resistência, tendo em conta os valores patrimoniais em presença em cada intervenção.</b></p> <p>4 — Nas áreas de muito elevado e elevado risco sísmico dos solos, identificadas na Carta de Riscos, a Câmara Municipal deverá solicitar à entidade interveniente estudos complementares geológicos, hidrogeológicos e geotécnicos de avaliação da capacidade estrutural do edifício que apresentem a definição de soluções técnicas compatíveis com as características do espaço em intervenção e condicionar as obras e trabalhos em razão desses estudos.</p>	com realização de estudos complementares geológicos, hidrogeológicos e geotécnicos.	
Áreas de risco de incêndio	<p><b>Artigo 186.º</b></p> <p>2 — É interdita a construção de novas edificações nos termos definidos no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI), sempre que as áreas referidas no número anterior não correspondam a áreas edificadas consolidadas.</p>	O Projeto não é compatível com esta classe de espaço.	<b>Interdito</b>
Áreas de erosão hídrica do solo	<p><b>Artigo 187.º</b></p> <p>1 — As áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo são as áreas que, devido às suas características de solo e declive, estão sujeitas à perda excessiva de solo por ação do escoamento superficial.</p> <p>2 — Estas áreas têm como principais funções a manutenção do equilíbrio dos processos morfogenéticos e pedogenéticos, a regulação do ciclo hidrológico e a prevenção da ocorrência de cheias através da promoção da infiltração, em detrimento do escoamento superficial e da diminuição da colmatção e assoreamento dos solos a jusante.</p>	O Projeto é compatível com esta classe de espaço.	<b>Permitido</b>
Zonas Ameaçadas pelas Cheias	<p><b>Artigo 176.º</b></p> <p>1 — Nas ZOEP não são permitidas novas edificações assim como todas as obras suscetíveis de constituir obstrução à livre passagem das águas.</p> <p>3 — Exceciona -se do referido nos números anteriores, a área de jurisdição afeta ao Porto de Lisboa, relativamente a instalações, equipamentos, e infraestruturas portuárias.</p> <p><b>Artigo 177.º</b></p> <p>1 — Nas ZOEC-I não são permitidas novas edificações, podendo, contudo, e desde que implementadas medidas especiais de proteção, em especial as referentes à segurança de instalações e equipamentos elétricos e fornecimento e distribuição de gás, ser permitidas legalizações, obras de alteração, ampliação ou conservação de construções existentes, desde que obedeçam ao disposto no artigo 179.º.</p> <p><b>Artigo 179.º</b></p> <p>1 – Nas obras de alteração, conservação e ampliação de construções existentes e no licenciamento de novas construções deverá ser tida em consideração a garantia de que não são afetadas, entre outras:</p> <p><b>a) As condições de funcionalidade da corrente, o escoamento e o espraio de cheia;</b></p> <p><b>b) A segurança de obras marginais ou transposição dos leitos e margens.</b></p>	Na classe de espaço referida, são apenas permitidas construções conforme o exigido na legislação.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Domínio Hídrico</b>	<p>Lei n.º 54/2005, de 11 de novembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2006, de 16 de janeiro, alterada pela Lei n.º 78/2013, de 21 de novembro, pela Lei n.º 34/2014, de 19 de junho e cuja última alteração é dada Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto).</p> <p>Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 10 m das margens de linhas de água não navegáveis.</p>	O Projeto deverá evitar de forma conservadora a ocupação de domínio hídrico. Caso essa ocupação seja inevitável, terá de ser requerida autorização/licenciamento da Agência Portuguesa do Ambiente/ARH, para ocupar parte do domínio, bem como o Projeto deverá garantir, na sua conceção medidas de minimização que garantam o escoamento natural do curso de água a afetar, por exemplo através de passagens hidráulicas.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Linhas elétricas (150, 220kV)</b>	<p>O Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão (RSLEAT), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro, estabelece as faixas de proteção, quer para a rede de transporte, quer para a rede de distribuição. De acordo com o <b>artigo 28.º</b> (distância às árvores), deverá ser respeitada a zona de proteção da linha elétrica existente (largura máxima da faixa):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Linhas BT e MT – 15 m (linhas de tensão 1,5 kV até 40 kV), e 25 m (linhas de tensão de 40 kV até 60 kV);</li> <li>– Linha de AT e MAT (Rede Elétrica Nacional, REN) – 45 m (linhas de tensão superiores a 60 kV).</li> </ul> <p><b>Artigo 29.º (distância aos edifícios)</b></p> <p>1 - Na proximidade de edifícios, com exceção dos exclusivamente adstritos ao serviço de exploração de instalações elétricas, as linhas serão estabelecidas por forma a observar-se, nas condições de flecha máxima, o seguinte:</p> <p>a) Em relação às coberturas, chaminés e todas as partes salientes suscetíveis de serem normalmente escaladas por pessoas, os condutores nus deverão ficar, desviados ou não pelo vento, a uma distância D, em metros, arredondada ao decímetro, não inferior à dada pela expressão</p> $D = 3,0 + 0,0075 U$ <p>em que U, em kilovolts, é a tensão nominal da linha.</p> <p>O valor de D não deverá ser inferior a 4 m.</p> <p><b>Artigo 30.º (distância a obstáculos diversos)</b></p> <p>1 - Na vizinhança de obstáculos, tais como terrenos de declive muito acentuado, falésias e construções normalmente não acessíveis a pessoas, bem como partes salientes dos edifícios não suscetíveis de serem normalmente escaladas por pessoas, quando as construções e as partes salientes referidas atinjam um nível, acima do solo, superior a 3 m, os condutores nus das linhas, nas condições de flecha máxima e desviados ou não pelo vento, deverão manter, em relação a esses obstáculos, uma distância D, em metros, arredondada ao decímetro, não inferior à dada pela expressão</p> $D = 2,0 + 0,0075 U$ <p>em que U, em kilovolts, é a tensão nominal da linha.</p> <p>O valor de D não deverá ser inferior a 3 m.</p>	<p>Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 45 m em relação às linhas elétricas de muito alta tensão (150kV e 220kV). Mais especificamente devem ser respeitadas as seguintes distâncias:</p> <p>Árvores: 45 m Edifícios: não inferior a 4 m Obstáculos diversos: não inferior a 3 m</p>	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Gasoduto (1.º escalão)</b>	<p>DL n.º 374/89</p> <p><b>Artigo 10.º</b></p> <p>4 – A servidão de passagem de gás implica as seguintes restrições para a área sobre que é aplicada:</p> <p>c) É proibida a construção de qualquer tipo, mesmo provisória numa faixa de 10 m para cada lado do eixo longitudinal do gasoduto.</p>	O projeto terá de cumprir a servidão de passagem de gás.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Povoamentos florestais percorridos por incêndios – áreas ardidas (2005-2014) em povoamento florestal</b>	<b>Artigo 1.º</b> 1 — Nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios, não incluídos em espaços classificados em planos municipais de ordenamento do território como urbanos, urbanizáveis ou industriais, ficam proibidas, pelo prazo de 10 anos, as seguintes ações: b) <b>O estabelecimento de quaisquer novas atividades agrícolas</b> , industriais, turísticas ou outras que possam ter um impacte ambiental negativo; 4 — As proibições estabelecidas nos n.os 1 e 2 podem ser levantadas por despacho conjunto dos ministros responsáveis pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e da agricultura, a requerimento dos interessados ou da respetiva câmara municipal, apresentado no prazo de um ano após a data da ocorrência do incêndio.	O projeto tem finalidade agrícola, pelo que não é compatível com os povoamentos florestais percorridos por incêndios. Apenas será compatível caso as proibições sejam levantadas por despacho conjunto dos ministros responsáveis.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>PDM Lourinhã</b> (Publicado pelo Aviso nº 12180-A/2017 de 11 de novembro, com 1ª retificação pela DECL RET nº 814/2017 de 23 de novembro, com 1ª alteração por adaptação pelo Aviso nº 15624/2020 de 6 de outubro e 1ª correção do material pelo Aviso nº 15774/2020 de 7 de novembro)			
<b>Áreas Agrícolas</b>	<b>Artigo 20.º</b> 1 — As áreas agrícolas são compostas pelos terrenos que apresentam <b>ocupação agrícola</b> sendo interdita qualquer alteração ao uso que diminua as suas potencialidades agrícolas, devendo esta ser mantida sempre que possível ou, em caso de abandono, ser florestadas de acordo com as disposições do PROF.	O projeto tem finalidade agrícola e, portanto, é compatível com as áreas agrícolas.	<b>Permitido</b>
<b>Movimento de Massa em Vertentes</b>	<b>Artigo 65.º</b> 1 — Nas áreas com suscetibilidade elevada ou muito elevada aos movimentos de massa em vertentes, é interdita a construção de novos edifícios, exceto quando seja comprovado por estudo geotécnico de maior detalhe, pelo menos à escala 1:2000, que estão devidamente acauteladas as condições de segurança estrutural nos novos edifícios e das zonas envolventes.	A aprovação da implementação do projeto na classe de espaço referida está sujeita a um estudo geotécnico, e as condições a ele associadas.	<b>Condicionante</b>
<b>Povoamentos florestais percorridos por incêndios nos últimos 10 anos</b>	<b>Decreto-Lei 327/90</b> <b>Artigo º1. n.º1</b> Nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios, não incluídos em áreas classificadas como solo urbano por PMOT, ficam proibidas, pelo prazo de 10 anos, as seguintes ações (art.º 1.º 1 do DL 327/90): <ul style="list-style-type: none"> <li>• A realização de obras de construção de quaisquer edificações</li> <li>• O estabelecimento de quaisquer novas atividades agrícolas, industriais, turísticas ou outras que possam ter um impacte ambiental negativo;</li> <li>• A substituição de espécies florestais por outras, técnica e ecologicamente desadequadas.</li> </ul> Tratando-se de uma ação de interesse público ou de um empreendimento com relevante interesse geral, todas estas proibições podem ser levantadas, a todo o tempo, mediante reconhecimento por despacho conjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, do Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do membro do Governo competente em razão da matéria (art. 1.º n.º 5 do DL n.º 327/90).	O projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, não é compatível com a classe de espaço referida. Excecionalmente o projeto pode ser aprovado mediante reconhecimento por despacho conjunto das entidades referidas, caso seja de interesse público ou com relevante interesse geral.	<b>Fortemente Condicionado.</b>
<b>Zonas Ameaçadas pelas cheias</b>	<b>Artigo 64.º</b> 1 — Nas zonas ameaçadas pelas cheias, é interdita: A construção de novos edifícios em leitos de cheia fora dos perímetros urbanos, exceto os edifícios indispensáveis à atividade agrícola, nas situações em que fique demonstrado não existir localização alternativa.	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida desde que seja demonstrado a inexistência de uma localização alternativa.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Sobreiros</b>	<p><b>Decreto-Lei 169/2001</b>  <b>Artigo 3.º</b>  O corte ou o arranque de sobreiros e azinheiras pode ser autorizado nos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Em cortes de conversão que vise a realização de: <ul style="list-style-type: none"> <li>Empreendimentos agrícolas com relevante e sustentável interesse para a economia local, desde que a área sujeita a corte não ultrapasse 20 ha, nem 10% da superfície de exploração agrícola ocupada por sobreiros ou azinheiras e se verifique uma correta gestão e um bom estado vegetativo e sanitário da restante área ocupada por qualquer das espécies;</li> </ul> </li> </ul> <p>As áreas sujeitas a cortes de conversão autorizados, necessários a empreendimentos agrícolas com relevante e sustentável interesse para a economia local, não podem ser desafetadas do uso agrícola durante 25 anos.</p> <p><b>Decreto-Lei 169/2001</b>  <b>Artigo 4.º e 5.º</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A introdução de alterações à morfologia do solo ou do coberto vegetal;</li> </ul> <p>O estabelecimento de quaisquer novas atividades, nomeadamente agrícolas industriais ou turísticas.</p>	<p>O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida desde que sejam cumpridas as condições referidas.</p>	<b>Condicionante</b>
<b>Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)</b>	<p><b>6 de outubro de 2020</b>  <b>Artigo 83.º</b>  <b>1 – As UOPG abrangem as seguintes situações:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>A área urbana correspondente à sede do concelho;</li> <li>As áreas classificadas como espaços centrais e residenciais a estruturar e espaços de atividades económicas a estruturar;</li> <li>As áreas de paisagem notável incluído, no caso do Planalto das Cesaredas, o aglomerado rural com o mesmo nome;</li> <li>Os núcleos urbanos e rurais que integram o património cultural;</li> <li>Os espaços de equipamentos de turismo e lazer por concretizar;</li> </ol> <p><b>2 – São UOPG definidas no PDML, representadas na Planta de Ordenamento — Unidades operativas de planeamento e gestão, são as seguintes:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>UOPG 2 — Planalto das Cesaredas;</li> <li>UOPG 37 — Concha Agrícola de Paimogo;</li> <li>UOPG 39 — Concha Agrícola de Porto das Barcas;</li> <li>UOPG 40 — Concha Agrícola de Porto Dinheiro -Valmitão.</li> </ol>	<p>De modo a avaliar a compatibilidade do Projeto com a classe de espaço referida é necessária a análise do regime de condicionamento para as várias situações abrangidas pelas UOPG.</p>	<b>Condicionante</b>
<b>Suscetibilidade Sísmica “moderada-alta”</b>	<p><b>Artigo 67.º</b>  <b>1</b> — Nas áreas de suscetibilidade sísmica moderada -alta, a implantação de novos edifícios e arruamentos garante as distâncias de segurança adequadas entre os edifícios que proporcionem a circulação de viaturas de socorro em caso de sismo</p>	<p>O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com as áreas de suscetibilidade sísmica moderada-alta.</p>	<b>Permitido</b>
<b>Paisagens Notáveis</b>	<p><b>11 de Outubro de 2017</b>  <b>Artigo 62.º</b>  <b>2</b> — As paisagens notáveis, identificadas na Planta da Estrutura Ecológica, estão em conformidade com o PROT -OVT e integram:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Planalto das Cesaredas;</li> <li>Áreas de Paisagem Agrícola de Elevado Interesse Paisagístico: <ol style="list-style-type: none"> <li>Concha Agrícola de Paimogo;</li> <li>Concha Agrícola de Peralta;</li> <li>Concha Agrícola de Porto das Barcas;</li> <li>Concha Agrícola de Porto Dinheiro -Valmitão.</li> </ol> </li> </ol>	<p>O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com o previsto nos regimes das áreas agrícolas de elevado interesse paisagístico.</p> <p>Relativamente ao previsto nos regimes das áreas florestais de elevado interesse paisagístico, o projeto não é compatível com a classe de espaço referida.</p>	<b>Fortemente Condicionante+</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>3 — Nestas áreas é interdita qualquer alteração ao uso que altere a estrutura dominante destas paisagens, designadamente as características geomorfológicas, ecológicas, estéticas e culturais, devendo ser promovidas atividades tradicionais ou outras utilizações, condicionadas ao equilíbrio físico, natural e da paisagem.</p> <p>4 — Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável e dos instrumentos de gestão específicos, o regime de uso e alteração do solo é o previsto nos regimes das áreas agrícolas de elevado interesse paisagístico e das áreas florestais de elevado interesse paisagístico, articulados com os regimes legais aplicáveis às mesmas áreas.</p>		
<b>Risco de Incêndio “elevado e muito elevado”</b>	<p><b>Artigo 67.º</b></p> <p>1 — A construção de edificações para habitação, empreendimentos turísticos, comércio, serviços e indústria é interdita nos terrenos classificados nos PMDFCI, com perigosidade de incêndio elevado ou muito elevado, sem prejuízo das infraestruturas definidas nas RDFCI.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Estrutura Ecológica Municipal</b>	<p><b>Artigo 61.º-</b></p> <p>3 — A EEM contempla o conjunto de áreas e ecossistemas que contribuem para a sustentabilidade ambiental e ecológica, designadamente as áreas com interesse para a conservação da natureza e da biodiversidade, para o regime hidrológico, para a proteção do recurso solo e as áreas de paisagem notável ao nível municipal:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Em solo urbano, a EEM coincide com a categoria de Espaços Verdes;</li> <li>b) Em solo rústico, a EEM corresponde às categorias Espaços Agrícolas Prioritários em Baixa Aluvionar, Espaços Naturais, Espaços Agrícolas de Elevado Interesse Paisagístico e Espaços Florestais de Elevado Interesse Paisagístico;</li> <li>c) A EEM integra, ainda, os sistemas biofísicos com servidão legal instituída, englobando, a RAN, a REN, a Rede Natura 2000 e o Domínio Hídrico</li> </ul> <p>4 — Os condicionamentos ao uso e à transformação do solo a exigir para as áreas incluídas na EEM decorrem da disciplina estabelecida no presente regulamento para as categorias de espaços e outras componentes espaciais que a integram, articulada com os regimes legais aplicáveis às mesmas áreas.</p>	O Projeto terá de respeitar as regras estipuladas no regulamento, aplicáveis às classes de espaço referidas.	<b>Condicionante</b>
<b>Rede Natura 2000</b>	<p><b>Artigo 61.º</b></p> <p>3 —</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>c) A EEM integra, ainda, os sistemas biofísicos com servidão legal instituída, englobando, a RAN, a REN, a Rede Natura 2000 e o Domínio Hídrico.</li> </ul> <p>4 — Os condicionamentos ao uso e à transformação do solo a exigir para as áreas incluídas na EEM decorrem da disciplina estabelecida no presente regulamento para as categorias de espaços e outras componentes espaciais que a integram, articulada com os regimes legais aplicáveis às mesmas áreas.</p> <p><b>Artigo 18.º</b></p> <p>3 — São interditos as ações e os usos que conduzam à destruição do coberto vegetal, do relevo natural e das camadas de solo arável, quando não integradas em práticas associadas à exploração agrícola e florestal, ou que não estejam relacionados com a realização das ações e atividades previstas no presente regulamento.</p> <p>9 — Todas as intervenções que se localizem em áreas de ocorrência de habitats naturais e/ou espécies no âmbito da Rede Natura 2000, deverão ser sujeitas a parecer da entidade com competência em matéria da conservação da natureza.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida desde que seja sujeito a parecer da entidade com competência em matéria da conservação da natureza.	<b>Condicionante</b>
<b>Servidões rodoviárias IC1/A8</b>	<p><b>Artigo 12.º</b></p> <p>2 — Às vias da rede rodoviária nacional e estradas regionais, existentes e previstas, aplica -se o estipulado na legislação geral e específica em vigor em relação às zonas de proteção non aedificandi e acessos marginais.</p> <p><b>Artigo 4.º Decreto-Lei n. º393-A/98</b></p>	O Projeto terá de cumprir as servidões para as vias referidas	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>1 - Em relação aos lanços de autoestrada constantes da base I anexa ao presente diploma, que dele faz parte integrante, são fixadas as seguintes zonas de servidão non aedificandi:</p> <p>a) Desde a aprovação do estudo prévio até à aprovação da planta parcelar do projeto de execução, 200 m para cada lado do eixo da estrada e, centrado em cada nó de ligação, um círculo com 1300 m de diâmetro;</p>		
Arriba e respetivas faixas de proteção	<p><b>Artigo 68.º</b></p> <p>1 — Nas zonas ameaçadas pelo mar, arribas e suas faixas de proteção, é interdita:</p> <p>a) A instalação de novos equipamentos hospitalares e de saúde, escolares, de reclusão e de gestão de emergência e de socorro, bem como de novos estabelecimentos industriais perigosos que estejam obrigados por lei ao dever de notificação e à apresentação de um Relatório de Segurança.</p> <p>b) A construção de novos edifícios, exceto as que correspondam à substituição de edifícios a demolir nos perímetros urbanos, desde que sejam objeto de estudos pormenorizados sobre as características geológicas, geomorfológicas, geotécnicas e evolutivas da linha de costa e faixa de risco adjacente, e se demonstre que se encontram asseguradas as condições de segurança exigidas para a sua ocupação.</p> <p>2 — Sem prejuízo do previsto no POOC -AM, tendo em vista a proteção das áreas sujeitas às evoluções físicas das arribas face à ocupação humana e a prevenção dos impactes dessa artificialização nos processos erosivos das arribas, é interdito qualquer tipo de operação urbanística nas arribas e nas suas faixas de proteção, incluindo a localização de instalações fixas e indismontáveis, excetuando -se:</p> <p>a) As operações urbanísticas que incidam em áreas que sejam objeto de estudos pormenorizados sobre as características geológicas, geotécnicas e evolutivas da arriba e faixa de risco adjacente, desde que fique demonstrado que se encontram asseguradas as condições de segurança exigidas para a ocupação humana dessas áreas;</p> <p>3 — Nas áreas do solo urbano abrangidas pelas faixas de proteção às arribas, é proibida a realização de obras de construção e de ampliação das construções existentes, assim como a execução de vias e estacionamento, excetuando -se as seguintes ações:</p> <p>Intervenções de arranjos exteriores e ações de valorização paisagística, desde que não impliquem o recurso a sistemas de rega intensiva.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e portanto, não é compatível com a classe de espaço referida.	Interdito
Estradas e Caminhos Municipais	<p><b>Artigo 12.º</b></p> <p>2 — Às vias da rede rodoviária nacional e estradas regionais, existentes e previstas, aplica -se o estipulado na legislação geral e específica em vigor em relação às zonas de proteção non aedificandi e acessos marginais.</p> <p><b>Decreto-Lei 555/99</b></p> <p>Assim, e conforme dispõe o artigo 58.º da lei 2110, não é permitido efetuar qualquer construção nos terrenos à margem das vias municipais:</p> <p>a) Dentro das zonas de servidão “non aedificandi”, limitadas de cada lado da via por uma linha que dista do seu eixo 6 ou 4,5 metros, consoante se trate de estradas ou caminhos municipais, podendo, contudo, as câmaras municipais alargar estas faixas non aedificandi até ao máximo de 8 a 6 metros para cada lado do eixo, na totalidade ou apenas nalguns troços de vias;</p> <p>b) Dentro das zonas de visibilidade no interior das concordâncias das ligações ou cruzamentos com outras comunicações rodoviárias, zonas de visibilidade essas determinadas nos termos das alíneas a) e b) do número 2 do mesmo artigo 58.º</p> <p>Contudo, a proibição mencionada no corpo do artigo 58.º contempla as exceções previstas no seu parágrafo 1.º, conjugadas ainda com o previsto nos artigos 59.º, 60.º e 61.º pelo que nas faixas non aedificandi é possível realizar:</p> <p>Construções simples, especialmente de interesse agrícola, à distância mínima de 5 ou 4 m do eixo, consoante se trate de estradas ou caminhos municipais.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	Permitido

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Estradas Nacionais</b>	<p><b>Anexo II</b> Regime das estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição da Estradas de Portugal SA — alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 13/71 de 23 de janeiro, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 13/94 de 15 de janeiro;</p> <p><b>Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 13/71 de 23 Janeiro</b> 1 – É proibida a construção, estabelecimento, implantação ou produção de:</p> <p>a) Vedações de alvenaria, betão ou materiais semelhantes e muros que sirvam de suporte ou revestimento de terrenos sobranceiros nas zonas de visibilidade ou a menos de 6,5 m e 4 m do limite da plataforma da estrada, consoante esta for, respetivamente, internacional, de 1.ª e de 2.ª ou 3.ª classes, e nunca a menos de 1 m da zona da estrada, quando se trate de taludes de aterro, e de 2 m na hipótese de taludes de trincheira.</p> <p>b) Construções simples, especialmente de interesse agrícola, tais como tanques, eiras, pérgulas, ramadas ou parreiras, bardos e outras congéneres nas zonas de visibilidade ou a menos das distâncias do limite da plataforma da estrada indicadas na alínea anterior;</p>	<p>O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida, desde que as condições descritas no Decreto-Lei referido sejam respeitadas.</p>	<b>Permitido</b>
<b>Espaços de equipamento e infraestruturas de turismo e lazer</b>	<p><b>Artigo 38.º</b> 3 — Os espaços de equipamentos e infraestruturas de turismo e lazer integram as seguintes áreas:</p> <p>a) Parque temático designado por “Parque dos Dinossauros da Lourinhã” (1); b) Kartódromo da Lourinhã (2); c) Parque de Campismo da Areia Branca (3); d) Centro de Interpretação da Costa Oeste (4).</p> <p><b>Artigo 39.º</b> 2 — O parque temático “Parque dos Dinossauros da Lourinhã” constitui -se como um espaço de recreio e lazer, que visa contribuir para o conhecimento da evolução da vida na terra, através da investigação e da divulgação do património paleontológico do concelho, sendo-lhe aplicáveis as seguintes disposições:</p> <p>c) Findo o prazo mencionado na alínea anterior, em caso de não execução efetiva do Parque Temático, o solo reverte para a categoria de espaço florestal, sendo aplicável o regime respetivo previsto no presente regulamento</p> <p>4 — No Kartódromo da Lourinhã são apenas admitidas as intervenções que promovam a qualificação paisagística do recinto e a edificação estritamente necessária ao desenvolvimento da atividade licenciada, estando a mesma limitada aos seguintes parâmetros:</p> <p>a) Índice de utilização bruto: 0,15; b) Altura máxima da fachada: 7 m.</p> <p>5 — A intervenção no Parque de Campismo da Areia Branca ocorre nos termos definidos na legislação específica a que estão sujeitos os parques de campismo, sendo interditas obras de construção e de ampliação.</p> <p>6 — Na área afeta ao Centro de Interpretação da Costa Oeste, admite- -se a construção de edifício com uma área total de construção máxima de 2500m².</p> <p>7 — O disposto nos números 2 e 3 do presente artigo não prejudica o estipulado no regime jurídico da RAN e da REN, quando aplicável.</p>	<p>O Projeto só é compatível com a classe de espaço referida em certas condições, e não para todas as áreas descritas no Artigo 38.º.</p> <p>No caso do parque temático “Parque dos Dinossauros da Lourinhã”, o regime aplicável (nas condições referidas) é o da categoria de Espaço Florestal.</p> <p>No Kartódromo da Lourinhã aplicam-se os parâmetros mencionados.</p> <p>Na área afeta ao Centro de Interpretação da Costa Oeste, aplicam-se os parâmetros condicionantes referidos.</p>	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Faixa de Proteção Costeira</b>	<p><b>6 de outubro de 2020</b></p> <p><b>Artigo 69.º-C</b></p> <p>4 — Na Faixa de Proteção Costeira são interditas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) A edificação, exceto a prevista no n.º 2 do presente artigo, onde se incluem as infraestruturas e instalações diretamente associadas a Núcleos de Pesca Local — Portos de Pesca Local.</li> <li>b) Ações que impermeabilizem ou poluam as areias.</li> <li>c) Atividades que causem destruição direta de ecossistemas relevantes.</li> <li>e) Outras ações que possam vir a introduzir alterações na dinâmica costeira, exceto quando se revele não existirem alternativas mais vantajosas para a proteção de pessoas e bens e desde que seja realizada uma avaliação do impacte ambiental que seguirá o previsto no Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental.</li> </ul> <p><b>Artigo 69.º-F</b></p> <p>2 — Na Faixa de Proteção Costeira permitidas as seguintes ações e atividades, mediante autorização das entidades legalmente competentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Obras de construção, sequenciais a obras de demolição, desde que as novas edificações não tenham uma área de construção superior à das edificações demolidas e se localizem a uma maior distância da margem.</li> <li>b) Obras de demolição, reconstrução sem aumento da altura da fachada, alteração e conservação.</li> </ul> <p>3 — Na Faixa de Proteção Costeira, sem prejuízo do disposto no número anterior, são interditas as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Novas edificações, exceto: <ul style="list-style-type: none"> <li>ii) Equipamentos coletivos exclusivamente dirigidos à população local e desde que se demonstre a inexistência de localização alternativa fora da Faixa de Proteção Costeira.</li> </ul> </li> <li>e) Alteração ao relevo existente excetuando-se a decorrente de ações previstas no Regulamento de Gestão de Praias e do Domínio Hídrico da Autoridade Nacional da água e respetivos Planos de Intervenção nas Praias e das exceções previstas nas alíneas anteriores.</li> </ul>	<p>O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, não é compatível com a classe de espaço referida. Para obter parecer positivo é necessária uma Avaliação de Impacte Ambiental, e autorização das entidades legalmente competentes.</p>	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Espaços Centrais e Residenciais a Consolidar</b>	<p><b>Artigo 46.º</b></p> <p>2 — Na ocupação e edificação nos espaços centrais e residenciais têm de ser cumpridas, cumulativamente com as disposições legais aplicáveis, as seguintes orientações gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Garantir a integração harmoniosa na malha urbana existente, através de uma correta articulação entre as novas edificações e as existentes em termos de morfologia, escala volumétrica e características dominantes de arquitetura local;</li> <li>b) Contribuir para a preservação das características e imagem dominante do local e para a valorização do espaço urbano;</li> <li>c) Contribuir para a melhoria das condições de habitabilidade e salubridade dos edifícios.</li> </ul> <p>3 — Nas situações de colmatação urbana, as novas edificações e a ampliação das existentes cumprem as seguintes regras:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) A tipologia edificatória a adotar é a dominante na frente urbana, devendo ser compatibilizadas as tipologias existentes nos prédios confinantes, evitando empenas cegas;</li> </ul>	<p>O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, não é compatível com a classe de espaço referida.</p>	<b>Interdito</b>
<b>Espaços Centrais e Residenciais a Estruturar</b>	<p><b>Artigo 47.º</b></p> <p>2 — Os espaços centrais e residenciais a estruturar fundamentam -se na necessidade de qualificação dos espaços urbanos, de estruturação da ocupação futura e de resolução de problemas de acessibilidade, garantindo a conectividade com o tecido urbano existente e uma adequada articulação com o espaço rústico e com as atividades que nele ocorrem.</p>	<p>O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, não é compatível com a classe de espaço referida.</p>	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Faixa de Proteção Complementar</b>	<p><b>6 de outubro de 2020</b>  <b>Artigo 69.º-D</b>            2 — Na Faixa de Proteção Complementar são permitidas as ações e atividades previstas no ordenamento do espaço marítimo nacional.</p> <p><b>Artigo 69.º-G</b>            2 — Na Faixa de Proteção Complementar (ZTP) são interditas as operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ampliação, com exceção das seguintes situações:                b) Instalações ligeiras de apoio aos setores da agricultura e floresta, ambiente, energia, recursos geológicos, telecomunicações e empreendimentos turísticos (por exemplo, apoios a piscinas).</p> <p>3 — A edificação permitida no número anterior, fora dos perímetros urbanos, deve adaptar -se à fisiografia de cada parcela de terreno e a área de impermeabilização total não pode ultrapassar em 50 % a área total de implantação dos edifícios licenciados.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Margem</b>	<p><b>6 de outubro de 2020</b>  <b>Artigo 69.º-H</b>            2 — Na Margem são permitidas as seguintes ações e atividades, mediante autorização das entidades legalmente competentes:            l) Obras de construção de infraestruturas de projetos de irrigação ou de adução de águas residuais e desde que não haja alternativa.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e portanto, é compatível com a classe de espaço referida, desde que obtenha autorização das entidades legalmente competentes.	<b>Condicionado</b>
<b>Áreas Agrícolas Prioritárias de Baixas Aluvionares</b>	<p><b>Artigo 21.º</b>            1 — As áreas agrícolas prioritárias de baixa aluvionar são compostas pelos <b>terrenos</b> de elevada produtividade <b>agrícola</b> associados aos principais cursos de água da Lourinhã, o Rio Grande, a Ribeira do Toxofal, a Ribeira de Água de Mouros e a Ribeira da Serra, muito importantes do ponto de vista do controlo do regime hidrológico dos rios como áreas inundáveis.</p>	O projeto tem finalidade agrícola e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Áreas Agrícolas De Elevado Interesse Paisagístico</b>	<p><b>Artigo 22.º</b>            1 — As áreas agrícolas de elevado interesse paisagístico compreendem conjuntos de <b>terrenos agrícolas</b> cuja estrutura e morfologia do relevo, associada à atividade humana, constituem paisagens com estrutura particular do ponto de vista estético, ecológico e cultural.</p>	O projeto tem finalidade agrícola e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços De Uso Múltiplo Agrícola e Florestal</b>	<p><b>Artigo 24.º</b>            1 — Nas áreas de uso múltiplo agrícola e florestal é interdita qualquer alteração ao uso do solo que diminua as suas <b>potencialidades agrícolas</b> ou florestais, devendo estas ser mantidas sempre que possível ou, em caso de abandono, ser florestadas de acordo com as disposições do PROF.</p>	O projeto tem finalidade agrícola e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Áreas Florestais De Produção</b>	<p><b>Artigo 26.º</b>            2 — É interdita qualquer alteração de usos do solo que diminua as suas potencialidades para a produção de produtos florestais, <b>designadamente qualquer destruição do coberto vegetal existente</b>, exceto a decorrente da normal exploração dos povoamentos florestais, a qual carece de autorização prévia nos termos da legislação em vigor.</p> <p>3 — Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável e dos instrumentos de gestão específicos, designadamente no PROF, nas áreas florestais de produção são admitidos os seguintes usos complementares:</p>	O projeto é compatível com as áreas florestais de produção desde que não origine qualquer destruição do coberto vegetal existente.	<b>Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>a) Habitação própria e permanente dos agricultores, desde que o requerente seja agricultor, nos termos da legislação setorial, responsável pela <b>exploração agrícola</b> e proprietário do prédio e, não exista outra habitação no interior da mesma exploração nem alternativas de localização;</p> <p>c) Estufas, abrigos, <b>obras hidráulicas</b>, vias de acesso, aterros e escavações para a implantação de plataformas de nível (desde que não seja superiores a 1,0m);</p>		
<b>Faixa de Salvaguarda em Litoral de Arriba</b>	<p><b>Artigo 69.º-K</b></p> <p>1 — As Faixas de Salvaguarda em Litoral de Arriba correspondem a faixas de território paralelas à linha de costa, que apresentam maior nível de sensibilidade à dinâmica erosiva junto à crista/limite superior da arriba e destinadas à salvaguarda e mitigação dos impactos decorrentes da instabilidade e eventos de recuo em arribas ou de outras vertentes em domínio costeiro.</p> <p>2 — As Faixas de Salvaguarda em Litoral de Arriba desdobram -se em:</p> <p>a) Faixa de Salvaguarda para o Mar que corresponde às áreas adjacentes ao sopé da arriba, ou de outras vertentes em domínio costeiro, que podem ser potencialmente atingidas pelo resíduo resultante da ocorrência de um movimento de massa de vertente.</p> <p>b) Faixa de Salvaguarda para Terra — Nível I, que corresponde às áreas adjacentes à crista da arriba/limite superior da arriba, ou de outras vertentes em domínio costeiro, com maior probabilidade de serem afetadas por movimentos de massa de vertente de diferentes tipos e dimensões.</p> <p>c) Faixa de Salvaguarda para Terra — Nível II, que corresponde às áreas que acrescem à Faixa de Salvaguarda para Terra de nível I, tendo como função adicional a absorção de potenciais movimentos de massa de vertente com larguras atípicas.</p> <p>d) Áreas de Instabilidade Potencial que correspondem às áreas constituídas por planos de vertente em domínio costeiro, cuja evolução não resulta diretamente da ação erosiva das ondas no sopé</p> <p>4 — Nas Faixas de Salvaguarda em Litoral de Arriba para Terra — Nível I e II são interditas operações de loteamento, obras de urbanização, construção, reconstrução, alteração e ampliação, exceto quando se trate de:</p> <p>c) Obras de alteração desde que não se traduzam na criação de caves, novas frações e que no caso de empreendimentos turísticos não originem um aumento da capacidade de alojamento.</p> <p>d) Obras de construção que incidam em áreas que tenham sido objeto de estudos pormenorizados sobre as características geológicas, geotécnicas e evolutivas da arriba e Faixa de Salvaguarda, aprovados pela APA, I. P., à data de entrada em vigor do POC ACE.</p> <p>5 — Nas Faixas de Salvaguarda nas Áreas de Instabilidade Potencial são interditas operações de loteamento, obras de urbanização, construção, reconstrução, alteração e ampliação, exceto quando se trate de:</p> <p>b) Obras de alteração desde que não se traduzam na criação de caves, novas frações e que no caso de empreendimentos turísticos não originem um aumento da capacidade de alojamento.</p>	<p>O projeto tem finalidade agrícola e, portanto, não é incompatível com esta classe de espaço.</p>	<b>Condicionante</b>
<b>Áreas Florestais de Elevado Interesse Paisagístico</b>	<p><b>Artigo 27.º</b></p> <p><b>4 — Nas áreas florestais de elevado interesse paisagístico são interditas:</b></p> <p>b) <b>Ações que comprometam a paisagem tais como modelação do terreno e alteração do relevo natural e alteração de uso e práticas agrícolas;</b></p> <p>e) A instalação ou ampliação de estufas, abrigos e construções precárias, agroindustriais, suiniculturas, depósitos de ferro-velho, de sucata, bem como o vazamento de lixos, detritos, entulhos e outros resíduos sólidos;</p> <p>f) O lançamento de águas residuais e domésticas;</p> <p>g) Instalação de unidades produtoras de energia renováveis;</p>	<p>O Projeto não é compatível com esta classe de espaço.</p>	<b>Interdito</b>
<b>Zonamento Acústico</b>	<b>11 de Outubro de 2017</b>	<p>O Projeto é compatível com a classe de espaço referida.</p>	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p><b>Artigo 69.º</b></p> <p>1 — Todos os espaços centrais e residenciais, os espaços verdes, os aglomerados rurais e as áreas de edificação dispersa e linear os espaços de infraestruturas e equipamentos de turismo de lazer, exceto o Kartódromo da Lourinhã, são classificados como zona mista, não devendo ficar expostos a níveis sonoros de ruído ambiente exterior superiores ao definido na legislação aplicável.</p> <p>2 — Os recetores sensíveis isolados localizados fora dos espaços mencionados no número anterior, deverão ser enquadrados com zona sensível, para verificação do valor -limite de exposição.</p> <p>3 — Sempre que, nas proximidades de recetores sensíveis isolados, haja uma atividade ruidosa permanente anterior à ocupação sensível em questão, a ocupação sensível deverá ser enquadrada com zona mista, para verificação do valor -limite de exposição, não se aplicando o disposto na alínea anterior.</p> <p>4 — Entende -se por atividade ruidosa permanente nas proximidades de recetores sensíveis isolados, por atividades desenvolvidas com carácter permanente, ainda que sazonal, que produzam ruído nocivo ou incomodativo para quem habite ou permaneça em locais onde se fazem sentir os efeitos dessa fonte de ruído, designadamente laboração de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços.</p>		
<b>Espaços Naturais</b>	<p><b>Artigo 29.º</b></p> <p>Nos espaços naturais são interditos os seguintes usos e atividades:</p> <p><b>a) Destruição ou alteração do coberto vegetal ou natural;</b></p> <p>b) Obras de construção e ampliação, sem prejuízo do disposto no Regulamento de Gestão de Praias e do Domínio Hídrico da Autoridade Nacional da Água e respetivos Planos de Intervenção de Praia e nas disposições vertidas nos artigos do Capítulo VI -A do presente Regulamento;</p> <p><b>c) Obras hidráulicas, exceto as de utilidade pública com a finalidade de defesa e fiscalização da costa;</b></p> <p><b>d) Atividades que impliquem o recurso a regas intensivas.</b></p>	O Projeto só é compatível com a classe de espaço referida se não for destruído qualquer coberto vegetal e se as obras hidráulicas realizadas constituírem utilizada pública e condicionarem culturas que impliquem recurso a regas intensivas.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Áreas De Edificação Dispersa e Linear</b>	<p><b>Artigo 36.º</b></p> <p>2 — Nestas áreas coexistem e interpenetram-se usos <b>eminentemente agrícolas</b> com algumas funções habitacionais, devendo ser favorecida a localização de usos complementares ou compatíveis que permitam a consolidação progressiva destas funções, desde que salvaguardados os valores paisagísticos, agrícolas e florestais.</p>	O projeto tem finalidade agrícola e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Verdes</b>	<p><b>Artigo 53.º</b></p> <p>1 - Os Espaços Verdes são áreas incluídas nos perímetros urbanos com funções de equilíbrio ecológico e de acolhimento de atividades ao ar livre, de recreio, lazer, desporto e cultura, <b>agrícolas</b> ou florestais, fundamentais para a qualidade urbana do espaço.</p>	O projeto tem finalidade agrícola e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Património Arqueológico</b>	<p><b>Artigo 56.º</b></p> <p>1 — Ao património arqueológico inclui os sítios de interesse arqueológico conhecidos em resultado dos trabalhos arqueológicos realizados até à data, aplica -se a legislação em vigor e as seguintes disposições:</p> <p><b>a) Deve ser privilegiada a proteção, conservação e a valorização dos vestígios arqueológicos existentes;</b></p> <p><b>b) Qualquer edificação ou modificação de solos fica condicionada à realização prévia de trabalhos arqueológicos e respetivo parecer da entidade competente do Património Cultural, devendo procurar-se manter o uso atual do solo;</b></p> <p><b>c) A transformação de solos, revolvimento ou remoção de terrenos no solo, bem como a demolição ou modificação de construções, têm que cumprir a legislação em vigor para a salvaguarda do património arqueológico;</b></p> <p>d) A CML deverá certificar -se de que os trabalhos por si licenciados que envolvam a transformação de solos, revolvimento ou remoção de terrenos no solo, ou nos meios subaquáticos, bem como a demolição ou modificação de construções, cumprem a legislação vigente para a salvaguarda do património arqueológico.</p>	O Projeto só é compatível com património arqueológico se forem realizados trabalhos arqueológicos com parecer positivo da entidade competente do Património Cultural com autorização prévia da CM.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Património Paleontológico</b>	<p><b>Artigo 57º</b></p>	O Projeto não é compatível com esta classe de espaço.	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>1 — O património paleontológico corresponde às áreas de interesse paleontológico, onde se aplicam as seguintes regras:</p> <p>a) Qualquer intervenção de escavação, terraplanagem ou movimento de terra superiores a 10m<sup>3</sup> deve ser acompanhada por paleontólogos credenciados pela CML;</p> <p>b) Os fósseis e icnofósseis de vertebrados só podem ser recolhidos por paleontólogos credenciados pela CML;</p> <p>c) Todos os fósseis de importância científica e museológica terão obrigatoriamente que integrar coleções acessíveis ao público, detidas por entidades sem fins lucrativos com o objetivo de proteger, valorizar e divulgar o património cultural, na prossecução do interesse público neste domínio, localizadas no concelho da Lourinhã.</p> <p>2 — Para efeitos do número anterior, a CML estabelece em regulamento municipal os procedimentos de credenciação dos paleontólogos, considerando a sua formação académica e ligação formal a instituição de ensino, investigação ou divulgação do património.</p>		
<b>Património Edificado</b>	<p><b>Artigo 58.º</b></p> <p>1 — O património edificado, inclui edifícios com valor histórico, arquitetónico ou cultural, assim como um conjunto de altares associados aos Passos da Misericórdia.</p> <p>2 — O património edificado é objeto de obras de conservação e reabilitação que promovam a sua utilização em termos compatíveis com as suas características físicas, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.</p> <p>3 — Sem prejuízo do disposto na legislação específica, a demolição total ou integral do património edificado, só é admitida nas seguintes condições:</p> <p>a) Por razões excecionais de evidente interesse público;</p> <p>b) Por risco de ruína eminente;</p> <p>c) Com base em parecer dos serviços municipais com competência em matéria de património cultural e urbanismo.</p>	O Projeto não é compatível com esta classe de espaço.	<b>Interdito</b>
<b>Marcos Geodésicos</b>	<p>Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de abril.</p> <p>Os marcos geodésicos têm zonas de proteção determinadas, caso a caso, em função da visibilidade que deve ser assegurada ao sinal construído e entre os diversos sinais. A extensão da zona de proteção terá no mínimo um raio de 15 m. Os projetos de obras nas proximidades dos marcos geodésicos não podem ser licenciados sem autorização prévia do Instituto Geográfico Português (IGP).</p>	O Projeto terá de respeitar a área de proteção associada aos marcos geodésicos.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Domínio Hídrico</b>	<p>Lei n.º 54/2005, de 11 de novembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2006, de 16 de janeiro, alterada pela Lei n.º 78/2013, de 21 de novembro, pela Lei n.º 34/2014, de 19 de junho e cuja última alteração é dada Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto).</p> <p>Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 10 m das margens de linhas de água não navegáveis.</p>	O Projeto deverá evitar de forma conservadora a ocupação de domínio hídrico. Caso essa ocupação seja inevitável, terá de ser requerida autorização/licenciamento da Agência Portuguesa do Ambiente/ARH, para ocupar parte do domínio, bem como o Projeto deverá garantir, na sua conceção medidas de minimização que garantam o escoamento natural do curso de água a afetar, por exemplo através de passagens hidráulicas.	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>RAN</b>	O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que <i>“as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”</i> . Indica também que podem apenas <i>“ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”</i> .	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>PDM Mação</b> (Publicado pela RCM nº 72/94 a 23 de agosto, suspenso por iniciativa do governo pela RCM nº 9/2003 de 28 de janeiro de 2003 e pela RCM nº 159/2004 de 5 de novembro, com a 1ª alteração pelo Aviso nº 7963/2012 de 8 de junho)			
<b>Espaços Agrícolas</b>	<b>Artigo 51º</b> As áreas pertencentes a esta classe são as que apresentam características mais adequadas às atividades agrícolas, ou as que as possam vir a adquirir, e encontram-se identificadas na Planta de Ordenamento e incluem a Reserva Agrícola Nacional e as áreas de uso predominantemente agrícola.	O Projeto tem finalidade agrícola, sendo, portanto, compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>RAN</b>	O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que <i>“as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”</i> . Indica também que podem apenas <i>“ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”</i> .	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Agro-Silvo-Pastoris</b>	<b>Artigo 59.º (aletrado pelo Aviso n.º 7963/2012)</b> 1 — Os espaços agro -silvo -pastoris assinalados na planta de ordenamento não são alvo de quaisquer restrições específicas no que se refere aos usos de solos para fins agrícolas, florestais e turísticos nas tipologias turismo de habitação, turismo no espaço rural e parques de campismo e de caravanismo. 2 — As condições de edificabilidade para estas áreas são as seguintes: a) Apenas são licenciadas novas construções em parcelas de área igual ou superior a 5000 m2; b) O índice de construção não pode exceder 0,05, sendo apenas permitida a construção de um fogo no caso de usos habitacionais; c) O abastecimento de água e a drenagem dos esgotos devem ser resolvidos por sistemas autónomos, salvo se o interessado custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas.	O projeto é compatível com o tipo de espaço, desde que respeite as condições de edificabilidade	<b>Pouco Condicionante</b>
<b>Espaços Florestais</b>	<b>Resolução do Conselho de Ministros n.º 159/2004</b> Sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Mação aprovou, em 30 de Junho de 2003, a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Mação, designadamente as disposições constantes dos artigos 54.º a 58.º, até à entrada em vigor da revisão do Plano Diretor Municipal de Mação.	Tendo em conta que ainda não foi publicada uma revisão do PDM, segundo a Resolução n.º 159/2004, os artigos referentes a Espaços Florestais encontram-se suspensos. Situação a reavaliar face à proposta de implantação dos elementos do projeto nas fases seguintes.	<b>Pouco Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Hierarquia Urbana (II, III)</b>	<p><b>Artigo 37.º</b> Nos espaços urbanos e urbanizáveis é interdita a instalação de lixeiras, nitreiras, parques de sucata, depósitos de entulho, depósitos de explosivos e depósitos de combustíveis por grosso, salvo se, neste último caso, se implantarem no subsolo.</p> <p><b>Artigo 38.º</b> O regime geral de urbanização e de edificabilidade para os espaços urbanos, urbanizáveis e industriais está definido, para os perímetros urbanos, nos artigos das subsecções II e III da secção II.</p>	O projeto é compatível com o tipo de espaço, desde que respeite as condições de edificabilidade	<b>Condicionante</b>
<b>Espaços Urbanos (a)</b>	<p><b>Artigo 37.º</b> Nos espaços urbanos e urbanizáveis é interdita a instalação de lixeiras, nitreiras, parques de sucata, depósitos de entulho, depósitos de explosivos e depósitos de combustíveis por grosso, salvo se, neste último caso, se implantarem no subsolo.</p> <p><b>Artigo 38.º</b> O regime geral de urbanização e de edificabilidade para os espaços urbanos, urbanizáveis e industriais está definido, para os perímetros urbanos, nos artigos das subsecções II e III da secção II.</p>	O projeto é compatível com o tipo de espaço, desde que respeite as condições de edificabilidade	<b>Condicionante</b>
<b>Rede Rodoviária</b>	<p><b>Artigo 14.º</b> 2 - As servidões rodoviárias são definidas em termos da legislação específica em vigor, designadamente os Decretos-Leis n.º 13/71, de 23 de Janeiro, 64/83, de 3 de Fevereiro, e 380/85, de 26 de Setembro.</p> <p><b>Lei n.º 34/2015, Artigo 32.º</b> 8 - Após a publicação do ato declarativo de utilidade pública dos prédios e da respetiva planta parcelar, as zonas de servidão non aedificandi das novas estradas, bem como das estradas já existentes, têm os seguintes limites: a) Autoestradas e vias rápidas: 50 m para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 m da zona da estrada; b) IP: 50 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 20 m da zona da estrada; c) IC: 35 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 15 m da zona da estrada; d) EN e restantes estradas a que se aplica o presente Estatuto*: 20 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 5 m da zona da estrada; e) Nós de ligação: um círculo de 150 m de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas.</p>	O PDM menciona legislação desatualizada. Relativa a servidões rodoviárias, o projeto deve respeitar as distâncias descritas na Lei n.º 34/2015.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Captação Subterrânea</b>	<p><b>Artigo 29.º</b> 1 - Nos perímetros de proteção próxima a captações subterrâneas (raio de 50 m em torno da captação) não devem existir: a) Depressões onde se possam acumular as águas pluviais; b) Linhas de água não revestidas; c) Caixas ou caleiras subterrâneas sem esgotos devidamente tratados; d) Canalizações, fossas ou sumidouros de águas negras; e) Habitações; f) Instalações industriais; g) Culturas adubadas, estrumadas ou regadas. 2 - Dentro dos perímetros de proteção à distância a captações subterrâneas (raio de 200 m em torno da captação) não devem existir: a) Sumidouros de águas negras abertos na camada aquífera captada; b) Outras captações; c) Rega com água negras; d) Explorações florestais de folhosas de crescimento rápido.</p>	Apesar das zonas de proteção, não existem interdições relativas ao projeto.	<b>Permitido</b>
<b>Leito de Curso de Água Não Navegável Nem Flutuável</b>	<p><b>Artigo 28.º</b> 2 - Poderão ser autorizados na faixa de 10 m para cada lado da linha de margem, mediante parecer favorável do Instituto da Água: a) A implantação de infraestruturas indispensáveis ou a realização de obras de correção hidráulica.</p>	Carece de parecer favorável da autoridade competente	<b>Pouco Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
Linha Elétrica (inferior e superior a 60 kV)	<p><b>Artigo 23.º</b> 1 - Definem-se servidões relativas às linhas de média e alta tensão do concelho, de acordo com a lei em vigor (Decreto Regulamentar nº 1/92, de 18 de Fevereiro, e Decretos-Lei n.º 446/76, de 5 de Junho, e 44 335, de 19 de Novembro de 1960).</p> <p><b>DR n.º 1/92</b> <b>Artigo 28.º (distância às árvores)</b> 3 - Com vista a garantir a segurança de exploração das linhas e para efeitos de aplicação do número seguinte, a zona de proteção terá uma largura máxima de:</p> <p>a) 15 m, para linhas de 2.ª classe (inferior a 40 kV); b) 25 m, para linhas de 3.ª classe de tensão nominal igual ou inferior a 60 kV; c) 45m, para linhas de 3.ª classe de tensão nominal superior a 60 kV.</p> <p><b>Artigo 29.º</b> 1 - Na proximidade de edifícios, com exceção dos exclusivamente adstritos ao serviço de exploração de instalações elétricas, as linhas serão estabelecidas por forma a observar-se, nas condições de flecha máxima, o seguinte:</p> <p>a) Em relação às coberturas, chaminés e todas as partes salientes suscetíveis de serem normalmente escaladas por pessoas, os condutores nus deverão ficar, (...) a uma distância D, em metros, (...) <math>D = 3,0 + 0,0075 U</math> em que U, em kilovolts, é a tensão nominal da linha. O valor de D não deverá ser inferior a 4 m.</p> <p><b>Artigo 30.º</b> 1- Na vizinhança de obstáculos (...) uma distância D, em metros, (...) <math>D = 2,0 + 0,0075 U</math> (...). O valor de D não deverá ser inferior a 3 m.</p>	<p>Segundo a legislação em vigor:</p> <p>Alta Tensão (50 kV) da RND:</p> <p>- Árvores: servidão 25m (12,5 para cada lado)</p> <p>- Edifícios: mín 4m</p> <p>- Obstáculos diversos: mín 3m</p> <p>Muito Alta Tensão (150 kV) da RNT:</p> <p>- Árvores: servidão 45m (22,5 para cada lado)</p> <p>- Edifícios: mín 4m</p> <p>- Obstáculos diversos: mín 3m</p>	Fortemente Condicionante
Conduta Adutora	<p><b>Artigo 24.º</b> 1 - É interdita a construção e plantação de árvores ao longo de uma faixa de 5 m, medida para um e outro lado do traçado das condutas de adução de água e de adução-distribuição de água, fora dos aglomerados urbanos.</p>	O projeto é compatível com o tipo de espaço	Permitido
Marcos Geodésicos	<p><b>Artigo 22.º</b> De acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 143/82, artigo 22.º), são definidas áreas de servidão circunjacentes aos vértices geodésicos construídos pelo Instituto Geográfico e Cadastral.</p> <p><b>DL n.º 143/82 - Artigo 22.º</b> 4 - Em qualquer caso, esta zona de respeito será constituída por uma zona circunjacente ao sinal, nunca inferior a 15 m de raio.</p>	Para ser compatível com esta classe de espaço, o Projeto terá de respeitar a zona circundante de proteção.	Fortemente Condicionante
Zonas Ameaçadas por Cheias	<p><b>Artigo 10.º</b> São proibidas as ações que se traduzem em:</p> <p>g) Obras hidráulicas.</p> <p><b>Artigo 11.º</b> Excetuam-se do disposto no artigo anterior as operações relativas à florestação e exploração florestal, quando decorrentes de projetos aprovados ou autorizados pelo Instituto Florestal, como previstas no artigo 4.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro.</p>	Tendo em conta que o atual Regime Jurídico da REN (DL n.º 166/2008) revoga o DL n.º 93/90 (alterado pelo DL n.º 213/92), o disposto no PDM encontra-se <b>desatualizado</b> . Segundo o RJREN, é permitido a instalação de obras hidráulicas de apoio à agricultura, sujeitos a comunicação prévia (exceto as margens dos leitos dos cursos de água, que carecem de autorização).	Condicionante
Zonas de Infiltração Máxima			
Áreas de Risco de Erosão			
Leitos dos Cursos de Água			
Cabeceiras das Linhas de Água			
PDM Mafra (Publicado pelo Aviso nº 6614/2015 a 15 de junho, alterado pela adaptação da DECL nº 74/2017 de 18 de setembro, com a 1ª retificação pela DECL RET nº 819/2017 de 24 de novembro, com uma 2ª alteração por adaptação pela DECL nº 20/2018 de 28 de maio, com uma 1ª correção material pela DECL nº 26/2018 de 12 de junho, com uma 3ª alteração pela DECL nº 54/2019 de 13 de agosto, uma 4ª alteração pela DECL nº 55/2021 de 25 junho, uma suspensão por iniciativa do município no Aviso nº 11453/2021 de 21 de junho e uma 5ª alteração pela DECL nº 61/2021 de 9 de julho)			
Domínio Hídrico	<p>Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2006, de 16 de janeiro, alterada pela Lei nº 78/2013, de 21 de novembro, pela Lei nº 34/2014, de 19 de junho e cuja última alteração é dada Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto).</p> <p>Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 10 m das margens de linhas de água não navegáveis.</p>	<p>O Projeto deverá evitar de forma conservadora a ocupação de domínio hídrico. Caso essa ocupação seja inevitável, terá de ser requerida autorização/licenciamento da Agência Portuguesa do Ambiente/ARH, para</p>	Fortemente Condicionante



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>d) Instalação de linhas de comunicações e de abastecimento de energia aéreas;</p> <p>e) Instalação de painéis publicitários.</p> <p><b>2 — A ocupação e utilização do solo nos espaços naturais decorrem dos instrumentos de gestão específicos a que estejam ou venham a estar eventualmente vinculados, das disposições legais e regulamentares dos regimes jurídicos em vigor e do disposto no capítulo VI do presente regulamento.</b></p> <p>3 — Nestes espaços não são admitidas novas construções que se destinem a estabelecimentos industriais ou comerciais.</p>		
<b>Espaços destinados a equipamentos e outras estruturas</b>	<p><b>Artigo 34.º</b></p> <p>Os espaços destinados a equipamentos e outras estruturas correspondem a áreas afetas ou a afetar a equipamentos, estruturas, infraestruturas ou ocupações que não conferem o estatuto de solo urbano, compatíveis com o estatuto de solo rural.</p> <p><b>Artigo 35º</b></p> <p>1 — Nestes espaços são admitidas as seguintes ocupações e utilizações:</p> <p>a) Equipamentos, estruturas e infraestruturas indispensáveis à defesa nacional, segurança pública e à proteção civil, de reconhecido interesse para o concelho;</p> <p><b>b) Equipamentos, estruturas e infraestruturas associados a atividades económicas e sociais e desde que salvaguardada a sustentabilidade ambiental e paisagística destes espaços e da envolvente.</b></p>	<p>O projeto poderá ocupar espaços destinados a equipamentos e estruturas dado que está associado a atividades económicas, contudo, esta ocupação é admitida desde que “salvaguardada a sustentabilidade ambiental e paisagística destes espaços e da envolvente”</p>	<b>Permitido</b>
<b>Aglomerados rurais</b>	<p><b>Artigo 37.º</b></p> <p>1 – Os aglomerados rurais correspondem a áreas edificadas compactas localizadas em contextos territoriais predominantemente afetos a funções agrícolas e florestais.</p> <p><b>Artigo 38.º</b></p> <p>O preenchimento destas áreas será feito através da colmatação do edificado, privilegiando a utilização para a localização de habitação e de usos complementares à atividade agrícola ou florestal.</p>	<p>O projeto não deverá ocupar aglomerados rurais porque, apesar de ser permitido usos complementares à atividade agrícola ou florestal, na lista de ocupações e utilizações admitidas não se encontram as atividades agrícolas.</p>	<b>Interdito</b>
<b>Espaços residenciais (áreas consolidadas, áreas a estruturar)</b>	<p><b>Artigo 44.º</b></p> <p>2 — São admitidos os usos de habitação, comércio, serviços, equipamentos de utilização coletiva e espaços verdes, atividades de turismo e outras atividades complementares.</p>	<p>O projeto não deverá ocupar espaços residenciais uma vez que tem a finalidade agrícola e esta não se enquadra no tipo de atividades admitidas na presente classe de espaço.</p>	<b>Interdito</b>
<b>Espaços de atividades económicas</b>	<p><b>Artigo 49.º</b></p> <p>1 — Os espaços de atividades económicas correspondem a áreas que se destinam preferencialmente ao acolhimento de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização de espaço.</p> <p><b>Artigo 51.º</b></p> <p>1 — As áreas a estruturar em espaços de atividades económicas são áreas destinadas exclusivamente à ocupação de atividades económicas, não sendo admitido o uso habitacional e devendo as operações urbanísticas ser precedidas de PU, PP ou de unidades de execução.</p>	<p>O projeto é compatível com os espaços de atividades económicas uma vez que se enquadra como uma atividade económica, desde que as operações urbanísticas nas áreas a estruturar em espaços de atividades económicas sejam “precedidas de PU, PP ou de unidades de execução”.</p>	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaços verdes</b>	<p><b>Artigo 52.º</b></p> <p>Os espaços verdes são áreas com funções de equilíbrio ecológico e de acolhimento de atividades ao ar livre, de recreio, lazer, desporto e cultura, <b>agrícolas</b> ou florestais, coincidindo com a EEM</p>	O projeto tem finalidade agrícola e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Áreas de proteção</b>	<p><b>Artigo 62.º</b></p> <p>1 — A EEM, identificada na planta de ordenamento — Carta de EEM, é constituída pelo conjunto das áreas que têm como função principal contribuir para o equilíbrio ecológico, proporcionando a proteção, a conservação e a valorização ambiental e paisagística do solo rural e urbano.</p> <p>2 — A EEM é constituída por:</p> <p>a) <b>Áreas de proteção;</b></p> <p>b) Áreas de valorização específica.</p> <p><b>Artigo 64.º</b></p> <p>1 — Nas áreas de proteção da EEM são admitidos usos e ações compatíveis com a legislação específica em vigor, desde que não ponham em causa a estabilidade dos sistemas biofísicos e a salvaguarda dos recursos naturais, dos habitats e espécies e da paisagem e correspondem a:</p> <p>a) Áreas da REN, com exceção das praias;</p> <p>b) Áreas do domínio hídrico;</p> <p>c) Áreas da RAN;</p> <p>d) Áreas da Rede Natura 2000;</p> <p>e) Áreas e corredores secundários, com uma largura de 20 m a partir da margem e conforme a Carta de EEM.</p>	O projeto está sujeito aos condicionamentos da legislação em vigor da EEM	<b>Condicionante</b>
<b>Áreas de valorização específica</b>	<p><b>Artigo 62.º</b></p> <p>1 — A EEM, identificada na planta de ordenamento — Carta de EEM, é constituída pelo conjunto das áreas que têm como função principal contribuir para o equilíbrio ecológico, proporcionando a proteção, a conservação e a valorização ambiental e paisagística do solo rural e urbano.</p> <p>2 — A EEM é constituída por:</p> <p>a) Áreas de proteção;</p> <p>b) <b>Áreas de valorização específica.</b></p> <p><b>Artigo 64.º</b></p> <p>2 — Nas áreas de valorização específica da EEM, e sem prejuízo das servidões existentes, são privilegiados usos e atividades que promovam o recreio, o lazer e desporto, a cultura e o turismo, e correspondem a:</p> <p>a) Áreas de REN relativas a praias;</p> <p>b) <b>Áreas do regime florestal, conforme a legislação específica em vigor;</b></p> <p>c) Área relativa à Tapada Militar, conforme a categoria de espaços florestais;</p> <p>d) Áreas da EEM em solo urbano, conforme a categoria de espaços verdes.</p>	O projeto não visa atividades que promovam recreio, lazer e desporto, a cultura ou turismo, pelo que o projeto não deverá ocupar áreas de valorização específica uma vez que não se enquadra no tipo de atividades privilegiadas na presente classe de espaço.	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Áreas e Corredores Secundários</b>	<b>Artigo 64.º</b>  3 — Nas áreas e corredores secundários admitem -se construções de apoio à <b>atividade agrícola</b> e florestal, caso não exista localização alternativa.	O Projeto tem finalidade agrícola, sendo, portanto, compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Zonas de Risco (Risco sísmico)</b>	<b>Artigo 71.º</b>  1 — Devem ser aplicadas medidas de resistência estrutural antissísmica às obras de construção de edifícios, obras de arte e <b>infraestruturas de subsolo</b> .  2 — Devem ser observadas as relações entre as novas construções e a envolvente e evitar os seguintes fatores suscetíveis de aumentar a vulnerabilidade sísmica do conjunto edificado: a) Uso de materiais com comportamentos sísmicos distintos; b) Diferenças volumétricas acentuadas.  3 — As obras de reabilitação de edifícios, obras de arte e <b>infraestruturas de subsolo têm de integrar soluções de reforço estrutural, que aumentem a sua resistência global</b> a forças horizontais, e devem manter as condições estruturais iniciais dos edifícios confinantes com o espaço intervencionado, de modo a garantirem a continuidade dessa capacidade de resistência, tendo em conta os valores patrimoniais em presença em cada intervenção.	Para o Projeto ser compatível com a classe de espaço referida, é necessário que sejam integradas soluções estruturais que aumentem a resistência global do local.	<b>Condicionante</b>
<b>Zonas de Risco (Risco De Ameaça De Cheia)</b>	<b>Artigo 72.º</b>  1 — Nas zonas de risco de ameaça de cheia são interditas as seguintes ações: a) Operações de loteamento; b) Obras de urbanização, construção e ampliação; c) Execução de infraestruturas rodoviárias e estacionamento; d) Muros; e) Alterações à topografia do terreno; f) Alterações de uso em edifícios existentes com pisos abaixo da cota da maior cheia conhecida no local, que se destinem a habitação, comércio, serviços e outros, que ponham em causa pessoas e bens.  2 — Excetuam -se do disposto no número anterior as ações que sejam indispensáveis à melhoria das condições de habitabilidade e promovam a redução do risco de ameaça de cheia, designadamente: <b>c) Infraestruturas de saneamento, abastecimento de água, telecomunicações, gás, infraestruturas viárias, estacionamento, obras hidráulicas, eletricidade, excluindo as subestações elétricas, desde que sejam estabelecidas medidas de minimização das disfunções ambientais.</b>	Este projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas, sendo compatível com esta classe de espaço.	<b>Permitido</b>
<b>Risco de instabilidade de vertentes e de erosão do litoral</b>	<b>Artigo 73.º</b>  1 — Nas zonas de risco de instabilidade de vertentes e de erosão do litoral são interditas as seguintes ações: a) Operações de loteamento; b) Obras de urbanização, construção e ampliação; c) Execução de infraestruturas rodoviárias e estacionamento; d) Muros; e) Alterações à topografia do terreno	Este projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas, sendo compatível com esta classe de espaço.	<b>Permitido</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	2 — Excetuam-se do disposto no número anterior as ações que sejam indispensáveis à melhoria das condições de habitabilidade e promovam a redução do risco de instabilidade de vertentes, designadamente: <b>d) Infraestruturas de saneamento, abastecimento de água, telecomunicações, eletricidade, gás e, ainda, infraestruturas viárias, incluindo o estacionamento e obras de contenção das vertentes.</b>		
<b>Risco de incêndio</b>	<b>Artigo 74.º</b>  3 - Nas restantes zonas de risco de incêndio, deve ser observado o seguinte: a) É <b>interdita a construção</b> ou reconstrução de edificações destinadas a habitação, comércio, <b>serviços e indústria</b> , sem prejuízo das obras indispensáveis à proteção civil;	Este projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas, enquadrando-se numa construção destinada a prestar um serviço/indústria, pelo que não é compatível com a classe de espaço.	<b>Interdito</b>
<b>Zonas De Património Histórico-Cultural e Paisagístico</b>	<b>Artigo 77.º</b>  1 — Nas zonas de património histórico-cultural e paisagístico, a aprovação de qualquer operação urbanística e de quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos, as cérceas, a distribuição dos volumes, as coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios pode ser sujeita a parecer técnico complementar sobre a preservação do património dos serviços competentes da câmara municipal, sem prejuízo de parecer prévio das entidades competentes.  2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, só podem ser admitidas obras de conservação e reconstrução com preservação das fachadas e eventual alteração e ampliação dos imóveis classificados, em vias de classificação e de outros imóveis de interesse patrimonial, desde que, nos projetos, sejam salvaguardadas as características determinantes da sua identidade e imagem exterior.	O Projeto só é compatível com o uso de solo nas zonas de património histórico-cultural e paisagístico desde que entregue, se pedido, um parecer técnico complementar sobre a preservação do património dos serviços competentes da CM, sem prejuízo do parecer prévio das entidades competentes.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Zonas de conflito acústico (zonas mistas, zonas de conflito acústico)</b>	<b>Artigo 81.º</b>  1 — As zonas de conflito acústico são áreas onde os níveis de ruído identificados no mapa de ruído, que acompanha o PDM, ultrapassam os valores admitidos para as zonas sensíveis ou zonas mistas. 3 — As zonas mistas correspondem a espaços de uso especial, não incluídos no número anterior, a espaços residenciais, ao solo urbanizável e a aglomerados rurais e não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador Lden, e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador Ln.  <b>Artigo 82.º</b>  1 — Para todas as zonas de conflito acústico, a câmara municipal deve proceder à elaboração e à aplicação de planos municipais de redução de ruído, prevendo medidas de redução do ruído conforme a legislação aplicável.	O projeto está sujeito aos condicionamentos de níveis de ruído estabelecidos na legislação	<b>Condicionante</b>
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”. Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.		
<b>Rede ferroviária</b>	<b>Artigo 85.º</b> No espaço canal correspondente à linha do Oeste é criada uma área de salvaguarda de 25 m, para cada lado da linha e para duplicação da mesma, na qual qualquer intervenção carece de parecer prévio da rede ferroviária nacional (REFER, E. P.).	O projeto terá de garantir a salvaguarda de 25 m, e aguardar pelo parecer prévio da REFER.	<b>Condicionante</b>
<b>Rede Rodoviária</b>	<b>Artigo 86.º</b>  2 — À rede estruturante, às EN, às ER e às EN desclassificadas, não transferidas para o património municipal, aplicam -se as disposições legais em vigor, nomeadamente as que sujeitam qualquer intervenção direta e indireta nestas vias a parecer e aprovação das entidades competentes.  3 — Sem prejuízo dos regimes legais em vigor, no que respeita a condicionamentos, servidões e restrições de utilidade, estas infraestruturas estão, ainda, sujeitas ao disposto no RMEU e no regulamento de estradas e caminhos municipais.  4 — Até à publicação da planta parcelar da variante à EN9/ ligação à VIAM, as faixas de proteção non aedificandi correspondem a 200 m, para um e outro lado do eixo da solução de traçado aprovada.  5 — A CRIMA fica sujeita a uma zona non aedificandi de 20 m para um e outro lado do eixo da estrada, salvo nos casos em que as preexistências justifiquem outros afastamentos.  6 — Às vias da rede municipal propostas e enquanto não estiver aprovado o respetivo projeto de execução, aplicam -se faixas de proteção non aedificandi mínimas de 50 m para um e outro lado do eixo da estrada.  7 — Caso a câmara municipal entenda por conveniente poderá, por deliberação, definir novas faixas de proteção para a rede municipal, fundamentadas na melhoria da imagem urbana.	O Projeto deverá respeitar as servidões para cada tipo específico de via rodoviária.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Estação de tratamento de águas residuais</b>	<b>Artigo 89.º</b> Às estações de tratamento de águas residuais, que se encontram delimitadas na planta de ordenamento — carta de espaços canais e outras infraestruturas, está associada uma zona de proteção numa faixa de 50 m, definida a partir dos seus limites exteriores, onde é interdita a edificação, com exceção de muros.	O Projeto terá de salvaguardar a zona de proteção na faixa dos 50 m	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Zonas De Proteção e Salvaguarda Na Orla Costeira</b>	<b>Artigo 68.º B</b>  3 — Na zona de proteção e salvaguarda na orla costeira são interditas as seguintes ocupações: <b>a) Estabelecimentos industriais classificados como tipo 1 e 2 e unidades agroindustriais</b>	O projeto não é compatível com os usos permitidos na classe de espaço referida, uma vez que estão interditas unidades agroindustriais, onde se inclui a tipologia deste.	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<p align="center"><b>PDM Nazaré</b></p> <p align="center">(Publicado pela RCM nº 7/97 a 16 de janeiro, alterado pela DECL nº 168/2002 de 1 de junho, alterado pelo Edital nº 975/2007 de 9 de novembro, com suspensão da iniciativa do governo pela RCM nº 64-A/2009 de 6 de Agosto, com retificação da suspensão pela DECL RECT nº 71-A/2009, de 2 de outubro, com identificação de artigos do PDM alvo de suspensão no Aviso nº 7164/2010 de 4 de abril, com uma 1ª correção do material no Aviso nº 7031/2016 de 2 de Junho, com alteração no Aviso nº 14513/2019 de 18 de setembro, com uma 4ª alteração no Aviso nº 11982/2020 de 17 de agosto e com uma 5ª alteração no Aviso nº 13958/2022 de 13 de julho)</p>			
<b>Espaços Florestais</b>	<p><b>Artigo 38º</b></p> <p>1 — Sem prejuízo da legislação em vigor sobre a REN e matas nacionais e do previsto nos artigos 10º e 11º do presente Regulamento, os espaços florestais ficam sujeitos aos seguintes condicionamentos:</p> <p><b>a) As práticas de destruição do revestimento vegetal e relevo natural carecem de licença municipal ou, havendo legislação específica, de projeto de arborização aprovado pelo Instituto Florestal e com parecer da Câmara Municipal, de acordo com o Decreto-Lei nº 139/89, de 28 de Abril;</b></p> <p>b) A ocupação, uso e transformação do solo das áreas dos baldios e das áreas florestais percorridas por incêndios rege-se pela legislação em vigor;</p> <p>e) As manchas de sobreiros e sobreiros dispersos estão condicionadas ao Decreto-Lei nº 172/88, de 16 de Maio.</p>	O Projeto só é compatível com a classe de espaço referida se tiver licença municipal, aprovação do ICNF e parecer da CM.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	<p>O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”.</p> <p>Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.</p>	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	<p>Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.</p> <p>Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto:</p> <p><b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Áreas de Agricultura Intensiva</b>	<p><b>Artigo 35º</b></p> <p>1 — Nas áreas de agricultura intensiva, correspondentes às abrangidas pelo perímetro de rega do paul de Cela e campos de Maiorga e Valado de Frades, apenas será permitido o uso agrícola, de acordo com a legislação em vigor.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Reservatório</b>	<p><b>Artigo 17.º</b></p> <p>Nos condicionamentos relativos à proteção de redes de distribuição de água deverão ser observadas, de acordo com a legislação em vigor, designadamente, as seguintes disposições: não é permitido efetuar quaisquer obras nas faixas de respeito, que se estendem até à distância de 10 m dos limites das parcelas de terreno destinadas à implantação de aquedutos, reservatórios ou estações de captação, tratamento ou elevatórias.</p>	O Projeto terá de respeitar a faixa de proteção indicada pela legislação para a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>PDM Óbidos</b> (Publicado pela RCM nº 187/96 de 18 de novembro, alterado pelo Aviso nº 19211-A/2007 de 8 de outubro, suspenso pela RCM nº 64-A/2009 de 6 de agosto, suspenso pela DECL RECT nº 71-A/2009 de 2 de outubro, alterado pelo Aviso nº 5168/2010 de 11 de março, suspenso pelo Aviso nº 7164/2010 de 9 de abril, alterado pelo Aviso nº 7804/2013d e 17 de junho, corrigido pela DECL 142/2015 de 25 de junho, alterado pelo Aviso nº 8383/2018 de 20 de junho e alterado pela DECL 82/2019 de 14 de outubro)			
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetadas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”. Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei nº 124/2019, de 28 de agosto.  Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei nº 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>ETAR</b>	<b>Artigo 15.º</b> 3 — Sem prejuízo da legislação aplicável a cada caso: b) As ETAR executadas, em execução ou previstas têm uma área de proteção com um raio de 100 m, na qual é proibida a execução de qualquer construção.	O Projeto terá de salvaguardar a servidão de 100 m a partir dos limites da ETAR.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Áreas Florestais</b>	<b>Artigo 57º</b>  O regime de uso e alteração do solo é o seguinte: 1 — É interdita qualquer construção ou alteração de uso do edificado, exceto para edifícios que se destinam: a) A habitação dos proprietários da exploração; b) A atividades complementares que valorizem a exploração florestal; c) A unidades de turismo de habitação ou de turismo rural.  2 — Em casos excecionais poderá a Câmara Municipal de Óbidos aceitar a implantação de equipamentos coletivos como sejam: a) Capelas; b) Cemitérios; c) Estações de tratamento de águas e esgotos ou resíduos sólidos; d) Infraestruturas ligadas às redes de deteção e combate a incêndios e de fontes de poluição; e) Infraestruturas desportivas não cobertas.	O Projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas e por isso é compatível com esta classe de espaço, desde que com autorização prévia das entidades competentes.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaços canais</b>	2 — O regime de uso e alteração do solo aplicável aos espaços-canais referidos no n.o 3.2 do artigo anterior é o seguinte: a) Até à execução dos eixos rodoviários propostos, os espaços-canais ficam sujeitos à regra de interdição de qualquer ação ou atividade que inviabilize a sua implementação e deverão ter a largura mínima de 100 m; b) A partir do momento em que os eixos rodoviários propostos estejam definidos e aprovados, será aplicável o regime disposto no artigo 20.o da secção IV do capítulo II do presente Regulamento	O Projeto terá de respeitar as servidões em vigor para cada espaço.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Condutas</b>	<b>Artigo 16.º</b> 3 — Nas denominadas «faixas de respeito», que se estendem até à distância de 10 m dos limites das parcelas de terreno destinadas à implantação de aquedutos, <b>condutas</b> , reservatórios, estações de tratamento, captação ou elevatórias, não é permitido efetuar sem licença quaisquer obras.	O Projeto terá de respeitar a faixa de servidão de 10 m a partir dos limites das faixas de respeito, ou obter licença através do parecer das entidades competentes.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Rede Rodoviária Municipal</b>	<b>Artigo 20.º</b> 1 — Os condicionamentos e servidões à rede rodoviária municipal são os que constam na Lei n.º 2110, de 19 de Agosto de 1961, alterada pelo Decreto-Lei nº 360/77, de 1 de Setembro, Decreto-Lei nº 38 382, de 7 de Agosto de 1951, Lei nº 97/88, de 17 de Agosto, e Decreto-Lei nº 445/91, de 20 de Novembro.  <b>Lei n.º 2110, de 19 de agosto</b> <b>SECÇÃO 3.ª :</b> <b>Artigo 79.º</b>  Para efeito de concessão de licenças nos termos do presente regulamento, as faixas de terreno ao longo das vias municipais denominam-se <<faixas de respeito>>.  A largura destas faixas serão as seguintes: a) Para a construção, reconstrução ou reparação de edifícios e vedações ou execução de trabalhos de qualquer natureza, a faixa estende-se até à distância de 8 m e 6 m, respetivamente para estradas e caminhos municipais, além da linha limite da zona da via municipal;  § 1.º São dispensados do cumprimento de qualquer formalidade perante a respetiva câmara municipal, quando feitos dentro das faixas referidas neste artigo, os serviços e granjeios ligados propriamente ao cultivo da terra.  § 2.º Este artigo não é aplicável às vias municipais nas travessias de matas ou terrenos a cargo da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas em todos os casos relacionados com a atividade específica destes serviços.  <b>Artigo 80.º</b>  É da competência das câmaras municipais a concessão ou denegação das licenças a que se refere o artigo anterior.  <b>Artigo 81.º</b> Quando se trate de construção ou reconstrução de edifícios, deverão juntar-se ao requerimento pelo menos dois exemplares do respetivo projeto, constituído pela memória descritiva e pelas peças desenhadas necessárias ao bom entendimento dos trabalhos pretendidos, incluindo-se uma planta topográfica elucidativa da localização e os perfis transversais da via municipal que foram indispensáveis. Tratando-se de construções simples, tais como instalação de canos de rega e vedações, ou de pequenas alterações ou beneficiações de edifícios, poderá dispensar-se a apresentação do projeto, bastando, em regra, um esboço cotado.	O Projeto terá de respeitar as faixas de servidão referidas; o Projeto também tem que obter as licenças de concessão, que serão concessionadas ou denegadas pelas Câmara Municipal.	<b>Fortemente Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Rede Rodoviária Nacional</b>	<p><b>Artigo 19.º</b> 1 — A definição das áreas de proteção à rede rodoviária nacional e o seu regime de uso e ocupação do solo é regulado pelo disposto em: Lei nº 2037, de 19 de Agosto de 1949; Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de Janeiro; Portaria nº 114/71, de 1 de Março; Decreto-Lei nº 219/72, de 27 de Junho; Decreto-Lei n.º 380/85, de 26 de Setembro; Lei nº 97/88, de 17 de Agosto; Decreto-Lei nº 445/91, de 20 de Novembro; Despacho SEOP 37-XII/92, de 22 de Dezembro; Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de Janeiro.</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 13/94, de 15 de Janeiro</b></p> <p><b>Artigo 3.º</b> 1 – As faixas de terreno de 200 metros situadas em cada lado do eixo da estrada, bem como o solo situado num círculo de 1300 m de diâmetro centrado em cada nó de ligação, são consideradas zonas de servidão non aedificandi de proteção à estrada a contruir ou reconstruir.</p> <p><b>Artigo 5.º</b> Após a publicação da planta parcelar para o caso dos novos IP, IC e OE, bem como para as estradas nacionais já existentes, ficam estabelecidas as seguintes zonas de servidão non aedificandi:</p> <p>a) Para os IP: 50 m para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 m da zona da estrada;</p> <p>b) Para os IC: 35 m para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 15 m da zona da estrada;</p> <p>c) Para as OE: 20 m para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 5 m da zona da estrada.</p> <p><b>Artigo 6.º</b> 1 – No caso dos ramos dos nós de ligação, ramais de acesso, cruzamentos e entroncamentos das estradas nacionais entre si ou com estradas não nacionais, a distância a considerar na determinação dos terrenos que integram as zonas de servidão non aedificandi será a distância correspondente à categoria da estrada nacional onde nasce o ramo ou o ramal.</p>	O Projeto terá que respeitar a servidão non aedificandi para as diferentes distinções efetuadas, no âmbito da Rede Rodoviária Nacional.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Linha do Oeste</b>	<p><b>Artigo 21.º</b> 2 — A rede ferroviária no concelho é constituída pela linha do Oeste. 3 — São definidas faixas de proteção non aedificandi para a rede de infraestruturas ferroviárias existente ou prevista. 3.1 — Sem prejuízo de faixas de dimensão superior legalmente definidas, aquelas faixas situam-se para um e outro lado da linha, cada uma com 10 m de largura medidas na horizontal, a partir de:</p> <p>a) Da aresta superior do talude de escavação ou da aresta inferior do talude do aterro;</p> <p>De uma linha traçada a 4m da aresta exterior do carril mais próximo, na ausência dos pontos de referência indicados na alínea anterior.</p>	O Projeto terá de respeitar as faixas de proteção non aedificandi referidas.	<b>Condicionante</b>
<b>Áreas de Proteção Parcial</b>	<p><b>Artigo 63.º</b> 4.1 — Nestas áreas são permitidas construções para apoio a explorações agrícolas, desde que, sem prejuízo do disposto nos números anteriores, sejam cumpridos os seguintes condicionalismos:</p> <p>b) Área total do terreno mínima para habitação—1 ha;</p> <p>c) Número de pisos máximo — 1;</p> <p>d) Cércea máxima—3 m;</p> <p>e) Afastamento de tardoz e laterais mínimo — 25 m;</p> <p>f) Densidade bruta máxima — 10 hab/ha;</p> <p>Índice de construção bruto máximo (ICb) — 0,034.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e portanto, é compatível com a classe de espaço referida, mas terá de respeitar as condições referidas.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Aproveitamento Hidroagrícola</b>	<p><b>Artigo 51.º</b></p> <p>1 — As áreas de aproveitamento hidroagrícola incluem as áreas de regadio da baixa de Óbidos e do bloco da Amoreira e estão sujeitas aos condicionamentos indicados no artigo 8.o deste Regulamento.</p> <p>2 — Nas áreas dos aproveitamentos hidroagrícolas o regime de uso e alteração do solo é definido pela legislação de fomento hidroagrícola e da RAN.</p> <p><b>Artigo 8.º</b></p> <p>1 — As áreas beneficiadas dos aproveitamentos hidroagrícolas fazem parte integrante da Reserva Agrícola Nacional (RAN), de acordo com a alínea a) do nº 1 do artigo 6.o do Decreto-Lei nº 196/89, de 14 de Junho, e Decreto-Lei nº 274/92, de 12 de Dezembro</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Faixa de Proteção Costeira</b>	<p><b>Artigo 24ºC</b></p> <p>Na Faixa de proteção costeira da Zona marítima de proteção são interditas:</p> <p>a) A edificação, exceto instalações balneares e marítimas previstas no Regulamento de Gestão das Praias Marítimas e do Domínio Hídrico da Autoridade Nacional da Água e respetivos Planos de Intervenção nas Praias;</p> <p>b) Ações que impermeabilizem ou poluam as areias;</p> <p>c) Atividades que causem destruição direta de ecossistemas relevantes;</p> <p>d) Destruição dos substratos rochosos submarinos e dos afloramentos;</p> <p><b>e) Outras ações que possam vir a introduzir alterações na dinâmica costeira, exceto quando se revele não existirem alternativas mais vantajosas para a proteção de pessoas e bens e desde que seja realizada uma avaliação do impacte ambiental que seguirá o previsto no Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental;</b></p>	O Projeto só é compatível com a classe de espaço referida se se provar que não existe outra alternativa viável e que seja realizada uma avaliação de impacte ambiental.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Zona de Proteção Complementar</b>	<p><b>Artigo 24ºD</b></p> <p>5 — Na Faixa de proteção complementar da Zona terrestre de proteção são interditas as operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ampliação, com exceção das seguintes situações:</p> <p>a) Resultantes da realocização de equipamentos, infraestruturas e construções determinadas pela necessidade de demolição por razões de segurança relacionadas com a dinâmica costeira e desde que se demonstre a inexistência de alternativas de localização no perímetro urbano, ou fora da área sujeita ao regime de proteção e salvaguarda, e se localizem em áreas contíguas a solo urbano e fora das Faixas de Salvaguarda;</p> <p>b) Instalações ligeiras (i.e assente sobre fundação não permanente, executada em materiais ligeiros, prefabricados ou modulados, que permitam a sua fácil desmontagem e remoção, compreendendo estrutura, paredes e cobertura) de apoio aos setores da agricultura e floresta, ambiente, energia, recursos geológicos, telecomunicações e empreendimentos turísticos (por exemplo, apoios a piscinas);</p> <p>c) Instalações e infraestruturas previstas no Regulamento de Gestão das Praias Marítimas e do Domínio Hídrico da Autoridade Nacional da Água e respetivos Planos de Intervenção nas Praias;</p> <p>d) Infraestruturas de abastecimento de água de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR reservatórios e plataformas de bombagem;</p> <p>e) Infraestruturas indispensáveis à operacionalização e viabilização de usos e atividades temporárias e permanentes no espaço marítimo nacional;</p> <p>f) Parques de campismo e caravanismo;</p> <p>g) Ampliação de edificações existentes a afetar a empreendimentos de turismo no espaço rural, turismo de habitação, hotéis e pousadas;</p> <p>h) Obras de construção associadas à reconversão de edifícios, desde que os novos usos sejam mais vantajosos para os sistemas biofísicos costeiros, não haja aumento de áreas edificadas ou impermeabilizadas e seja efetuada a demolição dos edifícios realocizados e realizada a renaturalização desses espaços</p> <p>i) Obras de construção que resultem da realocização de edifícios localizados em Faixa de Proteção Costeira, desde que se encontrem degradados, não haja aumento de áreas edificadas, haja reconversão para tipologia Hotel (4 e 5 estrelas) ou Pousada e seja efetuada a demolição dos</p>	O Projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas e por isso não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	edifícios relocizados e realizada a renaturalização desses espaços; j) Beneficiações de vias e de caminhos municipais, sem novas impermeabilizações; k) Alargamento de faixas de rodagem e pequenas correções de traçado; l) Construção de estruturas para a circulação pedonal ou de bicicletas, e outras estruturas de apoio à fruição pública desde que não alterem o perfil natural, destinadas à educação e interpretação ambiental e descoberta da natureza;		
Margem	Orla Costeira Alcobaça - Cabo Espichel 4 — Na Margem são interditas as seguintes atividades: <b>g) Realização de aterros ou escavações, resultantes da prática agrícola ou florestal, nos casos em que estas atividades não estejam previstas em Plano de Gestão Florestal que tenha sido objeto de parecer favorável da Autoridade Nacional da Água;</b>	Este projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas e por isso não é compatível com a classe de espaço referida.	Interdito
Faixa de Proteção Lagunar Complementar	<b>Artigo 24.º-I</b> <b>Zona terrestre de proteção da Lagoa de Óbidos</b>  6 — Na Faixa de Proteção Lagunar são permitidas as seguintes ações e atividades, mediante autorização das entidades legalmente competentes: a) Instalações e infraestruturas de apoio à utilização das lagoas nas Áreas de Recreio e Lazer previstas no Regulamento de Gestão das Lagoas de Óbidos e Albufeira da Autoridade Nacional da Água e respetivos Planos de Intervenção em Zona Balnear; b) Admite-se a instalação de projetos de produção de culturas biogenéticas, nomeadamente aquaculturas, extensivas com recurso a tanques em terra, desde que devidamente fundamentadas e ponderadas as mais-valias socioeconómicas e salvaguardados ou reabilitados valores ambientais e sistemas ecológicos em presença; c) A mobilização e deposição temporária de dragados, resultantes de ações de desassoreamento que visem melhorar as condições hidrodinâmicas e a qualidade da água, excluindo as áreas de sapal e sujeitas a posterior plano de recuperação de solos; e) Obras de desobstrução e regularização de linhas de água que tenham por objetivo a manutenção, melhoria ou reposição do sistema de escoamento natural; g) Ações de silvicultura desde que assente em normas de aplicação direta ou em normas de aplicação generalizada, previstas nos respetivos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e privilegiando as espécies definidas naqueles planos; <b>h) A realização de infraestruturas de projetos de irrigação ou de adução de águas residuais e desde que não haja alternativa;</b>	Este projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas e por isso é compatível com a classe de espaço referida, contudo apenas se for justificado que não existe qualquer outro espaço como alternativa.	Condicionante
Espaços agrícolas – outras áreas RAN	.2 — Nas áreas da RAN o regime de uso e alteração do solo é definido pelo disposto nos Decretos-Leis nº 196/89, de 14 de Junho, e 274/92, de 12 de Dezembro.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	Permitido
Outras Áreas Agrícolas	<b>Artigo 53º</b> 2 — Nas outras áreas agrícolas é interdita qualquer alteração ao uso do solo que diminua as suas potencialidades agrícolas ou silvícolas.	O Projeto tem finalidade agrícola, sendo, portanto, compatível com a classe de espaço referida.	Permitido
Espaços Urbanos	<b>Artigo 25º</b> Os espaços urbanos estão cartografados de acordo com o Decreto-Lei nº 211/92, de 8 de Outubro, na carta de ordenamento e são caracterizados pelo elevado nível de infraestruturação e concentração de edifícios, onde o solo se destina predominantemente à construção.	Este projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas e por isso não é compatível com espaços urbanos.	Interdito
Zonas especiais de Proteção - Castelo e Todo o conjunto Urbano da Vila de Óbidos/Património Arqueológico	<b>Artigo 11º</b> 4 — As zonas de proteção ou zonas especiais de proteção aos imóveis classificados como monumento nacional ou imóvel de interesse público, bem como as dos imóveis em vias de classificação, são servidões administrativas nas quais não são permitidas alienações ou a execução de quaisquer obras de demolição, instalação, construção, reconstrução, criação ou transformação de zonas verdes, bem como qualquer movimento de terras ou dragagens, nem alteração ou diferente utilização contrária à traça originária, sem prévia autorização do IPPAR, de acordo com a legislação em vigor.	O Projeto só é compatível com a classe de espaço referida se tiver autorização prévia do IPPAR, de acordo com a legislação em vigor.	Interdito

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Áreas de Verde Urbano</b>	<b>Artigo 41º</b>  1 — As áreas de verde urbano são áreas verdes incluídas nos perímetros urbanos e como tal identificadas na carta de ordenamento, são áreas da Reserva Ecológica Nacional ou outras para a salvaguarda do enquadramento paisagístico das áreas de construção. 2 — Compete à Câmara promover a integração dessas áreas no domínio público municipal. 3 — A organização espacial destas áreas, bem como a eventual edificação de instalações e equipamentos ou infraestruturas indispensáveis à sua fruição, deverá ser objeto de plano de pormenor a promover pela Câmara Municipal. 4 — As edificações a que se refere o número anterior são exclusivamente as destinadas a equipamentos públicos de lazer e recreio ou de desporto ao ar livre.	Este projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas e por isso não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Domínio Hídrico</b>	<b>Artigo 5º</b>  1 — As áreas do domínio público hídrico (DPH) no concelho são definidas pelo Decreto-Lei nº 468/71, de 5 de Novembro, sendo constituídas no concelho, designadamente, por: a) Margens das águas navegáveis ou flutuáveis com a largura de 30 m; b) Margens das águas não navegáveis nem flutuáveis, nomeadamente torrentes, barrancos e córregos de caudal descontínuo, com a largura de 10 m.	O Projeto terá de respeitar as servidões indicadas para o domínio público hídrico.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Património Arqueológico</b>	<b>Artigo 11º</b>  4 — As zonas de proteção ou zonas especiais de proteção aos imóveis classificados como monumento nacional ou imóvel de interesse público, bem como as dos imóveis em vias de classificação, são servidões administrativas nas quais não são permitidas alienações ou a execução de quaisquer obras de demolição, instalação, construção, reconstrução, criação ou transformação de zonas verdes, bem como qualquer movimento de terras ou dragagens, nem alteração ou diferente utilização contrária à traça originária, sem prévia autorização do IPPAR, de acordo com a legislação em vigor.	O Projeto só é compatível com a classe de espaço referida com autorização previa da tutela.	<b>Condicionante</b>
<b>PDM Ourém</b> <b>(Publicada pelo Aviso nº 10844/2020 de 23 de julho)</b>			
<b>Espaços Agrícolas de Produção</b>	<b>Artigo 48.º</b>  1 — Constituem usos compatíveis dos usos agrícola ou pecuário dominantes, podendo em alguns casos ter o carácter de uso complementar (...)	O Projeto tem finalidade agrícola, sendo, portanto, compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Florestais de Produção</b>	<b>Artigo 53º</b>  2 — Constituem usos complementares e compatíveis: a) Atividades agrícolas extensivas e pecuárias; b) O processamento e transformação de produtos florestais, agrícolas ou pecuários.	O Projeto tem finalidade agrícola, sendo, portanto, compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Mistos</b>	<b>Artigo 57º</b>  1 — Os espaços mistos correspondem a áreas florestais com uso agrícola alternado e funcionalmente complementares, nos quais se privilegia a agricultura e a silvicultura.	O Projeto tem finalidade agrícola, sendo, portanto, compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Florestais de Conservação</b>	<b>Artigo 55º</b>  2 — Constituem usos complementares e compatíveis: a) Agricultura e pecuária extensivas.	O Projeto tem finalidade agrícola, sendo, portanto, compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaços de Ocupação Turística</b>	<p><b>Artigo 75º</b></p> <p>1 — Os espaços de ocupação turística correspondem a áreas cuja utilização dominante é a atividade turística ou que possuem condições e aptidões para a atividade turística e/ou de lazer de dimensão territorial significativa, quer pelas suas características intrínsecas, quer pelo potencial da sua localização.</p> <p>2 — O espaço de ocupação turística compreende o Parque do Agroal, que integra a piscina natural e o Parque da Natureza do Agroal e deve incluir um empreendimento turístico da tipologia de parque de campismo e caravanismo, sem prejuízo das demais tipologias admitidas nos Espaços Naturais e Paisagísticos.</p>	Uma vez que a classe de espaço referida é apenas para utilização turística, não é compatível com o Projeto.	<b>Interdito</b>
<b>Áreas de Instabilidade de Vertentes</b>	<p><b>Artigo 29º</b></p> <p>1 — As áreas de instabilidade de vertentes estão delimitadas na Planta de Ordenamento — Salvaguardas, correspondendo a áreas que devido às suas características de solo e subsolo, declive, dimensão e forma da vertente ou escarpa e condições hidrogeológicas, estão sujeitas à ocorrência de movimentos de massa em vertentes, incluindo os deslizamentos, os desabamentos e a queda de blocos.</p> <p>2 — <b>Qualquer ação prevista para estas áreas deve ser acompanhada por estudo geológico geotécnico com relatório</b> interpretativo a uma escala não inferior a 1:2000, a cargo dos interessados, que comprove a estabilidade da obra a realizar e da vertente, de modo a aferir a sustentabilidade técnica e financeira da obra e que não afete os edifícios localizados na envolvente próxima, cuja estabilidade deve ser garantida.</p> <p>3 — As alterações do coberto vegetal, da topografia do terreno com recurso a escavação ou aterro ou da drenagem de águas pluviais só serão autorizadas desde que seja devidamente demonstrado não provocarem movimentos de massa em vertentes.</p> <p>4 — A construção de novas estruturas deve ser precedida da respetiva estabilização dos taludes.</p>	O Projeto só é compatível com a classe de espaço referida se for realizado um estudo geológico geotécnico, sendo comprovado que não serão provocados movimentos de massa em vertentes.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Estrutura Ecológica Municipal</b>	<p><b>Artigo 110º</b></p> <p>1 — O regime de ocupação das áreas em Estrutura Ecológica Municipal observa o previsto para a respetiva categoria ou subcategoria de espaço, articulado com o regime estabelecido no presente artigo, sem prejuízo dos regimes legais específicos aplicáveis às servidões e restrições de utilidade pública.</p> <p>2 — Em qualquer área da Estrutura Ecológica Fundamental são interditas as seguintes ações:</p> <p>a) Alterações da topografia e do coberto vegetal e operações de infraestruturação e de edificação, <b>exceto as que se enquadrem em ações admissíveis nos regimes específicos da RAN ou da REN ou ainda que se justifiquem no sentido de manter ou reabilitar a qualidade ambiental, valorizar e explorar os recursos em presença, desde que sejam admissíveis nos termos do presente regulamento para as respetivas categorias de espaço sobre que incidem;</b></p>	O Projeto tem finalidade agrícola, portanto enquadra-se na RAN e é compatível com a Estrutura Ecológica Municipal.	<b>Permitido</b>
<b>Zonas Ameaçadas pelas Cheias</b>	<p><b>Artigo 28º</b></p> <p>1 — Nestas áreas, delimitadas como tal na Planta de Ordenamento — Salvaguardas, é interdito:</p> <p>a) A realização de obras de construção nova ou a execução de obras suscetíveis de constituir obstrução à livre passagem das águas;</p> <p>b) O aumento de impermeabilização do solo, com exceção do que resulte da admissibilidade prevista no presente artigo;</p> <p><b>e) A destruição do revestimento vegetal ou a alteração do relevo natural, com exceção da prática de culturas tradicionalmente integradas em explorações agrícolas e das situações em que tais ações visem assegurar o controlo das cheias e a infiltração das águas;</b></p> <p>f) A realização de intervenções suscetíveis de aumentar o risco de inundação.</p>	O Projeto é compatível com a classe de espaço referida, contudo não poderá aumentar o risco de inundação desse espaço.	<b>Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Salvaguarda de Proteção ao Aeródromo</b>	<b>Artigo 114.º</b> Até à definição e publicação da servidão aeronáutica do aeródromo de Fátima, o Plano institui uma zona de proteção de 200 metros para além dos limites da pista, na qual é interdita a edificabilidade, exceto a inerente ao aeródromo e em acordo com o estabelecido neste Plano.	O Projeto terá de respeitar a servidão indicada para a classe de espaço referida.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Rede de pontos de água</b>	<b>Artigo 115º</b> 3 — No território do município de Ourém são localizados pontos de água do tipo aéreo e misto integrantes da rede de defesa da floresta contra incêndios, devendo a sua construção ser regulada pelas normas técnicas instituídas por diploma específico e instituindo-se as seguintes zonas de proteção: a) Zona de proteção imediata, constituída por uma faixa sem obstáculos num raio mínimo de 30 m contabilizado a partir do limite externo do ponto de água; b) Zona de proteção alargada, abrangendo os cones de voo de aproximação e de saída e uma escapatória de emergência, concebida em função da topografia e regime de ventos locais, com as dimensões e gabaritos constantes da portaria que estabelece as normas técnicas e funcionais relativas à classificação, cadastro e construção dos pontos de água das redes regionais de defesa da floresta contra incêndios.	O Projeto terá de respeitar as servidões referentes aos pontos de água existentes.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Domínio Hídrico</b>	Lei n.º 54/2005, de 11 de novembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2006, de 16 de janeiro, alterada pela Lei nº 78/2013, de 21 de novembro, pela Lei nº 34/2014, de 19 de junho e cuja última alteração é dada Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto). Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 10 m das margens de linhas de água não navegáveis.	O Projeto deverá evitar de forma conservadora a ocupação de domínio hídrico. Caso essa ocupação seja inevitável, terá de ser requerida autorização/licenciamento da Agência Portuguesa do Ambiente/ARH, para ocupar parte do domínio, bem como o Projeto deverá garantir, na sua conceção medidas de minimização que garantam o escoamento natural do curso de água a afetar, por exemplo através de passagens hidráulicas.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Linhas elétricas</b>	O Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão (RSLEAT), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro, estabelece as faixas de proteção, quer para a rede de transporte, quer para a rede de distribuição. De acordo com o artigo 28.º, deverá ser respeitada a zona de proteção da linha elétrica existente (largura máxima da faixa): – Linhas BT e MT – 15 m (linhas de tensão 1,5 kV até 40 kV), e 25 m (linhas de tensão de 40 kV até 60 kV); – Linha de AT e MAT (Rede Elétrica Nacional, REN) – 45 m (linhas de tensão superiores a 60 kV). O mesmo regulamento estabelece ainda uma distância geral dos condutores a obstáculos diversos de 3,65 m.	Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 45 m em relação às linhas elétricas de alta tensão.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Marcos Geodésicos</b>	Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de abril. Os marcos geodésicos têm zonas de proteção determinadas, caso a caso, em função da visibilidade que deve ser assegurada ao sinal construído e entre os diversos sinais. A extensão da zona de proteção terá no mínimo um raio de 15 m. Os projetos de obras nas proximidades dos marcos geodésicos não podem ser licenciados sem autorização prévia do Instituto Geográfico Português (IGP).	O Projeto terá de respeitar a área de proteção associada aos marcos geodésicos.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Rede Rodoviária</b>	<b>Art.5º do DL nº13/94</b> Servidão de 50 metros para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 metros da estrada, para os IP. Para os IC, servidão de 35 metros para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 15 metros da zona da estrada. Para os OE, servidão de 20 metros para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 5 metros da zona da estrada.	Deverá ser respeitada e não ocupada a servidão existente para cada tipo de via.	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaços Habitacionais (tipo II e III)</b>	<b>Artigo 89.º</b> 1 — Os espaços habitacionais correspondem a áreas de edificação que, em função das tipologias e morfologias dominantes, se destinam preferencialmente a funções residenciais, sendo o uso dominante o habitacional e admitindo -se outros usos desde que compatíveis com a função habitacional.	Não existe nenhuma restrição a obras/atividades do tipo do projeto	<b>Permitido</b>
<b>SUOPG 8</b>	<b>Artigo 133.º</b> Na ausência dos planos municipais de ordenamento do território ou enquanto não forem aprovadas a operações de reabilitação urbana a que se refere o artigo anterior, a execução processa -se em acordo com o estabelecido pelo presente Plano para cada uma das categorias de espaço em causa, desde que não comprometa os objetivos e a estratégia estabelecidos para a área.	O projeto deve respeitar as disposições das categorias de espaço abrangidas dentro da SUOPG	<b>Condicionante</b>
<b>Espaços Naturais e Paisagísticos</b>	<b>Artigo 63.º</b> 1 — Salvo o disposto na legislação aplicável e no presente Regulamento, nomeadamente no que respeita às áreas sujeitas a regime de proteção no Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, é definido um conjunto de práticas de acordo com os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade em presença e de correta gestão dos recursos naturais para os seguintes usos e atividades: a) Agricultura e pecuária; 8 — São ainda admitidas obras de construção e de ampliação de edificações de apoio às atividades agrícolas, florestais e pecuárias desde que observem os seguintes requisitos: (...)	O projeto é compatível com o tipo de espaço	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Urbanos de Baixa Densidade</b>	<b>Artigo 98.º</b> 2 — Nos espaços urbanos de baixa densidade o uso dominante é o habitacional, <u>admitindo -se os seguintes usos complementares:</u> e) <u>Atividade agrícola</u> e edificações de apoio.	O projeto é compatível com o tipo de espaço	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Agrícolas de Produção Agropecuária</b>	<b>Artigo 51.º</b> 1 — Permite -se nestes espaços a construção de edifícios e outras estruturas de apoio ao desenvolvimento da atividade pecuária, que visem o melhor desempenho ambiental da exploração, a sua dotação de condições de qualidade e conforto animal, em respeito pelas normas legais e regulamentares.	O PDM não apresenta restrições nem permissões para obras do tipo do projeto	<b>Condicionante</b>
<b>Aglomerados Rurais (tipo II)</b>	<b>Artigo 35.º</b> 3 — A edificabilidade em solo rústico tem caráter excecional e rege -se pelo disposto nas diferentes categorias de espaço desta classe de solo, sendo limitada, quando destinada a habitação, aos prédios com área igual ou superior a 4ha, exceto quando inserida nas categorias de espaço de aglomerado rural.	O PDM é omissa no que respeita a restrições para esta tipologia de projeto	<b>Condicionante</b>
<b>Sub-região homogénea do PROF (Alto Nabão e Serra de Aire e Candeeiros)</b>	<b>Portaria n.º 52/2019</b> <b>Artigo 9.º</b> 2 — As intervenções florestais nos corredores ecológicos devem respeitar as normas de silvicultura e gestão para estes espaços, as quais se encontram identificadas no Capítulo E do Documento Estratégico do PROF e referenciadas no Anexo I do presente Regulamento	O Município de Ourém é abrangido por um CE. As normas a respeitar são as mencionadas no Capítulo E do PROF. Situação a avaliar nas fases seguintes do projeto	<b>Condicionante</b>
<b>Rede Viária Florestal</b>	<b>PMDFCI de Ourém - Caderno II</b> "a RVF é composta por um conjunto de vias de comunicação que atravessam ou dão acesso aos espaços florestais e que cumprem funções que permitem o acesso, exploração e defesa desses espaços em especial no que respeita a atividades de DFCL, incluindo designadamente: a) Vias classificadas pelo plano rodoviário nacional, definido no Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, e legislação complementar; b) Vias classificadas no plano das estradas e caminhos municipais, definido na Lei n.º 2110, de 19 de agosto de 1961, e legislação complementar; c) Outras vias do domínio público; d) Vias do domínio privado, incluindo as vias do domínio florestal do Estado e as dos terrenos comunitários."	O PMDFCI de Ourém especifica quais as vias incluídas na rede viária florestal. O projeto deve respeitar as faixas de proteção, dependendo da via abrangida.	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Zona Mista (Ruído)</b>	<b>Artigo 92.º</b> 3 — A localização e instalação dos usos a que se referem as alíneas b) e c) do n.º 2 e o n.º 3 do artigo anterior obedecem aos seguintes requisitos: a) Os valores limites de exposição ao ruído são os correspondentes às zonas mistas, definidos de acordo com o Regulamento Geral do Ruído; <b>DL n.º 9/2007 - Artigo 11.º</b> 1 - Em função da classificação de uma zona como mista ou sensível, devem ser respeitados os seguintes valores limite de exposição: a) As zonas mistas não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador L(índice den), e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador L(índice n);	O projeto deve respeitar os valores limite de exposição	<b>Condicionante</b>
<b>Património Arqueológico</b>	<b>Artigo 113.º</b> 4 — Nos sítios Arqueológicos, identificados na Planta de Ordenamento — Salvaguardas, não são permitidas quaisquer ações que prejudiquem o desenvolvimento das pesquisas em curso ou a levar a efeito ou que contribuam para a delapidação dos vestígios existentes. 5 — No caso de, no interior das áreas de proteção, existir a necessidade de quaisquer trabalhos ou obras que impliquem revolvimento ou movimento de terras, estes ficam condicionados à realização de trabalhos de caracterização arqueológica prévia e/ou acompanhamento arqueológico, devidamente autorizados nos termos da legislação específica em vigor, devendo ser definidas medidas de salvaguarda adequadas a cada caso.	O projeto deve respeitar o património existente e respetiva área de proteção	<b>Condicionante</b>
<b>Cursos de água e respetivos leitos e margens</b>	<b>DL n.º 166/2008 - Anexo II (usos compatíveis)</b> II - INFRAESTRUTURAS a) Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canias, incluindo levadas	Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a comunicação prévia	<b>Condicionante</b>
<b>Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo</b>		Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a comunicação prévia	
<b>Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos</b>		Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a autorização (apenas na margem)	
<b>Adução da EPAL</b>	<b>Artigo 26.º</b> 1 — É interdita a construção ao longo de uma faixa de 5,0 m, medida para cada lado do eixo das condutas de adução/adução -distribuição de água e dos emissários de esgotos, salvo quando estas se encontrem já instaladas em áreas urbanas consolidadas, onde poderão ser mantidos os alinhamentos das construções existentes. <b>DL n.º 230/91 - Artigo 14.º</b> 2 - Não é permitido, sem licença, efetuar quaisquer obras nas faixas de terreno, denominadas "faixas de respeito", que se estendem até à distância de 10 m dos limites das parcelas de terreno de propriedade da EPAL, S. A., destinadas à implantação de aquedutos, condutas, reservatórios ou estações de captação, tratamento ou elevatórias. 3 - Os pedidos de licença serão dirigidos ao Instituto Nacional da Água e apresentados na administração de recursos hídricos, territorialmente competente, a qual ouvirá a EPAL, S. A., e os submeterá a decisão daquele instituto.	O projeto não pode, sem licença da CCDR LVT, efetuar construções numa faixa de 10 m. Nota: apesar de o PDM mencionar uma faixa de proteção de 5 m, é dada salvaguarda à servidão maior, referida na legislação em vigor	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>PDM Palmela</b> (Publicado através da RCM n.º 115/97 de 9 de julho, alterado pela DECL n.º 185/2002 de 17 de junho, alterado pela DECL n.º 162/2005 de 27 de junho, alterado pelo Aviso n.º 2573/2012 de 16 de fevereiro, alterado pelo Aviso n.º 5019/2013 de 12 de abril, alterado pelo Aviso n.º 1768/2015 de 16 de fevereiro, alterado pelo Aviso n.º 8826/2015 de 11 de agosto, corrigido pelo Aviso n.º 12250/2017 de 12 de outubro, alterado pelo Aviso n.º 13115/2017 de 31 de outubro, alterado pelo Aviso n.º 9543/2018 de 16 de julho, retificado pela DECL RET 566/2018 de 10 de agosto, alterado pelo Aviso n.º 21378/2021 de 12 de novembro, pelo Aviso n.º 22323/2021 de 26 de novembro, suspenso pelo Aviso n.º 1038/2022 de 17 de janeiro e alterado pelo Aviso n.º 4796/2022 de 7 de março)			
<b>Património Edificado Classificado</b>	<b>Artigo 10º</b> 1 — Os imóveis classificados, ou em vias de classificação, encontram-se identificados na planta de condicionantes, à escala de 1:25 000, e possuem, nos termos do disposto na legislação em vigor, uma zona de proteção que, no mínimo, abrange uma área envolvente ao monumento cujo perímetro é definido ou pela linha de 50 m contados a partir dos seus extremos ou por zona especial de proteção, consoante o caso.	O Projeto é compatível com áreas com Património Edificado Classificado desde que respeitadas as faixas de segurança.	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	2 — Os imóveis em vias de classificação não poderão ser demolidos, no todo ou em parte, nem ser objeto de alteração ou quaisquer obras sem parecer das entidades competentes em razão de matéria, nos termos do disposto na legislação em vigor. Nas zonas de proteção referidas no número anterior não é permitido executar alterações ou quaisquer obras de demolição, nem construção de obras novas ou transformação de zonas verdes, bem como qualquer movimento de terras ou dragagens, sem prévia autorização das entidades competentes em razão de matéria, nos termos da legislação em vigor.		
<b>Espaços Urbanos</b>	<b>Artigo 11º</b>  1 — Os espaços urbanos encontram-se identificados nas cartas referidas nos nºs 4 e 5 do artigo 6º — planta de ordenamento e delimitação de perímetros urbanos — e são constituídos pelas áreas caracterizadas pelo elevado nível de infraestruturação e concentração de edificações, onde o solo se destina predominantemente à construção. As ações de transformação do solo nas áreas referidas no número anterior relacionam-se essencialmente com o preenchimento, reestruturação e renovação urbanas e com a localização de atividades residenciais, comerciais e de serviços, incluindo o turismo, sem prejuízo de outras — como as de carácter industrial — que sejam compatíveis.	Este projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas e por isso não é compatível com espaços urbanos.	<b>Interdito</b>
<b>Espaços Urbanizáveis</b>	<b>Artigo 12º</b>  1 — Os espaços urbanizáveis identificados nas cartas referidas nos nº 4 e 5 do artigo 6º — planta de ordenamento e delimitação de perímetros urbanos — são aqueles em que se admite a edificação de novas áreas urbanas e destinam-se à expansão dos espaços urbanos consolidados ou em processo de formação.	Este projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas e por isso não é compatível com esta classe de espaço.	<b>Interdito</b>
<b>Espaço de Ocupação Turística</b>	<b>Artigo 13º</b>  1 — Definem-se como espaços de ocupação turística os espaços urbanizáveis, identificados na carta referida no nº 4 do artigo 6º.— planta de ordenamento —, que pela sua localização e enquadramento paisagístico se destinam à implantação de empreendimentos turísticos, sem prejuízo de outros usos, não dominantes, que não deverão ultrapassar 30% dos indicadores de ocupação definidos nas alíneas a), b) e c) do número seguinte e a altura definida na alínea d) do mesmo número.	Este projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas e por isso não é compatível com esta classe de espaço.	<b>Interdito</b>
<b>Espaços Industriais</b>	<b>Artigo 15º</b>  1 — Os espaços industriais (existentes ou previstos), identificados na carta referida no nº 4 do artigo 6º — planta de ordenamento —, são áreas destinadas a implantação de atividades económicas associadas à indústria transformadora e ao comércio e serviços de apoio, que possuem, ou para as quais se preveem, sistemas próprios de infraestruturas.	Este projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas e por isso não é compatível com esta classe de espaço.	<b>Interdito</b>
<b>Espaço Agrícola</b>	<b>Artigo 16º</b>  1 — Os espaços agrícolas de categoria I identificados na carta referida no nº 4 do artigo 6º — planta de ordenamento — são constituídos pelas áreas que, pelas suas potencialidades, podem ser exploradas agricolamente, e incluem solos da Reserva Agrícola Nacional.	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com esta classe de espaço.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Florestais</b>	<b>Artigo 18º</b>  1 — Os espaços florestais, identificados na carta referida no nº 4 do artigo 6º — planta de ordenamento —, são constituídos pelas manchas florestais de maior relevância no município — valor patrimonial ou contributo económico —, compreendendo as seguintes espécies: sobreiro, pinheiro-bravo, pinheiro-manso e eucalipto.  2 — Nas áreas de que trata o presente artigo, sem prejuízo do disposto na legislação sobre a Reserva Ecológica Nacional, são proibidas todas as ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades. Nomeadamente, é interdito o derrube de árvores, para além do estritamente necessário à exploração florestal ou à construção dos edifícios e equipamentos complementares a ela associados (incluindo residência do proprietário), e à atividade turística nas condições previstas no artigo 8º do presente Regulamento.	O Projeto é compatível com os espaços florestais se respeitar RJREN.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaços Agroflorestais — Categoria II</b>	<p><b>Artigo 20º</b></p> <p>1 — Os espaços agroflorestais da categoria II, identificados na carta referida no nº 4 do artigo 6.o — planta de ordenamento —, são áreas cujo uso dominante atual se relaciona com atividades agrícolas e florestais e onde não existem, de momento, condições ou razões positivas para a sua programação para usos urbanos.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com esta classe de espaço.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Naturais</b>	<p><b>Artigo 22º</b></p> <p>1 — Os espaços naturais, identificados, na carta referida no nº 4 do artigo 6º — planta de ordenamento —, destinam-se à proteção dos recursos naturais do território do município de Palmela e são constituídos pelas áreas incluídas na Reserva Ecológica Nacional, exceto as áreas desta mesma Reserva incluídas na classe de espaço prevista no artigo 17º;</p> <p>2 — Sem prejuízo do disposto no diploma que institui a Reserva Ecológica Nacional, nos espaços naturais são proibidas todas as ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades, nomeadamente obras hidráulicas, vias de comunicação e acessos, construção de edifícios, aterros e escavações, destruição do coberto vegetal e vida animal.</p>	O Projeto só é compatível com esta classe de espaço se não destruir qualquer potencialidade associada aos espaços naturais e respeitar a legislação existente.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Espaços Canais</b>	<p><b>Artigo 24.º</b></p> <p>1 — Sem prejuízo do estipulado na legislação em vigor, os espaços-canais são constituídos pelos corredores ativados por infraestruturas e compreendem:</p> <p>a) Os corredores de infraestruturas rodoviárias;</p> <p>b) Os corredores de infraestruturas ferroviárias;</p> <p>c) Os corredores de infraestruturas relativas ao gasoduto e respetiva rede primária de distribuição de gás;</p> <p>d) O corredor relativo ao oleoduto.</p> <p>2 — Para a rede de infraestruturas rodoviárias existente e prevista para o município, representada na carta referida no nº 4 do artigo 6º — planta de ordenamento —, são estabelecidos os condicionamentos constantes da legislação em vigor.</p> <p>3 — Para a rede de infraestruturas rodoviária municipal existente e prevista, representada na carta referida no número anterior, são estabelecidos os seguintes condicionamentos:</p> <p>a) Estradas municipais — faixa non aedificandi, medida a partir da plataforma, com 10 m de largura para usos habitacionais e com 20 m para outros fins;</p> <p>b) Caminhos municipais — faixa non aedificandi, medida a partir da plataforma, com 5m de largura;</p> <p>c) As faixas non aedificandi definidas nas alíneas anteriores são aumentadas para 200 m quando se tratar de feiras ou mercados de levante, depósitos de sucata ou de lixo.</p> <p>4 — As faixas non aedificandi consideradas para as vias propostas e que se apresentam na planta de ordenamento associam-se a uma etapa preliminar à de estudo prévio, ao nível de definição das diretrizes, variando entre um máximo de 400m e um mínimo de 100 m.</p> <p>Logo que exista aprovação pelas entidades competentes dos projetos para estas vias, deverão ser aplicadas as faixas de proteção previstas na legislação em vigor.</p> <p>As faixas non aedificandi de que trata o parágrafo anterior referem-se às seguintes vias:</p> <p>IC 3;</p> <p>Variante ao Pinhal Novo e ligação ao IC 13 — proposta da Câmara Municipal de Palmela;</p> <p>Via circular-sul/alternativa à 379 — proposta da Câmara Municipal de Palmela;</p> <p>Ligação da circular norte (AutoEuropa) ao caminho municipal nº 1029.</p>	O Projeto terá de respeitar as servidões em vigor para cada espaço.	<b>Fortemente Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”. Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.  Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>PDM Peniche</b> (Publicado através da RCM nº 139/95 de 16 de novembro, alterado pela RCM nº 8/2001 de 26 de janeiro, retificado pelo Aviso nº 20446/2008 de 18 de julho, retificado pelo Aviso nº 20447/2008 de 18 de julho, retificado pelo Aviso nº 3497/2009 de 11 de fevereiro, suspenso pela RCM nº 64-A/2009 de 6 de agosto, suspenso pela DECL RECT 71-A/2009 de 2 de outubro e pela DECL RECT nº 5292-A/2010 de 12 de março, suspenso pelo Aviso nº 7164/2010 de 9 de abril, alterado pelo Aviso nº 1091/2012 de 24 de janeiro, corrigido pela DECL nº 10/2014 de 17 de janeiro, alterado pelo Aviso nº 9518/2016 de 1 de agosto, alterado pelo Aviso nº 14342/2019 de 19 de setembro, alterado pelo Aviso nº 1210/2020 de 23 de janeiro, alterado pela nº DECL 71/2021 de 16 de julho e alterado pela DECL nº 95/2021 de 2 de agosto)			
<b>Espaços urbanos</b>	<b>Artigo 11.º</b>  1 – Os espaços urbanos, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º e delimitados na carta de ordenamento, são constituídos pelos aglomerados urbanos existentes.	Este projeto visa a valorização de recursos hídricos e agrícolas e por isso não é compatível com espaços urbanos	<b>Interdito</b>
<b>Áreas de Equipamento</b>	<b>Artigo 13º</b>  2 - Nas áreas de equipamento deverão ser observadas as normas, servidões e restrições de utilidade pública referenciadas nos quadros legislativos sectoriais em vigor, nomeadamente no que respeita a instalações escolares, de saúde, de prevenção e segurança, de defesa nacional e de edifícios públicos de consideração específica	O Projeto terá de respeitar as servidões existentes para a classe de espaço referida.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Espaços Florestais</b>	<b>Artigo 18º</b>  2 - Consideram-se usos florestais característicos os seguintes: a) a produção de materiais lenhosos de qualquer natureza ou de outras produções com origem nas espécies florestais; b) A proteção do solo quer das manchas diretamente submetidas ao povoamento florestal quer de manchas, adjacentes ou não, que ficariam sujeitas à deposição dos materiais de erosão; c) A proteção dos recursos hídricos quer por preservação de zonas de alimentação de mananciais subterrâneos quer por controlo de regimes torrenciais das águas de superfície; d) A proteção de espécies animais e vegetais quer com objetivos de preservação de espécies naturais autóctones ou de passagem quer com objetivos de preservação de recursos cinegéticos; e) A caça e pesca em águas interiores nos termos da legislação a elas aplicáveis;	O Projeto é compatível com a classe de espaço referido se tiver autorização prévia e preserve as características dos espaços florestais.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>f) A instalação das infraestruturas necessárias à realização dos usos anteriormente referidos e em especial a instalação de infraestruturas de prevenção e combate aos fogos florestais.</p> <p>3 – Nos espaços florestais são permitidos, mediante licenciamento prévio, outros usos, desde que, não sendo usos ou atividades ligadas à realização de usos característicos ou especificamente ligados à atividade das explorações florestais ou agrícolas que integram manchas florestais, não impliquem de forma permanente a impossibilidade da reutilização dos solos para os usos característicos do espaço florestal (...).</p>		
<b>Espaços canais</b>	<p><b>Artigo 19.º</b></p> <p>Os espaços canais estão sujeitos às servidões e restrições de utilidade pública referidas no artigo 8.º deste Regulamento e que lhes são aplicáveis.</p>	O Projeto terá de respeitar as servidões e restrições de utilidade pública estabelecidas para os espaços canais.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Espaços Naturais</b>	<p><b>Artigo 20º</b></p> <p>2 - Os espaços naturais são os delimitados na Carta de Ordenamento e incluem parte do espaço delimitado na Carta da Reserva Ecológica Nacional (REN).</p> <p>3 - Sem prejuízo do disposto na legislação que regula as utilizações da Reserva Ecológica Nacional, bem como de todas as outras servidões aplicáveis, é permitida a utilização deste espaço para fins de recreio e lazer sem edificações.</p> <p>4 - Sem prejuízo das competências próprias da Autoridade Marítima, nas zonas sob sua jurisdição, o regime de licenciamento das atividades nos espaços naturais incluídos na Reserva Natural da Berlenga está sujeito ao disposto no Decreto-Lei nº 264/8 1 de 3de Setembro, com a redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei nº 293/89 de 2 de Setembro e nas portarias de regulamentação aí previstas.</p>	O Projeto é compatível com os espaços naturais se respeitar o RJREN.	<b>Condicionante</b>
<b>Zona Marítima de Proteção</b>	<p><b>Aviso n.º 14342/2019 – Capítulo IV-A</b></p> <p><b>Artigo 21ºC</b></p> <p>2 — Na Faixa de Proteção Costeira (ZMP) são interditas:</p> <p>a) A edificação, exceto a prevista no número anterior, onde se incluem as infraestruturas portuária;</p> <p>b) Ações que impermeabilizem ou poluam as areias;</p> <p>c) Atividades que causem destruição direta de ecossistemas relevantes;</p> <p>d) Destruição dos substratos rochosos submarinos e dos afloramentos;</p> <p>e) Outras ações que possam vir a introduzir alterações na dinâmica costeira, exceto quando se revele não existirem alternativas mais vantajosas para a proteção de pessoas e bens e desde que seja realizada uma avaliação do impacte ambiental que seguirá o previsto no Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental;</p> <p>f) Ações relacionadas com a exploração de combustíveis fósseis.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, não é compatível com a classe de espaço referido.	<b>Interdito</b>
<b>Zona Terrestre de Proteção</b>	<p><b>Aviso n.º 14342/2019 – Capítulo IV-A</b></p> <p><b>Artigo 21ºE</b></p> <p>Nas Faixas de Proteção Costeira e Complementar da ZTP são interditas as atividades de destruição da vegetação autóctone e introdução de espécies exóticas e indígenas invasoras, nomeadamente aquelas que se encontram listadas na legislação em vigor, não incluindo as ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo e das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, não é compatível com a classe de espaço referido.	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Faixa de Salvaguarda para Terra</b>	<p><b>Aviso n.º 14342/2019 – Capítulo IV-A</b></p> <p><b>Artigo 21º I</b></p> <p>1 — As Faixas de Salvaguarda espacializam os regimes de proteção que visam conter a exposição de pessoas e bens aos riscos de erosão, galgamento e inundação costeira e instabilidade de arribas com o objetivo de garantir a proteção territorial às vulnerabilidades atuais e de assegurar que a evolução nas formas de uso e ocupação do solo se compatibilizam com a provável evolução climática e com o consequente agravamento da vulnerabilidade territorial.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, não é compatível com a classe de espaço referido.	<b>Interdito</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	<p>Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.</p> <p>Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto:</p> <p><b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	<p>O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetadas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”.</p> <p>Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.</p>	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Zona de Respeito da Barragem e dos Órgão de Segurança e de Utilização da Albufeira</b>	<p><b>Declaração n.º 71/2021 – Capítulo III-A</b></p> <p><b>Artigo 20ºH</b></p> <p>1 — A zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira corresponde a uma área na qual se deve garantir a integridade dos órgãos da barragem e a segurança de pessoas e bens.</p> <p>2 — Nesta zona é interdita a realização de quaisquer obras de edificação.</p> <p><b>3 — Excetuam-se do número anterior as que decorram do funcionamento do empreendimento hidráulico, a implantação de linhas de transporte de energia, de gasodutos ou de condutas de água para abastecimento público, carecendo de autorização por parte da entidade legalmente competente.</b></p> <p>4 — Nesta zona são permitidas ações de manutenção ou de reforço do sistema de abastecimento público.</p>	O Projeto é compatível com a classe de espaço referida com autorização prévia das entidades competentes.	<b>Condicionante</b>
<p align="center"><b>PDM Porto de Mós</b>  <b>(Publicado pelo Aviso nº 8894/2015 de 12 de agosto, corrigido pelo Aviso nº 8434/2017 de 27 de julho e alterado pelo Aviso nº 14370/2021 de 29 de julho)</b></p>			
<b>Espaços Florestais</b>	<p><b>Artigo 18º</b></p> <p>4 — São admitidas como utilizações complementares a agricultura, as atividades pecuárias e turísticas nas tipologias definidas neste artigo.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal</b>	<p><b>Artigo 24º</b></p> <p>São permitidas ocupações e utilizações que promovam os seguintes objetivos de ordenamento:</p> <p>a) A manutenção ou recuperação do estado de conservação favorável dos habitats naturais e das espécies de flora e da fauna;</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>b) A conservação do património geológico;</p> <p>c) A conservação dos traços significativos ou característicos da paisagem, resultante da sua configuração natural e da intervenção humana.</p> <p>Artigo 25.º</p> <p>1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 13 do Artigo 10.º são permitidas as seguintes ocupações:</p> <p>a) Edificações amovíveis ou ligeiras de apoio à atividade agrícola cuja área de implantação não pode exceder 12 m²;</p>		
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	<p>Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.</p> <p>Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto:</p> <p><b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Espaços-Canais</b>	<p><b>Artigo 82º</b></p> <p>1 — O regime de proteção de cada via é o estabelecido pela legislação em vigor para a rede rodoviária nacional e regional e o estabelecido na lei ou em regulamento municipal para a rede rodoviária municipal, em função da respetiva categoria.</p> <p>2 — Nos troços desclassificados de Estradas Nacionais, e após a sua efetiva entrega à jurisdição da Autarquia, aplica -se o regime de proteção das Vias Municipais, exceto se se tratar de um troço urbano em que tenham de ser mantidos os alinhamentos definidos.</p> <p>3 — Para os troços urbanos de vias existentes para os quais não existe regulamentação prevista em Planos Municipais aprovados é a Câmara Municipal que estabelece os respetivos alinhamentos através do Regulamento Municipal de Realização de Operações Urbanísticas.</p> <p>4 — Nas zonas adjacentes à localização proposta para as futuras intersecções desniveladas das vias do sistema primário, estabelece -se uma área de proteção provisória, conforme legislação em vigor, que se mantém até à aprovação dos respetivos projetos de execução.</p> <p>5 — A Câmara Municipal pode constituir novas faixas de proteção, com largura a definir consoante a função e o nível de serviço a desempenhar pela infraestrutura rodoviária, com vista à implementação de novas vias que visem a melhoria do sistema viário municipal através do Regulamento Municipal de Realização de Operações Urbanísticas.</p>	O Projeto terá de respeitar as servidões existentes para a classe de espaço referida.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Áreas com Suscetibilidade Sísmica Muito Elevada</b>	<p><b>Artigo 94º</b></p> <p>Nestas áreas, a nova edificação e as obras de ampliação de edifícios legalmente existentes têm de respeitar a legislação em vigor, bem como o disposto no Regulamento de Segurança e Ações nas Estruturas de Edifícios e Pontes, o Eurocódigo 8.</p>	O Projeto terá de respeitar a legislação em vigor para a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Áreas com Suscetibilidade De Cheias e Inundações</b>	<p><b>Artigo 92º</b></p> <p>1 — Sem prejuízo do disposto no regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, a ocupação destas zonas, identificadas na Planta de Ordenamento — Áreas de Risco ao uso do Solo, obedece aos seguintes condicionalismos:</p> <p><b>a) É interdita a nova edificação, com exceção de edificações de apoio à atividade agrícola;</b></p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Zona Especial de Proteção - Património</b>	<b>Artigo 87.º</b> 1 — Para o Património Classificado, em Vias de Classificação, respetivas Zonas Gerais de Proteção e Zonas Especiais de Proteção, as intervenções permitidas e as medidas de proteção e salvaguarda são as que decorrem da legislação em vigor no âmbito do Património Cultural. <b>DL n.º 309/2009</b> <b>Artigo 36.º</b> 1 - A zona geral de proteção tem 50 m contados dos limites externos do bem imóvel e vigora a partir da data da decisão de abertura do procedimento de classificação. <b>Artigo 43.º</b> 3 - Nas situações previstas nos números anteriores são estabelecidos zonamentos específicos e indicadas as restrições estritamente necessárias.	Como o PDM não especifica zona de servidão, o projeto deve salvaguardar a zona de servidão em vigor	<b>Condicionante</b>
<b>Subestação</b>	O PDM não especifica zona de servidão	Deve-se salvaguardar a zona de servidão da linha elétrica associada à subestação	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Rede Natura 2000 - Serras d'Aire e Candeeiros</b>	<b>Artigo 10.º</b> 3 — Nas áreas abrangidas pelo Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000) e pela Áreas de Proteção de Valores Naturais do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), independentemente do disposto na respetiva categoria ou subcategoria, são interditos os seguintes atos e atividades: 4 — Sempre que as ocupações e utilizações permitidas em Solo Rural, se localizem no PNSAC, ficam condicionadas ao cumprimento das seguintes disposições: a) Ficam sujeitos a autorização e parecer do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), quando legalmente previsto, os seguintes atos e atividades: x) A instalação e ampliação de infraestruturas de produção, distribuição e transporte de energia elétrica, de telecomunicações, de transporte de gás natural, de distribuição e transporte de água, de saneamento básico ou de aproveitamento energético, designadamente parques eólicos;	O projeto está sujeito a autorização e parecer do ICNF	<b>Condicionante</b>
<b>RAN</b>	<b>DL n.º 73/2009- Artigo 22.º</b> 1 - As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se, preferencialmente, nas terras e solos classificados como de menor aptidão, e quando estejam em causa: a) Obras com finalidade agrícola, quando integradas na gestão das explorações ligadas à atividade agrícola, nomeadamente, obras de edificação, obras hidráulicas, vias de acesso, aterros e escavações, e edificações para armazenamento ou comercialização;	O projeto é compatível com o uso de áreas RAN	<b>Permitido</b>
<b>Estrutura Ecológica Municipal</b>	<b>Artigo 77.º</b> 1 — Sem prejuízo das servidões administrativas e restrições de utilidade pública, nas áreas da Estrutura Ecológica Municipal aplica -se o regime das categorias e subcategorias de espaço definidas no presente Regulamento, cumulativamente com as disposições de presente artigo. 3 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, nas áreas de Estrutura Ecológica Municipal são interditas as seguintes ações: a) Substituição de povoamentos florestais de espécies autóctones por plantações florestais intensivas; b) Alterações do coberto vegetal arbóreo e arbustivo autóctone nomeadamente bosques constituídos por <i>Quercus faginea</i> , <i>Quercus rotundifolia</i> e <i>Quercus suber</i> e matos constituídos por vegetação calcícola e rupícola, exceto em operações silvícolas de manutenção.	O projeto deve salvaguardar o coberto vegetal arbóreo e arbustivo autóctone	<b>Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Área Agrícola de Produção</b>	<p><b>Artigo 12.º</b></p> <p>1 — Constituem objetivos específicos de ordenamento destes espaços a salvaguarda da capacidade produtiva máxima do solo e a manutenção do seu uso agrícola ou reconversão para uso agrícola, assegurando a sua qualidade ambiental e paisagística.</p> <p>2 — Nestes espaços devem ser preservadas as galerias ripícolas, bem como as manchas florestais autóctones, mesmo que tenham carácter residual.</p> <p>3 — São permitidas novas edificações e obras de ampliação de edifícios legalmente existentes, tendo em vista as ocupações e utilizações seguintes:</p> <p>c) Edifício de apoio a atividades ambientais, onde se promovam e divulguem os valores em presença;</p>	O projeto é compatível com o tipo de espaço	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Naturais</b>	<p><b>Artigo 29.º</b></p> <p>2 — Os Espaços Naturais correspondem às seguintes áreas:</p> <p>a) Leitões dos cursos de água considerados na Reserva Ecológica Nacional com uma faixa de 10 metros para cada lado do leito;</p> <p>b) “Área de Proteção Parcial do tipo I” do POPNSAC, que abrangem os topos aplanados das subunidades da serra dos Candeeiros, planalto de Santo António planalto de S. Mamede e as escarpas de falhas associadas às mesmas subunidades;</p> <p>c) Habitats da Rede Natura 2000 referentes aos matos termomediterrânicos pré -desérticos e aos charcos temporários mediterrânicos;</p> <p>d) Áreas com risco de erosão da REN;</p> <p>e) Espaços identificados no anexo III do POPNSAC como Áreas Recuperadas.</p> <p><b>Artigo 30.º</b></p> <p>1 — São permitidas ocupações e utilizações que promovam os seguintes objetivos de ordenamento:</p> <p>a) A manutenção e a recuperação do estado de conservação favorável dos habitats naturais e das espécies da flora e da fauna, bem como a conservação do património geológico;</p> <p>b) A manutenção da área de ocupação e do estado de conservação dos habitats da Rede Natura 2000;</p> <p>c) Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão.</p> <p>2 — São interditas a instalação e a ampliação de explorações de massas minerais.</p>	O PDM não apresenta interdições a atividades do tipo do projeto. Esse será permitido desde que promova os objetivos deste tipo de espaço, definidos no artigo 30.º	<b>Condicionante</b>
<b>Área Edificação Dispersa</b>	<p><b>Artigo 42.º</b></p> <p>1 — Nestas áreas coexistem usos associados à atividade agropecuária e silvícola, habitação, indústria, turismo, comércio e serviços, admitindo-se um regime de edificabilidade visando sobretudo a colmatação de vazios, numa lógica de contenção da edificação, e que preconize a salvaguarda dos valores paisagísticos e ambientais e da produção agrícola.</p> <p>2 — É permitida a edificação nova e de ampliação de edifícios legalmente existentes, tendo em vista as ocupações e utilizações seguintes:</p> <p>a) Habitação e usos compatíveis;</p> <p>b) Edificação de apoio às atividades agrícolas, pecuárias de pastoreio e silvícolas;</p> <p>c) Armazéns e estabelecimentos industriais;</p> <p>d) Empreendimentos turísticos isolados das tipologias de turismo no espaço rural e de turismo de habitação;</p> <p>e) Equipamentos de utilização coletiva;</p> <p>f) Comércio e serviços;</p> <p>g) Estabelecimentos de restauração e bebidas.</p> <p>3 — Não é permitida a abertura de novos arruamentos e a construção de novos edifícios fica dependente da capacidade das infraestruturas existentes.</p> <p>4 — Nestes espaços não são permitidas operações de loteamento ou de impacte semelhante a um loteamento.</p>	O projeto é compatível com o tipo de espaço	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaços Urbanos Baixa Densidade</b>	<b>Artigo 55.º</b> 1 — São objetivos genéricos para estes espaços a qualificação das áreas habitacionais, procurando minimizar situações de conflito com as restantes funções urbanas em presença e garantir a infraestruturação com recurso a soluções apropriadas. 2 — Estes espaços destinam -se a habitação, comércio, serviços, turismo, indústria, armazenagem, unidades de valorização de materiais, equipamentos de utilização coletiva, espaços verdes de utilização coletiva, públicos e privados. 3 — A ampliação de estabelecimentos industriais legalmente existentes é permitida desde que tenha por objetivo a melhoria das condições ambientais e de trabalho, a melhoria da produtividade, competitividade da própria unidade industrial e a construção de áreas de apoio social, que não crie situações de incompatibilidade com os usos já instalados na envolvente. 4 — A construção de novos edifícios de habitação é permitida quando instalada em locais onde não se verifiquem situações de conflito com os usos envolventes. 5 — É interdita a instalação de indústrias do tipo I.	O projeto não é compatível com o tipo de espaço	<b>Interdito</b>
<b>Espaços Atividades Económicas</b>	<b>Artigo 58.º</b> 1 — Nestes espaços são permitidos novos estabelecimentos industriais, de qualquer tipologia, de acordo com a legislação em vigor. 2 — São admitidos nestes espaços usos como armazenamento, logística, serviços, comércio, equipamentos de utilização coletiva, unidades de valorização de materiais e espaços verdes de utilização coletiva.	O projeto não é compatível com o tipo de espaço	<b>Interdito</b>
<b>Solos Urbanizados tipo II e III</b>	<b>Artigo 49.º</b> 1 — São objetivos genéricos para estes espaços a preservação das características gerais da malha urbana e das tipologias de ocupação, a qualificação do espaço público, o reordenamento da circulação viária e o incremento de funções comerciais e de serviços ou usos compatíveis, sem prejuízo da indispensável manutenção da função habitacional. 2 — Estes espaços destinam -se a habitação, comércio, serviços, turismo, equipamentos de utilização coletiva e espaços verdes de utilização coletiva, públicos e privados, admitindo -se ainda outras atividades, desde que compatíveis com o uso dominante. 3 — Nestes espaços são interditas intervenções que descaracterizem o conjunto edificado existente, sendo dada prioridade à utilização das metodologias e materiais tradicionais de construção. 4 — Nestes espaços privilegiam -se as intervenções que visem a proteção dos valores culturais e naturais existentes. 5 — As obras de ampliação de estabelecimentos industriais legalmente existentes são permitidas e devem visar a melhoria das condições ambientais e não criar situações de incompatibilidade de usos.	O projeto não é compatível com o tipo de espaço	<b>Interdito</b>
<b>Áreas com Suscetibilidade de Movimentos de Massa em Vertentes</b>	<b>Artigo 96.º</b> A ocupação das áreas com suscetibilidade elevada de movimentos de massa em vertentes, identificadas na Planta de Ordenamento — Áreas de Risco ao uso do Solo, obedece aos seguintes condicionalismos: a) A construção de novos edifícios só é permitida quando seja comprovada a inexistência de risco de derrocada, após elaboração de estudo específico;	Deve ser provado que o projeto não é desenvolvido em zonas de risco de derrocada através de estudo específico	<b>Condicionante</b>
<b>Zonas de Conflito Acústico</b>	<b>Artigo 100.º</b> 4 — Nos Espaços Residenciais Urbanizáveis e nos Espaços de Uso Especial Urbanizáveis identificados como zonas de conflito, na construção de novos edifícios têm de ser assegurados mecanismos de redução do ruído como faixas arborizadas, barreiras acústicas e projetos de acústica que cumpram os requisitos estabelecidos na legislação em vigor.	Sendo que o projeto não se irá desenvolver em zonas urbanas e residenciais, é permitida a sua construção nos outros espaços onde é permitida a sua instalação desde que respeite os limites de ruído em vigor	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Áreas com Perigosidade de Incêndio Alta e Muito Alta</b>	<p><b>Artigo 90.º</b> A ocupação das áreas com perigosidade de incêndio alta e muito alta, identificadas na Planta de Ordenamento — Áreas de Risco ao Uso do Solo, obedece aos seguintes condicionalismos:</p> <p>a) É interdito o vazamento de entulhos, lixo ou sucata;</p> <p>b) É interdita a nova edificação para habitação, comércio, serviços e indústria e empreendimentos turísticos nos terrenos classificados com risco de incêndio alto ou muito alto, sem prejuízo das infraestruturas definidas nas redes regionais de defesa da floresta contra incêndios;</p> <p>c) São permitidas obras de reconstrução de edifícios legalmente existentes, desde que procedam à gestão de combustível numa faixa de 50 m</p> <p><b>DL n.º 82/2021 - Artigo 60.º</b> 2 — Excetuam -se da interdição estabelecida no número anterior:</p> <p>d) Obras destinadas a utilização exclusivamente agrícola, pecuária, aquícola, piscícola, florestal ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos, desde que a câmara municipal competente reconheça o seu interesse municipal e verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>i) Inexistência de alternativa adequada de localização fora de APPS;</p> <p>ii) Adoção de medidas de minimização do perigo de incêndio a adotar pelo interessado, incluindo uma faixa de gestão de combustível com a largura de 100 m em redor do edifício ou conjunto de edifícios;</p> <p>iii) Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo;</p> <p>iv) Inadequação das edificações para uso habitacional ou turístico.</p>	Segundo o PDM, não há menção a autorização ou interdição de atividades do tipo do projeto. Tendo em conta a legislação em vigor, em zonas APPS, o projeto é compatível com o tipo de espaço, desde que comprove que não existe alternativa de construção e adote as medidas de defesa necessárias	<b>Permitido</b>
<p align="center"><b>PDM Rio Maior</b> (Publicado pela RCM nº 47/95 de 17 de maio, com uma 1ª alteração através da RCM nº 84/2002 de 19 de abril, com suspensão da iniciativa do governo através da RCM nº 40/2003 de 24 de março, uma 2ª alteração por adaptação pela DECL nº 212/2008 de 12 de junho, uma 3ª alteração pelo Aviso nº 5174/2010 a 11 de março, uma 4ª alteração por adaptação pelo Aviso nº 5175/2010 de 11 de março, uma 5ª alteração pelo Aviso nº 16579/2018 de 14 de novembro e uma 6ª alteração por adaptação pela DECL 73/2021 de 20 de julho)</p>			
<b>Espaços Agrícolas</b>	<p><b>Artigo 44º</b> 1 – As áreas agrícolas de turismo de habitação, rural e agroturismo são constituídas pelas áreas com aptidão agrícola, integradas ou não na RAN, atualmente já afetas ao uso complementar de turismo de habitação, rural e agroturismo.</p> <p><b>Artigo 45º</b> 1 – As áreas com uso agrícola e as áreas com uso não agrícola a reconverter, afetas à RAN, abrangem todas as áreas incluídas na Reserva Agrícola Nacional e, conforme a designação, atualmente utilizadas ou não com fins agrícolas.</p> <p><b>Artigo 46º</b> 1 – As áreas com aptidão para sistemas agrícolas intensivos são constituídas por solos que, embora não incluídos na RAN, apresentam potencialidade agrícola elevada, abrangendo todas as áreas de Pomar e culturas de regadio existentes no território concelhio, devendo, preferencialmente, manter o uso agrícola.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Florestais - Áreas de Montado de Sobro Existente a Manter e ou Recuperar</b>	<p><b>Artigo 49.º</b>  <b>2 — Sem prejuízo da legislação em vigor, nas áreas de Montado de Sobro em que não haja sobreposição com áreas da REN, pode ser autorizada a construção destinadas a apoio a explorações agrícolas, agropecuárias ou florestais. É ainda permitida a construção isolada de edificações destinadas a habitação em parcelas com áreas igual ou superior a 4 ha.</b></p>	Nas áreas de montado de sobro em que não haja sobreposição com áreas de REN pode ser autorizada de infraestruturas de apoio a explorações agrícolas, onde se enquadra o Projeto, respeitando a legislação em vigor.	<b>Condicionante</b>
<b>Espaços Naturais - Áreas de Matos de Proteção</b>	<p><b>Artigo 52.º</b> 4 - Nestas áreas são interditas as ações de qualquer tipo que impliquem a alteração da topografia ou das formações vegetais existentes, bem como as de edificação, com exceção das destinadas a instalações de vigilância e combate a incêndios florestais, pequenas infraestruturas e equipamentos destinados ou complementares de atividades recreativas.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetadas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”. Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com os usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei nº 124/2019, de 28 de agosto.  Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei nº 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Domínio Hídrico</b>	Lei nº 54/2005, de 11 de novembro (retificada pela Declaração de Retificação nº 4/2006, de 16 de janeiro, alterada pela Lei nº 78/2013, de 21 de novembro, pela Lei nº 34/2014, de 19 de junho e cuja última alteração é dada Lei nº 31/2016, de 23 de agosto). Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 10 m das margens de linhas de água não navegáveis.	O Projeto deverá evitar de forma conservadora a ocupação de domínio hídrico. Caso essa ocupação seja inevitável, terá de ser requerida autorização/licenciamento da Agência Portuguesa do Ambiente/ARH, para ocupar parte do domínio, bem como o Projeto deverá garantir, na sua conceção medidas de minimização que garantam o escoamento natural do curso de água a afetar, por exemplo através de passagens hidráulicas.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Aproveitamento Hidroagrícola de Rio Maior e Santarém</b>	<b>Artigo 7.º</b>  4 - As áreas abrangidas pelo aproveitamento hidroagrícola de Rio Maior e Santarém, para além dos condicionantes decorrentes da sua inclusão na RAN, ficam sujeitas, nomeadamente no que diz respeito à transformação do uso do solo, ao disposto na legislação aplicável: a) Decreto-Lei nº 269/82, de 10 de Junho; b) Decreto Regulamentar nº 84/82, de 4 de Novembro; c) Decreto Regulamentar nº 86/82, de 12 de Novembro; d) Decreto-Lei nº 69/92, de 27 de Abril; e) Decreto Regulamentar nº 2/93, de 3 de Fevereiro.	O projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com o aproveitamento hidroagrícola de Rio Maior e Santarém.	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
Área Urbana	<b>Artigo 24.º</b> 2 - As áreas urbanas destinam-se predominantemente à localização e implantação de atividades, funções e instalações com fins habitacionais, comerciais e de serviços em geral, incluindo equipamentos públicos ou privados, edificados ou não, podendo ainda ter outras utilizações ou ocupações, desde que compatíveis com o uso dominante atrás estipulado, designadamente com a função habitacional.	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, não é compatível com a classe de espaço referida.	Interdito
<b>PDM SALVATERRA DE MAGOS</b> (Publicado através da RCM nº 145/2000 de 27 de outubro, alterado pela DELIB nº 548/2010 de 19 de março, retificado pela DECL RECT nº 648/2010, de 31 de março, alterado pelo Aviso nº 21122/2010 de 21 de outubro, alterado pelo Aviso nº 13435/2012 de 9 de outubro, retificado pelo Aviso nº 8667/2015 de 7 de agosto, corrigido pelo Aviso nº 12493/2015 de 27 de outubro, corrigido pelo Aviso nº 11039/2018 de 10 de agosto, alterado pela DECL nº 68/2021 de 15 de julho)			
Espaço Urbano - Área Urbanizada Habitacional Zona a Reabilitar	<b>Artigo 10º</b> c) Zona a reabilitar (R) — correspondente a zona com estrutura urbana mal definida, a sujeitar a ações que visem a sua reabilitação, a satisfação das exigências básicas de habitabilidade, salubridade e segurança, a obtenção de situações regulamentares, e onde se pretende um enquadramento na área urbana que atenda ao tipo de construções existentes e à sua utilização dominante.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, não é compatível com a classe de espaço referida.	Interdito
Espaço Urbanizável - Área Urbanizável Mista Zona Programada	<b>Artigo 17º</b> a1) Área urbanizável mista — correspondente ao espaço urbanizável onde se implanta equipamento, comércio e serviço conjuntamente com habitação;	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, não é compatível com a classe de espaço referida.	Interdito
Espaço Agrícola	<b>Artigo 31º</b> 1 — O espaço agrícola é destinado no seu uso geral dominante à produção agrícola e pecuária.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com a classe de espaço referida.	Permitido
Espaço agrícola (área agrícola não incluída na RAN)	<b>Artigo 32.º</b> b) Área agrícola não incluída na RAN — área preferencialmente destinada à produção agrícola, mas não submetida ao regime jurídico da RAN nem ao regime específico das obras de fomento hidroagrícola.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com a classe de espaço referida.	Permitido
Espaço Florestal de Produção e Proteção	<b>Artigo 38º</b> 1 — No espaço florestal são consideradas as seguintes categorias de espaço: a) Área de floresta de produção — área constituída por montado de sobro e outras matas de produção, onde se privilegia essencialmente a exploração florestal. a1) Na área descrita as ações de arborização e rearborização têm de observar a legislação aplicável; b) Área de floresta de proteção — área cuja função principal é a proteção, constituída pelas faixas de proteção dos cursos de água, pelas comunidades de vegetação instaladas nas unidades pedológicas litossolos de arenitos, nas zonas de relevo acidentado e nas encostas de vale que pendem para as ribeiras principais, estabelecendo um <i>continuum naturale</i> para salvaguarda do património genético, defesa e valorização dos recursos hídricos, redução dos riscos de erosão do solo e de incêndio. b1) Na área descrita, a produção florestal deve recorrer a espécies da flora espontânea da região e observar a legislação aplicável, sendo interditada qualquer Ação que pela sua natureza e dimensão prejudique o equilíbrio biofísico.	O Projeto é apenas compatível com a classe de espaço referida se respeitar a legislação em vigor.	Condicionante
Espaço Agroflorestal	<b>Artigo 42º</b> 1 — No espaço agroflorestal observam-se as disposições estabelecidas para o espaço agrícola, área agrícola não incluída na RAN, se a utilização for agrícola, e as disposições estabelecidas para o espaço florestal, área de floresta de produção, se a utilização for florestal.	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	Permitido
Rede Nacional de estradas	<b>Artigo 45.º</b>	O projeto apenas é compatível com a classe de espaço referida se os troços da rede nacional de estradas ficarem localizados em espaço agrícola, espaço	Fortemente condicionante



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	3 — É interdita a construção de nova edificação ao longo da rede nacional de estradas, para além dos limites dos perímetros urbanos e áreas industriais. 4 — Excetuam-se do disposto no número anterior os troços localizados em espaço agrícola, espaço florestal ou espaço agroflorestal, onde o licenciamento de edificação pode ser concedido a título excecional, após a obtenção de parecer favorável da JAE, nos termos estabelecidos neste Regulamento para a classe e categoria de espaço em que se localiza.	florestal ou espaço agroflorestal, e serem licenciados a título excecional, após obtenção de parecer favorável da JAE.	
<b>Rede ferroviária</b>	<b>Artigo 47.º</b> 2 — Na referida comunicação pública ferroviária são constituídas faixas de proteção non aedificandi com o mínimo de 10 m ou 40 m de largura, contados a partir da crista do talude de escavação ou da base do talude de aterro, ou da borda exterior do caminho marginal de serviço quando não ocorra escavação ou aterro, consoante se trate de edificação ou de instalação industrial.	O Projeto terá de respeitar as servidões definidas para o espaço-canal da rede ferroviária.	<b>Condicionante</b>
<b>Espaço Aquícola - Área ribeirinha</b>	<b>Artigo 55º</b> 1 — No espaço aquícola da área ribeirinha observam-se as disposições do regime de servidões de domínio público fluvial.	O Projeto só é compatível com a classe de espaço referida se respeitar as servidões de domínio público fluvial.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>ETAR</b>	<b>Artigo 58º</b> 3 — Na área de ETAR é constituída uma zona de proteção condicionada, de 200 m de largura, envolvendo o perímetro exterior da ETAR.	O Projeto terá de respeitar a servidão referente às ETAR.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sorraia e Paul de Magos</b>	<b>Artigo 64º</b> 1 — Referência do local sujeito a servidão — albufeira da Barragem de Magos, implantada na ribeira de Magos, afluente do rio Tejo, integrada no aproveitamento hidroagrícola do vale do Sorraia e paul de Magos.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Estação Elevatória</b>	<b>Artigo 108º (Declaração n.º 68/2021)</b> 1 — Integram este espaço a estação elevatória e a estação de tratamento de águas residuais da Várzea Fresca, bem como as respetivas áreas de proteção, nas quais é interdita qualquer alteração ao uso dominante.	O Projeto terá de respeitar a área de proteção referente à estação elevatória.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”. Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei nº 124/2019, de 28 de agosto.  Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei nº 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Marcos Geodésicos</b>	Decreto-Lei nº 143/82, de 26 de abril.	O Projeto terá de respeitar a área de proteção associada aos marcos geodésicos.	<b>Fortemente condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	Os marcos geodésicos têm zonas de proteção determinadas, caso a caso, em função da visibilidade que deve ser assegurada ao sinal construído e entre os diversos sinais. A extensão da zona de proteção terá no mínimo um raio de 15 m. Os projetos de obras nas proximidades dos marcos geodésicos não podem ser licenciados sem autorização prévia do Instituto Geográfico Português (IGP).		
<b>PDM Santarém</b> (Publicado pela RCM nº 11/95 de 24 de outubro, alterado pela RCM nº 123/97 de 26 de julho, pela RCM nº 26/2004 de 4 de março, pelo Aviso nº 21599/2008 de 8 de agosto, pelo Aviso nº 7615/2009 de 6 de abril, pelo Aviso nº 5381/2010 de 15 de março, retificado pela DECL RECT nº 568/2010, alterado pelo Aviso nº 17283/2011 de 5 de setembro, pelo Aviso nº 21514/2011 de 28 de outubro, retificado pela DECL RET nº 544/2012 de 23 de abril, alterado pelo Aviso nº 5821/2012 de 24 de abril, pelo Aviso nº 14208/2012 de 24 de outubro, pelo Aviso nº 1238/201 de 25 de janeiro, pela DECL nº 144/2013 de 25 de junho, retificado pela DECL RET nº 797/2013 de 15 de julho, alterado pelo Aviso nº 12475/2013 de 8 de outubro, pelo Aviso nº 546/2016 de 19 de janeiro, pelo Aviso nº 6047/2016 de 11 de maio, pelo Aviso nº 6992/2018 de 23 de maio, pelo Aviso nº 1118/2019 de 17 de janeiro, retificado pelo Aviso nº 7594/2019 de 2 de maio, alterado pelo Aviso nº 10627/2021 de 8 de junho e pela DECL nº 131/2021 de 15 de setembro)			
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	<b>Artigo 13º</b> 4 — As linhas de água incluídas na REN terão uma faixa mínima de proteção de 12,5 metros de cada lado do seu leito, se outra dimensão superior não estiver cartografada;  <b>Artigo 14º</b> 2 — Sem prejuízo das autorizações legalmente exigíveis, carecem de parecer obrigatório da Câmara Municipal de Santarém as seguintes ações: d) Abertura de poços ou furos para captação de água;  Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.  Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> — Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida, desde que respeite as faixas de proteção existentes.	<b>Condicionante</b>
<b>Espaços Agroflorestais</b>	<b>Artigo 66.º</b> 1 — O regime de uso e transformação de uso dos solos agroflorestais é o definido no presente regulamento, sem prejuízo de se aplicar aos espaços agroflorestais integrados na REN o disposto nos Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março, Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de outubro e aos espaços agroflorestais integrados na RAN o disposto nos Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de junho e Decreto-Lei n.º 274/92, de 12 de dezembro. 2 — Os usos e atividades possíveis de instalação nos espaços agroflorestais são os constantes no Anexo II (Compatível).	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Industriais</b>	<b>Artigo 60º</b> 3- Nestes espaços é permitida a instalação de indústrias não poluentes em conformidade com a legislação em vigor.	O Projeto não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Espaços canais</b>	<b>Artigo 70º</b> 1 - As áreas de proteção inerentes aos espaços canais encontram-se legalmente estabelecidas com servidões e qualquer ação nas mesmas obriga a parecer da respetiva entidade tutelar.	O Projeto terá de respeitar as servidões estabelecidas para os espaços canais, assim como de parecer das entidades competentes.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Sobreiros</b>	<b>Artigo 53.º</b> 5 — As áreas que incluam espécies florestais protegidas e respetivas servidões, como a Azinheira e o Sobreiro, são consideradas, para efeitos deste regulamento, como os espaços verdes urbanos:	Necessária autorização do ICNF	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	a) Estes espaços estão obrigados ao cumprimento da legislação florestal em vigor, cujas normas se sobrepõem a quaisquer outras; b) O corte de Azinheiras e Sobreiros isoladas estão sujeitos a parecer favorável da Direção Geral dos Recursos Florestais, e são proibidas as conversões em áreas de povoamento destas duas espécies, salvo exceções tais como empreendimentos de imprescindível utilidade pública.		
<b>Área de Suscetibilidade Sísmica Elevada</b>	No PDM não há menção a este tipo de área	A analisar compatibilidade nas fases seguintes.	<b>Pouco Condicionante</b>
<b>Rede Natura 2000 - Serras d'Aire e Candeeiros</b>	<b>Anexo I</b> 2 — Ações, atividades ou projetos condicionados a parecer vinculativo da entidade de tutela da RN2000: Nos termos do disposto na lei e no Plano Setorial da Rede Natura 2000, e em cumprimento das orientações estabelecidas pela entidade de tutela da RN2000, continua sujeita a parecer vinculativo daquela entidade a viabilização das seguintes ações, atividades ou projetos que se pretendam levar a efeito nas áreas integradas em RN2000, as quais correspondem, nuns casos, a ações, atividades ou projetos genericamente admissíveis pelo presente plano nas categorias de uso do solo em que ocorrem áreas integradas na Rede Natura 2000, noutros casos, a ações, atividades ou projetos que, nos termos de legislação específica, podem ser viabilizados pelas respetivas entidades de tutela independentemente do que os planos municipais de ordenamento do território disponham sobre o assunto, e noutros casos ainda, a ações, atividades ou projetos que, pela sua natureza, não cabem no âmbito material do plano diretor municipal ou sequer no âmbito de atribuições e competências do município: c) Projetos de desenvolvimento agrícola que incluam infraestruturação de rega e drenagem;	Necessária autorização do ICNF	<b>Condicionante</b>
<b>Captações de águas subterrâneas de abastecimento público - perímetro de proteção intermédia</b>	<b>Artigo 6.º</b> 1 — As áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública regem -se, no que diz respeito ao uso, ocupação e transformação do solo, pelas disposições expressas no presente Regulamento para a categoria de espaço em que se encontram, condicionadas ao respetivo regime legal vigente da servidão administrativa ou restrição de utilidade pública. 2 — As servidões administrativas e restrições de utilidade pública com representação na Planta de Condicionantes não dispensam a consulta da legislação específica, nomeadamente sobre as faixas de Proteção e a consulta a traçados mais rigorosos e possível existência de cartografia mais atual.	O projeto deve respeitar o perímetro de proteção	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>PDM Sobral de Monte Agraço</b> <b>(Publicado através da RCM nº 134/96 de 27 de agosto e alterado pelo Aviso nº 10517/2010 de 26 de maio)</b>			
<b>Espaço Agrícola</b>	<b>Artigo 27º</b> a) Área agrícola da RAN — área destinada à produção agrícola e pecuária, submetida às disposições estabelecidas no regime jurídico da RAN, onde deverá ser garantido o objetivo de proteção do solo como recurso natural insubstituível, de fundamental importância para a sobrevivência, fixação e bem-estar das populações e para uma evolução equilibrada da paisagem; b) Área agrícola não incluída na RAN — área preferencialmente destinada à produção agrícola, mas não submetida ao regime jurídico da RAN; c) Área agro-pastoril — área destinada à produção agrícola, mas porque praticada em solos de menor capacidade de uso agrícola, mais vocacionada para o estabelecimento de pastagens melhoradas, conservação e renovação de prados, ou introdução de culturas forrageiras em rotação;	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Área silvo-pastoril</b>	<b>Artigo 34º</b> c) Área silvo-pastoril — área cujo solo é de baixa capacidade ou sem aptidão para o uso agrícola, com limitações diversas, onde por vezes se pratica uma agricultura marginal, mas indicada para a floresta de produção ou, em alternativa, para a silvopastorícia.	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Área de Mata e Mato de Proteção</b>	<b>Artigo 34.º</b>	O Projeto só é compatível com a classe de espaço referida se não prejudicar o equilíbrio biofísico, com autorização das entidades competentes.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>b) Área de mata e mato de proteção — área cuja função principal é a proteção e secundariamente os outros usos da floresta constituída pelas faixas de proteção dos cursos de água, pelas comunidades de vegetação instaladas nas unidades pedológicas litossolos de arenitos, nas zonas de relevo acidentado e nas encostas de vale que pendem para as ribeiras principais, estabelecendo um contínuo natural para salvaguarda do património genético, defesa e valorização dos recursos hídricos, redução dos riscos de erosão do solo e de incêndio.</p> <p>bl) Na área descrita a produção florestal deve ser constituída na base de espécies autóctones e observar a legislação aplicável, sendo interdita qualquer ação que pela sua natureza e dimensão prejudique o equilíbrio biofísico;</p>		
<b>Área de Floresta de Produção</b>	<p><b>Artigo 34.º</b></p> <p>a) Área florestal de produção — área ocupada por folhosas e resinosas, onde se privilegia essencialmente a exploração florestal.</p> <p>al) Na área descrita as ações de arborização e rearborização têm de observar a legislação aplicável.</p>	O Projeto só é compatível com a classe de espaço referida se respeitar a legislação existente.	<b>Condicionante</b>
<b>Espaço Cultural</b>	<p><b>Artigo 47º</b></p> <p>1 — No espaço cultural são proibidas as ações que de algum modo possam prejudicar ou alterar a paisagem e as ocorrências que se pretendem proteger.</p> <p><b>2 — No espaço cultural apenas serão permitidas atividades agrícola e florestal, de acordo com a potencialidade agrária, e sem contrariar o estabelecido no nº 1 deste artigo</b></p> <p>3 — Excetua-se ao estabelecido no nº 2 o licenciamento de equipamento coletivo desde que não se localize em área abrangida por regime, servidão ou restrição que o contrarie, e que obtenha parecer favorável da Assembleia Municipal.</p> <p>4 — O licenciamento de equipamento coletivo previsto no nº 3 deve observar as disposições estabelecidas nos nºs 3 e 4 do artigo 35º;</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, portanto é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Marcos geodésicos</b>	<p><b>Artigo 56.º</b></p> <p>2 — Disposições no âmbito do PDM:</p> <p>É constituída uma área de proteção condicionada correspondente à área envolvente com 15 m de raio ao centro de todos os marcos geodésicos assinalados, sob jurisdição do IPCC e CMSMA.</p>	O Projeto terá de respeitar a área de proteção associada aos marcos geodésicos.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	<p>O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”.</p> <p>Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.</p>	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	<p>Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.</p> <p>Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto:</p> <p><b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>PDM Tomar</b> (Publicado através do Aviso nº 1510/2022 de 24 de janeiro e com uma 1ª retificação pela DECL RET nº 130/2022 de 22 de fevereiro)			
<b>Espaços Agrícolas</b>	<b>Artigo 51.º</b> 1 — Os espaços agrícolas correspondem aos espaços do solo rústico com aptidão para a exploração e produção agrícola e pecuária e integram solos com ocupação agrícola, de vinha, olival, sobreiro e azinheira.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Agrícolas Complementares</b>	<b>Artigo 53.º</b> 1 — Nos espaços agrícolas complementares admite-se a instalação de estabelecimentos hoteleiros com pelo menos 3 estrelas e de empreendimentos de turismo no espaço rural, desde que contribuam para a valorização económica e ambiental, garantam uma correta inserção territorial e paisagística e estejam associados à atividade agrícola.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Florestais</b>	<b>Artigo 60.º</b> 1 — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, nos espaços florestais são permitidas novas edificações destinadas ao seu aproveitamento económico, nomeadamente estruturas destinadas ao aproveitamento e/ou transformação da madeira, e aproveitamentos energéticos.	O projeto é compatível com espaços florestais, pois origina aproveitamento económico e energético.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Naturais e Paisagísticos</b>	<b>Artigo 64.º</b> 1 — Nos espaços naturais e paisagísticos é interdita a edificação, <b>com exceção para as edificações destinadas à proteção e valorização dos valores naturais em presença, e mediante parecer favorável da entidade legalmente competente</b> , nomeadamente: a) Reconstrução, conservação e ampliação de edificações existentes licenciadas ou autorizadas, de acordo com o disposto no artigo 48.º ou, na zona de proteção e valorização ambiental, com o disposto nos artigos 19.º e 49.º, não podendo, nesta situação, corresponder a um aumento total de área de construção superior a 25 m² ou ao aumento de cércea. b) Reabilitação de elementos patrimoniais identificados no Anexo II; c) Instalações de vigilância, prevenção e apoio ao combate a incêndios florestais; d) Parques de merendas e miradouros; e) Centros de interpretação ambiental e instalações de observação da avifauna, com área de construção máxima de 200 m², em estrutura ligeira, ou seja, assente sobre fundação não permanente e realizada com recurso a materiais ligeiros.	O Projeto só é compatível com esta classe de espaço se permitir a valorização dos espaços naturais e se obtiver parecer favorável das entidades competentes.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Espaço de Uso Especial do Complexo dos Templários (UI2)</b>	<b>Artigo 42.º</b> 2 — Nesta área são interditas novas edificações com exceção das que estejam diretamente relacionadas com a valorização e reabilitação do conjunto monumental, que constitui o seu uso dominante.	O Projeto não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Espaços Habitacionais</b>	<b>Artigo 35.º</b> 1 — Nos espaços habitacionais (EH) o uso dominante é o residencial admitindo-se como usos complementares o comércio, os serviços, o turismo, os equipamentos, as áreas verdes urbanas de utilização pública ou privada, e como usos compatíveis o industrial, a armazenagem ou outros, desde que compatíveis com o uso dominante, nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º.	O Projeto não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Espaços de Atividades Económicas</b>	<b>Artigo 38.º</b> 1 — Os espaços de atividades económicas têm como uso dominante a atividade industrial, podendo integrar outros usos, com exceção do uso habitacional, designadamente de armazenagem, logística, comércio, serviços, instalações complementares a estas atividades económicas e ainda equipamentos de utilização coletiva e espaços verdes, desde que sejam compatíveis com as atividades ali desenvolvidas e contribuam para a sua qualificação funcional e formal. 2 — Os espaços de atividades económicas podem incluir novos espaços a afetar a atividades económicas e áreas para ampliação ou para reformulação de espaços existentes que não se encontram totalmente infraestruturados, correspondendo, neste caso, a uma UOPG.	O projeto é compatível com os espaços de atividades económicas uma vez que se enquadra como uma atividade económica, desde que seja compatível com atividades desenvolvidas no local e contribua para a sua qualificação funcional e formal.	<b>Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, nos Espaços de atividades económicas estruturantes podem instalar -se atividades industriais de qualquer tipo, nos termos do regime de exercício da atividade industrial em vigor, bem como atividades de gestão de resíduos e de aproveitamento de recursos geológicos.</p> <p>5 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, nos Espaços de atividades económicas complementares poderão instalar -se atividades industriais que nos termos da lei, não estejam abrangidas pelos regimes de avaliação de impacte ambiental, prevenção e controle integrado de poluição, prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, e ainda indústrias cuja produção e gestão de resíduos implique vistoria prévia ao início da exploração por parte das entidades competentes.</p> <p>6 — Nos Espaços de atividades económicas especiais 1 permite-se a manutenção das atividades existentes ou a instalação de atividades industriais compatíveis com a categoria de solo rústico confinante.</p>		
<b>Espaços de Indústrias Isoladas</b>	<p><b>Artigo 74.º</b></p> <p>1 — Os espaços de indústrias isoladas compreendem áreas existentes com implantação de atividades industriais em meio rural, devendo ser objeto de um regime de uso de solo que garanta a sua contenção e o seu ordenamento numa ótica de sustentabilidade.</p> <p>2 — Nos espaços existentes de indústrias isoladas admitem-se os seguintes usos:</p> <p>a) Logística;</p> <p>b) Indústria dos tipos 1, 2 e 3 do SIR;</p> <p>c) Operações de gestão de resíduos.</p>	O Projeto não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Aglomerados Rurais</b>	<p><b>Artigo 75.º</b></p> <p>2 — Nos aglomerados rurais o uso dominante é o habitacional, podendo integrar como usos complementares o comércio, os serviços, o turismo, os equipamentos, as áreas verdes de utilização pública ou privada, e ainda como usos compatíveis o industrial e a armazenagem.</p>	O Projeto não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Regime dos Espaços Agrícolas de Produção - Aproveitamento Hidroagrícola do Carril</b>	<p><b>Artigo 53.º</b></p> <p>1 — Nos espaços agrícolas de produção, o regime de ocupação, uso e transformação do solo é o previsto no regime legal e regulamentar da RAN, no regime aplicável ao aproveitamento hidroagrícola do Carril, constante do artigo 95.º da versão atualizada do Decreto-Lei n.º 269/82 de 10 de julho, nas respetivas áreas de intervenção e, cumulativamente, o disposto no presente capítulo.</p> <p>Artigo 95.º do Decreto-Lei nº 269/82 - Proteção das áreas beneficiadas:</p> <p>1 - São proibidas todas e quaisquer construções, atividades ou utilizações não agrícolas de prédios ou parcelas de prédios das áreas beneficiadas, exceto as que, nos termos dos regulamentos provisório e definitivo da obra, forem admitidas como complementares da atividade agrícola.</p> <p>Aditado pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de abril que indica no artigo 3.º:</p> <p>A exploração dos aproveitamentos hidrelétricos das obras subordina-se, sempre, às necessidades hidroagrícolas.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Domínio Hídrico</b>	<p>Lei n.º 54/2005, de 11 de novembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2006, de 16 de janeiro, alterada pela Lei nº 78/2013, de 21 de novembro, pela Lei nº 34/2014, de 19 de junho e cuja última alteração é dada Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto).</p> <p>Deverá ser respeitada e não ocupada uma faixa de servidão de 10 m das margens de linhas de água não navegáveis.</p>	O Projeto deverá evitar de forma conservadora a ocupação de domínio hídrico. Caso essa ocupação seja inevitável, terá de ser requerida autorização/licenciamento da Agência Portuguesa do Ambiente/ARH, para ocupar parte do domínio, bem como o Projeto deverá garantir, na sua conceção	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
		medidas de minimização que garantam o escoamento natural do curso de água a afetar, por exemplo através de passagens hidráulicas.	
<b>Património Classificado ou em Vias de Classificação</b>	<p><b>Artigo 14.º</b></p> <p><b>2 — Para os imóveis classificados as intervenções permitidas e as medidas de proteção são as que decorrem da legislação em vigor sobre esta matéria.</b></p> <p>3 — O pedido de informação prévia e de licenciamento relativo a obras de reconstrução, ampliação, alteração e conservação de bens imóveis classificados ou em vias de classificação, inclui, obrigatoriamente, um relatório prévio elaborado nos termos dos artigos 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho.</p> <p>4 — Sem prejuízo das medidas que em concreto venham a revelar-se adequadas de acordo com a autorização dos serviços da Administração do património cultural, os órgãos e serviços competentes do município de Tomar devem, no exercício das respetivas competências, agir de modo que, nas intervenções que autorizam, sejam preservados a envolvente e os elementos fundamentais, que constituem a imagem ou as características gerais ou tipológicas dos imóveis.</p>	O projeto é compatível com esta classe de espaço se forem aplicadas medidas de proteção para este, de acordo com a legislação em vigor sobre esta matéria.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Outros Elementos do Património Não Classificados</b>	<p><b>Artigo 15.º</b></p> <p><b>2 — Todos os elementos identificados como outros elementos do património não classificados dispõem de uma faixa de proteção de 50 m para além dos seus limites físicos.</b></p> <p>3 — As intervenções a realizar nos elementos do património previstos no presente artigo obedecem às seguintes condições:</p> <p>a) Preservação das características originais, não comprometendo a respetiva linguagem arquitetónica, quer do ponto de vista estético, quer do ponto de vista volumétrico;</p> <p>b) Pretendendo-se introduzir qualquer novo uso, garantia da compatibilidade com as características arquitetónicas, estruturais ou com o valor cultural do elemento patrimonial em questão;</p> <p>c) Apresentação de um projeto de arranjos exteriores para a totalidade da área não edificada, no âmbito das intervenções a realizar nos elementos patrimoniais a que se refere o presente artigo, o qual pode ser dispensado pela Câmara Municipal, sob proposta do interessado, caso assim se justifique em função da natureza da intervenção;</p> <p>d) Realização de trabalhos arqueológicos (acompanhamento, prospeção, sondagem ou escavação) no caso de construções anteriores ao século XIX.</p>	O projeto terá de respeitar a faixa de proteção de 50 m em relação aos outros elementos do património não classificados.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Sítios Arqueológicos</b>	<p><b>Artigo 17.º</b></p> <p>3 — A disciplina jurídica a aplicar aos sítios arqueológicos é a que decorre da legislação de proteção do património arqueológico em vigor e das seguintes disposições:</p> <p>a) Deve ser privilegiada a proteção, conservação e se possível, a valorização dos vestígios arqueológicos nele existentes;</p> <p>b) Todas as operações urbanísticas e intervenções ao nível do solo e subsolo, incluindo os trabalhos de remodelação de terrenos na aceção do RJUE, <b>bem como as intervenções de natureza agrícola e florestal, nas áreas identificadas no Anexo V do Relatório de Fundamentação, ficam condicionadas à realização de trabalhos arqueológicos (acompanhamento, sondagem e escavação), nos termos e condições previstos na legislação aplicável;</b></p> <p>c) A utilização material dos solos e a remodelação de terrenos que impliquem revolvimento, remoção ou escavação, bem como as obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação ou demolição, têm de cumprir a legislação em vigor para a salvaguarda do património arqueológico.</p> <p>4 — O aparecimento de quaisquer vestígios arqueológicos durante a realização de operações urbanísticas ou outras atividades de utilização dos solos, implica:</p>	O projeto só é compatível com a classe de espaço referida se atender aos termos e condições previstos na legislação aplicável, sendo privilegiada a proteção, conservação e se possível, valorização dos vestígios arqueológicos nele existentes.	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>a) A suspensão imediata dos trabalhos e a comunicação da ocorrência à Câmara Municipal e aos serviços competentes em matéria de património cultural;</p> <p>b) A suspensão do prazo de vigência das licenças, autorizações ou comunicações prévias de operações urbanísticas ou de ações de arborização e rearborização, emitidas ou recebidas pela Câmara Municipal de Tomar, pelo período que durar a suspensão dos trabalhos;</p> <p>c) Os trabalhos suspensos só podem ser retomados após autorização serviços competentes em matéria de património cultural.</p> <p>5 — Para efeitos do presente artigo entende-se como vestígios arqueológicos o conjunto de artefactos, estruturas ou níveis estratigráficos, relacionados com a origem e evolução do homem, existentes em meio terrestre ou subaquático, que podem corresponder a um possível contexto arqueológico e cujo estado de preservação é indeterminado.</p>		
Estrutura Ecológica Municipal	<p><b>Artigo 27.º</b></p> <p>3 — Desde que não colidam com a legislação em vigor, e sem prejuízo do regime aplicável às categorias em que se integra, <b>nos solos que constituem a Estrutura Ecológica Estratégica só serão permitidas utilizações compatíveis com a preservação e manutenção dos sistemas ecológicos, nunca comprometendo a sua continuidade espacial.</b></p> <p>4 — <b>Nas obras de construção a realizar na Estrutura Ecológica Estratégica é obrigatória a apresentação de um estudo da sua integração na paisagem tendo em consideração as componentes ecológicas, visuais e sociais daquela Estrutura.</b></p>	O projeto só é compatível com os espaços da Estrutura Ecológica Municipal se preservar e manter os sistemas ecológicos, sendo obrigatória a apresentação de um estudo da sua integração na paisagem tendo em consideração as componentes ecológicas, visuais e sociais daquela Estrutura.	<b>Fortemente Condicionante</b>
Áreas de Elevada Suscetibilidade a Instabilidade de Vertentes	<p><b>Artigo 7.º</b></p> <p>4 — Nas áreas de instabilidade de vertentes integradas na REN, a edificação admitida nos termos do respetivo regime jurídico é precedida da realização de um estudo geológico e geotécnico que leve em conta os efeitos na envolvente.</p>	O projeto só é compatível com a classe de espaço referida se for realizado um estudo geológico e geotécnico que considere os efeitos nessa área.	<b>Condicionante</b>
Espaços de Exploração de Recursos Geológicos	<p><b>Artigo 62.º</b></p> <p>1 — Nos espaços de exploração de recursos geológicos o uso dominante corresponde à exploração e transformação de recursos geológicos, admitindo-se como atividades complementares, a construção, alteração e ampliação das edificações necessárias ao desenvolvimento daquela atividade, a qual deve salvaguardar a qualidade ambiental da envolvente e assegurar a minimização de impactes.</p> <p>2 — Após a cessação da atividade, deve ser promovida a sua recuperação e valorização paisagística, nos termos da legislação em vigor.</p>	O Projeto não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
Zona Geral de Proteção (ZGP)	<p><b>Decreto-Lei n.º 309/2009</b></p> <p><b>Artigo 37.º</b></p> <p>1 - A zona geral de proteção tem 50 m contados dos limites externos do bem imóvel e vigora a partir da data da decisão de abertura do procedimento de classificação.</p> <p>2 - Quando o limite da zona de geral de proteção abranja parcialmente um bem imóvel, considera-se o mesmo sujeito na sua totalidade ao regime aplicável aos bens imóveis situados na zona de proteção.</p>	O projeto tem de respeitar a servidão de 50 m dos limites externos do bem imóvel.	<b>Fortemente Condicionante</b>
Espaços Agrícolas de Produção	<p><b>Artigo 51.º</b></p> <p>2 — Os espaços agrícolas integram as seguintes subcategorias:</p> <p>a) Espaços agrícolas de produção (A1): correspondem às áreas integradas na RAN, em parte coincidentes com a zona de proteção da Albufeira de Castelo de Bode, constituindo solos de maior aptidão para a atividade agrícola, onde este uso deve ser salvaguardado;</p> <p><b>Artigo 52.º</b></p> <p>1 — Constitui uso dominante dos espaços agrícolas a produção agrícola.</p> <p>2 — Para além do disposto nos n.os 2 e 3 do artigo 46.º e sem prejuízo do regime da RAN, consideram- -se compatíveis com o uso dominante as instalações, as obras e as atividades seguintes:</p> <p>d) Instalações especiais afetas a unidades produtoras de energias renováveis, aproveitamentos hidroelétricos e hidroagrícolas;</p>	O projeto é compatível com o espaço pois como finalidade o apoio à atividade agrícola	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaços Verdes</b>	<b>Artigo 41.º</b> 1 — Os espaços verdes estão sujeitos às seguintes regras: a) Não é permitida a afetação destes espaços a outras finalidades; c) São interditas práticas que levem à destruição do solo e à remoção definitiva do coberto vegetal, com exceção das ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo e das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestados;	Sendo que o projeto tem finalidade agrícola, é compatível com o espaço	<b>Permitido</b>
<b>Espaços de equipamentos de utilização coletiva</b>	<b>Artigo 71.º</b> 1 — Os espaços de equipamentos de utilização coletiva estão vocacionados para a instalação de equipamentos com valências diversificadas para a população, de iniciativa pública, cooperativa ou privada.	O projeto é compatível com o tipo de espaço	<b>Permitido</b>
<b>Albufeira e Zona de Proteção</b>	<b>Artigo 6.º</b> d) “Zona de proteção da albufeira” — faixa terrestre de proteção à albufeira, com uma largura máxima de 500 m, medida na horizontal, a partir do NPA, correspondendo à zona de proteção da Albufeira de Castelo de Bode;	O projeto deve respeitar a zona de proteção da albufeira	<b>Interdito</b>
<b>Espaços de Ocupação Turística</b>	<b>Artigo 69.º</b> 1 — O desenho urbano a implementar deverá ser compatível com os usos pretendidos e com a paisagem e território onde se insere, devendo ser promovida uma ocupação de qualidade.	O projeto não é compatível com os usos pretendidos para este tipo de espaço	<b>Interdito</b>
<b>Zonas ameaçadas pela rutura da Barragem de Castelo de Bode</b>	<b>Artigo 21.º</b> 1 — <u>As zonas inundáveis por cheias técnicas, (...), correspondem às áreas máximas suscetíveis de serem atingidas, no caso de rutura das barragens.</u> 2 — No licenciamento de operações urbanísticas e nas autorizações de utilização das edificações localizadas em zonas ameaçadas por cheias técnicas, é <u>obrigatória a inclusão da menção da perigosidade de cheias.</u>	É necessário, no licenciamento do projeto, a menção da perigosidade de cheias	<b>Permitido</b>
<b>Zonas Ameaçadas pelas Cheias</b>	<b>Artigo 24.º</b> 3 — Sem prejuízo do estipulado no n.º 4 deste artigo, ocupação das zonas inundáveis obedece ainda às seguintes condições: b) Em solo rústico: i) É interdita a construção de novos edifícios, com exceção dos que sejam indispensáveis à atividade agrícola, desde que fique provado não existir localização alternativa na exploração agrícola;	O projeto deve conservar o local exceto se não existir localização alternativa	<b>Pouco Condicionante</b>
<b>Áreas de Elevada Perigosidade de Incêndios Florestais</b>	<b>DL n.º 82/2021 - Artigo 60.º</b> 2 — Excetuam -se da interdição estabelecida no número anterior: d) Obras destinadas a utilização exclusivamente agrícola, pecuária, aquícola, piscícola, florestal ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos, desde que a câmara municipal competente reconheça o seu interesse municipal e verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições: i) Inexistência de alternativa adequada de localização fora de APPS; ii) Adoção de medidas de minimização do perigo de incêndio a adotar pelo interessado, incluindo uma faixa de gestão de combustível com a largura de 100 m em redor do edifício ou conjunto de edifícios; iii) Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo; iv) Inadequação das edificações para uso habitacional ou turístico.	O projeto é compatível com o tipo de espaço	<b>Permitido</b>
<b>Zona Mista (ruído)</b>	<b>DL n.º 9/2007 - Artigo 11.º</b> 1 - Em função da classificação de uma zona como mista ou sensível, devem ser respeitados os seguintes valores limite de exposição: a) As zonas mistas não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador L (índice den), e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador L (índice n);	Tendo em conta a legislação em vigor, o projeto deve respeitar os limites estabelecidos	<b>Condicionante</b>
<b>Zonas Turísticas de Interesse</b>	<b>Artigo 81.º</b> 2 — As ZTI não constituem uma categoria funcional de solo, sendo -lhes aplicáveis os respetivos regimes de uso, com exceção do disposto no número seguinte. 3 — Nas ZTI a Câmara Municipal poderá inviabilizar a criação de instalações pecuárias, exploração de inertes, áreas industriais e logísticas, parques de sucata, indústrias isoladas ou outras ocupações que ponham em causa a qualidade ambiental ou paisagística e a instalação de empreendimentos turísticos ou estruturas de apoio a esta atividade.	O PDM não apresenta restrições neste tipo de espaço, no entanto, poderão existir restrições tendo em conta os regimes de uso da área em que se insere (urbano ou rústico)	<b>Condicionante ou Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Zona de Salvaguarda Natural - Carvalhais</b>	<b>Artigo 58.º</b> Nos espaços florestais, o corte ou arranque de quaisquer exemplares de <i>Quercus spp.</i> , que não sejam sobreiros ou azinheiras, depende de autorização da Câmara Municipal de Tomar.	Tendo em conta a legislação em vigor, caso o projeto atravessasse povoamento de sobreiros e/ou azinheiras, deve respeitar o DL n.º 69/2001 (autorização do ICNF), no caso dos restantes exemplares, o projeto necessita de autorização do Município para arranque ou corte. Em todo o caso, a localização do projeto deve salvaguardar estas zonas	<b>Condicionante</b>
<b>RAN</b>	<b>DL n.º 73/2009- Artigo 22.º</b> 1 - As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se, preferencialmente, nas terras e solos classificados como de menor aptidão, e quando estejam em causa: a) Obras com finalidade agrícola, quando integradas na gestão das explorações ligadas à atividade agrícola, nomeadamente, obras de edificação, obras hidráulicas, vias de acesso, aterros e escavações, e edificações para armazenamento ou comercialização;	O projeto é compatível com o uso de áreas RAN	<b>Permitido</b>
<b>REN - Áreas de Exclusão - área efetivamente já comprometida</b>	Ausências de referências específicas para este tipo de área no regulamento do PDM.	Ocupação não compatível com o projeto	<b>Interdito</b>
<b>REN - Áreas para satisfação de carências existentes</b>	Ausências de referências específicas para este tipo de área no regulamento do PDM.	A analisar nas fases seguintes do projeto, devendo ser respeitado o estabelecido na legislação da REN	<b>Condicionante</b>
<b>REN - Áreas Estratégicas de Proteção e Recarga de Aquíferos</b>	<b>DL nº 166/2008 - Anexo II (usos compatíveis)</b> II - INFRAESTRUTURAS a) Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canias, incluindo levadas	Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a comunicação prévia	<b>Condicionante</b>
<b>REN - Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo</b>	<b>DL nº 166/2008 - Anexo II (usos compatíveis)</b> II - INFRAESTRUTURAS a) Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canias, incluindo levadas	Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a comunicação prévia	<b>Condicionante</b>
<b>Zona Servidão de Tancos</b>	Dentro das zonas referidas no artigo 7.º não é permitida a existência de quaisquer plantações, estruturas, fios ou cabos aéreos e outros obstáculos, fixos ou móveis, cujas alturas excedam as cotas nele indicadas para as zonas em patamar ou as calculadas para as zonas da cota variável, considerando uniforme a variação destas, dentro de limites assinalados do mesmo artigo 7.º Art. 9.º A construção de edifícios ou outros obstáculos que não contrariem o disposto no artigo 8.º não carece de autorização prévia da autoridade militar competente, exceto se estiver abrangida pelo disposto nos artigos 4.º e 5.º deste decreto, ou no caso de se tratar de chaminés, cabos de alta tensão, zonas por urbanizar ou centros industriais.	O projeto não se enquadra no tipo de atividades ou usos interditos na zona de servidão militar de Tancos	<b>Permitido</b>
<b>Rede Elétrica</b>	<b>DR n.º 1/92</b> <b>Artigo 28.º (distância às árvores)</b> 3 - Com vista a garantir a segurança de exploração das linhas e para efeitos de aplicação do número seguinte, a zona de proteção terá uma largura máxima de: a) 15 m, para linhas de 2.ª classe; b) 25 m, para linhas de 3.ª classe de tensão nominal igual ou inferior a 60 kV; c) 45m, para linhas de 3.ª classe de tensão nominal superior a 60 kV. <b>Artigo 29.º</b>	Média Tensão (30 kV) da RND: - Árvores: servidão de 15m (7,5 para cada lado) - Edifícios: mín 4m - Obstáculos diversos: mín 3m Alta Tensão (50 kV) da RND: - Árvores: servidão 25m (12,5 para cada lado)	<b>Fortemente Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>1 - Na proximidade de edifícios, com exceção dos exclusivamente adstritos ao serviço de exploração de instalações elétricas, as linhas serão estabelecidas por forma a observar-se, nas condições de flecha máxima, o seguinte:</p> <p>a) Em relação às coberturas, chaminés e todas as partes salientes suscetíveis de serem normalmente escaladas por pessoas, os condutores nus deverão ficar, (...) a uma distância <math>D</math>, em metros, (...) <math>D = 3,0 + 0,0075 U</math> em que <math>U</math>, em kilovolts, é a tensão nominal da linha. <u>O valor de <math>D</math> não deverá ser inferior a 4 m.</u></p> <p>Artigo 30.º</p> <p>1- Na vizinhança de obstáculos (...) uma distância <math>D</math>, em metros, (...) <math>D = 2,0 + 0,0075 U</math> (...). <u>O valor de <math>D</math> não deverá ser inferior a 3 m.</u></p>	<p>- Edifícios: mín 4m</p> <p>- Obstáculos diversos: mín 3m</p> <p>Muito Alta Tensão (150 kV) da RNT:</p> <p>- Árvores: servidão 45m (22,5 para cada lado)</p> <p>- Edifícios: mín 4m</p> <p>- Obstáculos diversos: mín 3m</p>	
<b>Caminho Municipal</b>	<p><b>Artigo 85.º</b></p> <p>1 — As zonas de servidão rodoviária e as zonas de respeito aplicáveis às estradas que integram a Rede Rodoviária Nacional, às estradas regionais e às estradas nacionais desclassificadas, são as estabelecidas na Lei n.º 34/2015, de 27 de abril e para as estradas e <u>caminhos municipais as que constam do Lei n.º 2110</u>, de 19 de agosto de 1961.</p> <p><b>Lei n.º 2110 - Artigo 58.º</b></p> <p>Não é permitido efetuar qualquer construção nos terrenos à margem das vias municipais:</p> <p>1 - Dentro das zonas de servidão <i>non edificandi</i>, limitadas de cada lado da estrada por uma linha que dista do seu eixo 6 m e <u>4,5 m</u>, respetivamente para as estradas e caminhos municipais.</p> <p>As câmaras municipais poderão alargar as zonas de servidão <i>non edificandi</i> até ao máximo de 8 m e <u>6m</u> (...)</p>	O projeto deverá respeitar a faixa de servidão que poderá ser entre 4,5 a 6 m	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Zona Servidão Radioelétrica</b>	<p><b>DL n.º 597/73</b></p> <p><b>Artigo 6.º</b></p> <p>1 - As áreas sujeitas a servidão radioelétrica compreenderão:</p> <p>a) Zonas de libertação</p> <p>b) Zonas de desobstrução</p> <p><b>Artigo 7.º</b></p> <p>2 - As distâncias a considerar para o estabelecimento das zonas de libertação não poderão exceder os seguintes valores, a contar dos limites do respetivo centro radioelétrico:</p> <p>a) Zonas de libertação primárias: 500 m;</p> <p>b) Zonas de libertação secundárias: 4000 m.</p> <p><b>Artigo 11.º</b></p> <p>1 - A largura da zona de desobstrução medida perpendicularmente à linha reta que une os dois centros não deverá, em regra, exceder 50 m para cada lado dessa linha, (...).</p>	O projeto deve respeitar a zona de proteção indicada	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Perímetro de Proteção de Captação de Águas Subterrâneas destinadas ao abastecimento público - zona de proteção intermédia e alargada</b>	<p><b>DL n.º 382/99</b></p> <p><b>Artigo 6.º</b></p> <p>2 — Na zona de proteção intermédia podem ser interditas ou condicionadas as seguintes atividades e instalações quando se demonstrem suscetíveis de provocarem a poluição das águas subterrâneas:</p> <p>b) Usos agrícolas e pecuários;</p>	O projeto é compatível com o uso do solo nesta área, desde que não cause poluição das águas subterrâneas	<b>Permitido</b>
<b>Estação Elevatória de Água ou Reservatório</b>	<p><b>DL n.º 230/91 - Artigo 14.º</b></p> <p>2 - Não é permitido, sem licença, efetuar quaisquer obras nas faixas de terreno, denominadas "faixas de respeito", que se estendem até à distância de 10 m dos limites das parcelas de terreno de propriedade da EPAL, S. A., destinadas à implantação de aquedutos, condutas, reservatórios ou estações de captação, tratamento ou elevatórias.</p> <p>3 - Os pedidos de licença serão dirigidos ao Instituto Nacional da Água e apresentados na administração de recursos hídricos, territorialmente competente, a qual ouvirá a EPAL, S. A., e os submeterá a decisão daquele instituto.</p>	O projeto não pode, sem licença da CCDR LVT, efetuar construções numa faixa de 10 m.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Zona Especial de Defesa - Pedreira</b>	<p><b>DL n.º 270/2001 - Artigo 4.º</b></p> <p>1 - Sem prejuízo do disposto em lei especial, as zonas de defesa a que se refere o artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de Março, devem observar as <u>distâncias fixadas</u> em portaria de cativação e, na falta desta, as constantes do <u>anexo ii</u> do presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.</p> <p>2 - <u>As zonas de defesa previstas no número anterior devem ainda ser respeitadas sempre que se pretendam implantar, na vizinhança de</u></p>	O projeto deve respeitar a zona de defesa de 20 m. Caso não seja possível, é necessária autorização prévia	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	pedreiras, novas obras ou outros objetos referidos no anexo II e alheios à pedreira. Anexo II: Condutas e fluídos - distância de proteção 20 m. <b>DL n.º 90/90 - Artigo 38.º</b> 2 - A construção de obras a que seja inerente, nos termos do número anterior, uma zona de defesa que afete pedreiras já em exploração carece de autorização prévia, a conceder por despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território e da Indústria e Energia.		
Baixas Aluvionares	<b>Artigo 52.º</b> 2 — Para além do disposto nos n.os 2 e 3 do artigo 46.º e sem prejuízo do regime da RAN, consideram- -se compatíveis com o uso dominante as instalações, as obras e as atividades seguintes: d) Instalações especiais afetas a unidades produtoras de energias renováveis, aproveitamentos hidroelétricos e hidroagrícolas; nas condições definidas no n.º 4 do artigo 9.º do presente Regulamento. 4 — Nos espaços agrícolas, com exceção das áreas correspondentes às “baixas aluvionares”, e identificadas como tal na planta de condicionantes, são admitidas obras de construção de edificações para habitação, própria e permanente, do agricultor responsável pela exploração agrícola desde que proprietário do prédio (...)	O projeto é compatível com o tipo de espaço	Permitido
Habitats	<b>Artigo 28.º</b> Nas áreas da Estrutura Ecológica Municipal que incidem sobre a categoria dos Espaços florestais são aplicadas as normas de gestão dos recursos florestais previstas no Programa Regional de Ordenamento Florestal em vigor para os espaços florestais com as funções principais de “proteção” ou de “conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos”.	O projeto deve seguir as indicações dadas pelo ponto "Espaços florestais com Função de Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos" nos Capítulos E dos Documentos Estratégicos dos PROF abrangidos (Lisboa e Vale do Tejo, Centro Interior e Centro Litoral)	Condicionante
Instalações Pecuárias	PDM apenas refere regime para construção, alteração e ampliação de explorações pecuárias	O projeto não é compatível com os usos pretendidos para este tipo de espaço	Interdito
<b>PDM Torres Novas</b> (publicado através do Regulamento nº 16/97 de 5 de fevereiro, suspenso por iniciativa do Governo através do Regulamento nº 148/2006 de 6 de novembro, alterado pela adaptação através do Aviso nº 4735/2010 de 5 de março, alterado através do Aviso nº 4384/2014, alterado através do Aviso nº 5246/2019 de 25 de março, suspenso por iniciativa do município através do Aviso nº 8698/2019 de 20 de maio, suspenso por iniciativa do Município através do Aviso nº 9645/2021 de 20 de maio, alterado através do Aviso nº 11339/2021 de 18 de Junho, alterado por adaptação através do Aviso nº 12970/2021 a 9 de julho, com suspensão por iniciativa do município através do Aviso nº 18693/2021 de 1 de outubro)			
Espaço Florestal de Produção	<b>Artigo 38º</b> O espaço florestal de produção é destinado no seu uso geral dominante à produção silvícola, onde se deverá incentivar a ocupação por povoamentos regulares e puros de eucalipto ( <i>Eucalyptus globulus</i> ), pinheiro-bravo ( <i>Pinus pinaster</i> ), pinheiro-manso ( <i>Pinus pinea</i> ), cipreste ( <i>Cupressus sempervirens</i> ), choupo ( <i>Populus, spp.</i> ), nogueira ( <i>Juglans regia</i> ), plátano ( <i>Platanus hybrida</i> ), sobreiro ( <i>Quercus suber</i> ), carvalho ( <i>Quercus faginea</i> ), azinheira ( <i>Quercus rotundifolia</i> ), consoante as condições edafo-climáticas e o estabelecido no PDAR de Tomar para a subzona do Bairro, em que o concelho de Torres Novas se integra. <b>Artigo 39º</b> 3 — O espaço florestal de produção percorrido por incêndio está submetido às disposições estabelecidas na legislação aplicável, pelo que quando da sua ocorrência deve ser comunicada à Câmara Municipal de Torres Novas a sua delimitação para constar de um cadastro atualizado anualmente com referência a 31 de dezembro de cada ano. 4 — No espaço florestal de produção abrangido pela REN observam-se as disposições do seu regime jurídico e na área da RNPB — Reserva Natural do Paul do Boquilobo integrada na REN, aplicam-se ainda as disposições do Capítulo XVI-A, prevalecendo as mais restritivas.	O Projeto só é compatível com a classe de espaço referida se respeitar a legislação em vigor.	Condicionante

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaço Florestal de Proteção</b>	<p><b>Artigo 43º</b> 2 — No espaço florestal de proteção observam-se igualmente as disposições estabelecidas no artigo 39º para o espaço florestal de produção.</p> <p><b>Artigo 44º</b> No espaço florestal de proteção observam-se igualmente as disposições referidas no artigo 40º, sendo, contudo, interdito o licenciamento de edificação tendo por objetivo a sua utilização para grande superfície comercial, ou em local que afeta as comunidades de vegetação instaladas em funções de proteção.</p> <p><b>Artigo 40º</b> 2 — É admitido, a título excecional e sem constituir precedente ou expectativa de futura urbanização, o licenciamento de edificação indispensável à proteção e exploração silvícola desse espaço, bem como ainda de edificação utilizada para: a) Habitação do proprietário do terreno ou dos trabalhadores permanentes do mesmo; b) Estabelecimento hoteleiro ou similar de hoteleiro; c) Empreendimento turístico; d) Equipamento coletivo; e) Grande superfície comercial.</p> <p>3 — A parcela de terreno não deve estar condicionada por regime, servidão ou restrição que o contrarie, designadamente REN.</p>	O Projeto só é compatível com a classe de espaço referida se respeitar a legislação em vigor.	<b>Condicionante</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	<p>Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.</p> <p>Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> — Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Aproveitamento Hidroagrícola do Alvorão</b>	<p><b>Artigo 33.º</b> (...) 2 — O espaço agrícola da RAN — Aproveitamento Hidroagrícola do Alvorão está ainda abrangido pelo regime jurídico da REN, observando-se as disposições estabelecidas no artigo 30º.</p> <p><b>Artigo 30.º</b> 1 — No espaço agrícola da RAN abrangido pela REN observam-se também as disposições do seu regime jurídico. 2 — Quando se verifique o referido no nº 1, dever-se-ão assegurar as condições que permitam a manutenção das atividades tradicionais como uso preferencial dominante.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaço Agrícola Não Incluído na RAN</b>	<p><b>Artigo 36º</b> 2 — É admitido nos termos das disposições seguintes, a título excecional e sem constituir precedente ou expectativa de futura urbanização, o licenciamento de edificação utilizada para: (...) b) Instalação de apoio à atividade agrícola ou agropecuária;</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaço Agroflorestal</b>	<b>Artigo 47.º</b> 1 — No espaço agroflorestal observam-se, para cada área individualizada na planta de ordenamento, as disposições estabelecidas para o espaço agrícola não incluído na RAN se o uso dominante for agrícola, para o espaço florestal de produção se o uso dominante for florestal. 2 — No espaço agroflorestal abrangido pela REN observam-se as disposições do seu regime jurídico.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>RNPB — Reserva Natural do Paul do Boquilobo —</b>	<b>Artigo 52.º - O</b> 2 — Para além dos atos e atividades referidos no artigo 52.º -M, nas <b>áreas de proteção parcial</b> são ainda interditos os seguintes atos e atividades: <b>a) A abertura de poços ou furos de captação de água;</b> <b>b) A instalação de sistemas de rega;</b> c) A abertura de novos caminhos; d) A instalação de infraestruturas, com exceção das destinadas à gestão da reserva; e) As alterações ao uso do solo fora do âmbito e objetivos definidos no artigo anterior.  3 — Nas áreas de proteção parcial ficam sujeitas a autorização do ICNF, I. P., os seguintes atos e atividades: a) As operações de loteamento e a realização de obras de construção civil, de reconstrução, de ampliação e de demolição de quaisquer edificações, excetuando as obras de simples conservação, reparação ou limpeza; b) As alterações à morfologia do solo; c) As alterações à rede hidrográfica.  <b>Artigo 52.º - P</b>  2 - Nas <b>áreas de proteção complementar</b> ficam sujeitos a autorização do ICNF, I. P., os seguintes atos e atividades: b) As alterações ao uso atual do solo; c) A instalação ou alteração dos sistemas de rega; d) As alterações à morfologia do solo; e) As alterações à rede hidrográfica; f) A abertura de poços ou furos de captação de águas; g) A abertura de novos caminhos ou alteração dos existentes; h) A instalação de infraestruturas de uso agrícola, industrial ou comercial.	O Projeto não é compatível com as áreas de proteção parcial, mas é compatível com as áreas de proteção complementar com a autorização prévia do ICNF.	<b>Interdito</b> (áreas de proteção parcial)  <b>Condicionante</b> (áreas de proteção complementar)
<b>Espaço Agrícola da RAN</b>	<b>Artigo 31.º</b> No espaço agrícola da RAN é admitido como uso compatível o previsto no regime jurídico da RAN. <b>DL n.º 73/2009- Artigo 22.º</b> 1 - As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se, preferencialmente, nas terras e solos classificados como de menor aptidão, e quando estejam em causa: a) Obras com finalidade agrícola, quando integradas na gestão das explorações ligadas à atividade agrícola, nomeadamente, obras de edificação, obras hidráulicas, vias de acesso, aterros e escavações, e edificações para armazenamento ou comercialização;	O projeto é compatível com o uso de áreas RAN	<b>Permitido</b>
<b>PDM Torres Vedras</b> (Publicado através da RCM nº 144/2007 de 26 de setembro, retificado através do Regulamento nº 81/2008 de 15 de fevereiro, suspenso por iniciativa do governo através da RCM nº 64-A/2009, de 6 de agosto, suspenso por iniciativa do governo pela DECL RECT nº 71-A/2009 de 2 de outubro, suspenso através do aviso nº 9247/2010 de 7 de maio, retificado através do Edital nº157/2011 de 10 de fevereiro, alterado através do Aviso nº 927/2014 de 22 de janeiro, corrigido através da DECL nº 149/2014 de 12 de agosto, alterado através do Aviso nº 4757/2018 de 10 de abril, alterado através do Aviso nº 16588/2018 de 14 de novembro, alterado através do Aviso nº 12848/2019 de 12 de agosto, alterado através de Aviso nº 16863/2019 e 22 de outubro, alterado através do Aviso nº 17452/2019 de 30 de outubro, alterado através do Edital nº 730/2020 de 26 de junho e alterado através do Edital nº 1172/2020 de 30 de outubro)			
<b>Áreas de equipamento propostas</b>	<b>Artigo 32.º</b> 1 — As áreas de equipamento propostas destinam-se à prestação de serviços de interesse público no âmbito da saúde, educação cultura, desporto, serviço social, segurança e proteção civil, mercados e feiras.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>2 — Nas áreas de equipamento propostas, onde já existam edificações, estas podem ser recuperadas ou remodeladas, se tal não se mostrar incompatível com o uso dominante previsto.</p> <p>3 — Nas áreas de equipamento propostas, observar -se -á um regime transitório que antecederá a sua utilização para o uso público, e que consiste em não se permitir:</p> <p>a) A execução de novas edificações;</p> <p>b) Destruição do solo vivo e do coberto vegetal;</p> <p>c) Alterações à topografia do solo;</p> <p>d) Derrube de quaisquer árvores;</p> <p>e) Descarga de entulho de qualquer tipo.</p>		
<b>Espaços Agrícolas</b>	<p><b>Artigo 44.º</b></p> <p>1 — Nas áreas agrícolas especiais que integrem a RAN, o regime de ocupação, uso e transformação do solo é o previsto no respetivo regime jurídico e, cumulativamente o disposto no presente artigo.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Áreas Agroflorestais</b>	<p><b>Artigo 45.º</b></p> <p>1 — Nas áreas agroflorestais, os usos agrícola e florestal coexistem sem que qualquer deles seja dominante, encontrando -se delimitadas na planta de ordenamento.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Áreas de edificação dispersa</b>	<p><b>Artigo 47.º</b></p> <p>2 — Nestas áreas coexistem e interpenetram -se usos eminentemente agrícolas com algumas funções urbanas, podendo permitir -se, em determinadas condições a integração e a consolidação progressiva destas, desde que rigorosamente salvaguardados os valores paisagísticos, ambientais e mantida a produção agrícola.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida	<b>Permitido</b>
<b>Áreas Florestais</b>	<p><b>Artigo 49º</b></p> <p>Nas áreas florestais são permitidas obras de construção nova, alteração e ampliação nos seguintes casos:</p> <p>a) Edificações para o apoio à atividade florestal e agrícola;</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços naturais (áreas de proteção integral)</b>	<p><b>Artigo 53.º</b></p> <p>1 — Nas áreas de proteção integral são proibidas:</p> <p>a) Obras de construção e ampliação;</p> <p>b) Obras hidráulicas, exceto as de utilidade pública;</p> <p>c) Abertura e manutenção de vias de acesso viário e estacionamento;</p> <p>d) Circulação de veículos automóveis e ciclomotores;</p> <p>e) Instalação de linhas de comunicações e de abastecimento de energia aéreas;</p> <p>f) Instalação de painéis publicitários;</p> <p>g) Permanência de autocaravanas e prática de campismo fora dos parques de campismo.</p>	Uma vez que o projeto tem finalidade agrícola, só é compatível com a classe de espaço referida se não realizar qualquer uma das atividades mencionadas no artigo 53.º	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Espaços canais rodoviários</b>	<p><b>Artigo 63.º</b></p> <p>1 — Os espaços -canais estão sujeitos a todas as disposições relativas a condicionamentos, servidões e restrições de utilidade pública previstas nos respetivos regimes legais.</p> <p>2 — Os espaços -canais rodoviários propostos destinam-se a salvaguardar os espaços necessários à implantação de vias municipais previstas ou alargamento de vias existentes e são constituídos por corredores com 12 m, 50 m ou 100 m de largura, conforme a sua relevância, até à existência de projeto aprovado.</p>	O Projeto terá de respeitar as servidões em vigor para cada espaço.	<b>Fortemente condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Elementos do património natural, arqueológico e arquitetónico (outros valores a proteger)</b>	<b>Artigo 66.º</b> 1 - Nas áreas de salvaguarda dos elementos do património natural, arqueológico e arquitetónico são interditas todas as ações que possam prejudicar os edifícios e ocorrências que aquelas pretendem proteger. 2 — A área de salvaguarda dos elementos do património natural, arqueológico e arquitetónico considerados valores a proteger, constantes do anexo II, abrange a área envolvente ao elemento, até 50 metros, medidos a partir dos limites exteriores do mesmo.	O projeto só é compatível com a classe de espaço referida se cumprir os limites da área de salvaguarda indicada.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Faixa de Proteção Costeira (ZTP)</b>	<b>Artigo 67.º-F</b> 1 — Na Faixa de Proteção Costeira (ZTP) são permitidas as seguintes ações e atividades, mediante autorização das entidades legalmente competentes: s) Construção de infraestruturas de irrigação ou de adução de águas residuais e desde que não haja alternativa.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida, com autorização prévia das entidades competentes.	<b>Condicionante</b>
<b>Faixa de Proteção Complementar (ZTP)</b>	<b>Artigo 67.º-G</b> 1 — Na Faixa de Proteção Complementar (ZTP) são interditas as operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ampliação, com exceção das seguintes situações: b) <b>Instalações ligeiras de apoio aos sectores da agricultura</b> e floresta, ambiente, energia, recursos geológicos, telecomunicações e a empreendimentos turísticos, designadamente apoios a piscinas;	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>	Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.  Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> — Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Reserva Agrícola Nacional (RAN)</b>	O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que “as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”. Indica também que podem apenas “ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”.	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<p align="center"><b>PDM Vila Franca de Xira</b>  (revisto através do Aviso nº 20905/2009 de 18 de novembro, alterado por adaptação através do Aviso nº 14674/2010 de 23 de julho, retificado através do Aviso nº 16081/2010 de 11 de agosto, corrigido através da declaração DECL nº 173/2013 de 8 de agosto, alterado através do Aviso nº 10348/2013 a 16 de agosto, alterado por adaptação através da declaração DECL nº 14/2017 de 8 de março, alterado através do Aviso nº 12851/2019 de 12 de agosto, alterado através do Aviso nº 2537/2021 a 9 de fevereiro e pelo Aviso nº 2537/2021 de 9 de fevereiro e suspenso pelo Aviso nº 16658/2022 de 25 de agosto)</p>			
<b>Solo Rural</b>	<p><b>Artigo 12.º</b>  O Solo Rural é constituído pelas seguintes categorias e respetivas subcategorias de espaço:</p> <p>a) Espaços Agrícolas:</p> <p>i) Espaços Agrícolas de Produção Tipo I;</p> <p>ii) Espaços Agrícolas de Produção Tipo II;</p> <p>iii) Espaços Agrícolas Complementares;</p> <p>b) Espaços Florestais;</p> <p>c) Espaços Naturais; (..)</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Reserva Natural do Estuário do Tejo</b>	<p><b>Artigo 13.º</b>  (...)  4 — Nos espaços integrados na Reserva Natural do Estuário do Tejo, na Zona de Proteção Especial e Sítio do Estuário do Tejo aplica-se a legislação específica.</p> <p><b>De acordo com Decreto-Lei n.º 140/2002, relativo às Zonas de Proteção Especial e Sítio do Estuário do Tejo:</b>  <b>Artigo 7.º</b></p> <p>2 - Sem prejuízo dos restantes condicionalismos legais, ficam sujeitos a parecer vinculativo do ICN os seguintes atos e atividades:</p> <p>a) Alteração do uso atual dos terrenos das zonas húmidas ou marinhas, bem como as alterações à sua configuração e topologia, sem prejuízo da inerente ao desenvolvimento das práticas agrícolas tradicionais;</p> <p>b) Alteração do uso agroflorestal atual de uma propriedade quando ultrapasse os 5 ha em mancha contínua ou descontínua;</p> <p><b>c) Alterações à morfologia do solo, com exceção das decorrentes das normais atividades agrícolas e florestais;</b></p> <p>d) A realização de obras de construção civil fora dos perímetros urbanos, com exceção das obras de reconstrução, ampliação, demolição e conservação;</p> <p>(...)</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Agrícolas de Produção Tipo I</b>	<p><b>Artigo 15.º</b></p> <p>1 — Os Espaços Agrícolas de Produção Tipo I integrados na RNET, na ZPE, no Sítio do Estuário do Tejo e na REN, na RAN e nos Aproveitamentos Hidroagrícolas estão condicionados à legislação que lhes é aplicável.</p> <p>2 — Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, são admitidas as infraestruturas previstas no número 2 do 0 e é permitida a construção nova tendo em vista as seguintes ocupações e utilizações, sujeitas a parecer das entidades competentes:</p> <p>a) Construções para apoio à atividade agrícola;</p> <p>b) Empreendimentos de turismo da natureza;</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Agrícolas de Produção Tipo II (N/REN)</b>	<p><b>Artigo 17.º</b></p> <p>Estes espaços correspondem aos restantes solos incluídos em Reserva Agrícola Nacional e às áreas vitais do PROTAML.</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços agrícolas de Produção Tipo II (REN e RAN)</b>	<p><b>Artigo 18.º</b></p> <p>1 — Os Espaços Agrícolas de Produção Tipo II integrados na REN e na RAN estão condicionados à legislação que lhes é aplicável.</p> <p>(..)</p>	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido Condicionante (REN)</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaços agrícolas complementares</b>	<b>Artigo 20.º</b> Estes espaços constituem áreas não integradas na Reserva Agrícola Nacional, mas cujas características pedológicas, de ocupação actual ou de localização, os potenciam para possíveis usos agrícolas.	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>Espaços florestais</b>	<b>Artigo 23.º</b> 2 — Os espaços florestais destinam -se à preservação e regeneração natural do coberto florestal e dos valores naturais da paisagem e à promoção do controlo de erosão e da estabilidade e diversidade ecológica. <b>Artigo 24.º</b> 1 — Nestes espaços devem ser preservadas as características naturais e potenciadas as possibilidades de revitalização biofísica, com vista ao equilíbrio e à diversidade paisagística e ambiental, sendo permitidas ações que visem acelerar a evolução das sucessões naturais, com manutenção ou introdução de matas de folhosas autóctones, com aplicação de técnicas culturais não degradantes dos recursos em proteção.	O projeto é compatível com a classe de espaço referida caso garanta a preservação e regeneração natural do coberto florestal e dos valores naturais da paisagem, e promova o controlo de erosão e da estabilidade e diversidade ecológica.	<b>Condicionante</b>
<b>Espaços naturais</b>	<b>Artigo 25.º</b> 1 — Os espaços naturais caracterizam -se por integrar áreas de Elevado valor paisagístico e ambiental, nas quais se privilegia a salvaguarda das suas características essenciais e são fundamentais para a conservação da natureza e diversidade biológica e paisagística. <b>Artigo 26.º</b> 2 — Nestes espaços apenas se permitem atividades socioculturais, de recreio, de desporto e lazer, compatíveis com a natureza e condicionantes legais aplicáveis.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Espaços de indústria extrativa (espaços consolidados)</b>	<b>Artigo 27.º</b> Os Espaços Consolidados são aqueles onde ocorre atividade produtiva significativa e que correspondem a parte das áreas concessionadas licenciadas ou em vias de licenciamento. <b>Artigo 28º</b> Nos espaços consolidados é admitida a instalação dos respetivos anexos de pedreira e infraestruturas de apoio à atividade extrativa nos termos da legislação em vigor	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Núcleos edificados das quintas</b>	<b>Artigo 37.º</b> Estes espaços correspondem a uma forma de povoamento típica associada à história da atividade agrícola no Município (...) <b>Artigo 38.º</b> 1 — Constituem objetivos de ordenamento destes Espaços a preservação da qualidade arquitetónica e ambiental, através da viabilização de usos compatíveis, condicionada à conservação, reconstrução, alteração e ampliação controladas das edificações existentes, desde que se destinem a: b) Apoio das atividades agrícolas ou florestais; (...)	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, é compatível com a classe de espaço referida caso preservem a qualidade arquitetónica e ambiental destes espaços.	<b>Condicionante</b>
<b>Solos urbanizados (Espaços urbanizados a reestruturar)</b>	<b>Artigo 45.º</b> Os Espaços Urbanizados a reestruturar correspondem a áreas de génese ilegal, que se encontram maioritariamente edificadas, mas cujo solo foi objeto de operações físicas de parcelamento destinadas à construção.	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p><b>Artigo 46.º</b></p> <p>2 — Nestes espaços são admitidos os usos habitacional e anexos, comércio, serviços, equipamentos de utilização coletiva e espaços verdes públicos e privados, e ainda estabelecimentos industriais do tipo 3 e outras atividades desde que compatíveis com o uso dominante, designadamente com o uso habitacional.</p>		
<b>Espaços de equipamentos</b>	<p><b>Artigo 48.º</b></p> <p>Os Espaços de Equipamento delimitados na Planta de Ordenamento correspondem a espaços onde são prestados serviços à população, nomeadamente no âmbito da saúde, da educação, da segurança social e da prevenção e segurança, onde são facultadas as condições para a prática de atividades desportivas e de recreio e lazer, bem como de atividades culturais.</p>	Uma vez que o Projeto tem finalidade agrícola, não é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Interdito</b>
<b>Zonas Inundáveis</b>	<p><b>Artigo 69º</b></p> <p>b) Sempre que existam linhas de água associadas zonas inundáveis, a ocupação destes espaços fica condicionada à execução da obra de regularização integral das mesmas;</p>	O Projeto só é compatível com esta classe de espaço se respeitar a legislação vigente.	<b>Condicionante</b>
<b>Imóveis Classificados e Imóveis em Vias de Classificação</b>	<p><b>Artigo 86º</b></p> <p>1 — Os Imóveis Classificados e em Vias de Classificação encontram-se identificados na Planta de Ordenamento, na Planta de Condicionantes e no Anexo II do presente Regulamento.</p> <p>2 — As intervenções permitidas e medidas de proteção relativas aos imóveis constantes do número anterior são as que decorrem da legislação em vigor sobre esta matéria.</p>	Nesta classe de espaço a construção de infraestruturas está condicionada pela legislação em vigor sobre esta matéria.	<b>Condicionante</b>
<b>Áreas de risco geotécnico</b>	<p><b>Artigo 93.º</b></p> <p>1 – Nas áreas desaconselháveis à construção:</p> <p>a) Com exceção de muros e infraestruturas urbanas como águas, esgotos, eletricidade e telecomunicações, a construção só é permitida caso seja comprovado por estudo geotécnico de maior detalhe, pelo menos à escala 1: 2 000, que a configuração da área desaconselhável à construção é diferente da identificada na Planta de Ordenamento ou que se verifica a ausência dos condicionamentos naturais que originaram essa classificação;</p> <p>2 — Nas áreas muito condicionadas à construção:</p> <p>a) Quando se localizam em solo urbano, devem ser ocupadas por espaços a afetar a estrutura ecológica urbana, e só podem ser edificadas nos casos em que se mostre ser absolutamente necessário, ou a menos que seja comprovado por estudo geotécnico de maior detalhe, pelo menos na escala 1: 2 000, que a configuração da área muito condicionada à construção é diferente da identificada na Planta de Ordenamento ou que se verifica a ausência dos condicionamentos naturais que originaram essa classificação;</p> <p>b) É obrigatório realizar campanhas de prospeção, visando o reconhecimento das condições geológico -geotécnicas e a caracterização específica dos condicionalismos geotécnicos que as afetam;</p> <p>c) Em caso de construção nova, alteração e reconstrução de edifícios existentes devem ser implementados sistemas de monitorização e observação.</p>	A construção na classe de espaço referida está “condicionada à prévia elaboração de estudo geotécnico de detalhe para a zona a ocupar, que comprove a inexistência de riscos para a segurança de pessoas e bens”.	<b>Fortemente condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>RAN</b>	O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional é dado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. No seu artigo 21.º são definidas as ações interditas nas áreas afetas ao regime da RAN. É ainda referenciado, no artigo 22.º, que <i>“as utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificados como de menor aptidão”</i> . Indica também que podem apenas <i>“ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN”</i> .	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na RAN.	<b>Permitido</b>
<b>PDM Vila Nova da Barquinha</b> (Publicado através da RCM nº 116/94 de 15 de novembro, alterada através da RCM nº 132/97 de 12 de agosto, alterada por adaptação através do Aviso nº 21046/2010 de 20 de outubro e retificado através da declaração nº 178/2012 de 6 de setembro)			
<b>Espaços Naturais</b>	<b>Artigo 20º</b> (..)  2- Nos casos em que estes espaços abranjam áreas classificadas como Reserva Ecológica Nacional, a sua utilização rege-se pela legislação em vigor aplicável.	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Condicionante</b>
<b>Elementos do Património Cultural</b>	<b>Artigo 10º</b>  O património cultural no concelho de Vila Nova da Barquinha corresponde as seguintes categorias de elementos: a) Monumentos e imóveis de interesse público (..) b) Locais de Interesse arqueológico (..) (...)  3- Sem prejuízo da zona de proteção do património cultural dispõem de uma área de proteção de 50 metros para além dos seus limites físicos.	O Projeto não é compatível com esta classe de espaço.	<b>Interdito</b>
<b>Espaços Florestais</b>	<b>Artigo 19.º</b>  Estes Espaços ficam sujeitos aos seguintes condicionamentos: a) Para cada parcela pode ser autorizada a construção isolada de edificações destinadas a equipamentos, a habitação para proprietários ou titulares dos direitos de exploração, a trabalhadores permanentes, a turismo de habitação, turismo rural e agroturismo, o <b>apoio de explorações agrícolas</b> e florestais e instalações de vigilância e combate a incêndios florestais, bem como outras de reconhecido interesse municipal.  Regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação nº 204/2008, de 21 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.  Das ações compatíveis com REN, assinala-se o seguinte ao abrigo das seguintes alíneas do número II – Infraestruturas do Anexo II do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto: <b>Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas.</b> – Estão sujeitas a comunicação prévia da CCDR as infraestruturas em leitos e margens do rio e dunas costeiras interiores. São proibidas construção nas restantes áreas de proteção litoral.	O Projeto tem finalidade agrícola, e, portanto, é compatível com a classe de espaço referida.	<b>Permitido</b>
<b>REN</b>	<b>DL nº 166/2008 - Anexo II (usos compatíveis)</b> II - INFRAESTRUTURAS a) Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canias, incluindo levadas	Dependendo se a área abrangida é escarpas, zonas de máxima infiltração, de risco de erosão, etc, poderá ser interdito ou compatível sujeito a autorização e/ou comunicação prévia	<b>Condicionante a Interdito</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>RAN</b>	<b>DL n.º 73/2009- Artigo 22.º</b> 1 - As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se, preferencialmente, nas terras e solos classificados como de menor aptidão, e quando estejam em causa: a) Obras com finalidade agrícola, quando integradas na gestão das explorações ligadas à atividade agrícola, nomeadamente, obras de edificação, obras hidráulicas, vias de acesso, aterros e escavações, e edificações para armazenamento ou comercialização;	O projeto é compatível com o uso de áreas RAN	<b>Permitido</b>
<b>Gasoduto</b>	<b>DL n.º 374/89 - Artigo 10.º</b> 4 - A servidão de passagem de gás implica as seguintes restrições para a área sobre que é aplicada: c) É proibida a construção de qualquer tipo, mesmo provisória numa faixa de 10 m para cada lado do eixo longitudinal do gasoduto	Para ser compatível com esta classe de espaço, o Projeto terá de respeitar a servidão aplicada. (nota: DL de vigência condicionada)	<b>Condicionante</b>
<b>Servidões Aeronáuticas do Aeródromo de Tancos</b>	<b>Artigo 21.º</b> Estes espaços são constituídos pelo polígono militar de Tancos, cuja utilização e regime de servidões administrativas e restrições de utilidade pública são estabelecidos na legislação aplicável em vigor. <b>Decreto n.º 49396</b> <b>Artigo 2.º</b>	As áreas circundantes ao polígono de Tancos contêm proibições e necessidades de autorização para qualquer ação ou atividade. Logo, o projeto deverá evitar estas áreas	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Zona de 2ª servidão do polígono de Tancos</b>	1 - Consideram-se também sujeitas a servidão militar as seguintes áreas de terreno exteriores ao polígono militar de Tancos: - A área circular, englobando a central elevatória de águas, existente em Constância, de raio de 50 m com centro no posto de transformação desta central - A faixa de terreno de 50 m, ao longo da conduta de água desde o Tejo até esta central, contados 25 m para cada lado da conduta. <b>Artigo 4.º</b> Na 1ª zona de servidão do polígono militar de Tancos (...) é proibida, sem autorização prévia da autoridade militar competente, a execução de trabalhos ou atividades descritos no artigo 9.º e seu n.º 1 da Lei n.º 2078, de 11 de julho de 1955. <b>Artigo 5.º</b> Na 2ª zona de servidão, definida no artigo 3.º, serão permitidas as construções isoladas e outros trabalhos que não infrinjam o disposto no artigo 7.º, mas, sem autorização prévia da autoridade militar competente, são proibidos: a) Trabalhos de levantamento fotográfico, topográfico ou hidrográfico (...) e) Outros trabalhos ou atividades que possam inequivocamente prejudicar a segurança das instalações militares do Aeródromo de Tancos e a execução das missões que competem à Força Armada <b>Artigo 6.º</b> É mantida (...) uma área de desobstrução delimitada por um círculo com raio de 5 km (...) prolongando-se segundo os eixos das pistas, por corredores com 2,5 km de largura e 10 km de comprimento (...) <b>Artigo 9.º</b> A construção de edifícios ou outros obstáculos que não contrariem o disposto no artigo 8.º não carece de autorização prévia (...) exceto se estiver abrangida pelo disposto nos artigos 4.º e 5.º deste decreto (...)		
<b>Rede Viária</b>	<b>Artigo 37.º</b> Todas as estradas nacionais a desclassificar, integradas no sistema primário, continuarão sujeitas, após a desclassificação, ao respetivo regime atual de proteções legais. <b>Lei n.º 34/2015, Artigo 32.º</b> 8 - Após a publicação do ato declarativo de utilidade pública dos prédios e da respetiva planta parcelar, as zonas de servidão non aedificandi das novas estradas, bem como das estradas já existentes, têm os seguintes limites: a) Autoestradas e vias rápidas: 50 m para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 m da zona da estrada; b) IP: 50 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 20 m da zona da estrada; c) IC: 35 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 15 m da zona da estrada; d) EN e restantes estradas a que se aplica o presente Estatuto: 20 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 5 m da zona da estrada; e) Nós de ligação: um círculo de 150 m de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas.	O PDM apresenta faixas de proteção provisórias para as propostas de vias indicadas na planta de condicionantes. Caso ainda não seja definitivo, o projeto deve respeitar as distâncias indicadas no artigo 37.º. Caso se confirme que as estradas já estão devidamente classificadas, as distâncias <i>non edificandi</i> respeitadas são as mencionadas na Lei n.º 34/2015.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Aterro Sanitário</b>	<b>Artigo 43.º</b> 5 - For a dos espaços urbanos é <u>interdita a edificação a menos de 200 m</u> , contados a partir dos seus limites exteriores, de estações de	O projeto é compatível com a área de proteção envolvente ao aterro	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	tratamento de águas residuais e de áreas ocupadas por <u>depósitos</u> ou estações de tratamento de <u>resíduos sólidos</u> . 7 - Nas faixas de proteção a que se refere o n.º 5 são apenas permitidas explorações agrícolas e florestais, sendo proibida a abertura de poços ou furos que se destinem à captação de água para consumo doméstico.		
<b>PDM Vila Velha de Ródão</b> <b>Revisto pelo Aviso n.º 13372/2015, de 23 de outubro; alteração pela Declaração n.º 113/2021, de 10 de agosto, com suspensão das normas não atualizadas até à data.</b>			
<b>Espaços Agrícolas</b>	<b>Artigo 14.º</b> 7 - Na área de intervenção do Parque Natural do Tejo Internacional (POPNTI) são interditos os seguintes atos e atividades:	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na nos espaços agrícolas do PDM.	<b>Permitido</b>
<b>Áreas Naturais Tipo I</b>	<b>Artigo 35.º</b> 1 — Nas Áreas Naturais de tipo I integradas no PNTI (“Áreas de proteção total”) é interdita a edificação, bem como os atos e atividades constantes no ponto 7 do Artigo 14.º deste Regulamento. 4 — Nas Áreas Naturais de tipo I integradas no perímetro proposto para a UOPG4 (Parque Natural Regional do Almourão), até à elaboração de Plano de Ordenamento específico, serão consideradas medidas especiais de proteção que se traduzem, para além das condições e restrições previstas em legislação específica, na interdição das seguintes ações, ocupações, utilizações e atividades: a) A alteração à morfologia do solo, nomeadamente por novos povoamentos florestais ou sua reconversão, escavações ou aterros, abertura de poços, furos e captações, excetuando as atividades previstas no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, nomeadamente pontos de água destinados ao combate de incêndios florestais; b) A modificação do coberto vegetal através da realização de cortes rasos de povoamentos florestais, bem como pela redução do coberto arbóreo ou arbustivo e pelo corte individual de espécies arbóreas e arbustivas autóctones, excetuando as situações de prevenção devidamente enquadradas em instrumentos válidos de ordenamento florestal, as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios e as operações de manutenção e limpeza das faixas de proteção a infraestruturas de suporte a atividades de interesse geral, decorrentes da aplicação de disposições legais e regulamentares; c) A abertura de novas vias de comunicação ou acesso, bem como o alargamento ou a correção do perfil das já existentes, excetuando os melhoramentos da rede viária no que diz respeito ao socorro e à emergência, nomeadamente no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios; d) O corte, extração, pesquisa ou exploração de recursos geológicos, nomeadamente de massas minerais e inertes; e) A destruição ou o desmantelamento de muros, divisórias ou outras construções que integrem o valor natural paisagístico classificado; f) A destruição ou delapidação de bens culturais inventariados ou geossítios; g) A colheita, captura, apanha, abate, detenção, transporte ou comercialização de indivíduos ou parte de indivíduos de quaisquer espécies, vegetais ou animais, sujeitas a medidas de proteção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo a destruição de ninhos ou a apanha de ovos, a perturbação ou a destruição dos seus habitats; h) A introdução de espécies não indígenas; i) A florestação ou reflorestação com espécies de rápido crescimento; j) A prática de atividades desportivas motorizadas suscetíveis de provocarem poluição sonora ou aquática ou que, pela sua natureza específica, ponham em risco objetivo os valores naturais presentes na área protegida, nomeadamente as modalidades de desporto automóvel que se destinem a veículos todo -o -terreno; k) A realização de quaisquer trabalhos ou obras de construção civil, designadamente novos edifícios, reconstrução, ampliação ou demolição de edificações, excetuando as obras de simples conservação, restauro, reparação ou limpeza. <b>Artigo 14.º</b> 7 - Na área de intervenção do Parque Natural do Tejo Internacional (POPNTI) são interditos os seguintes atos e atividades: a) A instalação de estabelecimentos industriais dos tipos 1 e 2	Em áreas abrangidas pelo Parque Natural do Tejo Internacional, é interdita qualquer intervenção. Nas áreas abrangidas pelo Parque Natural Regional de Almourão, enquanto não é aprovado um plano de ordenamento específico, as restrições são as mencionadas no ponto 4 do Artigo 35.º. Tendo em conta que seria necessária a modificação da morfologia do solo, abertura de novos acessos, trabalhos e obras de construção civil, entre outros, considera-se, tendo em conta a tipologia do projeto, interdição.	<b>Interdito</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal de Tipo I</b>	<b>Artigo 22.º</b> 4 — Nas restantes Áreas de Uso Múltiplo de tipo I é permitida a edificação nova tendo em vista as ocupações e utilizações seguintes, sem prejuízo, em especial, do necessário cumprimento das condicionantes relativas a estruturas naturais com estatuto de proteção legalmente regulado, nomeadamente os mencionados na alínea b) do n.º 1 do artigo anterior: b) <u>Instalações de apoio às atividades agrícolas e florestais;</u>	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos nos espaços agrícolas do PDM.	<b>Permitido</b>
<b>Rede Rodoviária</b>	<b>Artigo 87.º</b> 1 — O regime de proteção de cada via é o estabelecido pela <u>legislação em vigor para a Rede Rodoviária Nacional e Estradas Regionais</u> e o estabelecido na lei ou em regulamento municipal para a <u>Rede Rodoviária Municipal</u> . 3 — As faixas de proteção para as vias municipais existentes estão relacionadas com a função e o nível de serviço a desempenhar pela infraestrutura rodoviária, constituindo áreas não edificáveis com as seguintes dimensões: a) As vias que integram o Sistema primário têm uma faixa de proteção de 20 metros; b) As vias que integram o Sistema secundário têm uma faixa de proteção de 12 metros; c) As vias que integram o Sistema terciário têm uma faixa de proteção de 10 metros. <b>Lei n.º 34/2015, Artigo 32.º</b> 8 - Após a publicação do ato declarativo de utilidade pública dos prédios e da respetiva planta parcelar, as zonas de servidão non aedificandi das novas estradas, bem como das estradas já existentes, têm os seguintes limites: a) <u>Autoestradas e vias rápidas: 50 m para cada lado do eixo da estrada</u> e nunca a menos de 20 m da zona da estrada; b) <u>IP: 50 m para cada lado do eixo da estrada</u> ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 20 m da zona da estrada; c) <u>IC: 35 m para cada lado do eixo da estrada</u> ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 15 m da zona da estrada; d) <u>EN e restantes estradas a que se aplica o presente Estatuto*: 20 m para cada lado do eixo da estrada</u> ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 5 m da zona da estrada; e) Nós de ligação: um círculo de 150 m de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas. <b>*[Artigo 2.º]</b> a) Às estradas regionais (ER); b) Às estradas nacionais (EN) desclassificadas, ainda não entregues aos municípios; c) Às ligações à rede rodoviária nacional, em exploração à data da entrada em vigor do presente Estatuto.	Para a via IP5/A23, deverá ser respeitada a zona de servidão de 50 m, para cada lado. Para EN, deverá ser respeitada a zona de servidão de 20 m para cada lado. Para os CM (Rede Rodoviária Municipal - sistema terciário), deverá ser respeitada a faixa de proteção de 10 m.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Áreas Florestais de Produção</b>	<b>Artigo 32.º</b> 5 — É permitida a edificação nova tendo em vista as ocupações e utilizações seguintes: b) <u>Instalações de apoio às atividades agrícolas e florestais;</u>	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos nas áreas florestais de produção do PDM.	<b>Permitido</b>
<b>Áreas Agrícolas de Produção</b>	<b>Artigo 17.º</b> 4 — É permitida a edificação nova tendo em vista as ocupações e utilizações seguintes: b) <u>Instalações de apoio às atividades agrícolas e florestais;</u>	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos nas áreas agrícolas de produção do PDM.	<b>Permitido</b>
<b>ETA</b>	<b>Artigo 89.º</b> 4 — Sem prejuízo da legislação aplicável, não é permitido efetuar alterações na topografia do terreno, nem quaisquer ações suscetíveis de comprometer a estabilidade e funcionamento das condutas adutoras e estações de tratamento de águas instaladas e construídas, devendo ser considerados, para efeitos de licenciamento ou comunicações prévias de operações urbanísticas, os seguintes afastamentos mínimos: a) 5 metros para cada um dos lados dos eixos das condutas adutoras; b) <u>10 metros a partir dos limites exteriores das estações de tratamento de águas.</u>	Deve-se respeitar o afastamento da ETA de 10 m a partir dos limites exteriores	<b>Condicionante</b>
<b>ETAR</b>	<b>Artigo 90.º</b> 1 — Sem prejuízo da legislação aplicável, não é permitido efetuar alterações na topografia do terreno, nem quaisquer ações suscetíveis de comprometer a estabilidade e funcionamento das infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais instaladas e construídas, devendo ser considerados, para efeitos de licenciamento ou comunicações prévias de operações urbanísticas, os seguintes afastamentos mínimos:	Deve-se respeitar o afastamento da ETAR de 50 m a partir dos limites exteriores	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	a) 5 metros para cada um dos lados dos eixos dos emissários; b) 50 metros em torno dos limites exteriores das Estações de Tratamento de Águas Residuais (com exceção de muros de vedação).		
<b>Captações de Água para Abastecimento Público</b>	<b>Artigo 89.º</b> 2 — Até à aprovação do perímetro de proteção das captações de água para abastecimento público, é considerada uma <u>zona de proteção de 50 metros</u> definida a partir da captação.	Deve-se respeitar a faixa de proteção de 50 m, centrada no ponto de captação	<b>Condicionante</b>
<b>Património Arqueológico</b>	<b>Artigo 80.º</b> 4 — Ao património arqueológico aplica -se a <u>legislação de proteção em vigor</u> , sendo desde logo aplicável, nos termos da lei, <u>o princípio da conservação pelo registo científico</u> , podendo justificar alterações ao projeto capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso das obras, caso se comprove haver elevado interesse patrimonial. 5 — Nos locais assinalados como <u>património arqueológico na Planta de Ordenamento</u> e na Planta dos Valores Culturais, identificados no Anexo I do presente Regulamento, <u>todas as intervenções que envolvam obras de edificação, obras de demolição, operações de loteamento, obras de urbanização e trabalhos de revolvimento ou remoção de solos</u> ficam condicionadas à realização prévia de trabalhos arqueológicos, efetuados nos termos da legislação em vigor, imprescindíveis à aprovação e execução das intervenções pretendidas.	Para ser compatível com esta classe de espaço, o Projeto terá de respeitar a legislação em vigor.	<b>Condicionante</b>
<b>Espaços Uso Especial</b>	<b>Artigo 58.º</b> As obras de alteração e ampliação de edifícios e de construção de novos edifícios tem que cumprir os seguintes parâmetros: a) O índice máximo de impermeabilização do solo é de 70 %; b) O índice máximo de utilização do solo é de 0,5; c) O número máximo de pisos é 3 e a altura máxima da fachada é 12 m, com exceção para partes dos edifícios cuja natureza funcional e técnica exija alturas de fachada superiores.	Para ser compatível com esta classe de espaço, o Projeto terá de respeitar a legislação em vigor.	<b>Condicionante</b>
<b>Rede Ferroviária</b>	<b>Artigo 4.º</b> 2 — As servidões de linha a que este artigo se refere podem ser constituídas: a) Por despacho do ministro da tutela, após audição do proprietário interessado, conferindo-lhe a indemnização pelos prejuízos que sofrer, calculada nos termos da legislação de expropriações por utilidade pública; b) Por acordo, formalizado em escritura pública, entre a REFER, E. P., e o proprietário do prédio a onerar; c) Por usucapião, por decurso do prazo de 10 anos após a realização da obra ferroviária. <b>Artigo 15.º</b> 1 — Nos prédios confinantes ou vizinhos das linhas férreas ou ramais ou de outras instalações ferroviárias em relação às quais se justifique a aplicação do presente regime, nomeadamente as subestações de tração elétrica, é proibido: a) Fazer construções, edificações, aterros, depósitos de materiais ou plantação de árvores a distância inferior a 10 m, sem prejuízo do disposto no nº 2; b) Fazer escavações, qualquer que seja a profundidade, a menos de 5 m da linha férrea, sem prejuízo do disposto no nº 3.	Para ser compatível com esta classe de espaço, o Projeto terá de respeitar a legislação em vigor.	<b>Condicionante</b>
<b>Áreas Florestais de Conservação</b>	<b>Declaração n.º 113/2021</b> Segundo o Decreto -Lei n.º 25/2021, de 29 de março, declara -se: 1 — Que, na área abrangida pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional, no Município de Vila Velha de Ródão, se <u>encontram suspensas as normas do plano territorial identificadas no Anexo à presente Declaração (inclui Artigo 29.º do PDM - Áreas Florestais de Conservação)</u> , até à conclusão do procedimento de atualização do mesmo. 2 — Que <u>durante o período de suspensão e na área referida não poderá haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo.</u>	Tendo em conta o disposto, é proibida qualquer ação de uso do solo nas áreas florestais de conservação	<b>Interdito</b>
<b>Geossítios</b>	<b>Artigo 83.º</b> 2 — Nos locais com interesse geológico identificados na Planta de Ordenamento como geossítios são proibidas todas as ações que, de algum modo, danifiquem a integridade dos bens identificados. 3 — As intervenções admitidas nestas áreas, em função da categoria de uso do solo, apenas podem ser concretizadas desde que precedidas de um estudo geológico subscrito por técnico legalmente habilitado, que avalie a implicação da intervenção nos bens em causa e defina as necessárias medidas de salvaguarda.	Aquando das ações de ocupação e transformação do solo, o projeto deve evitar a zona envolvente ao geossítio de forma a não o prejudicar	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	4 — As alterações do coberto vegetal, da topografia do terreno com recurso a escavação ou aterro, ou da drenagem de águas pluviais, só serão autorizadas desde que seja devidamente demonstrado não provocarem danos nos elementos a salvar		
<b>Sítios com Interesse</b>	<b>Artigo 82.º</b> 2 — As intervenções a realizar nestes sítios devem contribuir para a promoção da sua imagem do sítio, integrando -se harmoniosamente na paisagem, e na linguagem arquitetónica construída, se existir, nomeadamente através da utilização de materiais tradicionais.	Aquando das ações de ocupação e transformação do solo, o projeto deve evitar a zona envolvente ao sítio com interesse de forma a não o prejudicar	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Espaços Atividades Económicas</b>	<b>Artigo 55.º</b> 1 — Nos Espaços de atividades económicas a ampliação e alteração de edifícios, bem como a edificação nova, têm que cumprir os seguintes parâmetros: a) O índice máximo de utilização admitido é de 0,60; b) O índice máximo de impermeabilização é de 80 %; c) A altura da fachada do volume edificado não pode exceder os 12 metros, exceto nos casos tecnicamente justificados; d) Sem prejuízo da necessidade de cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente no que respeita às condições de segurança contra incêndios em edifícios, o afastamento mínimo da edificação face ao limite frontal do lote é de 10 metros e, face ao limite lateral e de tardoz, é de 6 metros, com exceção para as fachadas das construções geminadas ou em banda coincidentes com a estrema do lote ou parcela.	Para ser compatível com esta classe de espaço, o Projeto terá de respeitar a legislação em vigor.	<b>Condicionante</b>
<b>Espaços Atividades Económicas Urbanizáveis</b>	<b>Artigo 65.º</b> 1 — Estes espaços têm que ser objeto de plano de pormenor ou integrar uma unidade de execução, e cumprir os seguintes condicionamentos e parâmetros: a) Tem de ser assegurada uma correta integração paisagística e atender-se às condições morfológicas do terreno, sendo obrigatório proceder ao tratamento dos espaços exteriores; b) A criação obrigatória de uma zona de proteção envolvente da área industrial, com a largura mínima de 10 metros entre os limites dos lotes e o limite exterior da zona industrial, ocupada no mínimo em 60 % da sua extensão por cortina arbórea e arbustiva, que deve dar prioridade à manutenção da vegetação original; c) O tratamento das áreas não impermeabilizadas como espaços verdes, preferencialmente, arborizados; d) O índice máximo de utilização ao lote de 0,60; e) O índice máximo de impermeabilização ao lote de 70 %; f) A altura da fachada não deve exceder os 16 metros, exceto nos casos tecnicamente justificados; g) Sem prejuízo da necessidade de cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente no que respeita às condições de segurança contra incêndios em edifícios, o afastamento mínimo da edificação face ao limite frontal do lote é de 10 metros e, face ao limite lateral e de tardoz, é de 6 metros, com exceção para as fachadas das construções geminadas ou em banda coincidentes com a estrema do lote ou parcela; h) A frente de lote não pode ser inferior a 20 metros; i) A obrigatoriedade de prever áreas de carga e descarga de veículos pesados.	Para ser compatível com esta classe de espaço, o Projeto terá de respeitar a legislação em vigor.	<b>Condicionante</b>
<b>Unidades Operativas de Planeamento e Gestão</b>	<b>Artigo 102.º</b> 2 — Na programação e execução das UOPG aplica -se o regime de cada categoria de espaço abrangida, salvo se disposto de forma diferente no artigo seguinte sendo, para essas UOPG, atribuídos parâmetros específicos que assumem caráter excecional.	Para ser compatível com esta classe de espaço, o Projeto terá de respeitar a legislação em vigor na(s) áreas abrangidas pelas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.	<b>Condicionante</b>
<b>Áreas Residenciais Tipo II</b>	<b>Artigo 51.º</b> 2 — Nestes espaços predominam usos habitacionais, comércio e serviços, sendo ainda permitidos usos como equipamentos e espaços verdes de utilização coletiva, turismo, estabelecimentos industriais tipo 3 e outras atividades compatíveis com o uso dominante.	Não se incluindo o projeto em nenhuma das definições e tipos de edificações permitidas e definidas para as Áreas Residenciais, não é lógico o uso desta(s) área(s)	<b>Interdito</b>
<b>Outro Património Cultural</b>	<b>Artigo 81.º</b> 3 — São admitidas obras de alteração e ampliação, desde que não desvirtuem as características arquitetónicas e volumétricas do existente.	O projeto deve respeitar, dentro do possível, o património cultural	<b>Pouco Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	4 — A demolição total ou parcial destes bens só é admitida por razões que ponham em causa a segurança de pessoas e bens, de salubridade e higiene, devendo ser precedida de vistoria por parte da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão.		
<b>Zonas Mistas</b>	<b>Artigo 94.º</b> 1 — O PDM identifica zonas mistas e zonas de conflito, definidas da seguinte forma: a) As zonas mistas correspondem às áreas integradas em perímetro urbano, com exceção dos Espaços de e para atividades económicas, e ainda aos Espaços destinados a equipamentos e outras estruturas, não podendo ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador de ruído diurno -entardecer -noturno (Lden), e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador de ruído noturno (Ln); b) São ainda equiparados a zonas mistas os recetores sensíveis localizados em solo rural, sem representação gráfica;	Tendo em conta a definição dada pelo PDM, e que não existem regimes específicos para estas zonas, conclui-se que não existem interdições a construções e edificação, desde que se respeite os níveis máximos de ruído identificados na fase de construção do projeto	<b>Pouco Condicionante</b>
<b>Espaços Industriais</b>	<b>Artigo 40.º</b> 3 — Nestes espaços é permitida a ampliação de edifícios e a construção de novos edifícios. <b>Artigo 41.º</b> As obras de ampliação de edifícios e de construção de novos edifícios têm que cumprir os seguintes requisitos: a) A integração paisagística tem que ser respeitada, bem como as condições morfológicas do terreno; b) A altura máxima da fachada não pode ultrapassar os 16 metros, excetuando -se os casos tecnicamente justificados; c) O índice máximo de impermeabilização do solo é de 60 %; d) O índice máximo de ocupação do solo é de 50 %.	Para ser compatível com esta classe de espaço, o Projeto terá de respeitar os requisitos em vigor.	<b>Condicionante</b>
<b>RAN</b>	<b>DL 73/2009 - Artigo 22.º</b> 1 - As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se, preferencialmente, nas terras e solos classificados como de menor aptidão, e quando estejam em causa: d) Instalações ou equipamentos para produção de energia a partir de fontes de energia renováveis	O projeto é compatível com a área RAN	<b>Permitido</b>
<b>Obras de Aproveitamento Hidroagrícola</b>	<b>DL N.º 269/82 - Artigo 95.º</b> 1 - São proibidas todas e quaisquer construções, atividades ou utilizações não agrícolas de prédios ou parcelas de prédios das áreas beneficiadas, exceto as que, nos termos dos regulamentos provisório e definitivo da obra, forem admitidas como complementares da atividade agrícola.	Sendo o projeto classificado como complementar à atividade agrícola, considera-se que não existem restrições quanto à ocupação de solo	<b>Permitido</b>
<b>Espaços Agrícolas</b>	<b>Artigo 14.º</b> 7 - Na área de intervenção do Parque Natural do Tejo Internacional (POPNTI) são interditos os seguintes atos e atividades:	O projeto tem finalidade agrícola, o que confere compatibilidade com o usos permitidos na nos espaços agrícolas do PDM.	<b>Permitido</b>
<b>Leitos de cursos de água</b>	<b>DL n.º 166/2008 - Anexo II (a que se refere o artigo 20.º)</b> II - INFRAESTRUTURAS f) Produção e distribuição de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis	Sujeito a comunicação prévia	<b>Condicionante</b>
<b>Albufeiras e faixas de proteção</b>		Interdito nos leitos; sujeito a comunicação na faixa de proteção contígua à margem	
<b>Cabeceiras das linhas de água</b>		Sujeito a comunicação prévia	
<b>Áreas de máxima infiltração</b>		Sujeito a comunicação prévia	
<b>Zonas ameaçadas por cheias</b>		Sujeito a comunicação prévia	
<b>Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios</b>	DL n.º 82/2021 - Artigo 80.º São revogados: a) O Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na sua redação atual	Tendo em conta o contexto legal atual, não foram identificadas quaisquer restrições ou requisitos de uso de solo em zonas percorridas por incêndios	<b>Permitido</b>
<b>Perigosidade Incêndio Alta e Muito Alta</b>	<b>DL n.º 82/2021 - Artigo 60.º</b> 2 — Excetuam -se da interdição estabelecida no número anterior:	Sujeito a parecer da Câmara Municipal	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>(Aplica-se legislação para APPS)</b>	d) Obras destinadas a utilização exclusivamente agrícola, pecuária, aquícola, piscícola, florestal ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos, desde que a câmara municipal competente reconheça o seu interesse municipal e verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições: i) Inexistência de alternativa adequada de localização fora de APPS; ii) Adoção de medidas de minimização do perigo de incêndio a adotar pelo interessado, incluindo uma faixa de gestão de combustível com a largura de 100 m em redor do edifício ou conjunto de edifícios; iii) Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo; iv) Inadequação das edificações para uso habitacional ou turístico.		
<b>Rede Rodoviária (IP/AE, ER, estradas desclassificadas)</b>	<b>Lei n.º 34/2015 - Artigo 32.º</b> 8 - Após a publicação do ato declarativo de utilidade pública dos prédios e da respetiva planta parcelar, as zonas de servidão non aedificandi das novas estradas, bem como das estradas já existentes, têm os seguintes limites: a) Autoestradas e vias rápidas: 50 m para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 m da zona da estrada; b) IP: 50 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 20 m da zona da estrada; c) IC: 35 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 15 m da zona da estrada; d) EN e restantes estradas a que se aplica o presente Estatuto: 20 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 5 m da zona da estrada; e) Nós de ligação: um círculo de 150 m de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas.	Para ser compatível com esta classe de espaço, o Projeto terá de respeitar as zonas de servidão em vigor.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Marcos geodésicos</b>	<b>DL n.º 143/82 - Artigo 22.º</b> 4 - Em qualquer caso, esta zona de respeito será constituída por uma zona circunjacente ao sinal, <u>nunca inferior a 15 m de raio</u> .	Para ser compatível com esta classe de espaço, o Projeto terá de respeitar a zona circundante de proteção.	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Leitos de cursos de água</b>	<b>Lei n.º 31/2016 - Artigo 21.º</b> 2 — Nas parcelas privadas de leitos ou margens de águas públicas, bem como no respetivo subsolo ou no espaço aéreo correspondente, não é permitida a execução de quaisquer obras permanentes ou temporárias sem autorização da entidade a quem couber a jurisdição.	Carece de autorização da autoridade competente	<b>Condicionante</b>
<b>Linhas Elétricas</b>	<b>DR n.º 1/92</b> <b>Artigo 28.º (distância às árvores)</b> 3 - Com vista a garantir a segurança de exploração das linhas e para efeitos de aplicação do número seguinte, a zona de proteção terá uma largura máxima de: a) 15 m, para linhas de 2.ª classe; b) 25 m, para linhas de 3.ª classe de tensão nominal igual ou inferior a 60 kV; c) 45m, para linhas de 3.ª classe de tensão nominal superior a 60 kV. <b>Artigo 29.º</b> 1 - Na proximidade de edifícios, com exceção dos exclusivamente adstritos ao serviço de exploração de instalações elétricas, as linhas serão estabelecidas por forma a observar-se, nas condições de flecha máxima, o seguinte: a) Em relação às coberturas, chaminés e todas as partes salientes suscetíveis de serem normalmente escaladas por pessoas, os condutores nus deverão ficar, (...) a uma distância D, em metros, (...) $D = 3,0 + 0,0075 U$ em que U, em kilovolts, é a tensão nominal da linha. <u>O valor de D não deverá ser inferior a 4 m.</u> <b>Artigo 30.º</b> 1- Na vizinhança de obstáculos (...) uma distância D, em metros, (...) $D = 2,0 + 0,0075 U$ (...). <u>O valor de D não deverá ser inferior a 3 m.</u>	Média Tensão (30 kV) da RND: - Árvores: servidão de 15m (7,5 para cada lado) - Edifícios: mín 4m - Obstáculos diversos: mín 3m Alta Tensão (50 kV) da RND: - Árvores: servidão 25m (12,5 para cada lado) - Edifícios: mín 4m - Obstáculos diversos: mín 3m Muito Alta Tensão (150 kV) da RNT: - Árvores: servidão 45m (22,5 para cada lado) - Edifícios: mín 4m - Obstáculos diversos: mín 3m	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Gasodutos</b>	<b>DL n.º 374/89 - Artigo 10.º</b> 4 - A servidão de passagem de gás implica as seguintes restrições para a área sobre que é aplicada: c) É proibida a construção de qualquer tipo, mesmo provisória numa faixa de 10 m para cada lado do eixo longitudinal do gasoduto	Para ser compatível com esta classe de espaço, o Projeto terá de respeitar a servidão aplicada. (nota: DL de vigência condicionada)	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Azinheira</b>	<b>DL n.º 69/2001 - Artigo 3.º</b> 1 — O corte ou arranque de sobreiros e azinheiras, em povoamento ou isolados, <u>carece de autorização</u> , nos termos do presente artigo. 2 — Excetuam-se do disposto no n.º 1 os cortes em desbaste de acordo com o previsto no plano de gestão florestal aprovado pela Direcção-Geral das Florestas, caso em que apenas é necessário comunicar previamente, com antecedência mínima de 30 dias, o início da sua execução à Direcção Regional de Agricultura competente, que notificará os serviços do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território no prazo de 5 dias quando ocorram em áreas classificadas.	O projeto deve salvaguardar esta classe de espaço. Caso seja necessário o corte ou arranque destes exemplares apenas será permitido em caso de estarem isolados (sem ser em povoamento), sendo que o mesmo carece de autorização do ICNF.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Sobreiro</b>	3 — O corte ou arranque de sobreiros e azinheiras em povoamentos pode ser autorizado nos seguintes casos: a) Em desbaste, sempre com vista à melhoria produtiva dos povoamentos e caso não exista um plano de gestão florestal aprovado pela Direcção-Geral das Florestas; b) Em cortes de conversão nas condições admitidas no n.º 2 do artigo 2.º; c) Por razões fitossanitárias, nos casos em que as características de uma praga ou doença o justifiquem.		
<b>Rede Natura 2000</b>	<b>DL n.º 140/99 - Artigo 9.º</b> 2 - Até à revisão ou alteração dos planos especiais de ordenamento do território aplicáveis e, nas áreas não abrangidas por aqueles planos, sempre que os relatórios dos planos municipais de ordenamento do território aplicáveis não contenham a fundamentação referida na alínea a) do n.º 3 do artigo anterior, <u>dependem de parecer favorável do ICN ou da comissão de coordenação e desenvolvimento regional competente</u> : a) A realização de obras de construção civil fora dos perímetros urbanos, (...)	O projeto carece de parecer favorável da autoridade competente para poder usar áreas abrangidas pela Rede Natura.	<b>Condicionante</b>
<b>Aproveitamento hidroagrícola</b>	<b>DL N.º 269/82 - Artigo 95.º</b> 1 - São proibidas todas e quaisquer construções, atividades ou utilizações não agrícolas de prédios ou parcelas de prédios das áreas beneficiadas, exceto as que, nos termos dos regulamentos provisório e definitivo da obra, forem admitidas como complementares da atividade agrícola.	Sendo o projeto classificado como complementar à atividade agrícola, considera-se que não existem restrições quanto à ocupação de solo	<b>Permitido</b>
<b>PDM Constância</b> (Publicado através do Aviso nº 10012/2015 de 2 de setembro, retificado através da Declaração nº 1112/2015 de 18 de dezembro e alterado através do Aviso nº 1611/2021 de 1 de setembro)			
<b>Espaços Florestais</b>	<b>Artigo 9.º</b> 1 — O solo rústico integra as seguintes categorias e subcategorias de espaço: b) Espaços Florestais <b>Artigo 11.º</b> 1 — Sem prejuízo da legislação em vigor, no solo rural são permitidas as seguintes ocupações e utilizações: a) Implantação de infraestruturas, designadamente, de telecomunicações, de gás, de água, de esgotos, de energia elétrica e de produção de energias renováveis, bem como de infraestruturas viárias e obras hidráulicas; <b>Artigo 19.º</b> 4 — É permitida a construção nova tendo em vista as ocupações e utilizações seguintes: b) Instalações de apoio às atividades agrícolas e florestais que contribuam para reforçar o potencial produtivo da exploração agrícola a comprovar por declaração emitida pela entidade competente	Tendo em conta que Espaços Florestais estão incluídos em Solo Rústico, são permitidas obras hidráulicas. Especificamente, sobre Espaços Florestais, o PDM menciona permissão de instalações de apoio, com parecer positivo da entidade competente e obedecendo aos requisitos de edificabilidade do Quadro 3.	<b>Permitido a Pouco Condicionante (dependendo do elemento do projeto)</b>
<b>Espaços Agrícolas de Produção</b>	<b>Artigo 16.º</b> 4 — As infraestruturas previstas no n.º 1, do Artigo 11.º só são permitidas desde que não exista alternativa de localização fora destes Espaços. 5 — É permitida a construção nova, tendo em vista as ocupações e utilizações seguintes e mediante a comprovação da sua necessidade pelos serviços setoriais competentes: a) Instalações de apoio às atividades agrícolas e florestais, que contribuam para reforçar o potencial produtivo da exploração agrícola a comprovar por declaração emitida pela entidade competente	Projeto compatível com a área em questão, considerando a impossibilidade de realocação do projeto e parecer positivo quanto aos edifícios de apoio	<b>Permitido a Pouco Condicionante (dependendo do elemento do projeto)</b>
<b>Espaços Naturais e Paisagísticos</b>	<b>Artigo 22.º</b> 2 — Nos Espaços Naturais e Paisagísticos são permitidas as seguintes ocupações e utilizações:	Estando integrado em solo rústico, este tipo de espaço permite obras hidráulicas e	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	a) Atividades ambientais que promovam a manutenção e valorização de sistemas biofísicos fundamentais na estrutura ecológica municipal, incluindo a atividade agrícola, quando se trata de zona terrestre;	tendo em conta o artigo 22.º, o projeto é compatível com o espaço	
<b>Rede Rodoviária (distribuidora, principal, local)</b>	<p><b>Artigo 65.º</b></p> <p>1 — O regime de proteção de cada via é o estabelecido pela legislação em vigor para a rede rodoviária nacional e o estabelecido na lei ou em regulamento municipal para a rede rodoviária municipal.</p> <p><b>Lei n.º 34/2015, Artigo 32.º</b></p> <p>8 - Após a publicação do ato declarativo de utilidade pública dos prédios e da respetiva planta parcelar, as zonas de servidão non aedificandi das novas estradas, bem como das estradas já existentes, têm os seguintes limites:</p> <p>a) Autoestradas e vias rápidas: 50 m para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 m da zona da estrada;</p> <p>b) IP: 50 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 20 m da zona da estrada;</p> <p>c) IC: 35 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 15 m da zona da estrada;</p> <p>d) EN e restantes estradas a que se aplica o presente Estatuto*: 20 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 5 m da zona da estrada;</p> <p>e) Nós de ligação: um círculo de 150 m de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas.</p>	O projeto deve respeitar as faixas de proteção associadas à via intersetada	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Outras Infraestruturas - Bombagem ou Tratamento de Águas Residuais</b>	<p><b>Artigo 68.º</b></p> <p>1 — A implantação de novas estações de tratamento de águas residuais (ETAR) está sujeita a legislação específica.</p> <p>2 — As novas ETAR têm uma faixa de proteção de 50 metros a partir dos seus limites exteriores, onde é interdita a edificação com exceção de muros de vedação.</p> <p>3 — No caso de edifícios de habitação, equipamentos e turismo, é proibida a sua construção, numa faixa de 200 metros de largura à volta dos limites exteriores das ETAR.</p> <p>4 — Nas faixas de proteção referidas nos números anteriores são apenas permitidas explorações florestais.</p>	Tendo em conta o artigo 68.º, não existe servidões relativamente a estruturas de tratamento de águas residuais existentes.	<b>Permitido</b>
<b>Espaço Destinado a Equipamentos</b>	<p><b>Artigo 30.º</b></p> <p>1 — Neste espaço são admitidos equipamentos de utilização coletiva destinados à prática de atividades culturais, de recreio e lazer, podendo ainda contemplar outras funções de apoio, bem como locais de entretenimento complementares.</p> <p>2 — É admitida a ampliação dos equipamentos existentes, bem como a implementação de novos equipamentos, desde que se destinem a atividades complementares às realizadas nos equipamentos existentes, de zonas verdes e de estabelecimentos de restauração e bebidas de apoio aos equipamentos.</p>	Pelo artigo 30.º, conclui-se que o projeto não se enquadra nos objetivos do tipo de espaço. No entanto, devido a se enquadrar em solo rústico, segundo o artigo 11.º, o projeto será compatível com o espaço em questão	<b>Permitido</b>
<b>Valores Culturais - Imóveis de Interesse Público</b>	<p><b>Artigo 62.º</b></p> <p>1 — Para o Património classificado as intervenções permitidas e as medidas de proteção são as que decorrem da legislação em vigor sobre esta matéria.</p> <p><b>Lei n.º 107/2001 - Artigo 43.º</b></p> <p>1 - Os bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, beneficiarão automaticamente de uma zona geral de proteção de 50 m, contados a partir dos seus limites externos, cujo regime é fixado por lei.</p> <p>2 - Os bens imóveis classificados nos termos do artigo 15.º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, devem dispor ainda de uma zona especial de proteção, a fixar por portaria do órgão competente da administração central ou da Região Autónoma quando o bem aí se situar.</p> <p>3 - Nas zonas especiais de proteção podem incluir-se zonas non aedificandi.</p> <p>4 - As zonas de proteção são servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cérceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente.</p> <p><b>DL n.º 309/2009 - Artigo 36.º</b></p> <p>1 - Os bens imóveis em vias de classificação beneficiam automaticamente de uma zona geral de proteção.</p> <p>2 - Os bens imóveis em vias de classificação podem beneficiar, em alternativa à zona de proteção prevista no número anterior, de uma zona especial de proteção provisória.</p> <p>3 - Os bens imóveis classificados beneficiam de uma zona especial de proteção.</p>	Tendo em conta a classe de espaço, o projeto deve respeitar a zona de proteção indicada na legislação em vigor. Caso o imóvel em questão disponha de zona especial de proteção, o projeto deve obedecer aos requisitos especificados	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaços de Uso Especial - Espaços Turísticos</b>	<b>Artigo 47.º</b> 1 — É admitida a ampliação dos edifícios existentes, bem como a implementação de novos edifícios, desde que salvaguardadas as características de integração das edificações e o valor paisagístico específico de cada espaço.	De acordo com o artigo 47.º, não há menção sobre interdição relativamente a atividades inerentes ao projeto. Tendo em conta que este tipo de espaço pertence à classificação de solo rústico, de acordo com o artigo 11.º, será compatível o projeto com o uso de solo neste tipo de espaço	<b>Permitido</b>
<b>Unidades Operativas de Planeamento e Gestão</b>	<b>Artigo 87.º</b> 2 — Na programação e execução das UOPG aplica-se o regime de cada categoria de espaço abrangida, salvo se disposto de forma diferente no artigo seguinte, sendo para essas UOPG atribuídos parâmetros específicos que assumem caráter excecional, nomeadamente no caso das U2 e U3. <b>Artigo 88.º</b> 1 — O ordenamento da U1 — Zona Industrial Sul de Montalvo, orienta-se pelas seguintes disposições: b) Regime de edificabilidade e forma de execução: i) O índice médio de utilização é 0,72, aplicado à totalidade da U1 excluída das áreas já ocupadas;	A UOPG (U1) em questão encontra-se em espaço florestal. Tendo isso em conta, o projeto é compatível caso respeite os requisitos do uso desse tipo de solo e respeite o índice de utilização indicado no artigo 88.º	<b>Pouco Condicionante</b>
<b>Espaços Destinados a Núcleos Edificados de Quintas</b>	<b>Artigo 27.º</b> 1 — Nestes espaços deve ser salvaguardada a manutenção da atividade agrícola, em associação e complementaridade com outras atividades compatíveis, bem como preservada a sua qualidade arquitetónica e ambiental. 2 — As intervenções nestes espaços devem ocorrer mediante a conservação, reconstrução, alteração e ampliação de edifícios existentes, admitindo -se ainda a reconversão das utilizações existentes, desde que se destinem a: b) Apoio das atividades agrícolas ou florestais;	Tendo em conta o artigo 27.º, o projeto é compatível com o tipo de espaço em questão	<b>Permitido</b>
<b>Estrutura Ecológica Municipal - Corredor do Zêzere</b>	<b>Artigo 71.º</b> 1 — Sem prejuízo das servidões administrativas e restrições de utilidade pública, nas áreas da Estrutura Ecológica Municipal aplica-se o regime das categorias e subcategorias de espaço definidas no presente Regulamento, cumulativamente com as disposições do presente artigo.	O projeto deve respeitar as disposições do ponto 2 e ter em conta restrições das subcategorias abrangidas pela Estrutura Ecológica Municipal.	<b>Condicionante</b>
<b>Estrutura Ecológica Municipal - Faixa de 1km à Baixa Aluvionar do Rio Tejo</b>	2 — Nas áreas abrangidas pela Estrutura Ecológica Municipal, para além do disposto para as diferentes subcategorias de espaço, têm que ser cumpridas as seguintes disposições: a) Preservação dos seguintes elementos da paisagem: i) Estruturas tradicionais associadas à atividade agrícola nomeadamente eiras, poços, tanques, noras, moinhos e muros de pedra; ii) Sebes de compartimentação da paisagem.		
<b>Estrutura Ecológica Municipal - Baixa Aluvionar do Rio Tejo</b>	b) Preservação da galeria ripícola dos cursos de água, que em caso de degradação deve ser recuperada com elenco florístico autóctone; c) Cumprimento do Código das Boas Práticas Agrícolas na atividade agrícola para a proteção da água contra a poluição por nitratos de origem agrícola; d) Só são admitidas ações e atividades socioculturais, de recreio, de desporto e lazer, compatíveis com a preservação do meio ambiente em conformidade com os regimes legais aplicáveis, nas áreas da Estrutura Ecológica Municipal no interior dos perímetros urbanos.		
<b>Áreas de risco ao uso do solo - Movimentos de Massa em Vertentes</b>	<b>Artigo 76.º</b> 2 — Nas áreas com risco de movimento de vertentes sujeitas a perigosidade muito elevada a ocupação destas áreas obedece aos seguintes condicionalismos: a) A construção de novos edifícios só é permitida quando seja comprovada a inexistência de risco de derrocada, após elaboração de estudo específico; b) Quando permitida a construção de novos edifícios ou reconstrução, alteração e ampliação de edifícios existentes tem de ser efetuado o reforço dos terrenos e a estabilização dos taludes.	O projeto poderá ser compatível com o espaço, desde que prove a inexistência de perigo de derrocada	<b>Pouco Condicionante</b>
<b>Áreas de risco ao uso do solo - Zonas Inundáveis por Rutura de Barragem</b>	<b>Artigo 74.º</b> 4 — Na ocupação da Zona Inundável por rutura de barragem têm de ser tomadas em consideração as orientações constantes em plano de emergência específico que venha a ser elaborado.	O projeto deve respeitar as orientações do plano de emergência em questão	<b>Pouco Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Áreas de risco ao uso do solo - Zonas Inundáveis ou Ameaçadas por Cheias</b>	<b>Artigo 74.º</b> 3 — A ocupação das Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias nas restantes categorias e subcategorias do Solo Rural obedece aos seguintes condicionalismos: c) É interdita a construção de novas edificações, exceto os edifícios indispensáveis à atividade agrícola, nas situações em que fique demonstrado não existir localização alternativa;	Tendo em conta o regime específico, o projeto é compatível com o tipo de zona, não havendo, nos restantes pontos do artigo qualquer interdição relativamente a obras da tipologia do projeto	<b>Permitido</b>
<b>Unidades Operativas de Planeamento e Gestão "Aldeia Aventura"</b>	<b>Artigo 87.º</b> 2 — Na programação e execução das UOPG aplica-se o regime de cada categoria de espaço abrangida, salvo se disposto de forma diferente no artigo seguinte, sendo para essas UOPG atribuídos parâmetros específicos que assumem caráter excecional, nomeadamente no caso das U2 e U3. <b>Artigo 88.º</b> 3 — O ordenamento da U3 — Aldeia Aventura, orienta-se pelas seguintes disposições: a) Objetivos programáticos: i) Reunir no espaço florestal um parque com atividades diversificadas de desporto aventura da natureza integradas no Parque Almourol, integrando unidades de alojamento do tipo “bungalows” e um parque aventura que se pretendem integrados de forma harmoniosa na envolvente, com recurso a materiais construtivos recicláveis; ii) Permitir a instalação de empreendimentos turísticos isolados, designadamente empreendimentos nas tipologias identificadas na alínea b) do artigo 5.º, com as características referidas na subalínea anterior, e de atividades de desporto aventura e de recreio e lazer; iii) Elaborar projeto de arquitetura tirando o maior partido da morfologia do terreno e da proximidade ao rio Zêzere;	Tendo em conta que o projeto não se enquadra nos objetivos da UOPG U3, não coerente o uso deste espaço	<b>Interdito</b>
<b>Perímetros Urbanos Propostos</b>	<b>Artigo 8.º</b> 1 — Para efeitos de ocupação, uso e transformação do solo, é estabelecida a seguinte classificação: b) Solo Urbano, é aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação urbana, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou urbanizáveis, e os Espaços Verdes, constituindo o seu todo o perímetro urbano.	Considerando que Perímetro Urbano Proposto irá passar a ser classificado como Solo Urbano, que inclui espaços urbanizáveis e espaços verdes, as restrições relativas a uso e ocupação de solo irão depender de cada subcategoria que o projeto abranja. O PDM não aplica nenhum artigo específico a este tipo de área	<b>Condicionante</b>
<b>Espaços Destinados a Núcleos Edificados de Quintas</b>	<b>Artigo 27.º</b> 1 — Nestes espaços deve ser salvaguardada a manutenção da atividade agrícola, em associação e complementaridade com outras atividades compatíveis, bem como preservada a sua qualidade arquitetónica e ambiental. 2 — As intervenções nestes espaços devem ocorrer mediante a conservação, reconstrução, alteração e ampliação de edifícios existentes, admitindo -se ainda a reconversão das utilizações existentes, desde que se destinem a: b) Apoio das atividades agrícolas ou florestais;	Este tipo de espaço inclui-se em solo rústico, logo, de acordo com o artigo 11.º, os elementos do projeto são compatíveis. Tendo em conta requisitos específicos, é permitido o uso do solo para apoio e conservação da atividade agrícola, ou seja, o projeto é conciliável	<b>Permitido</b>
<b>Zonas Mistas ao Ruído</b>	<b>Artigo 79.º</b> 1 — De acordo com o Regulamento Geral do Ruído, o Plano identifica as zonas sensíveis, as zonas mistas e as zonas de conflito da seguinte forma: b) As zonas mistas correspondem aos Aglomerados Rurais, aos Espaços Destinados a Núcleos Edificados de Quintas, ao Espaço Destinado a Equipamentos em solo rústico e às restantes categorias de espaço integradas em perímetro urbano, com exceção dos espaços de atividades económicas, e não podem ficar expostos a ruído ambiente exterior superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador de ruído diurno - entardecer-noturno (Lden), e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador de ruído noturno (Ln); 7 — No território municipal não integrado em perímetro urbano e nas categorias de espaço Aglomerados Rurais, Espaços Destinados a Núcleos Edificados de Quintas e Espaço Destinado a Equipamentos em solo rústico, todas as áreas são equiparadas à classificação de zona mista, para efeito da aplicação do regime jurídico relativo ao ruído.	O projeto deve respeitar os requisitos em vigor para a zona em questão (valores máximo de exposição ao ruído) durante a fase de construção	<b>Pouco Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Rede Primária de Faixa de Gestão de Combustível</b>	<b>DI n.º 82/2021- Artigo 47.º</b> 2 - As faixas de gestão de combustível constituem redes primárias, secundárias e terciárias, tendo em consideração as funções que podem desempenhar: a) A função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo; b) A função de redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e formações florestais e agrícolas de valor especial; c) A função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios. 5 - A remoção de combustível nas faixas de gestão de combustível e nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível pode ser substituída por ocupação compatível que garanta a gestão do sub-coberto e o cumprimento das funções previstas no n.º 2. 6 - O reconhecimento de ocupação compatível em substituição da remoção de combustível carece de inscrição dessa ocupação nos programas sub-regionais de ação.	Caso seja comprovado que o projeto possui ocupação compatível e cumpra as funções do ponto 2, existe permissão para o uso deste tipo de área	<b>Permitido a Condicionante</b>
<b>REN - Áreas de Máxima Infiltração</b>	<b>DL n.º 166/2008 - Anexo II (usos compatíveis)</b> II - INFRAESTRUTURAS a) Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canias, incluindo levadas	Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a comunicação prévia	<b>Condicionante</b>
<b>REN - Áreas com Risco de Erosão</b>		Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a comunicação prévia	
<b>REN - Zonas Inundáveis ou Ameaçadas pelas Cheias</b>		Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a comunicação prévia	
<b>REN - Leitos dos Cursos de Água</b>		Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a autorização (apenas na margem)	
<b>Zona de Servidão Aeronáutica (Tancos)</b>	<b>Decreto n.º 49396</b> <b>Artigo 2.º</b> 1 - Consideram-se também sujeitas a servidão militar as seguintes áreas de terreno exteriores ao polígono militar de Tancos: - A área circular, englobando a central elevatória de águas, existente em Constância, de raio de 50 m com centro no posto de transformação desta central - A faixa de terreno de 50 m, ao longo da conduta de água desde o Tejo até esta central, contados 25 m para cada lado da conduta. <b>Artigo 4.º</b> Na 1ª zona de servidão do polígono militar de Tancos (...) é proibida, sem autorização prévia da autoridade militar competente, a execução de trabalhos ou atividades descritos no artigo 9.º e seu n.º 1 da Lei n.º 2078, de 11 de julho de 1955. <b>Artigo 5.º</b> Na 2ª zona de servidão, definida no artigo 3.º, serão permitidas as construções isoladas e outros trabalhos que não infrinjam o disposto no artigo 7.º, mas, sem autorização prévia da autoridade militar competente, são proibidos: a) Trabalhos de levantamento fotográfico, topográfico ou hidrográfico (...) e) Outros trabalhos ou atividades que possam inequivocamente prejudicar a segurança das instalações militares do Aeródromo de Tancos e a execução das missões que competem à Força Armada <b>Artigo 6.º</b> É mantida (...) uma área de desobstrução delimitada por um círculo com raio de 5 km (...) prolongando-se segundo os eixos das pistas, por corredores com 2,5 km de largura e 10 km de comprimento (...) <b>Artigo 9.º</b> A construção de edifícios ou outros obstáculos que não contrariem o disposto no artigo 8.º não carece de autorização prévia (...) exceto se estiver abrangida pelo disposto nos artigos 4.º e 5.º deste decreto (...)	A área circundante ao polígono de Tancos contém proibições e necessidades de autorização para qualquer ação ou atividade. Logo, o projeto deverá evitar estas áreas	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>RAN</b>	<b>DL n.º 73/2009- Artigo 22.º</b> 1 - As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se, preferencialmente, nas terras e solos	O projeto é compatível com o uso de áreas RAN	<b>Permitido</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	classificados como de menor aptidão, e quando estejam em causa: a) Obras com finalidade agrícola, quando integradas na gestão das explorações ligadas à atividade agrícola, nomeadamente, obras de edificação, obras hidráulicas, vias de acesso, aterros e escavações, e edificações para armazenamento ou comercialização;		
<b>Estrada em Projeto</b>	<b>Artigo 65.º</b> 4 — Para os troços urbanos de vias existentes para os quais não exista regulamentação prevista em Planos Municipais aprovados, a Câmara Municipal estabelece os respetivos alinhamentos. <b>Lei n.º 34/2015 - Artigo 32.º</b> 2 - Até à aprovação da respetiva planta parcelar, a zona de servidão non aedificandi é definida por uma faixa de 200 m para cada lado do eixo da estrada, e por um círculo de 650 m de raio centrado em cada nó de ligação.	Tendo em conta que a estrada ainda não está classificada nem tem regulamentação específica, segundo a legislação em vigor, até à aprovação da estrada, o projeto deve respeitar uma faixa de proteção de 200 m para cada lado da mesma.	<b>Condicionante</b>
<b>Áreas de Risco Tecnológico - Zonas de Perigosidade</b>	<b>Artigo 78.º</b> 1 — Nas áreas referidas no artigo anterior deve ser assegurada a segurança de pessoas e bens relativamente à ocorrência de acidentes tecnológicos. 2 — Devem ser tomadas em consideração as orientações constantes em plano de emergência específico que venha a ser elaborado. 3 — As áreas suscetíveis a perigos tecnológicos que estejam associadas ao transporte, armazenamento, manuseamento e transformação de substâncias perigosas ficam sujeitas à legislação em vigor. <b>DL n.º 150/2015 - Artigo 7.º</b> 1 — Devem ser mantidas distâncias de segurança adequadas entre os estabelecimentos abrangidos pelo presente decreto -lei e as zonas residenciais, locais de utilização pública, vias de comunicação e, quando aplicável, as zonas ambientalmente sensíveis. 2 — Para garantir as distâncias a que alude o número anterior são definidas as zonas de perigosidade determinadas em função da quantidade e da perigosidade das substâncias perigosas presentes nos estabelecimentos, distinguindo -se: a) Primeira zona de perigosidade: a zona no exterior do estabelecimento onde em caso de acidente grave possam ocorrer efeitos letais na saúde humana; b) Segunda zona de perigosidade: a zona no exterior do estabelecimento onde em caso de acidente grave possam ocorrer efeitos irreversíveis na saúde humana. 3 — A metodologia para a definição da zonas de perigosidade, os seus critérios de ocupação e demais condições constam de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração local, ambiente, ordenamento do território e proteção civil, ouvidos os responsáveis pelas áreas de tutela dos estabelecimentos abrangidos, a aprovar no prazo de 60 dias após a publicação do presente decreto -lei.	O perímetro industrial abrangido contém uma zona de perigosidade, sendo necessário a verificação de quais as condições de ocupação da mesma	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Abastecimento de Água - Condutas Adutoras</b>	<b>Decreto-Lei n.º 34021 (1944) - Artigo 14.º</b> 2 - Não é permitido, sem licença, efetuar quaisquer obras nas faixas de terreno, denominadas "faixas de respeito", que se estendem até à distância de 10 m dos limites das parcelas de terreno de propriedade da EPAL, S.A., destinadas à implementação de aquedutos, condutas, reservatórios ou estações de captação, tratamento ou elevatórias.	No PDM não é mencionada nenhuma restrição relativamente à rede de abastecimento de água. Segundo o DL aplicável, o projeto será compatível se respeitar as faixas de proteção respetivas	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Linhas Elétricas (AT e MAT)</b>	<b>DR n.º 1/92</b> <b>Artigo 28.º (distância às árvores)</b> 3 - Com vista a garantir a segurança de exploração das linhas e para efeitos de aplicação do número seguinte, a zona de proteção terá uma largura máxima de: a) 15 m, para linhas de 2.ª classe; b) 25 m, para linhas de 3.ª classe de tensão nominal igual ou inferior a 60 kV; c) 45m, para linhas de 3.ª classe de tensão nominal superior a 60 kV. <b>Artigo 29.º</b> 1 - Na proximidade de edifícios, com exceção dos exclusivamente adstritos ao serviço de exploração de instalações elétricas, as linhas serão estabelecidas por forma a observar-se, nas condições de flecha máxima, o seguinte: a) Em relação às coberturas, chaminés e todas as partes salientes suscetíveis de serem normalmente escaladas por pessoas, os condutores nus deverão ficar, (...) a uma distância D, em metros, (...) $D = 3,0 + 0,0075 U$ em que U, em kilovolts, é a tensão nominal da linha. <u>O valor de D não deverá ser inferior a 4 m.</u>	Alta Tensão (50 kV) da RND: - Árvores: servidão 25m (12,5 para cada lado) - Edifícios: mín 4m - Obstáculos diversos: mín 3m Muito Alta Tensão (150 kV) da RNT: - Árvores: servidão 45m (22,5 para cada lado) - Edifícios: mín 4m - Obstáculos diversos: mín 3m	<b>Fortemente Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	Artigo 30.º 1- Na vizinhança de obstáculos (...) uma distância $D$ , em metros, (...) $D = 2,0 + 0,0075 U$ (...). O valor de $D$ não deverá ser inferior a 3 m.		
Escarpas e Outras Áreas de Elevada Suscetibilidade Geológica	<b>DL n.º 166/2008 - Anexo II (usos compatíveis)</b> <b>II - INFRAESTRUTURAS</b> a) Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canias, incluindo levadas	Áreas de REN onde são interditos usos e ações nos termos do artigo 20.º	<b>Interdito</b>
Áreas de Máxima Infiltração		Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a comunicação prévia	<b>Condicionante</b>
Áreas com Risco de Erosão		Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a comunicação prévia	
Zonas Ameaçadas pelas Cheias		Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a comunicação prévia	
Leitos dos Cursos de Água		Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a autorização (apenas na margem)	
Rede Viária Florestal (1ª e 2ª ordem e complementar)	<b>DL n.º 124/2006 - Artigo 15.º</b> 1 — Nos espaços florestais previamente definidos nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios é obrigatório que a entidade responsável: a) Pela rede viária providencie a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 10 m; <b>PMDFCI de Constância - Caderno II</b> Podem ser integradas na RVF quaisquer vias de comunicação que atravessem ou permitam o acesso aos espaços florestais incluindo designadamente: - Vias classificadas pelo Plano Rodoviário Nacional; - Vias classificadas integrantes do Plano dos Caminhos Municipais do Continente; - Outras vias de comunicação do domínio público; - Vias do domínio privado, incluindo as vias do domínio do Estado e as dos terrenos comunitários.	O PMDFCI define quais as vias pertencentes à rede viária florestal, sendo que o projeto deve respeitar as mesmas juntamente com as que possuam faixa de gestão de combustível associada.	<b>Fortemente Condicionante</b>
Zona Perigosidade de Incêndio Alta e Muito Alta	<b>DL n.º 82/2021 - Artigo 60.º</b> 2 — Excetuam -se da interdição estabelecida no número anterior: d) Obras destinadas a utilização exclusivamente agrícola, pecuária, aquícola, piscícola, florestal ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos, desde que a câmara municipal competente reconheça o seu interesse municipal e verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições: i) Inexistência de alternativa adequada de localização fora de APPS; ii) Adoção de medidas de minimização do perigo de incêndio a adotar pelo interessado, incluindo uma faixa de gestão de combustível com a largura de 100 m em redor do edifício ou conjunto de edifícios; iii) Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo; iv) Inadequação das edificações para uso habitacional ou turístico.	Sujeito a parecer da Câmara Municipal	<b>Pouco Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>PDM Proença-a-Nova</b> <b>(Revisto através do Aviso nº 8666/2015 de 7 de agosto, alterado através do Aviso nº 6334/2020 de 15 de abril)</b>			
<b>Estrutura Ecológica Municipal</b>	<b>Artigo 10.º</b> 1 — O regime de ocupação nas áreas integradas na EEM é o previsto para a respetiva categoria de solo, desde que cumulativamente viáveis com os regimes legais específicos aplicáveis às mesmas áreas. 2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, nas áreas que integram a EEM não são admitidas: a) As operações de aterro ou de escavação do terreno que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas de solo arável, com exceção das necessárias para a concretização das atividades permitidas pelo Plano para as respetivas categorias de solo; b) O derrube sistemático de árvores sem ser no âmbito de práticas de exploração agroflorestal; c) O corte ou arranque de árvores folhosas associadas a galerias ripícolas; d) A artificialização das linhas de drenagem natural; e) A arborização ou rearborização com eucalipto e ailantos.	Dependendo da categoria de solo aplicável, poderá ou não ser permitido o uso/ocupação tendo em conta as restrições específicas	<b>Condicionante a Interdito</b>
<b>Área Florestal de Produção</b>	<b>Artigo 36.º</b> 2 — Sem prejuízo do disposto nos regimes jurídicos das servidões administrativas e restrições de utilidade pública e de outras condicionantes previstas na Lei, no solo rural são permitidas as seguintes ocupações e utilizações, para as diversas categorias de espaço: l) Realização de aproveitamentos hidroelétricos ou hidroagrícolas e de obras hidráulicas.	Tendo em conta que para Área Florestal de Produção não existem disposições específicas relativas a atividades em que o projeto se enquadre, prevalece as disposições comuns para Solo Rural, em que são permitidas ocupações para obras hidroagrícolas	<b>Permitido</b>
<b>Área Agrícola de Produção</b>	<b>Artigo 36.º</b> 2 — Sem prejuízo do disposto nos regimes jurídicos das servidões administrativas e restrições de utilidade pública e de outras condicionantes previstas na Lei, no solo rural são permitidas as seguintes ocupações e utilizações, para as diversas categorias de espaço: l) Realização de aproveitamentos hidroelétricos ou hidroagrícolas e de obras hidráulicas.	Tendo em conta que para Área Agrícola de Produção não existem disposições específicas relativas a atividades em que o projeto se enquadre, prevalece as disposições comuns para Solo Rural, em que são permitidas ocupações para obras hidroagrícolas	<b>Permitido</b>
<b>Rede Rodoviária (Caminho e Estrada Municipal, Estrada Regional, Estrada Desclassificada e Itinerário Complementar)</b>	<b>Artigo 83.º</b> 4 — Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, fora dos perímetros urbanos os <u>afastamentos mínimos de qualquer edificação</u> (muro e edifício) ao eixo das respetivas <u>vias municipais</u> são: <u>a) 8 m, quando se trate de estradas municipais;</u> <u>b) 6 m, quando se trate de caminhos municipais;</u> <u>c) 4,5 m, quando se trate das restantes vias.</u> 5 — Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, fora dos perímetros urbanos as edificações deverão respeitar sempre os seguintes <u>afastamentos mínimos ao eixo das vias ou arruamentos</u> : <u>a) Em estradas nacionais — de acordo com o parecer da entidade tutelar;</u> <u>b) Em troços de estradas nacionais desclassificadas — o alinhamento exigido à data da desclassificação;</u> <u>c) Em estradas municipais — 8 m ao eixo da via;</u> <u>d) Em caminhos municipais — 7 m ao eixo da via.</u> <b>Lei n.º 34/2015, Artigo 32.º</b> 8 - Após a publicação do ato declarativo de utilidade pública dos prédios e da respetiva planta parcelar, as zonas de servidão non aedificandi das novas estradas, bem como das estradas já existentes, têm os seguintes limites: a) Autoestradas e vias rápidas: 50 m para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 m da zona da estrada; b) IP: 50 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 20 m da zona da estrada; c) IC: 35 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 15 m da zona da estrada; d) EN e restantes estradas a que se aplica o presente Estatuto*: 20 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de	O projeto deve respeitar as faixas de proteção associadas à via intersetada	<b>Fortemente Condicionante</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	visibilidade e nunca a menos de 5 m da zona da estrada; e) Nós de ligação: um círculo de 150 m de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas.		
<b>Rede Primária de Faixa de Gestão de Combustível</b>	<b>DI n.º 82/2021</b> <b>Artigo 47.º</b> 2 - As faixas de gestão de combustível constituem redes primárias, secundárias e terciárias, tendo em consideração as funções que podem desempenhar: a) A função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo; b) A função de redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e formações florestais e agrícolas de valor especial; c) A função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios. 5 - A remoção de combustível nas faixas de gestão de combustível e nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível pode ser substituída por ocupação compatível que garanta a gestão do sub-coberto e o cumprimento das funções previstas no n.º 2. 6 - O reconhecimento de ocupação compatível em substituição da remoção de combustível carece de inscrição dessa ocupação nos programas sub-regionais de ação. <b>Artigo 48.º</b> 2 — As faixas referidas no número anterior têm uma largura padrão de 126 m e compartimentam áreas que devem, preferencialmente, possuir entre 500 a 10 000 ha	Caso seja comprovado que o projeto possui ocupação compatível e cumpra as funções do ponto 2, existe permissão para o uso deste tipo de área. Caso contrário, terá de respeitar a distância definida no artigo 48.º	<b>Fortemente Condicionante/Permitido</b>
<b>Unidade Operativa de Planeamento e Gestão - UOPG8 Parque Natural Regional do Almorão</b>	<b>Artigo 106.º</b> 2 — Para além dos objetivos essenciais previstos pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, bem como dos objetivos definidos no artigo 17.º do mesmo diploma, constituem -se ainda como objetivos fundamentais: j) Fixar os usos e o regime de gestão compatíveis com o estatuto de proteção do parque.	Não foi encontrado nenhum plano de gestão para o Parque Natural Regional do Almourão. Para perceber quais as restrições do espaço, deve ser contactado o município.	<b>Condicionante (?)</b>
<b>Espaço Natural</b>	<b>Artigo 36.º</b> 2 — Sem prejuízo do disposto nos regimes jurídicos das servidões administrativas e restrições de utilidade pública e de outras condicionantes previstas na Lei, no solo rural são permitidas as seguintes ocupações e utilizações, para as diversas categorias de espaço: l) Realização de aproveitamentos hidroelétricos ou hidroagrícolas e de obras hidráulicas.	Tendo em conta que para Espaço Natural não existem disposições específicas relativas a atividades em que o projeto se enquadre, prevalece as disposições comuns para Solo Rural, em que são permitidas ocupações para obras hidroagrícolas	<b>Permitido</b>
<b>Recursos Geológicos - Ocorrência Mineral (Ouro)</b>	<b>Artigo 13.º</b> 1 — Os recursos geológicos existentes no concelho correspondem à delimitação das áreas de potencial em quartzitos, ao local onde existe contrato de prospeção e pesquisa e ao local onde se regista uma fraca ocorrência mineral (ouro). 2 — De forma a garantir a salvaguarda dos recursos existentes, deve ser condicionada a impermeabilização e implantação de infraestruturas potencialmente poluidoras das águas subterrâneas nestas áreas.	O projeto deve salvaguardar os recursos existentes. O uso da área envolvente teria de ser acordado com o Município	<b>Condicionante</b>
<b>Recursos Geológicos - Área Potencial em Quartzitos</b>			
<b>ETAR</b>	<b>Artigo 84.º</b>		
<b>Fossa</b>	<b>Infraestruturas básicas</b>		
<b>Conduta Adutora</b>	1 — A implantação ou instalação de infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento básico, de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, de telecomunicações ou de produção, transporte e transformação de energia, podem ser viabilizadas em qualquer área ou local do território concelhio, desde que a Câmara Municipal reconheça que tal não acarreta prejuízos inaceitáveis para a qualidade ambiental, paisagística e funcional das áreas abrangidas e que seja garantida a sua integração paisagística e o cumprimento de toda a legislação aplicável.		
<b>Infraestruturas Energéticas - Aerogeradores</b>	2 — Desde que autorizadas pela entidade responsável pelos recursos hídricos, podem ser autorizadas nas margens e leitos dos cursos de água, obras hidráulicas, incluindo obras de consolidação e proteção, captação e rejeição (infraestruturas de saneamento básico), instalação de travessias aéreas ou subterrâneas e ecovias.	Carece de parecer positivo da Câmara Municipal	<b>Pouco Condicionante</b>
<b>Estação de Transferência</b>			
<b>Antena de Telecomunicação</b>			

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Espaço Ocupação Turística</b>	<b>Artigo 46.º</b> 4 — Sem prejuízo dos números anteriores, admitem -se outros usos complementares de apoio ao recreio, a atividades agrícolas ou florestais e de valorização ambiental.	Uso do projeto compatível com o tipo de espaço	<b>Permitido</b>
<b>Espaço de Atividades Económicas</b>	<b>Artigo 57.º</b> 1 — Os espaços de atividades económicas correspondem a áreas que se destinam preferencialmente ao acolhimento de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização do espaço urbano, nomeadamente industriais e empresariais associadas a outras funções complementares, bem como armazenagem e comércio. 2 — São ainda admitidos nestes espaços usos como logística, serviços, estabelecimentos hoteleiros, equipamentos e espaços verdes de utilização coletiva.	Não se enquadrando com as atividades projetadas para este tipo de espaço, não se encontra nenhuma permissão, mas tampouco interdição ao uso do solo por atividades inerentes ao projeto. Necessária verificação junto do Município	<b>Condicionante</b>
<b>Elementos Complementares - Percursos Pedestres</b>	<b>Artigo 10.º</b> 1 — O regime de ocupação nas áreas integradas na EEM é o previsto para a respetiva categoria de solo, desde que cumulativamente viáveis com os regimes legais específicos aplicáveis às mesmas áreas. 2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, nas áreas que integram a EEM não são admitidas: a) As operações de aterro ou de escavação do terreno que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas de solo arável, com exceção das necessárias para a concretização das atividades permitidas pelo Plano para as respetivas categorias de solo; b) O derrube sistemático de árvores sem ser no âmbito de práticas de exploração agroflorestal; c) O corte ou arranque de árvores folhosas associadas a galerias ripícolas; d) A artificialização das linhas de drenagem natural; e) A arborização ou rearborização com eucalipto e ailantos.	Tendo em conta que o PDM não especifica requisitos para este tipo de áreas, o regime aplicável é o definido para a Estrutura Ecológica Municipal.	<b>Condicionante</b>
<b>Sítios com Interesse Natural e Paisagístico (Sítios com Interesse, Paisagem de Interesse Geomorfológico, Locais de Observação de Paisagem e Aves)</b>	<b>Artigo 19.º</b> Nos sítios com interesse, que correspondem a áreas de interesse natural ou paisagístico onde se verifica uma associação equilibrada entre obras do homem e da natureza, cujo valor cultural, natural ou social, muitas vezes atribuído empiricamente, lhes confere uma considerável relevância patrimonial, as intervenções a realizar devem contribuir para a promoção da imagem do sítio, integrando -se harmoniosamente na paisagem, e na linguagem arquitetónica construída, se existir, nomeadamente através da utilização de materiais tradicionais.	O projeto deve salvaguardar estes sítios, integrando-se na área sem afetar os objetivos dos mesmos	<b>Condicionante</b>
<b>Património Edificado - Património em vias de classificação</b>	<b>Artigo 15.º</b> 3 — Para o património classificado e em vias de classificação as intervenções permitidas e as medidas de proteção são as que decorrem da legislação aplicável. <b>DL n.º 309/2009</b> <b>Artigo 36.º</b> 1 - A zona geral de proteção tem 50 m contados dos limites externos do bem imóvel e vigora a partir da data da decisão de abertura do procedimento de classificação. <b>Artigo 39.º</b> A zona especial de proteção provisória tem a amplitude adequada em função da proteção e valorização do bem imóvel em vias de classificação, podendo incluir zonas non aedificandi.	Sendo que o PDM não especifica zonas especiais de proteção, entra em vigor a zona geral de 50 m, que deve ser respeitada pelo projeto	<b>Condicionante</b>
<b>Património Edificado - Património Classificado</b>	<b>Artigo 15.º</b> 3 — Para o património classificado e em vias de classificação as intervenções permitidas e as medidas de proteção são as que decorrem da legislação aplicável. <b>DL n.º 309/2009</b> <b>Artigo 36.º</b> 1 - A zona geral de proteção tem 50 m contados dos limites externos do bem imóvel e vigora a partir da data da decisão de abertura do procedimento de classificação. <b>Artigo 43.º</b> 3 - Nas situações previstas nos números anteriores são estabelecidos zonamentos específicos e indicadas as restrições estritamente necessárias.	Sendo que o PDM não especifica zonas especiais de proteção, entra em vigor a zona geral de 50 m, que deve ser respeitada pelo projeto	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>Património Edificado - Património Arquitetónico</b>	<b>Artigo 17.º</b> 1 — O património arquitetónico corresponde aos imóveis e conjuntos de imóveis que são reconhecidos pelo Município, pelo seu interesse histórico, cultural, arquitetónico e militar e como tal pretende -se a sua salvaguarda e valorização. 2 — As obras de conservação, reconstrução e ampliação, bem como a demolição de partes que correspondam a intervenções de data posterior à sua origem e que, de alguma forma, devem promover a sua beneficiação e valorização, tendo em conta as características originais do edifício, não comprometendo a integridade arquitetónica do imóvel ou conjunto do ponto de vista volumétrico, estrutural ou do seu valor cultural.	Não sendo classificado ou em vias de classificação, este património não dispõe de área de proteção. No entanto o projeto deve salvaguardar o imóvel ou conjunto de imóveis, evitando comprometer a sua integridade.	<b>Condicionante</b>
<b>Parque Natural Regional do Almourão</b>	<b>Artigo 106.º</b> 2 — Para além dos objetivos essenciais previstos pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, bem como dos objetivos definidos no artigo 17.º do mesmo diploma, constituem -se ainda como objetivos fundamentais: j) Fixar os usos e o regime de gestão compatíveis com o estatuto de proteção do parque.	Atualmente, só existe proposta para classificação da região como Parque Natural Regional de Almourão, devendo ser acautelados os geossítios existentes.	<b>Pouco Condicionante</b>
<b>Sobreiro e Azinheira</b>	<b>DL n.º 69/2001 - Artigo 3.º</b> 1 — O corte ou arranque de sobreiros e azinheiras, em povoamento ou isolados, <u>carece de autorização</u> , nos termos do presente artigo. 2 — Exceptuam-se do disposto no n.º 1 os cortes em desbaste de acordo com o previsto no plano de gestão florestal aprovado pela Direcção-Geral das Florestas, caso em que apenas é necessário comunicar previamente, com antecedência mínima de 30 dias, o início da sua execução à Direcção Regional de Agricultura competente, que notificará os serviços do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território no prazo de 5 dias quando ocorram em áreas classificadas. 3 — O corte ou arranque de sobreiros e azinheiras em povoamentos pode ser autorizado nos seguintes casos: a) Em desbaste, sempre com vista à melhoria produtiva dos povoamentos e caso não exista um plano de gestão florestal aprovado pela Direcção-Geral das Florestas; b) Em cortes de conversão nas condições admitidas no n.º 2 do artigo 2.º; c) Por razões fitossanitárias, nos casos em que as características de uma praga ou doença o justifiquem.	O projeto deve salvaguardar esta classe de espaço. Caso seja necessário o corte ou arranque destes exemplares apenas será permitido em caso de estarem isolados (sem ser em povoamento), sendo que o mesmo carece de autorização do ICNF.	<b>Fortemente condicionante</b>
<b>Linhas Elétricas (AT, 60 kV e MT, 30 kV)</b>	<b>DR n.º 1/92</b> <b>Artigo 28.º (distância às árvores)</b> 3 - Com vista a garantir a segurança de exploração das linhas e para efeitos de aplicação do número seguinte, a zona de proteção terá uma largura máxima de: a) 15 m, para linhas de 2.ª classe (inferior a 40 kV); b) 25 m, para linhas de 3.ª classe de tensão nominal igual ou inferior a 60 kV; c) 45m, para linhas de 3.ª classe de tensão nominal superior a 60 kV. <b>Artigo 29.º</b> 1 - Na proximidade de edifícios, com exceção dos exclusivamente adstritos ao serviço de exploração de instalações elétricas, as linhas serão estabelecidas por forma a observar-se, nas condições de flecha máxima, o seguinte: a) Em relação às coberturas, chaminés e todas as partes salientes suscetíveis de serem normalmente escaladas por pessoas, os condutores nus deverão ficar, (...) a uma distância $D$ , em metros, (...) $D = 3,0 + 0,0075 U$ em que $U$ , em kilovolts, é a tensão nominal da linha. <u>O valor de <math>D</math> não deverá ser inferior a 4 m.</u> <b>Artigo 30.º</b> 1- Na vizinhança de obstáculos (...) uma distância $D$ , em metros, (...) $D = 2,0 + 0,0075 U$ (...). <u>O valor de <math>D</math> não deverá ser inferior a 3 m.</u>	Média Tensão (30 kV) da RND: - Árvores: servidão de 15m (7,5 para cada lado) - Edifícios: mín 4m - Obstáculos diversos: mín 3m Alta Tensão (60 kV) da RND: - Árvores: servidão 25m (12,5 para cada lado) - Edifícios: mín 4m - Obstáculos diversos: mín 3m	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Leitos e Margens de Cursos de Água</b>	<b>Lei n.º 31/2016 - Artigo 21.º</b> 2 — Nas parcelas privadas de leitos ou margens de águas públicas, bem como no respetivo subsolo ou no espaço aéreo correspondente, não é permitida a execução de quaisquer obras permanentes ou temporárias sem autorização da entidade a quem couber a jurisdição.	Carece de autorização da autoridade competente	<b>Condicionante</b>
<b>Árvores e arvoredos de interesse público</b>	<b>Artigo 20.º</b> As árvores classificadas de interesse público beneficiam de uma zona de proteção de 50 metros em redor da sua base, sendo condicionada a parecer da entidade competente qualquer intervenção nessa área que implique alteração do solo.	Carece de parecer da autoridade competente	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
Risco de Incêndio - Perigosidade Alta e Muito Alta	<b>DL n.º 82/2021 - Artigo 60.º</b> 2 — Excetuam -se da interdição estabelecida no número anterior: d) Obras destinadas a utilização exclusivamente agrícola, pecuária, aquícola, piscícola, florestal ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos, desde que a câmara municipal competente reconheça o seu interesse municipal e verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições: i) Inexistência de alternativa adequada de localização fora de APPS; ii) Adoção de medidas de minimização do perigo de incêndio a adotar pelo interessado, incluindo uma faixa de gestão de combustível com a largura de 100 m em redor do edifício ou conjunto de edifícios; iii) Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo; iv) Inadequação das edificações para uso habitacional ou turístico.	Sujeito a parecer da Câmara Municipal	Pouco Condicionante
RAN	<b>DL n.º 73/2009- Artigo 22.º</b> 1 - As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se, preferencialmente, nas terras e solos classificados como de menor aptidão, e quando estejam em causa: a) Obras com finalidade agrícola, quando integradas na gestão das explorações ligadas à atividade agrícola, nomeadamente, obras de edificação, obras hidráulicas, vias de acesso, aterros e escavações, e edificações para armazenamento ou comercialização;	O projeto é compatível com o uso de áreas RAN	Permitido
Obras de Aproveitamento Hidroagrícola	<b>DL N.º 269/82 - Artigo 95.º</b> 1 - São proibidas todas e quaisquer construções, atividades ou utilizações não agrícolas de prédios ou parcelas de prédios das áreas beneficiadas, exceto as que, nos termos dos regulamentos provisório e definitivo da obra, forem admitidas como complementares da atividade agrícola.	Sendo o projeto classificado como complementar à atividade agrícola, considera-se que não existem restrições quanto à ocupação de solo	Permitido
Cabeceiras das linhas de água	<b>DL nº 166/2008 - Anexo II (usos compatíveis)</b> II - INFRAESTRUTURAS a) Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canias, incluindo levadas	Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a comunicação prévia	Condicionante
Áreas de máxima infiltração		Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a comunicação prévia	
Áreas de risco de erosão		Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a comunicação prévia	
Leitos dos cursos de água		Áreas de REN onde os usos e ações referidos estão sujeitos a autorização (apenas na margem)	
PDM Sardoal (Publicado pela RCM nº 95/94. de 30 de setembro, alterado pelo RCM N.º 56/2000, de 27 de junho, alterado por adaptação pelo Aviso n, º 4823/2010, de 8 de março, alterado pelo Aviso n.º 1919/2017, de 20 de fevereiro e alterado pela Declaração n.º 64/2021, de 14 de julho)			
Espaço Florestal - Área de floresta de produção	<b>Artigo 8.º</b> 2.1 - Edificação no espaço florestal: a) No espaço florestal não é admitido, nos termos da lei geral, o licenciamento de loteamento, obras de urbanização e edificação. <u>Só é admitido o licenciamento de edificações indispensáveis à proteção e exploração silvícola desse espaço que obtenha parecer prévio favorável da DGF. (...)</u> <b>(alterado pela Declaração n.º 64/2021)</b> b) A edificação no Espaço Florestal abrangido pela área de intervenção do POACB, está sujeita às seguintes disposições:	O projeto é compatível desde que seja considerado indispensável à exploração silvícola do espaço florestal em questão. Relativamente à zona abrangida pelo POACB, o PDM refere a proibição de obras de construção, no entanto o próprio POACB, existe a permissão de captações	Fortemente Condicionante

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>b1) Não são permitidas obras de construção, sendo apenas admitidas obras de reconstrução, de conservação e de ampliação de edificações legalmente existentes;</p> <p>b4) <u>Para as construções localizadas na envolvente próxima do plano de água</u>, na faixa dos 150 m de projeção horizontal contados a partir do nível pleno de armazenamento, é obrigatória a construção de fossas estanques com uma capacidade superior ou igual a 25 m<sup>3</sup>;</p> <p>b5) <u>Para as construções localizadas na restante área de intervenção</u>, é obrigatória a instalação de fossas estanques com uma capacidade superior ou igual a 25 m<sup>3</sup> ou em alternativa a instalação de fossas sépticas associadas a poços absorventes, cujo dimensionamento terá de ser efetuado e licenciado caso a caso em função da realização de ensaio específicos de permeabilidade dos terrenos;</p> <p>b7) <u>No decurso de qualquer trabalho de construção civil deverão ser tomadas as medidas necessárias para minimizar os impactes ambientais, nomeadamente aqueles que possam interferir com o escoamento da água e que conduzam à erosão</u></p> <p>2.4 - Intervenções e atividades na área abrangida pelo POACP</p> <p>b2) <u>As construções necessárias a atividades que exijam a proximidade da água</u>, desde que a sua localização seja devidamente justificada e minimizados os impactes ambientais, após parecer da Agência Portuguesa do Ambiente (APA)</p> <p><b>POACB (RCM n.º 69/2003) - Artigo 6.º</b></p> <p>1 - <u>No plano de água são permitidas</u>, nas condições constantes da legislação específica e do disposto no presente Regulamento, as seguintes atividades:</p> <p>j) <u>Captações para rega</u>, as quais, quando tecnicamente viáveis, serão constituídas por grupos de bombagens alimentados através de energia elétrica.</p>	para rega. O projeto é compatível se respeitar os pontos da alínea b) do artigo 8.º do PDM e com parecer da APA.	
<b>Espaço Florestal - Áreas de mata e mato de proteção</b>	<p><b>Artigo 8.º</b></p> <p>Espaço cuja função principal é a proteção e secundariamente os outros usos da floresta</p>		<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Rede Nacional de Estradas</b>	<p><b>Lei n.º 34/2015, Artigo 32.º</b></p> <p>8 - Após a publicação do ato declarativo de utilidade pública dos prédios e da respetiva planta parcelar, as zonas de servidão non aedificandi das novas estradas, bem como das estradas já existentes, têm os seguintes limites:</p> <p>a) Autoestradas e vias rápidas: 50 m para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 m da zona da estrada;</p> <p>b) IP: 50 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 20 m da zona da estrada;</p> <p>c) IC: 35 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 15 m da zona da estrada;</p> <p>d) EN e restantes estradas a que se aplica o presente Estatuto: 20 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 5 m da zona da estrada;</p> <p>e) Nós de ligação: um círculo de 150 m de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas.</p>	O projeto deve respeitar as faixas de proteção indicadas no PDM para as estradas e caminhos municipais e para as restantes, os valores indicados na Lei n.º 34/2015	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Rede Municipal de Estradas e Caminhos</b>	<p><b>Artigo 9.º (com alterações do Aviso n.º 1919/2017)</b></p> <p>b3) Nas vias municipais são estabelecidas faixas non edificandi, como a seguir se refere:</p> <p>b3.1) Estradas municipais e estradas florestais - EM e EF:</p> <p>b3.1.1) 8 m, para edificação em geral</p> <p>b3.2) Caminhos municipais - CM:</p> <p>b.3.2.1) 6 m, para edificação em geral</p>		
<b>Espaço Agrícola - Área Agrícola da RAN</b>	<p><b>Artigo 7.º</b></p> <p>1.1 Categorias de espaço (...)</p> <p>a) Área agrícola da RAN - área destinada à produção agrícola e submetida às disposições estabelecidas nos Decretos-Leis n.º 196/89, de 14 de Junho, e 274/92, de 12 de Dezembro (...)</p> <p>a2) Visando a melhoria das estruturas agrícolas e, consequentemente, dos rendimentos e condições de vida ao nível das outras atividades, na área agrícola da RAN incentivam-se as ações a seguir indicadas, as quais deverão dar cumprimento à legislação aplicável:</p> <p>Aproveitamento hidroagrícola (...)</p> <p>Implantação de sistemas de rega e drenagem (...)</p> <p>b) Outra área agrícola - área destinada à produção agrícola, mas não submetida ao regime da RAN nem ao regime das obras de fomento hidroagrícola.</p> <p>2.2 - Edificação no espaço agrícola:</p>		
<b>Espaço Agrícola - Outra Área Agrícola</b>	<p>a) Área agrícola da RAN - área destinada à produção agrícola e submetida às disposições estabelecidas nos Decretos-Leis n.º 196/89, de 14 de Junho, e 274/92, de 12 de Dezembro (...)</p> <p>a2) Visando a melhoria das estruturas agrícolas e, consequentemente, dos rendimentos e condições de vida ao nível das outras atividades, na área agrícola da RAN incentivam-se as ações a seguir indicadas, as quais deverão dar cumprimento à legislação aplicável:</p> <p>Aproveitamento hidroagrícola (...)</p> <p>Implantação de sistemas de rega e drenagem (...)</p> <p>b) Outra área agrícola - área destinada à produção agrícola, mas não submetida ao regime da RAN nem ao regime das obras de fomento hidroagrícola.</p> <p>2.2 - Edificação no espaço agrícola:</p>	O projeto é compatível com o Espaço Agrícola e com o regime da RAN. Relativamente à legislação aplicável a obras hidroagrícolas (segundo artigo 95.º do DL n.º 269/82) são admitidas, nas áreas beneficiadas, obras que forem admitidas como complementares à atividade agrícola	<b>Permitido</b>



CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	<p>a) (...) Só é admitido o licenciamento de edificação utilizada para apoio à atividade agrícola, (...).</p> <p>c) A edificação no Espaço Agrícola abrangido pela área de intervenção do POACB, está sujeita às seguintes disposições:</p> <p>c4) Para as construções localizadas na envolvente próxima do plano de água, na faixa dos 150 m de projeção horizontal contados a partir do nível pleno de armazenamento, é obrigatória a construção de fossas estanques com uma capacidade superior ou igual a 25 m<sup>3</sup>;</p> <p>c5) Para as construções localizadas na restante área de intervenção, é obrigatória a instalação de fossas estanques com uma capacidade superior ou igual a 25 m<sup>3</sup> ou em alternativa a instalação de fossas sépticas associadas a poços absorventes, cujo dimensionamento terá de ser efetuado e licenciado caso a caso em função da realização de ensaios específicos de permeabilidade dos terrenos;</p> <p><b>POACB (RCM n.º 69/2003) - Artigo 6.º</b></p> <p>1 - No plano de água são permitidas, nas condições constantes da legislação específica e do disposto no presente Regulamento, as seguintes atividades:</p> <p>j) Captações para rega, as quais, quando tecnicamente viáveis, serão constituídas por grupos de bombagens alimentados através de energia elétrica.</p>		
<b>Zona Proteção</b>	<p><b>Artigo 2.º (alteração da Declaração n.º 64/2021)</b></p> <p>2.3 — No âmbito do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode (POACB), para além das definições atrás elencadas, são ainda estabelecidas as seguintes:</p> <p>Zona de proteção da albufeira — faixa terrestre de proteção à albufeira, com uma largura máxima de 500 m, medida na horizontal, a partir do NPA</p> <p><b>POACB (RCM n.º 69/2003)</b></p> <p><b>Artigo 6.º</b></p> <p>1 - No plano de água são permitidas, nas condições constantes da legislação específica e do disposto no presente Regulamento, as seguintes atividades:</p> <p>j) Captações para rega, as quais, quando tecnicamente viáveis, serão constituídas por grupos de bombagens alimentados através de energia elétrica.</p> <p><b>Artigo 7.º</b></p> <p>2 — Na zona de proteção são condicionados os seguintes atos e atividades, sem prejuízo da legislação específica aplicável:</p> <p>b) As construções necessárias a atividades que exijam a proximidade da água, desde que a sua localização seja devidamente justificada e minimizados os impactes ambientais, após parecer prévio da Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território.</p>	Na Zona de Proteção da Albufeira é permitida a captação para rega e atividades/construções com proximidade da água carecem de parecer prévio da DRAOT	<b>Condicionante</b>
<b>REN</b>	<p><b>DL n.º 166/2008 - Anexo II (usos compatíveis)</b></p> <p>II - INFRAESTRUTURAS</p> <p>a) Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canias, incluindo levadas</p>	Dependendo se a área abrangida é escarpas, zonas de máxima infiltração, de risco de erosão, etc, poderá ser interdito ou compatível sujeito a autorização e/ou comunicação prévia	<b>Condicionante a Interdito</b>
<b>RAN</b>	<p><b>DL n.º 73/2009- Artigo 22.º</b></p> <p>1 - As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se, preferencialmente, nas terras e solos classificados como de menor aptidão, e quando estejam em causa:</p> <p>a) Obras com finalidade agrícola, quando integradas na gestão das explorações ligadas à atividade agrícola, nomeadamente, obras de edificação, obras hidráulicas, vias de acesso, aterros e escavações, e edificações para armazenamento ou comercialização;</p>	O projeto é compatível com o uso de áreas RAN	<b>Permitido</b>
<b>Margem e Zona Inundável</b>	<p><b>Artigo 12.º</b></p> <p>Servidão de margens e zonas inundáveis:</p> <p>a) Deverá ser respeitada uma faixa de proteção com 5 m de largura ao longo de cada uma das margens das linhas de água existentes, que deverá ser considerada <i>non edificandi</i></p>	O projeto deve respeitar as faixas de proteção	<b>Condicionante</b>
<b>Albufeiras de Águas Públicas</b>	<p><b>Artigo 12.º</b></p> <p>Servidão de albufeiras:</p>	O projeto deve respeitar as faixas de proteção	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
	Para a albufeira da barragem da Lapa, albufeira de águas públicas protegida a construir, propõe-se desde já a constituição de uma zona de proteção com 500 m de largura, medidos a partir da linha de NPA, e a elaboração de um plano de ordenamento cobrindo a referida zona de proteção		
<b>Marcos Geodésicos</b>	<b>Artigo 12.º</b> Servidão de marcos geodésicos É constituída uma área de proteção condicionada correspondente à área envolvente com 15 m de raio ao centro, de todos os marcos geodésicos assinalados, sob jurisdição do IGC e da Câmara Municipal do Sardoal.	O projeto deve respeitar as faixas de proteção	<b>Condicionante</b>
<b>Nascente</b>	<b>Artigo 12.º</b> Servidão de nascentes É constituída uma área de defesa abrangida por um círculo de 50 m de raio, tendo por centro o ponto de emergência, para todas as captações de água potável da Câmara Municipal de Sardoal e todas as nascentes e furos de captação de água registados pelo IGM.	O projeto deve respeitar as faixas de proteção	<b>Condicionante</b>
<b>Vestígio Arqueológico</b>	<b>Lei nº 107/2001 - Artigo 17.º</b> 1 — Aos bens arqueológicos será desde logo aplicável, nos termos da lei, o princípio da conservação pelo registo científico. 2 — Em qualquer lugar onde se presuma a existência de vestígios, bens ou outros indícios arqueológicos, poderá ser estabelecido com carácter preventivo e temporário, pelo órgão da administração do património cultural competente, uma reserva arqueológica de proteção, por forma a garantir-se a execução de trabalhos de emergência, com vista a determinar o seu interesse.	O PDM não menciona nenhuma servidão relativa a vestígios arqueológicos. Será necessário o contacto com o município de forma a perceber se existe alguma reserva de proteção em redor do vestígio.	<b>Condicionante</b>
<b>Indústria Insalubre, Incómoda, Perigosa</b>	<b>Artigo 12.º</b> Servidão de indústrias insalubres, incómodas, perigosas e tóxicas - É estabelecido no Regulamento do PDM do Sardoal, artigo 15.º, "Licenciamento de estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos e tóxicos", a regulamentação específica sob jurisdição da Câmara Municipal do Sardoal	No artigo 15.º apenas são dados requisitos para o licenciamento deste tipo de indústrias, não mencionando afastamento a condutas e outros elementos de obras hidráulicas para rega. No entanto, a ocupação prevista do solo não é compatível com o projeto em análise.	<b>Interdito</b>
<b>Heliporto</b>	<b>Artigo 12.º</b> Servidão de aeroportos Proposta a constituição de uma zona de proteção constituída por uma faixa de 500 m envolvendo o perímetro das instalações	O projeto deve respeitar as faixas de proteção	<b>Condicionante</b>
<b>Montado de Sobro</b>	<b>Artigo 12.º</b> Servidão de montados de sobro: É estabelecido no Regulamento do PDM do Sardoal, artigo 8.º, "Espaço Florestal", a regulamentação específica, sob jurisdição do IF. <b>DL n.º 169/2001</b> <b>Artigo 3.º</b> 1 — O corte ou arranque de sobreiros e azinheiras, em povoamento ou isolados, carece de autorização, nos termos do presente artigo. 2 — Excetuam-se do disposto no n.º 1 os cortes em desbaste de acordo com o previsto no plano de gestão florestal aprovado pela Direcção-Geral das Florestas, caso em que apenas é necessário comunicar previamente, com antecedência mínima de 30 dias, o início da sua execução à Direcção Regional de Agricultura competente, que notificará os serviços do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território no prazo de 5 dias quando ocorram em áreas classificadas. 3 — O corte ou arranque de sobreiros e azinheiras em povoamentos pode ser autorizado nos seguintes casos: a) Em desbaste, sempre com vista à melhoria produtiva dos povoamentos e caso não exista um plano de gestão florestal aprovado pela Direcção-Geral das Florestas; b) Em cortes de conversão nas condições admitidas no n.º 2 do artigo 2.º; c) Por razões fitossanitárias, nos casos em que as características de uma praga ou doença o justifiquem. <b>Artigo 7.º</b> As disposições contidas no presente diploma prevalecem sobre os regulamentos ou quaisquer normas constantes de instrumentos de gestão territorial.	O projeto deve respeitar as restrições aplicáveis a Espaço Florestal. Acima das restrições do município, encontram-se as da legislação em vigor.	<b>Condicionante</b>

CONDICIONANTES	REGIME LEGAL	REGIME DE CONDICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES PARA PROJETO	NÍVEL DE CONDICIONAMENTO
<b>PDM Rio Maior</b> (Publicado pela RCM nº 47/95 de 17 de maio, com uma 1ª alteração através da RCM nº 84/2002 de 19 de abril, com suspensão da iniciativa do governo através da RCM nº 40/2003 de 24 de março, uma 2ª alteração por adaptação pela DECL nº 212/2008 de 12 de junho, uma 3ª alteração pelo Aviso nº 5174/2010 a 11 de março, uma 4ª alteração por adaptação pelo Aviso nº 5175/2010 de 11 de março, uma 5ª alteração pelo Aviso nº 16579/2018 de 14 de novembro e uma 6ª alteração por adaptação pela DECL 73/2021 de 20 de julho)			
<b>Rede Viária</b>	<b>Artigo 20.º</b> 1 - Os condicionamentos e servidões da rede rodoviária são os que constam na Lei n.º 2110, de 10 de agosto de 1961, e nos Decretos-Leis nº 13/71, de 23 de janeiro, 64/83, de 3 de fevereiro, 280/85, de 26 de fevereiro e 12/92, de 4 de fevereiro. <b>Lei n.º 34/2015, Artigo 32.º</b> 8 - Após a publicação do ato declarativo de utilidade pública dos prédios e da respetiva planta parcelar, as zonas de servidão non aedificandi das novas estradas, bem como das estradas já existentes, têm os seguintes limites: a) Autoestradas e vias rápidas: 50 m para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 m da zona da estrada; b) IP: 50 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 20 m da zona da estrada; c) IC: 35 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 15 m da zona da estrada; d) EN e restantes estradas a que se aplica o presente Estatuto*: 20 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 5 m da zona da estrada; e) Nós de ligação: um círculo de 150 m de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas.	O projeto deve respeitar as faixas de proteção associadas à via intersetada	<b>Fortemente Condicionante</b>
<b>Áreas Florestais de Produção</b>	<b>Artigo 50.º</b> 3 - Estas áreas ficam sujeitas aos seguintes acondicionamentos: 3.1 - Pode ser autorizada a construção isolada de edificações destinadas a habitação e apoio a explorações agrícolas...	O projeto é compatível com o espaço	<b>Permitido</b>
<b>Áreas Florestais Ocupadas com Espécies de Crescimento Rápido e Resinosas a Reconverter para Sistemas de Floresta de Proteção/Recuperação ou Silvo-pastoris</b>	<b>Artigo 51.º</b> 3 - Estas áreas ficam sujeitas aos seguintes acondicionamentos: 3.1 - Pode ser autorizada a construção isolada de edificações destinadas a habitação e apoio a explorações agrícolas...	O projeto é compatível com o espaço	<b>Permitido</b>
<b>Posto Transformação</b>	<b>Artigo 17.º</b> 1 - Os condicionamentos a respeitar relativamente à rede de distribuição de energia elétrica são regulamentados pela legislação em vigor, ..., e ainda pelo contrato de concessão celebrado entre a EDP e a Câmara Municipal de Rio Maior.	Devem ser salvaguardadas as servidões aplicáveis às linhas elétricas associadas ao posto de transformação	<b>Pouco Condicionante</b>
<b>Área de Expansão da Zona Industrial</b>	<b>Artigo 43.º</b> 2 - Tendo em conta a salvaguarda, para oportuna utilização, dos recursos existentes não é permitida qualquer ação de edificação para utilização não concordante com o uso destinado a estas áreas	O projeto não é compatível com o tipo de atividade a que este espaço é destinado	<b>Interdito</b>
<b>Áreas de Floresta de Proteção</b>	<b>Artigo 52º</b> 4 - Nestas áreas são interditas as ações de qualquer tipo que impliquem a alteração da topografia ou das formações vegetais existentes, bem como as de edificação, com exceção das destinadas a instalações de vigilância e combate a incêndios florestais, pequenas infraestruturas e equipamentos destinados ou complementares de atividades recreativas.	O projeto não é compatível com o tipo de atividade a que este espaço é destinado	<b>Interdito</b>